



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Casa de  
Oswaldo Cruz

**CASA DE OSWALDO CRUZ  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**PROEP - GESTÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA  
SAÚDE: REFLEXÕES E DESAFIOS DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO  
HISTÓRICO DO CAMPUS MANGUINHOS, FIOCRUZ-RJ**

**PROJETO DE NARRATIVAS E TRAJETÓRIA DO DEPARTAMENTO DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CASA DE OSWALDO CRUZ: SÉRIE  
DEPOIMENTOS**

**RELATÓRIO DE PESQUISA**

**Inês El-Jaick Andrade  
Rosana Zouain  
Sônia Nogueira (Orgs.)**

**Rio de Janeiro  
DEZEMBRO/ 2018**

**Presidente da Fundação Oswaldo Cruz**

Nísia Trindade

**Diretor da Casa de Oswaldo Cruz**

Paulo Roberto Elian dos Santos

**Chefe do Departamento de Patrimônio Histórico**

Cristina Coelho

**Coordenadora do NUCLEUAS/DPH/COC**

Sônia Nogueira

**Organização do projeto DPH/COC/Fiocruz:**

Inês El-Jaick Andrade

Rosana Zouain

Sônia Aparecida Nogueira

**Colaboração:**

Gregório Galvão de Albuquerque - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Débora Monteiro – Bolsista PROEP/ Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Tarcísio Pereira Bastos

**Fotos:**

Bruno Veiga

Gregório Galvão de Albuquerque

Inês El-Jaick Andrade

**Endereço:**

Avenida Brasil, 4365 – Pavilhão Mourisco, térreo, sala 01 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-360

**Relatório:**

Relatório final de pesquisa - dezembro de 2018

**Apoio:**

Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

**Agradecimento:**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**Ficha catalográfica**

ANDRADE, Inês El-Jaick; ZOUAIN, Rosana; NOGUEIRA, Sônia.

Projeto de narrativas e trajetória do Departamento do Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz: Série depoimentos./ Inês El-Jaick Andrade, Rosana Zouain, Sônia Nogueira (Orgs.) -- Rio de Janeiro, 2018.

293f.

Relatório Final. Departamento de Patrimônio Histórico - Casa de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz.

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação. 3. Sítios. 4. Gestão.

I. Título

## **Sumário**

### **1. Apresentação**

### **2. Depoimentos**

- 2.1 Maria Cristina Fernandes de Mello - 2016
- 2.2 Maria Cristina Fernandes de Mello - 2018
- 2.3 Benedito de Oliveira - 2018
- 2.4 Marcos José de Araújo Pinheiro - 2018
- 2.5 Renato da Gama-Rosa Costa - 2018
- 2.6 Marcia Franqueira - 2017
- 2.7 Mônica Rosa de Freitas Félix - 2017
- 2.8 Rosina Trevisan - 2018
- 2.9 Geraldo Filizola - 2018
- 2.10 Silvia Puccioni - 2017
- 2.11 Aldeli Memória - 2017
- 2.12 Yanara Costa Haas - 2018
- 2.13 Odaléa Sabino Alves – 2018

### **3. Registro fotográfico dos depoimentos**

### **4. Termo de autorização de uso de imagem e voz**

## 1. Apresentação

Essa coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

O projeto de entrevistas dirigidas, denominado de “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz” foi conduzido por Inês Andrade, Sônia Nogueira e Rosana Zouain, além de contar com a bolsista e historiadora Débora Monteiro. Foram listados profissionais vinculados a história da prática da preservação arquitetônica no campus Fiocruz Manguinhos. Em seguida foram elaborados roteiros de entrevistas, com base na atuação dos mesmos e com questionamentos sobre determinadas obras ou ações que o entrevistado participou. No total foram realizadas doze entrevistas, todas registradas em áudio. Foi necessário contratar, ao fim do projeto, o historiador Tarcísio Bastos para finalizar as transcrições das entrevistas. Esse sub-projeto também contou com a participação de Gregório Galvão de Albuquerque, professor pesquisador do Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (NUTED/EPJSV/Fiocruz). Ele foi responsável por filmar e registrar (fotografias) dez entrevistas conduzidas.

Foram os seguintes profissionais selecionados e entrevistados:

### **Cristina Mello**

Foi a primeira profissional destacada para realizar trabalhos de restauração em edificações históricas do *campus* Fiocruz Manguinhos em 1985, convidada por Sergio Arouca. A partir de 1989 passou a integrar o então criado Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz, realizando diversas obras até 1991. É professora aposentada da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Duração:** 1 hora, 47 minutos e 47 segundos

**Duração:** 2 horas, 01 minutos e 16 segundos

### **Benedito Tadeu de Oliveira**

Ingressou na equipe do primeiro escritório técnico especializado em restauração da Fiocruz em 1987. Foi o primeiro chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz em 1989. Desenvolveu diversos projetos e obras para o conjunto histórico edificado do *campus* Fiocruz Manguinhos. Atualmente é arquiteto do Instituto René Rachou na Fiocruz Minas Gerais.

**Duração:** 1 hora, 32 minutos e 12 segundos

### **Marcos José Araújo**

Ingressou na equipe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz como engenheiro civil em 1989. Assumiu o cargo de chefia desse departamento de 2002 à 2005. Atualmente é Vice-diretor de Informação e Patrimônio Cultural da Casa de Oswaldo Cruz.

**Duração:** 1 hora, 3 minutos e 55 segundos

### **Renato da Gama-Rosa Costa**

Ingressou na equipe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz como estagiário em 1987 e posteriormente como arquiteto em 1989. Assumiu o cargo de chefia desse departamento de 2005 à 2007. É atualmente arquiteto, urbanista e pesquisador do Núcleo de Estudos de Urbanismo e Arquitetura em Saúde do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz.

**Duração:** 1 hora, 48 minutos e 59 segundos

### **Márcia Franqueira**

Ingressou na equipe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz em 1989 como estagiária e posteriormente como arquiteta em 1990. Assumiu o cargo de chefia desse departamento de 2007 à 2011. É atualmente arquiteta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Duração:** 1 hora, 20 minutos e 09 segundos

### **Mônica Felix**

Ingressou na equipe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz como estagiária em 1999 e posteriormente como arquiteta 2002. Desenvolveu diversos projetos arquitetônicos e esteve à frente da gerência do serviço de manutenção de 2008 à 2009. Atualmente é arquiteta e chefia a Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar do Hospital Universitário Antônio Pedro da Universidade Federal Fluminense.

**Duração:** 46 minutos e 35 segundos

### **Rosina Trevisan**

Arquiteta, integrou o corpo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional responsável pela salvaguarda dos bens tombados federais da Fundação Oswaldo Cruz nas décadas de 1980 e 1990. Atuou também como arquiteta pela Firma Coscarelli na obra da Torre Norte do Pavilhão Mourisco da Fiocruz. É professora aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Duração:** 29 minutos e 58 segundos

### **Geraldo Filizola**

Engenheiro civil, atuou como consultor técnico em diversas obras, com destaque para as obras de restauração das *bow windows* do Pavilhão Mourisco na década de 2000.

**Duração:** 34 minutos e 19 segundos

**Silvia Puccioni**

Engenheira civil, integrou o corpo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico responsável pela salvaguarda dos bens tombados federais da Fundação Oswaldo Cruz até 2014. Atuou também como consultora técnica em diversas obras, com destaque para a obra de impermeabilização da cobertura dos terraços do Pavilhão Mourisco.

**Duração:** 48 minutos e 58 segundos

**Aldeli Memória**

Museóloga e restauradora de bens culturais, atuou como consultora técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em obras realizadas no Pavilhão Mourisco da Fundação Oswaldo Cruz no início da década de 1990.

**Duração:** 1 hora 29 minutos e 42 segundos

**Yanara Haas**

Arquiteta, integrou o corpo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional responsável pela salvaguarda dos bens tombados federais da Fundação Oswaldo Cruz nas décadas de 1990 e 2000. É atualmente arquiteta do Sítio Burle Marx/IPHAN.

**Duração:** 1 hora, 45 minutos e 37 segundos

**Odaléa Alves**

Ingressou na instituição em 1984 atuando na equipe do serviço de limpeza. Realizou serviços em diferentes edificações históricas da Fiocruz, com destaque para o Pavilhão Mourisco. Passou por todas as formações das equipes do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz.

**Duração:** 12 minutos

---

## **Depoimento: Maria Cristina Fernandes de Mello**

Maria Cristina Fernandes de Mello, Renato da Gama-Rosa Costa, Sônia Nogueira,  
Jéferson Mendonça dos Santos e Ninna Koritzky Falconiere Lopes  
(Fevereiro, 2016)

MELLO, Maria Cristina Fernandes de (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 43 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Maria Cristina Fernandes de Mello

**Local da entrevista:** Prédio da Expansão, 4º andar, Fiocruz Mangueiras - RJ

**Data da entrevista:** 18 de fevereiro de 2016

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Renato Gama-Rosa da Costa, Sônia Nogueira, Jéferson Mendonça dos Santos e Ninna Koritzky Falconiere Lopes

**Transcrição:** Ninna Koritzky Falconiere Lopes

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 hora 47 minutos e 47 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes de Mello em 18/02/2016.

MCFM: Aqui, em 2006 eu trabalhei no Programa de Pós-graduação da Escola de Engenharia Civil. Não é escola?

RGRC: Na escola de arquitetura e urbanismo?

MCFM: Não, na Escola de Engenharia Civil. Porque eles tinham uma linha de pesquisa, lá, de materiais de construção. Então me convidaram para dar teoria da restauração para engenheiros e eu orientei várias dissertações de mestrado na área de... na linha de pesquisa de materiais. Então eu fui até 2006, até meu último orientando apresentar a tese. Quando ele terminou, eu... tchau.

Acho que o meu nome está lá na Escola de Engenharia até hoje. O Caio fica até hoje querendo que eu volte.

SN: Mas ainda é relativamente recente, não é? 2006. Não foi tão longe...

NFL: Tem dez anos já.

MCFM: Dez anos.

JMS: É que 2006 não parece próximo.

RGRC: Então, você fez sua graduação em arquitetura e urbanismo na UFRJ entre 1969 e 1974, nesse período você já possuía interesse na área de preservação do patrimônio? Como surgiu? E se você fez algum curso de capacitação relacionado a essa área nessa época? Depois eu sei que você viajou, mas enfim, entre 1969 e 1974 na UFRJ, como é que foi isso?

MCFM: Eu trabalhei, quando era estudante... eu trabalhava com Carlos Nelson Ferreira dos Santos, na área de urbanização, urbanização de favelas, eu fui estagiária aqui na primeira favela que foi urbanizada e eu estava me encaminhando para essa área.



No final do curso eu comecei a me interessar por restauração, porque eu estava vivenciando como cidadã o *boom* da especulação imobiliária e comecei, como estudante de arquitetura, a me interessar pelas coisas que estavam sendo demolidas. Porque os anos 60 foi um terror aqui para essa cidade, o que se demolia de construções boas, de qualidade.... Então comecei a me interessar.

Tentei fazer um estágio no IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional], aí levava meu currículo lá para o responsável na época e nada, nunca me respondiam. Um dia a secretária, lá, do diretor, não vale nem a pena citar o nome, mas ela chegou para mim e disse assim: “minha filha”, eu era estudante, novinha, “não traga mais o seu currículo, porque, assim que você sai daqui o doutor joga no lixo, ele nem lê o seu currículo”.

Bom, aí eu fiquei tentando uma bolsa para fazer um bom curso de restauração. O meu interesse foi crescendo, quanto mais eu via dificuldade de entrar nesse meio, mais eu queria fazer. Eu tentei várias bolsas, até que eu consegui uma bolsa do CNPQ para estudar na Universidade de Roma, e aí fui.

RGRC: Mas depois de formada?

MCFM: Depois de formada. Porque eu fiz concurso para a UFF em 1976 para a área de Teoria e História da Arquitetura, tinha uma vaga, e eu consegui entrar. Então, nessa área de Teoria e História da Arquitetura, eu aprofundi mais ainda o interesse pelas coisas antigas, significativas, alguma coisa assim.

E aí, tendo optado pela vida acadêmica eu necessariamente tinha que fazer um curso de pós-graduação. E, aí, pesquisei, qual era o melhor curso na época, do mundo, e aí era esse na Universidade de Roma, pelo menos era a fama aqui. Depois que eu cheguei lá eu passei a conhecer várias outras coisas. Mas tinha fama de ser. Aí, consegui essa bolsa no CNPQ. Por sorte era uma política no ano que eu pedi de priorizar essa área, porque aqui não tinha, não tinha nenhum curso assim. Então fiz esse curso lá. Eu voltei e já estava dentro da universidade, eu já era professora. Então continuei minha carreira acadêmica.

Como eu conhecia o doutor Sérgio Arouca, por questões pessoais, eu era muito amiga da Sarah Escorel que era mulher dele, há muitos anos. Quando eu voltei, ele tinha assumido a presidência da Fundação Oswaldo Cruz e comentou comigo que estava ocorrendo uma obra há três anos na Torre Norte, que não acabava nunca, que não ia para frente nem para trás. Era uma coisa... Ele precisava de alguém que fizesse um plano de restauração dos conjuntos.

RGRC: Deixa só eu te interromper um pouquinho.... Você voltou da Itália em setenta e....

MCFM: Eu voltei da Itália em oitenta e quatro... oitenta e cinco...

RGRC: Mas você foi quando? Foi em 1976?

MCFM: Não, eu fui em 82, 83, 84... eu fiquei três anos e pouco. Final de 1984.

JMS: Então, deixa eu só pegar carona na interrupção do Renato, me ficou uma dúvida. É o seguinte: um dos materiais que nós temos aqui são as plantas que foram utilizadas na... acho que na defesa de sua tese na Universidade de Roma. Não foi então nesta passagem?

MCFM: Não, não.

JMS: Foi em um segundo momento, então?

MCFM: Foi em um segundo momento, porque eu voltei sem defender a tese. Eu tinha feito uma tese, lá, sobre o Palazzo [inaudível], um palácio, lá, de 1700. Estava toda encaminhada. Eu fiz o exame de qualificação e voltei. Problemas familiares. E deixei para defender a tese depois. Nesse período, Sérgio Arouca me convidou para trabalhar aqui.

Aí eu tinha oito anos para defender a tese, do começo do curso até o final, o prazo era oito anos. E aí eu falei: “Não vou perder a oportunidade. Já vou entrar aqui, já vou me vincular”. Fiquei na universidade e aqui. Trabalhando igual um burro de carga, mas... (risos). Eu queria trabalhar, queria aproveitar a chance. E... o que foi que você perguntou mesmo?

JMS: Se você depois retorna à Itália.

MCFM: Sim, quando eu estava trabalhando aqui o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] faz um convenio com a Universidade de Roma que estabelece uma regra: todos os bolsistas do CNPQ na Universidade de Roma deveriam apresentar teses com temas brasileiros. E a minha era um tema italiano. Aí eu tive que fazer outra tese. Como eu estava totalmente envolvida aqui, realmente eu fiz o projeto da torre toda... Sônia [Nogueira], eu sei vocês estavam nessa época aqui... Aí eu escrevi uma carta perguntando se eu podia fazer uma leitura acadêmica desse projeto, já que eu tinha feito. Era a solução, porque eu ia ter que começar do zero uma tese, com outro tema, não tinha sentido. Eu já estava ali. Aí eles aceitaram. O CNPQ aceitou, a Universidade de Roma aceitou, o Presidente da fundação aceitou, aí eu falei: “então pronto”. Aí foi isso o que eu fiz. Então fiz uma leitura acadêmica disso, encaminhei para lá e defendi em 88. Ainda tive uma outra bolsa do CNPQ para ir lá defender. Foi aprovado, passei com uma nota boa, 27 sobre 30, então deu tudo certo.

Como na Itália, na época, não tinha o sistema americano de Master e Doctoral, não sei que não sei que. Eles tinham dois tipos de curso especialização e aperfeiçoamento. A regra deles, lá, não era muito clara com relação a tempo, nem nada disso. Eles, lá, sabiam qual curso que era forte e qual não era, por exemplo, medicina o curso de especialização durava cinco anos, turismo o curso de especialização durava três meses. Mas os dois chamavam especialização. Então era complicado essa... é o que? É mestrado? É doutorado? Então, esse meu curso era de oito anos, assim, o máximo. Se eu não defendesse a tese em oito anos perdia tudo o que eu tinha feito.

Então eu encaminhei tudo para o CNPQ e reconheceram o título como doutorado. Inclusive a bolsa que eu recebi do CNPQ para ir fazer o curso já era de doutorado. Então ficou assim, feito. Algumas outras pessoas que fizeram o mesmo curso não tiveram o reconhecimento, só algumas tiveram reconhecimento como doutorado, outras não tiveram. Eu não sei porquê. Então, quando chegou 88 eu tinha que ir lá. Já estava no limite, faltava um ano para terminar meu prazo. Daí foi o jeito que eu achei de resolver tudo. Porque era muito trabalho.

Então nesse primeiro que eu vim para cá, eu fiz um acordo com o Arouca de ficar aqui três anos. Eu achava que em três anos ia dar para fazer um plano de restauração, captação de recursos e.... eram três coisas... e obras emergenciais. No caso a torre entrava como obra emergencial. O projeto para captar recursos, que era a antiga lei Sarney, demorava, precisava fazer uma série de levantamentos e um plano geral para o conjunto arquitetônico de Manguinhos.

E, aí, eu vim trabalhar. Quando eu cheguei aqui, tinha o doutor Heraldo no setor, que era um engenheiro já em fase de se aposentar, já bem desanimado, e quem trabalhava com ele era o José Mauro Hid, que trabalhava só na Torre e já tinha feito todos os levantamentos. Mas eles dois sozinhos, por isso que a coisa não andava. Eles dois sozinhos não podiam fazer mais do que eles fizeram. Aquele esquema. O doutor Heraldo ficou com a gente até se aposentar e o José Mauro preferiu ir para outro setor da Fiocruz.

Então, é o primeiro tempo. No primeiro tempo, eu tinha a fase de levantamentos para poder fazer esse plano, levantar o material existente, então foi levantado o material existente no museu, com o Luiz Fernando [Fernandes Ribeiro]; atualização dos levantamentos, porque eles só tinham as plantas originais, então tinha que ver não sei o que; levantamento de Layout, o que funcionava nos prédios, que era uma enorme confusão, porque a distribuição dos espaços era política. Ela não era, digamos assim, ela não aproveitava as possibilidades do espaço, ela era política. Tinha casos assim muito engraçados, de pesquisador que não se dava bem com outro, então queria ir para um outro prédio, ir para um outro setor, então era um... não tinha um... assim, ninguém via aquele patrimônio como a coisa maior, aquilo era completamente secundário. O que importava era o meu poder associado à minha ocupação de espaço.

Então, se precisou fazer um levantamento do que funcionava em cada lugar, propor um novo Layout, discutir politicamente a realocação desses setores, o que também foi um certo trabalho, porque ninguém queria abrir mão de seus espaços. Tinha situações periclitantes, como era o caso da instalação elétrica, que tinha que ser vista antes de qualquer coisa. Então esse Layout era super necessário para você também fazer o projeto de elétrica, para saber qual a capacidade que cada setor demandava. Tinha outro problema sério: era a infiltração da biblioteca. Então tinha que ter uma obra emergencial. Emergencial. Não dava tempo de você mandar fazer o azulejo

perfeito. Tinha que tapar aquela água, porque se não ia destruir todo aquele trabalho de gesso que estava lá.

Então, tinha obras estratégicas, emergenciais, que seria a instalação da Casa de Oswaldo Cruz, que entrou junto comigo. O Gadelha e eu entramos no mesmo dia. Então, a Casa de Oswaldo Cruz estava com um pesquisador muito antigo, que pesquisava... eu não lembro exatamente, e sei que ele tinha muitas lâminas, ...muitas, muitas lâminas.

RGRC: A Casa de Oswaldo Cruz, você diz o prédio onde a Casa está hoje? O doutor Lobato, ele estava naquele espaço...

MCFM: É, é o Pavilhão do Relógio.

RGRC: O Pavilhão do Relógio...

MCFM: É, o Pavilhão do Relógio funcionava, lá, uma pesquisa, há vinte anos. Ele colecionava lá aqueles vidrinhos. Imagina vinte anos...

RGRC: É o doutor Lobato...

MCFM: O doutor... é as lâminas. É, do ponto de vista estrutural ele estava muito bem. Porque exatamente ele estava ali há vinte anos e não deixava ninguém mexer. Então a estrutura do prédio estava muito boa, mas do ponto de vista de manutenção necessitava... tudo.

Bom, não foi fácil que as pessoas me aceitassem, então eu ficava muito quietinha. Me deram uma sala, uma mesinha, ali na biblioteca e eu ficava lá, meio que trabalhando sozinha. E consegui dois estagiários.... Enfim, ai, foi aumentando a equipe porque eu vi que o trabalho era muito grande. Mas tudo foi aos pouquinhos.

Então teve um primeiro momento em que, era necessário, primeiro, fazer com que a comunidade... com que todos acreditassem na necessidade de desse trabalho. Segundo, fazer com que eles acreditassem em mim. Eu tinha trinta e poucos anos, continuo descabelada como sempre, era muito mais descabelada, então, era difícil que acreditassem em mim.

Então, o que o Arouca falou: “então, vamos fazer obras do tamanho da nossa capacidade”. Vamos fazer manutenção. Então, vamos fazer manutenção com quem? Não havia dinheiro, não havia financiamento, para a gente ganhar o financiamento, a gente tinha que provar que a gente era capaz de executar o financiamento, que era capaz de tudo.

Então vamos fazer com o pessoal daqui. Só que o pessoal daqui era, o pessoal da manutenção, eles não tinham conhecimento do que era fazer a manutenção em um prédio tombado. Então, eu, conversando lá com o Sabino Barroso do IPHAN, sugeri que fizéssemos um curso básico de... sei lá, eu não me lembro mais.... Eram oito visitas a obras do IPHAN, que na época o IPHAN fazia obras de restauração. Então eles tinham os funcionários, tinham marceneiros, tinha... tudo funcionários que estavam habilitados, que estavam conhecendo o ofício. Então a ideia era a

seguinte, conversar, escolher um funcionário de cada setor. Eram doze porque a gente conseguiu uma Kombi, só cabia doze, então esse foi o critério de seleção: a gente só conseguiu uma Kombi, o que cabia na Kombi.... Então escolhemos doze para visitar de tarde durante o expediente, visitar essas obras. Então, foi muito legal isso, foi muito, muito legal. Porque, quando a gente chegava na obra, quem dava aula era o operário, era o encarregado da marcenaria, era o encarregado da instalação, era o encarregado de.... Então era de operário para operário. Não tinha nenhum professor, lá, falando difícil para eles. E eles curtiram muito. Primeiro, porque uma vez com semana escapavam. Eram duas vezes por semana, eram oito visitas, duas tardes por semana eles escapavam, iam passear e conhecer outras coisas. E ouvir como é que o marceneiro cortava, como é que ele aproveitava, como é que o cara fazia instalação, o que tinha que ser.... Então eles... E depois o Sabino conseguiu um diploma do IPHAN, assinado do IPHAN, da FIOCRUZ. Nossa, eles ficaram...

RGRC: Como se fosse um curso de capacitação?

MCFM: Assim, é, é um curso de capacitação, então...

SN: Cristina, não foi essa experiência que culminou... que eu tenho na minha memória que você buscou várias coisas parecidas com essa em termos de capacitação profissional para operários da obra, dessa área, na situação da Fiocruz... que tinha parceria com a antiga prefeitura que hoje é DIRAC... os operários eram de lá...

MCFM: Os operários eram da DIRAC. Acontece o seguinte: quando eu fui contratada, como eram questões emergenciais, eu fui contratada para trabalhar na presidência da Fundação, como cargo de confiança do Sérgio Arouca. Na época eu tinha um contrato temporário, porque era uma tarefa, eu não ia ser funcionária. Eu fui, na leva que, exatamente, na leva que foi contratado o Arouca, quando ele montou a presidência, ele me colocou como contratada lá. Depois, eu mesma sugeri a ele, e aí que surgiu a COORES – Coordenação de Restauração – fui eu que inventei esse nome, ele nunca foi oficial, nem nada. Aí, quando a equipe começou a aumentar, onde que a gente ia trabalhar? Então a gente foi, deram uma salinha para a gente lá na prefeitura do Campus. Como eu estava trabalhando com operários da manutenção, quer dizer, essas obras ficavam localizadas no lugar de obra. Era a situação mais lógica na época, não tinha Casa de Oswaldo Cruz montada, não tinha nada disso.

Então, tinha que haver uma localização, quer dizer, eu não podia ficar com operário lá na presidência, não tinha nem sala para mim na presidência. Onde é que eu ia ficar fisicamente? Sentada à mesa? Onde é que a mesa ia ficar? Então foi direcionado esse período, que foi o período da COORES. E a gente fez uma obra... eu esqueci de trazer, mas eu achei o diário de obra da reforma, da primeira obra de manutenção do Pavilhão do Relógio. Demorou vinte e um

dias, sábado e domingo também, corrido. Vinte e um dias corridos, porque tinha que inaugurar a Casa de Oswaldo Cruz, entre tirar o laboratório, fazer elétrica, pintura, concertar as ferragens... enfim, as coisas que eram possíveis se fazer em vinte e um dias. Lavar toda a fachada, limpar o sótão - que estava cheio de coisa -, fazer manutenção no telhado... quer dizer, uma manutenção de vinte e oito dias com operários da Fundação. Então, essa eu toquei, assim, corpo a corpo. Eu estava sozinha. Em janeiro, que foi o meu primeiro contrato... em janeiro de.... Eu entrei em dezembro, em primeiro de dezembro de 86, foi isso. Em janeiro...

RGRC: Janeiro de 87...

MCFM: primeiro de dezembro de 86... ou 85? ... 86.

JMS: Aqui aparece 85/86 como a sua chegada.

RGRC: Então foi de 85 para 86, então.

MCFM: Pois é, eu não sei se foi primeiro de dezembro de 85 ou primeiro de dezembro de 86....

Acho que foi de 85...

RGRC: 85.

MCFM: primeiro de dezembro de 85.

JMS: O Arouca já estava há mais tempo aqui?

MCFM: Não, ele estava entrando.

JMS: Ah, então, 85.

MCFM: É, primeiro de janeiro de 85. Ai, esse meu primeiro contrato foi de três meses. Então, nesses três meses eu montei um plano de restauração, eu fiz um levantamento de Layout, eu fiz um... meio que um esboço de um plano para estruturar o projeto de financiamento, a obra do Pavilhão do Relógio para ser instalada a Fundação Oswaldo Cruz...

RGRC: A Casa de Oswaldo Cruz.

MCFM: Terminou esse contrato, eles me renovaram o contrato e eu fui fazendo levantamentos... até esse prédio aqui teve um levantamento de Layout, Pavilhão Mourisco, Figueiredo Vasconcelos, O Quinino.... Enfim, esse ano de 86 foi um ano de levantamentos. A Cavalaria. Não só levantamentos, como aprofundando esse projeto. Quanto mais você se envolvia com o material, mais complexo ficava esse projeto. Aí eu fui tomando ciência da complexidade de problemas que havia.

Nesse ano, conversando com Carlos Nelson, meu antigo mestre, eu cheguei à conclusão.... Foi aí que eu conheci Renato. Renato era estagiário do IBAM [Instituto Brasileiro de Administração Municipal]. A gente combinou de propor à Fundação, e conversando também com a presidência, um plano de...

[Interrupções porque a bolsa da Cristina caiu no chão]

Então, foi esse ano todo de levantamentos, fizemos o projeto de... de Lei Sarney, né, com a Olga D'arc [Pimentel]. Aí ficou eu, nós duas ficamos batalhando esse projeto, pedimos o financiamento para o Banco do Brasil, todos foram aprovados pela Lei Sarney. E, por ironia ou culpa, sentimento de culpa, quem acabou financiando a restauração do Castelo foi a Norquisa, Copene, Salgema e Coperbo, que eram as empresas que o presidente Ernesto Geisel, ex-presidente Ernesto Geisel, general Ernesto Geisel era o acionista majoritário. Bom...

RGRC: Mas isso já foi em 89.

MCFM: Sim.

RGRC: É, estamos falando...

MCFM: Não. 89 a torre ficou pronta. O que a gente conclui? Quando esse dinheiro saiu, a gente já tinha feito a obra de manutenção da Cavalaria com o pessoal daqui, feito a obra de manutenção do Relógio com o pessoal daqui, iniciado a obra da torre com dinheiro da Fiocruz. Quando o dinheiro entrou, ele entrou para cobrir os custos da obra da Torre, para continuar com as obras necessárias, porque era muita coisa que tinha que ser feita.

Então, as obras foram assim, olha, o contrário do que se faz hoje. Não estou dizendo aqui, mas no Brasil. Era... qual o oposto de superfaturamento?

RGRC: Era sub.

MCFM: Subfaturamento.

RGRC: Mínimo do mínimo.

MCFM: Mínimo do mínimo. Então a gente usava mão de obra de assalariado, comprava o material possível. Mas era necessária essa estratégia para que se demonstrasse confiança. Como é que alguém ia botar um milhão de dólares, ou não sei o que, em uma equipe que não funcionava que não mostrava serviço, que não existia. Então tinha essa tarefa e a gente fazia com o possível e conseguimos. Acho que fomos vitoriosos.

SN: E consultorias? Teve muitas consultorias...

MCFM: Não, isso tudo a gente pagou. Nós pagamos com o dinheiro da Fundação Oswaldo Cruz. A coisa era... óbvio, né? Consultoria de estruturas, tinha que ter.

JMS: Agora ficou mais claro para mim uma coisa e se eu estiver equivocado a senhora me corrija.

MCFM: não precisa me chamar de senhora, não.

JMS: Está certo. Nós temos um conjunto de imagens que fazem referência à restauração na Torre Norte do Castelo que estão com data de 1989, isso é uma coisa até que a gente estava deixando para lhe perguntar ao final, mas como a gente já está tocando nesse ponto, eu acho que é oportuno. Essa data não dialoga nem com a data da sua defesa, que é anterior às imagens, nem

com as outras anteriores que nós tivemos que são do ano de 1986, que é quando você faz o levantamento em diversos edifícios aqui do complexo. Pelo que eu entendi, as fotos foram feitas quando chegou esse dinheiro para complementar a obra na Torre Norte. É isso? Porque você disse que teve um início...

MCFM: Qual? Nos slides?

JMS: É, nos slides.

MCFM: Eu paguei do meu bolso aquelas fotos todas, aqueles filmes todos, nunca ninguém me deu dinheiro, por isso que eu guardei. Eu que paguei. Eu que fiz com a minha máquina. Meu irmão vinha aqui, que ele era fotógrafo e....

JMS: Não, não. Eu compreendi. É que a data dos slides da reforma da Torre Norte estão datadas de 1989. Então ela levou mais um tempo mesmo para ficar pronta e aconteceu...

MCFM: Não, a obra demorou onze meses. A obra cumpriu o cronograma. É por isso que eu digo que era subfaturamento. Ela cumpriu o cronograma e era uma época em que a inflação era 80% ao dia. Então, as empresas fizeram aquilo na base do rigor da exigência, porque eles só tinham direito a reajustes oficiais.

RGRC: ...que era pouco.

MCFM: Aos índices oficiais de ajuste. Não houve termo aditivo, não houve nenhum reajuste além dos índices oficiais. Então havia inflação, o índice oficial de correção da parcela. Então, para quem trabalhava em obra naquele período era um horror. Porque acabava.... Todos eles são unânimes em dizer que continuaram porque era um prédio importante, porque não sei o que, porque do ponto de vista de lucro, mal pagaram as pessoas e os custos necessários.

RGRC: Deixa eu ver se eu esclareço aqui, então, alguns pontos.

MCFM: Não, deixa eu terminar, só concluir...

RGRC: Tá. Não, porque 86...

MCFM: Em 89 foi feita a obra da Torre. O vídeo é do final de 89, quando já estava no final. Quando eu fiz aquelas imagens já estava em uma fase de acabamento.

JMS: Então o seu estudo, que é feito em 87 e 88 sobre a Torre Norte tem um caráter mais, como eu posso dizer, exploratório?

MCFM: Não.

JMS: Ali já tinha intervenção também?

MCFM: Quando eu estudei a Torre Norte, eu estudei e fiz o projeto cumprindo rigorosamente a metodologia de projeto de restauração que eu tinha aprendido na Itália. Porque eu precisava cumprir essa... por várias questões: porque era a maneira de durar mais tempo a obra depois,



porque era a maneira de eu satisfazer as exigências do meu curso lá. Então o projeto cumpre rigorosamente a metodologia de projeto de restauração internacional.

Então, até começar... mas a gente não tinha dinheiro. Quando eu cheguei aqui, mal se tinha dinheiro para fazer a manutenção do Relógio e da Cavalariça. Era tudo contado. Não havia dinheiro para encarar...

JMS: Intervir...

MCFM: Intervir na Torre. O dinheiro que sobrou a gente trocou o quadro de luz para não pegar fogo no Pavilhão Mourisco. Isso que era emergência.

Então o projeto foi todo feito como mandam as normas de restauração. Quando melhorou essa situação, criamos uma credibilidade, a Casa de Oswaldo Cruz foi criada, houve um acordo político para esse setor se transferir para a Casa de Oswaldo Cruz e começou a se colocar dinheiro na restauração da torre, o projeto foi aprovado pela Lei Sarney, recebeu-se o financiamento. Aí as coisas começaram a acontecer.

RGRC: Era isso que eu ia esclarecer, que em 86, quando a Cristina chegou, entre 85 e 86, era aquele projeto levado... que já tinha sido embargado, que o Arouca embargou aquela obra lá. Que você chegou justamente... da Torre Norte... que você chegou justamente para retomar aquela obra que estava sendo malfeita.

MCFM: Não, não tinha nada. Não foi um embargo. Ele na realidade não embargou, não demitiu ninguém, não expulsou ninguém.

RGRC: Você precisou retomar aquela obra.

MCFM: A obra estava sendo feita sem projeto.

JMS: Entendi.

MCFM: Entendeu? Era o seu Adorcino [Pereira da Silva], o José Mauro e o Doutor Heraldo. O José Mauro fez o levantamento, o seu Adorcino, que foi descoberto pelo José Mauro, que ele fazia...

JMS: Moldes?

MCFM: Fazia.... Sabe em cemitérios, aquelas esculturas de Anjos e coisa e tal? Ele fazia aquilo. Arte funerária, não é, que chama? E aí, ele pegava um pedaço da Torre, pedia para o seu Adorcino copiar e ele copiava. Tanto é que, quando eu cheguei na torre, tinha um pedaço no osso, tinha outro pedaço rachado, tinha uma face que estava praticamente intacta, mas por dentro todo o aço estava corroído.

Bom, o José Mauro tinha feito um levantamento muito bom, porque aquela face que estava só no osso dava para ver e o levantamento que ele fez baseado também no projeto original, quer dizer, ele juntou as duas coisas. Dava para sentir qual era a estrutura, como é que ela era feita...

para ver tudo isso aí. O problema é que não havia um projeto de estruturas e a razão das rachaduras e da infiltração não se sabia. Se atribuía a um raio que tinha caído lá, mas quando a gente chamou a Cerne Engenharia, eles estudaram várias hipóteses, inclusive, fizeram um levantamento e descobriu-se que ao longo da vida útil da torre houve duas ou três vezes ventos muito violentos aqui, de mais de 80km/h. Como a Torre era feita de rebites e parafusos, a ventania movia... com a idade esses parafusos iam ficando meio frouxos e aí movia. Como o concreto era... o revestimento era blocos colados nessa estrutura, o que acontecia: isso promovia microfissuras. E quando a torre foi construída até 1980 a quantidade de poluição no ar aqui mudou muito, o tal do SO<sub>2</sub>...SO<sub>4</sub>... que é o ácido sulfúrico. Então o ácido sulfúrico vinha com a água, entrava na estrutura, a estrutura inchava e estourava o cimento.

Então esses estudos, que são decorrentes de uma metodologia de investigação, não eram praticados. Não é nem por má fé, é por falta de conhecimento mesmo.

Então isso tudo esclareceu várias coisas. Esclareceu inclusive a linha do projeto. Porque a linha do projeto precisava evitar que os erros decorrentes do projeto original fossem cuidados. Por exemplo, o que ter uma junta de dilatação e não tem, então sempre vão ocorrer problemas de infiltrações onde projeto original de Luiz de Moraes Junior tem alguns erros. Por exemplo, a perna do H, do palácio, tinha não existe essa tal de junta de dilatação onde deveria ter.

Então, a Torre. Ele não imaginou quando projetou que os ventos moveriam essa Torre a ponto de causar microfissuras. Na realidade a técnica construtiva que ele usou ele se inspirou na arquitetura mourisca, onde você tem barro vitrificado que você acopla com ferro em uma determinada estrutura. Esse barro vitrificado ele é vitrificado, então a água não penetra, então esse ferro ali dentro custa muito para enferrujar. Como no início do século eles acreditavam que o cimento era a rocha do século XX, substituíram esse barro vitrificado por cimento. Só que o tempo de duração do cimento é 70 anos, está comprovado hoje, ele perde as características de adesão.

Então, daí foi um erro de projeto. Então além de a gente restaurar os danos do raio, do vento e não sei o que, a gente tinha que concertar um erro de projeto. Então conversando, lá, com o pessoal da Cerne, eles bolaram o seguinte: eles bolaram um triangulo de aço que ia ser soldado nos perfis da torre para impossibilitar que ela se mexesse com ventos de 120 km/h.. Pode ventar à vontade agora que não vai mais rachar por conta dessa mobilidade.

Porque eu estou falando isso? Era para falar isso tudo?

JMS: Claro, a riqueza de detalhes só acrescenta. Não há problema nenhum.

SN: Você está colocando dados que vão ser úteis para muitas coisas.

MCFM: Bom, então, eu fui sabatinada pela equipe do Geisel, pelo arquiteto... enfim, para provar que eu sabia alguma coisa de restauração... para eles até aceitarem.... Foi todo um processo de sair de um banquinho com um violão para uma coisa sólida.

RGRC: Eu não sei se Sônia quer retomar aquela questão do curso dos operários.

SN: Porque nessa frente que a nossa história fez de você, nesse contexto aí até hoje, uma das novidades, uma inovação do departamento, foi criar essa frente de educação patrimonial.

MCFM: o que eu acho maravilhoso.

SN: E com esse nome mesmo, onde tem umas cinquenta mil ações possíveis. E então passou a ser umas das missões do DPH. Mas nós sempre lembramos que tudo, claro de certa forma e sem esse nome, começou, lá, com você. E eu pessoalmente, que sou das antigas também, me lembro desse evento, só que a nossa memória cada um tem sua memória, sua edição de memória e isso está tudo meio fragmentado. Mas eu me lembro, tinha esquecido dessa parte do IPHAN, mas eu me lembro de uma coisa que houve aqui, naquele auditório do prédio 26. Que ai eu não me lembro se foi uma solenidade de fechamento...

MCFM: De entrega de diploma.

SN: Ah, foi isso.

MCFM: Foi entrega de diploma aos doze.

SN: Porque na minha memória teve palestras lá, não sei.

MCFM: Não, não.

SN: Então, foi encerramento.

RGRC: Eu me lembro das visitas na casa França Brasil.

MCFM: França Brasil, é.

RGRC: Isso eu lembro. Eu fui lá.

MCFM: Não, foi genial.

SN: E organizado dessa forma teve mais, ou só teve essa?

MCFM: Só teve essa, porque, sabe como é que eu era, né? Eu: vamos fazer? Quando alguém dizia para não fazer eu já tinha feito.

[Risos]

RGRC: Quem mandou?

MCFM: Vamos fazer? Aí neguinho bobeava, não dizia nem que sim nem que não... eu fazia e aí: “não, acho que não pode” “já fiz”.

SN: Proativa, totalmente.

RGRC: Totalmente proativa. Totalmente à frente e não querendo deixar o troço parar. Você tinha uma missão ali.

SN: E repetindo, essa experiência foi em que ano?

MCFM: isso... acho que foi...

RGRC: 88...

MCFM: foi nessa época, porque... foi assim: quando eu vi que os operários daqui, Fiocruz, eu imaginei o seguinte, depois que isso tudo estiver restaurado, quem é que vai fazer a manutenção preventiva? Porque a melhor forma de você conservar um patrimônio é a manutenção preventiva. Antes de cair você conserta. Então a ideia era montar uma equipe de manutenção preventiva para depois que estivesse tudo restaurado, aqui mesmo da Fundação Oswaldo Cruz, para você não precisar fazer uma licitação para fazer manutenção preventiva. Então a ideia era essa e o órgão aqui topou. Então é isso.

Então ai eu conheci os operários nessas duas obras a Cavalaria e o Pavilhão do Relógio e ficava tentando ensinar. Só que ali eu percebi a necessidade de uma mínima formação. Então pegamos os chefes dos setores porque, o que eu consegui? Uma Kombi. Essa coisa, não tinha apoio. Eu tinha que batalhar as coisas. Então vamos fazer com o que tem. E o IPHAN também colaborou, achou genial. O IPHAN inclusive publicou no jornalzinho do IPHAN na época. O Sabino Barroso era superintendente. Ele publicou no jornalzinho porque achava que toda instituição que tivesse funcionário de manutenção e tivesse patrimônio poderia adotar esse sistema e que o IPHAN podia colaborar nessa formação. Era uma ideia boa. E tanto para o funcionário também, ele se sentia, como é que diz...? Prestigiado.

RGRC: Isso deve ter sido entre 87 e 88.

MCFM: Isso deve ter sido...

RGRC: depois?

MCFM: Não, 88 não foi não, isso deve ter sido em 87 ou 86, foi bem...

RGRC: não, eu já estava aqui. E eu entrei em junho de 87.

MCFM: Você entrou em junho de 87... então foi em 87. É difícil, é muito tempo. 30 anos.

JMS: É, muito tempo. Lembrar de tudo é um exercício realmente.

SN: É, e a gente fica com vontade de checar documentos, alguma coisa assim. E exatamente dessa experiência que foi muito importante a gente hoje queria ter documentos e tudo e a gente não está achando nada.

RGRC: Se você tiver na sua casa depois, Cristina, se quiser disponibilizar, se quiser a gente pode tirar cópia...

MCFM: Eu tenho um relatório de obra, mas eu entreguei tudo...

RGRC: Daquele material, ainda tem mais coisa com você?

MCFM: Não, eu tenho relatório de obra, da obra do Pavilhão do Relógio, dos vinte e um dias, dia por dia. Tenho relatório de obra da primeira manutenção da Cavalaria, dia por dia.

RGRC: Isso a gente tem.

MCFM: Quando custou, quanto custou material. Outro dia eu estava vendo, gente, a gente fez com quase nada de dinheiro. Depois me criticavam porque eu não tinha feito a manutenção como deveria ter feito e eu ficava olhando “aham”. Sabe a restauração foi feita como deveria ser feita depois de ter esses anos todos de batalha para provar que a gente podia fazer. Senão você não ganhava dinheiro, se você ficava esperando só esse dinheiro chegar, caía tudo.

SN: Só um parêntese. Em um dia se for escrever essa história, não é? No caso dessa experiência concreta, deve ter trocentas experiências, mas no caso desse exemplo, a gente não está achando assim, os nomes, qual era o grupo, quem participou etc.

MCFM: Olha, eu lembro de um cara que era instalador, eu me lembro do rosto dele e tudo. Já deve estar todo mundo aposentado. O instalador, ele veio com uma caixinha assim para mim, não, ele era marceneiro. Ele veio com uma caixinha de madeira, que abria assim... “Eu queria dar para a senhora de presente” que ele mesmo que tinha feito “porque foi meu primeiro diploma, na minha vida” ele não tinha nem primário. Então tinha algumas coisas assim. A chefe de limpeza, quem era? Uma senhora gordinha, baixinha assim. Era a chefe do pessoal da faxina.

SN: E ela era da prefeitura...

MCFM: Era funcionária, todos eram funcionários. É antes dos terceirizados.

SN: Porque tudo o que nós estamos falando é antes da terceirização.

MCFM: Ela eu peguei passando...

RGRC: Eunice?

MCFM: Talvez. Passando kaol no corrimão de latão do castelo, nas maçanetas. Aquilo tudo era baixo relevo e o kaol come e ficava verdinho, eu tinha um horror àquele negócio, ficava verdinho em volta.

RGRC: Escorria pela madeira...

MCFM: Escorria, brilhante assim e aquele verdinho, que eles não passavam nos cantinhos. Aí eu fui falar com ela que não podia passar aquilo, que estragava e ela ficou ofendida, “mas eu limpo com isso tem duzentos anos e não sei o que...”. Aí foi a primeira que eu botei na lista, ela mudou completamente. Ela era a chefe das faxineiras, ela passou a fiscalizar o kaol, parou de ser comprado o kaol. Então, são pequenas atitudes que evitou a destruição completa e total de todo o....

JMS: E isso é muito caro aqui para nós. Nesse projeto de revitalização do núcleo arquitetônico, você poder recuperar todo esse histórico. E a própria manutenção disso, para hoje a gente poder estar pensando nessa revitalização, nessa reutilização, deve muito a esse momento.

MCFM: É, eram várias frentes. Nessa frente também da educação, como foi muito difícil essa coisa ser aceita pela própria comunidade da Fundação Oswaldo Cruz, a gente também pensou em uma cartilha, você lembra da história da cartilha?

SN: está na nossa pauta até hoje.

MCFM: Mas a cartilha era para ser distribuída para os funcionários, para que os funcionários fossem os fiscais daquele patrimônio. Então, o que é patrimônio, porque restaurar, como se restaura, qual a história do lugar etc.

RGRC: Outro dia, eu recuperei os desenhos que eu fiz, você se lembra? Fui eu que fiz aqueles desenhos. Eles estão lá na minha mesa.

MCFM: Então, tinha um texto, que foi aquela menina que era jornalista da Casa de Oswaldo Cruz, que eu trabalhei junto com ela, esqueci o nome dela.

RGRC: Era Julia?

MCFM: Ela era uma bonita, de olhos claros, morena, que era casada com um médico do sindicato. Bom, esqueci o nome dela também, eu com nome...

Então a gente elaborou a cartilha, quer dizer, eu não fazia as coisas perfeitas, porque eu fazia trocentas coisas. Então, era para mim premente que produtos aparecessem, para que se evidenciasse a necessidade da preservação desse patrimônio, o valor desse patrimônio, a formação de pessoal. Esses dois aqui, a primeira coisa que eles falaram para mim “eu não sei nada de restauração”, eu falei “não importa, vocês vão aprender”. Não é verdade? Vocês se formaram trabalhando.

RGRC: É verdade.

SN: A gente tem que se segurar para não fazer os nossos depoimentos. Mas assim, resumindo, na minha faculdade, na segunda metade de 1970, eu nunca ouvi falar disso. Eu aprendi tudo aqui.

RGRC: Não, mas...

SN: Não, você é da UFF. A UFF é diferente.

RGRC: Da UFF que eu era aluno dela.

SN: Não era nem.... Não tinham nem disciplinas eletivas. Eu era uma ignorante. Eu aprendi tudo aqui, em uma instituição de saúde. Eu vim parar aqui porque ela estava precisando de levantamentos, então tá, tem levantamentos, tem desenhos nossos ainda de antes do Cad.

MCFM: Vou te falar uma coisa: essa sempre foi a maior preocupação minha. Lá na UFF, eu fiquei cinco anos inscrevendo trabalhos nos congressos de arquitetura, na associação de ensino de arquitetura, dizendo que era impossível as escolas de arquitetura não terem formação nessa área. Quando a Maria Elisa foi diretora da escola, ela se convenceu disso. E ela também era presidente da associação brasileira de ensino. Ela conseguiu que se fizesse uma reforma curricular no MEC do curso básico de arquitetura e ela encomendou para mim. Eu e o Cyro [Illidio Corrêa Lyra], que éramos os dois professores, nós montamos cinco ementas de disciplinas, três obrigatórias para os cursos de formação e duas como eletivas para quem quisesse se aprofundar na área.

RGRC: Eu fiz.

MCFM: Ele fez. Ele já fez. Então o MEC aprovou esse curso mínimo em 1996, até 1996 eu acho... 94, foi aprovado em 1994 e até 1996 todos os cursos tinham que ter dentro de sua grade obrigatória disciplinas. Tanto é que você conversa com um jovem arquiteto hoje e ele sabe muito mais de restauração do que os da minha geração. Porque os currículos da minha geração foram construídos na época do modernismo. E o modernismo era completamente preconceituoso.

JMS: Avesso, né?

MCFM: Avesso com qualquer preexistência.

SN: Tinha uma razão para isso.

MCFM: Parte do [inaudível], do espírito do tempo na época. Então as escolas refletiam o pensamento. Então ficaram anos com essa lacuna de não ter esse conhecimento.

RGRC: E o mais grave na história da UFF. É que, na UFF, o curso de arquitetura era ligado ao curso de engenharia. Ainda tinha essa dificuldade a mais.

MCFM: Tinha um caráter tecnicista.

JMS: Porque essa parte dialoga mais com a questão da arte.

RGRC: Exatamente, o currículo hoje da UFF, depois de trinta anos, é muito diferente do que era na nossa época. História da arte, outros tempos, outros estilos, outras linguagens que a gente não falava naquela época. Tudo isso agora é estudado. A questão do patrimônio.

JMS: Maravilha.

MCFM: Mas tem uma outra coisa. Eu, quando entrei, trabalhava com Carlos Nelson. Era da equipe do Carlos Nelson, professora de teoria do setor de teoria. Então ele que montou as ementas de teoria e história da arquitetura, então abrangia toda a produção arquitetônica, porque ele entendia que o arquiteto tinha que conhecer a arquitetura a partir da produção existente. O que se fez.

Agora, o setor é comandado por dois professores que acham que não é necessário estudar arquitetura antiga, nem medieval, nem “renascentista” [renascentista], nem barroca, nem nada. Que a necessidade de estudar é da revolução industrial para cá.

Você estuda na UFF?

NFL: Eu faço História. A gente está com um problema semelhante na História.

MCFM: Quando eu cheguei da Itália, eu dava aula de tudo o que eu tinha aprendido lá. Eu aprendi, nossa, milhões de coisas lá, especialmente nessa área de teoria. Eu podia mostrar fotografias, eu fui no... não só falar da coisa, mas mostrar fotografia. Nada. Pergunta o que é barroco o que é renascimento e ninguém sabe. Só sabem da revolução industrial para cá.

Vocês não querem uma balinha?

[Interrupção para comer a balinha]

JMS: Eu só queria, Renato, eu só queria fazer uma pergunta para ela. Eu queria, aproveitando a minha preocupação também ligada à documentação. Eu ia lhe perguntar sobre o seu vínculo institucional com a Fiocruz. Você mencionou a questão da vinda por contrato no final do ano de 85 e entrando por aqueles três meses em 86, o que coincidiu com o período, também, de criação da casa de Oswaldo Cruz como parte da Fiocruz. O que chegou para nós é que a partir desse momento você era chefe do DPH, do atual DPH. Isso condiz com o que era utilizado na época, como é que era isso?

MCFM: Não, eu fiquei um ano com contratos temporários de três meses. No final desse ano...

JMS: Renovando, né?

MCFM: No final desse ano... eu tenho cópia de todos esses contratos, posso até verificar as datas precisas.

JMS: O que, aliás, só abrindo um parêntese, eu ia lhe fazer um convite. Caso você queria fazer a doação dos seus documentos para nós termos aqui para a posteridade. É uma ótima opção porque aí a gente forma um fundo com as suas imagens e o conjunto da documentação seria maravilhoso. Então assim, o convite está aberto.

MCFM: Tá bom, eu ainda tenho um metro cúbico de coisas, lá em cima do armário, que eu ainda não tive coragem de baixar... ai se eu achar mais alguma coisa.

Então, esse primeiro ano foram contratos temporários. Foram quatro contratos de três meses sem férias, sem décimo terceiro, sem nada. Depois me contrataram com funcionária da Fundação Oswaldo Cruz. Que foi exatamente um ano depois, deve ser ou primeiro de janeiro de 87... acho que foi primeiro de janeiro de 87. E aí eu virei funcionária. Com carteira, essa coisa toda.

RGRC: Foi na mesma época em que você fez, não é Sônia?



MCFM: Não, vocês chegaram...

SN: Eu comecei aqui em 86 e aí, em uma conjuntura específica que estava acontecendo aqui naquele momento. A Fiocruz precisava de funcionários, tinha muita gente se aposentando, tinha um movimento por 90%, sei lá, do salário, tinha uma coisa trabalhista...

RGRC: 150.

SN: 150 e nós ganhamos 90.

MCFM: Porque a inflação era de 80% ao mês.

SN: Por causa disso. E ganhamos 90, não é? E eu cheguei nesse contexto. Ai um dia em março de 87, eu, como um monte de gente, fui chamada lá para assinar a carteira. E aí eu virei funcionária em março de 87. O que você perguntou?

JMS: Se é o mesmo contexto.

SN: É esse o contexto.

MCFM: Mas eu fui antes.

RGRC: É, ela foi um pouquinho antes.

MCFM: A minha carteira eu acho que foi assinada... eu não me lembro. Foram quatro contratos temporários e aí... eu acho que foi em primeiro de janeiro de 87. Deve ter sido. Porque nesse ano de 86 tinha uma confusão de contratação. Tinha.... Todo mundo era contrato temporário. Era alguma coisa assim.

SN: E eu e um monte da casa, um monte de gente da Fiocruz, por uma série de detalhes, que eu não sei dizer qual é. Em março de 87 um monte de gente foi chamado lá. Mas teve todo um contexto. E a Fiocruz estava precisando de quadros.

MCFM: Houve muita confusão. Muita gente não foi contratada. Moveram ações contra o fundo Fiocruz.

SN: Ainda era a COORES, né?

MCFM: A COORES nunca existiu. Isso era um nome que eu inventei.

SN: Um nome fictício, mas...

MCFM: Porque não tinha...

JMS: Não havia.

SN: Mas foi um nome que ficou em documentos aqui na Casa.

RGRC: É, tem, tem documentos...

SN: Era um setor...

MCFM: Não, era a Coordenação de Restauração.

JMS: Acabou se oficializando.

MCFM: Não, eu tenho, na minha carteira de trabalho, escrito: contratada para coordenar os projetos e obras de restauração da Fundação Oswaldo Cruz. Entendeu? Coordenadora. Então tem essa palavra “coordenadora”. Bom, então o que você é? Então é a Coordenação de Restauração. Por isso que saiu a COORES.

JMS: Mas isso já era no âmbito da existência da Casa e do DPH, não?

RGRC: Não, não, nananão. Posso explicar um pouquinho? Eu já estou me intrometendo na...

JMS: Mas eu acho que essa troca é importante.

SN: Nós somos da mesma época. É difícil...

JMS: Mas isso é fundamental.

RGRC: Você tem que entender dois movimentos, Jéferson, um assim: em 86 com a chegada da Cristina e do Arouca, montando esses trabalhos emergenciais. Ai, foi criada essa coordenação, ao mesmo tempo em que estava sendo montada uma parte do que é a casa hoje. A parte de conservação, restauração, o que hoje nós chamamos de departamento de patrimônio histórico veio em 89 e virou um departamento.

JMS: 89...

MCFM: Depois da construção da Torre. A Torre ainda foi construída pela coordenação da COORES na prefeitura do *campus*. As licitações eram todas feitas pelo setor de engenharia da prefeitura do *campus*. Eu acompanhava essas licitações, os projetos eram produzidos lá. Enfim, era tudo feito lá.

RGRC: Agora, porque em 89 se pensou em criar um departamento? Porque já tínhamos nós, eu, Sônia, Benedito [Tadeu de Oliveira], Marcos [José de Araújo Pinheiro], Bettina [Lourenço] foi chegando...

JMS: Já tinha uma equipe.

RGRC: Já tinha uma equipe mínima, mas tinha. Tinha uma secretaria e tudo. E havia um entendimento de que, qualquer coisa você me corrige, de que esse trabalho deveria ser um trabalho de continuidade. Acabadas as obras haveria a necessidade de se manter uma manutenção, o que foi feito. Então por isso que houve um movimento para que a gente virasse um departamento da Casa.

MCFM: Houve uma discussão aí.

RGRC: Que não foi uma coisa muito tranquila, não.

MCFM: Não foi muito tranquilo, porque a ideia.... Com isso nós já tínhamos noção da grandiosidade desse projeto, da complexidade desse conjunto e que uma equipe mínima seria necessária para coordenar essas obras. Isso já estava claro para todo mundo. E não adiantava nada a gente ter esse esforço enorme para restaurar, vai todo mundo embora e aí fica como todas

as instituições brasileiras... “ah... caiu. Vamos fazer uma licitação para...”. Sem uma memória da coisa, sem o não sei o que. Entendeu?

O que foi pensado em primeiro lugar: esse patrimônio é de todos. E se esse patrimônio é de todos, então a gente tem que organizar um jeito de isso continuar bem feito. Porque senão morre na praia. Não adianta. E, aí, o Gadelha, que era diretor da Casa na época, ele propôs que se criasse um núcleo. A estrutura administrativa de núcleo na época, eu não sei se ainda é assim, era que ele poderia se desfazer conforme decisões políticas.

Como a gente estava vivenciando o desgaste desse patrimônio exatamente por questões políticas entre as pessoas que comandavam esse espaço, eu, no caso eu era a chefe, batalhei para que em vez de núcleo fosse criado um departamento, porque a estrutura de departamento seria permanente. Enquanto que a estrutura de núcleo estava sujeita a mudança de chefia e aí podia desaparecer. Quantos núcleos desapareceram?

Então como a gente, bem eu achava que deveria continuar, mesmo... O meu tempo, que eu havia combinado com o Arouca já tinha ultrapassado, já estava a mais de três anos. Eu achava que eu ia fazer isso tudo em três anos. Eu fiquei aqui seis anos, totalmente. Então eu queria deixar uma coisa consolidada e permanente.

SN: E isso venceu.

MCFM: Venceu. No final vencemos. Foi construído... aí apareceu o DPH. E, naturalmente, como eu estava à frente, fui chefe do departamento. Só que paralelamente eu continuava professora. Então houve um momento em que eu... o MEC exigiu uma mudança contratual dos professores. Você só pode acumular 60 horas na carteira de trabalho e o meu contrato e o meu contrato com a UFF era de 40 horas e aqui era de 40 horas. Então eu tinha que optar. Então eu passei para 20 horas aqui, já que as coisas já estavam encaminhadas, já estava armando a minha saída e deixei a chefia, por que com vinte horas não podia ser chefe. Fiquei 40 [anos] na UFF e 20 [anos] aqui. Eu fiquei mais um tempinho e aí eu pedi demissão.

JMS: Você lembra da época, mais ou menos?

MCFM: Que eu passei para vinte horas?

JMS: É. Isso já é na década de 90, talvez?

MCFM: Não, eu sei que a Torre toda eu estava de Chefe. Acho que o ano seguinte... acho que 90. Agora eu tenho que ver.

JMS: Eu estou lhe perguntando isso pelo seguinte: uma parte da documentação de imagens que nós recebemos aqui faz referência ao ano de 1993 e isso também era uma questão que a gente queria...

MCFM: 93?

JMS: Não é Ninna? A Ninna tem mais detalhes, tem até o nome do fotógrafo.

NFL: É, 93, e o fotógrafo, se eu não me engano é o seu irmão, o Eduardo Mello, ele é seu irmão?

MCFM: É, é o meu irmão. Não.... Eu saí daqui antes, eu fui eleita chefe de departamento ai eu tive que sair mesmo.

JMS: Chefe de departamento na UFF, no caso?

MCFM: É, foi...

RGRC: 90...?

MCFM: Quando é que a Torre Norte recebeu o prêmio no IAB?

RGRC: Noventa... eu tenho isso no meu currículo, agora de cabeça.... Eu sei que aquele contrato com a Norquisa foi em...

MCFM: não foi em 89?

RGRC: ou em 89 ou 90, foi por aí.

MCFM: Eu acho que é 89. Então eu saí, acho que na data da... Em novembro de 89.

RGRC: Eu me lembro que esse financiamento da Norquisa, dessas empresas químicas, foi de 89 a 92. Isso eu tenho gravado lá no meu contrato. Então quando veio esse... você já tinha saído, quando veio esse financiamento?

MCFM: Não, o financiamento veio, aquela solenidade da assinatura do financiamento eu era ainda chefe.

SN: A Casa criou a SPCOC para isso.

MCFM: Exatamente.

SN: Um outro parâmetro é o [Fernando] Collor.

MCFM: Então, aí, teve essa premiação. Teve um conjunto de coisas que favoreceu o recebimento desse financiamento. E, aí, eu acho que eu saí, eu me lembro que no IAB, me chamaram no IAB... Essa história vocês sabem, não é?

RGRC: Sabemos.

MCFM: A gente montou as pranchas, você estava? Montamos as pranchas para o concurso do IAB, foi a última coisa que eu fiz aqui, com a história da obra, para mandar para o concurso com nome da equipe... Só que, no CREA, eu aprovei o projeto de restauração no CREA e no IPHAN. Quando eu fiz esse projeto de restauração da Torre não tinha ainda todo mundo na equipe, então eu tive que aprovar com o meu nome. Eu era a única arquiteta que poderia assinar aquele projeto. Então foi aprovada a torre primeiro, só a Torre, mesmo que a gente estava fazendo tudo porque a Torre estava caindo. Assinatura do Gadelha, tudo direitinho, "tá" lá, no CREA. Então eu era a autora do projeto.

Então eu saí, entre a entrega desse material para a premiação do IAB e a premiação de fato. Nós fomos premiados, aí, me ligaram do IAB: “Cristina, tem uma confusão aqui. A gente sabe que você é a autora desse projeto, mas aqui está o nome de autor o Benedito...”

RGRC: Tadeu de Oliveira... E a equipe atrás.

MCFM: Eu falei “ué? Sim ele trabalha, lá, na Fiocruz, ele faz parte da equipe, mas a autoria do projeto é minha” “Ah, então a gente vai ter que mudar”. Fizeram uma reunião, eu levei a documentação do CREA, levei a documentação do IPHAN, levei a documentação de todo mundo...

RGRC: foi uma coisa tensa.

MCFM: Foi. Foi uma coisa tensa. Muito chata.

SN: Nossa, eu deletei isso.

MCFM: Muito chata, porque se a Torre cai quem vai para a cadeia sou eu. Porque eu sou a autora do projeto, então para ganhar prêmio, quem ganha prêmio sou eu. Não é uma questão institucional, não é a Fundação Oswaldo Cruz que vai para a cadeia porque a torre caiu. Vai o responsável técnico pela obra. Então essa é a lei. Então, a coisa ficou mudada em torno de questões políticas, eu já não estava mais aqui, não precisava mais aparecer.... Foi muito chato. Foi uma despedida muito chata da Fiocruz.

Mas enfim, tudo passou, já se passaram 30 anos e eu não estou nem aí, para esse tipo de lembrança. É só porque você está fazendo eu lembrar. Aí a gente lembra de tudo. A gente não pode só lembrar...

RGRC: ...das coisas boas, né?

JMS: Eu estou lhe perguntando isso porque a informação que a gente tem é que você teria ficado aqui até 91, então isso, não seria necessariamente verdade?

MCFM: Eu fiquei até a época da premiação se você achar a data da premiação.

JMS: Vamos ver se a gente descobre essa data.

MCFM: Se eu entrei em 85, eu fiquei seis anos.... Então, 85... 91.

JMS: 93, então, como aparece nos registros...

RGRC: Não, é um retorno que ela faz com o irmão.

JMS: Ah, só para fotografar mesmo.

MCFM: Eu vim visitar.

JMS: Então, Ninna, tem que anotar isso, é em questão realmente uma visita.

MCFM: É em 91, exatamente. Agora eu estou lembrando. Novembro de 91, foi quando eu fui chefe de departamento. Eu fui chefe de departamento em 92 e 93.

JMS: Então é isso. Ninna, você disse que tem um conjunto de fotos não identificadas? Não é isso? Umas 11 fotos, era bom separar depois, antes de a gente finalizar para ver se a Maria Cristina consegue dar uma olhada.

MCFM: Mas eu acho, quer dizer, resumindo tudo. Tudo o que aconteceu, assim, eu fico muito feliz, feliz de ver que as preocupações nossas na época, de andar em todas essas frentes, na prevenção, nas emergências, nos layouts condizentes, na educação patrimonial.... Quer dizer, todas as nossas preocupações eram sementes do que há agora. Foi muito legal, foi um pensamento bem progressista, bem solidário. Não era uma coisa mesquinha nem lucrativa, como ocorre hoje nesse tipo de empreendimento. Foi um tempo...

RGRC: Os tempos heroicos.

MCFM: Não, um tempo de valores morais, valores intelectuais, valores solidários. Era uma coisa... Tinha um espírito...

JMS: Era diferente. A década de 80 era uma conjuntura diferente.

MCFM: Tinha assim, “não a gente tem que trabalhar sábado”, então “vambora”. Vinha com mau-humor mas vinha. Trabalhava sábado. Tinha que sair mais tarde, tinha que não sei o que... tinha um... O meu objetivo era o trabalho bem realizado. Não era aquela coisa de bater ponto de 8 às 5. Era um trabalho. Isso que unia as pessoas, era um trabalho legal.

JMS: havia entrega, né? As pessoas se dedicavam.

MCFM: É, e a noção de que era uma coisa para todos. A gente estava mexendo em um patrimônio que era bem geral, não era nosso. Então era uma responsabilidade grande. Tinha que sair direito.

E eu particularmente tinha muita amizade pelo Sérgio Arouca, ele foi.... Eu agradeço a oportunidade que ele me deu. Ele me confiou uma tarefa enorme e ele sustentava, ele apoiava, ele acreditava. Tanto é que não existia a Casa de Oswaldo Cruz. Ele do mesmo jeito apoiou tantas outras pessoas que tinham projetos muito legais. Até a área de oficinas que era muito precária na época tinha o Elio Grossman, ele deu uma melhorada na questão da mão-de-obra da Fundação Oswaldo Cruz. Eu não sei como está hoje, eu não sei nem se ainda existe.

RGRC: Não, ele eu acho que não está mais...

SN: Aconteceram tantas coisas, tantos contextos.

MCFM: Não, o Hélio dá aula eu acho. Ele dá aula na escola que eu sei. Fez doutorado e tal. Mas o que eu estou dizendo é que a área da prefeitura do *campus* era muito precária. Então houve também um movimento de qualificar as pessoas. Eu convivi muito com esses operários, cada um tinha uma história. E muita gente era um pouco ociosa, um pouco assim... né? Por falta de

perspectiva, por falta de.... Muitos mudaram de atitude. Esses que se envolveram no curso, todos eles mudaram de atitude. Eles passaram a fiscalizar os colegas, ensinar os colegas. Isso é genial.

JMS: Excepcional. Excepcional. Você vê que ali é a semente da educação patrimonial, oficina escola, tudo isso. Maior barato. É um barato acontecer isso tudo.

MCFM: Não, é muito bom saber que eles continuaram.

SN: Ali estão as origens. Na existência do DPH, muitas conquistas foram... Mas a origem toda é essa aí.

JMS: Exatamente.

RGRC: Olha, aqui das perguntas acho que está tudo... não sei se vocês querem dar mais uma olhada, mas acho que está tudo aqui.

JMS: Ninna, você lembra alguma coisa a mais da documentação?

NFL: a gente tinha uma última dúvida, em relação àquele pôster.

RGRC: ainda tem as imagens, não é isso?

MCFM: Uma linha só?

RGRC: O que é?

MCFM: “Você teve outras experiências em projetos de restauração?”

RGRC: Ah, bom, depois da sua saída da Fiocruz.

MCFM: Nossa, várias.

SN: com certeza, né?

MCFM: Esse últimos vinte e três anos...

SN: Só viveu para isso, né Cris? Agora são os netos, mas antes dos netos.

MCFM: Deixa eu escrever aqui, resumidamente para eu entender aqui.

...

[Mostramos três pôsteres da tese da Cristina para esclarecer uma dúvida quanto à data de algumas fotografias]

SN: Esse são da tese?

JMS: É, da tese dela.

NFL: a gente tinha uma dúvida. Bobagem, é só a incongruência de uma data.

JMS: É, não. Agora você esclareceu um monte de coisa, eu acho que fica.... Deixa eu ver se eu entendi direito. Aqui, esse documento que você apresentou, lá, tem a data de ano letivo de 87-88. Aqui o seu nome e o ano acadêmico de 87 e 88, que foi o ano em que você...

MCFM: Que eu defendi.

JMS: Que defendeu. Mas aqui nós temos as tais imagens da reforma da Torre Norte que estão datadas de 89, então nós tínhamos um pouco de...

MCFM: Não. Essas fotos são do levantamento que eu fiz, esse é o levantamento. Então havia um andaime para aquela obra precária que estava em andamento. Então são todas as fotos do levantamento, se você ver tem a numeração relativa, aqui: 1, 2 e tal.

Essa aqui é uma avaliação do estado da Torre como eu encontrei. Então isso até... por exemplo, tem as cores. Deixa eu ver se eu lembro.

JMS: Quer que eu vire para você?

MCFM: “Elementos substituídos; elementos reforçados com....

SN: [inaudível]

MCFM: Solda

SN: elementos reforçados com ... [inaudível].

MCFM: Lacunas. Então, quando eu cheguei, a Torre estava assim. Então tem todas as faces. Foi feito um levantamento de todas as faces. E essas eram as fotos correspondentes. Desenho da Sônia, isso aqui.

SN: É? Eu sei que eu desenhei muito das Torres, agora se é....

MCFM: É, todo mundo desenhou.

RGRC: acho que esse é o meu desenho.

MCFM: Renato desenhou, todo mundo desenhou.

JMS: Então essas fotos aqui, elas não são da reforma, elas são do levantamento mesmo.

MCFM: Essas são do levantamento.

JMS: Então os andaimes são da obra...

MCFM: Aqui “*Rilievo*”, *rilievo* é levantamento. Então, foi como eu encontrei a Torre. Depois de três anos...

SN: E essa foto famosa é histórica. É do acervo.

MCFM: Essa, essa é histórica.

SN: Como estava quando chegamos. Porque esse piso...

MCFM: Essa data não é histórica, não. Esse piso é de cimento.

SN: Histórica considerando o nosso tempo de hoje.

MCFM: Esse é o estado em que ela estava.

RGRC: É, isso aqui é anos 70.

SN: Quando a Cristina chegou.

MCFM: O piso era de cimento.

SN: Por isso que eu digo histórica, mas o piso já não era original...

MCFM: Nossa, tem muito tempo que eu não vejo isso. Está vendo? Tem todas as faces. Tem a situação de cada perfil. Eu entreguei esse material para (?). Esse levantamento a gente fez. A



foto é da face que não tinha sido destruída. É essa. Então, umas estavam inteiras. Estava assim quando eu peguei a Torre.

E aí, esse projeto é interessante. Eu não sei se foi mantido isso... Porque foi retirado placas, eram 324 placas, foi retirado uma face da original. Primeiro que o cimento era muito melhor. É cimento inglês, muito menos poroso e não sei o que. Todos os outros foram refeitos, mas a gente manteve uma face.

Isso fez um sucesso na Itália. Quando eu defendi a tese, quando eu expliquei que tem uma face original para mostrar, porque faz parte da metodologia. Você deixar um pedaço do original para você poder comparar o que você fez, o que era. E uma face foi recomposta com os perfis originais.

SN: E tem foto, lá, dela, da Torre (não compreendi o resto)

MCFM: Vocês só têm essas três?

JMS: Nós estamos com essas três plantas. Com esse conjunto aqui.

MCFM: Só essas?

RGRC: Foi o que você me entregou.

MCFM: Ah, é?

JMS: Então, é o que eu estou falando, estamos abertos a receber doações.

MCFM: Eu joguei fora o resto.

RGRC: Jogou fora?

NFL: Aqui, tem essas fotos aqui também que a gente não sabe de onde é.

MCFM: Ah, isso aqui é o buraco.

RGRC: Ah...

SN: Já me arrastei muito nesse buraco.

RGRC: Eu também. Nossos apelidos era tatu e tatuzinho.

JMS: Tatu e tatuzinho? Agora tem o tatuzão, né?

SN: Mas poucos sabem, não espalha.

MCFM: Essas fotos. Existe uma laje dupla, terraço e....

JMS: Isso é Pavilhão Mourisco?

MCFM: Pavilhão Mourisco.

RGRC: Isso é um entreteto. O teto da biblioteca e o piso da biblioteca. Tem um vão. Então foi feita uma prospecção.

MCFM: “Tá” vendo, isso aqui...

JMS: Ah, isso tem a ver com a tal infiltração que você...

MCFM: A infiltração na biblioteca. Então a gente entrou no buraco, você vê que os perfis estão todos corroídos, aqui tem mancha d'água. Quer dizer, os perfis pequenos. Esse grandão...

Então, é assim. Tadinha, ela está perdida, está me mostrando a foto assim.

NFL: O chão está embaixo, né?

MCFM: Esse, eu entrei aí com o [inaudível]. Essas foram as fotos que a gente fez na primeira entrada lá.

RGRC: A Odaléa [Sabino Alves] até hoje fala, tatu e tatuzinho.

SN: Ela é boa de apelido, né? Gente, vê eu estou [inaudível]. A partir da obra da Torre Norte, depois de ter várias intervenções lá, desde esse início, desde os primórdios, eram fotógrafos, sempre foram fotógrafos daqui da casa...

RGRC: Era o Flávio, né?

SN: E... eu não sei quando foi criada o DAD, enquanto DAD, mas essas coisa de trabalhar com imagens desde os primórdios da Casa, não é?

JMS: Sim.

SN: Era quem? Você falou.

RGRC: Flávio.

SN: Flávio. Ai, a Cristina lembra, tudo que foi intervenção a partir da Torre Norte tinha... a Cristina fotografava muita coisa por conta própria, mas sempre tinha... a gente chamava e vinha um fotógrafo daqui. E se penduravam e... Então, assim, isso está sempre. Me vem à mente também essa questão. Tem muita, muita foto, muita foto. Ai, desculpe atrapalhar a entrevista, mas é uma questão que eu sempre me coloco. A gente fica distante, sei lá, essas coisas. A gente está perto e está longe em suma. Mas já aproveitando esse momento aqui, todas essas fotos antigas, na época em que, cara, isso aqui é da época em que era só papel, era foto revelada.

MCFM: Custava caro essa brincadeira.

SN: E era caro. Então, hoje tem outras tecnologias.

MCFM: Mas, por exemplo, o fotógrafo, mesmo se ele quisesse entrar nesse buraco, o que ele ia fotografar? Ele não sabia, não saberia. Por isso que eu fotografava.

SN: Ah, essas são suas.

MCFM: São minhas.

SN: Ah, tá. Porque você doou...

MCFM: Ele não sabe.... Aí, você vê que...

SN: É, você fotografava tudo.

MCFM: A qualidade técnica não era muita. Mas se eu chamasse um fotógrafo, lá, para o buraco, ele não ia achar graça nenhuma em fotografar aquilo. Talvez tirasse uma foto geral, mas, por

exemplo, eu ia fotografar os problemas, com olhar de.... Porque é um instrumento para auxiliar no projeto.

SN: Então, nesse sentido, a minha pergunta é uma outra curiosidade extra.... Porque ela fotografava tudo mesmo, tinha máquina, tinha esse interesse... arquiteto gosta disso também. Mas eu digo o seguinte: onde, onde está aqui aquele monte...

JMS: Está aqui conosco. Assim, eu não sei se tudo a que você se refere está aqui, mas nós temos um quantitativo grande de diapositivos, que são transparências, e muitas fotos, que são do nosso arquivo COC, que são desses fotógrafos institucionais. Parte desse material vai entrar agora para organização. Inclusive é uma prioridade do PQ agora para esse ano é que o fundo COC esteja organizado.

SN: É que a minha pergunta é bem específica. As fotos, trezentos e cinquenta milhões de fotos foram tiradas de todas as nossas obras a partir da Torre Norte. Porque sempre, periodicamente, ia um fotógrafo.

JMS: A Aline pode até te informar melhor sobre isso em uma outra hora, você querendo falar com ela, porque ela conhece mais...

MCFM: Mas, ô, Sônia, como a gente...

SN: Porque era uma obrigação da Casa.

MCFM: Sim, mas como a gente não tinha dinheiro, vivia a base da penúria...

[Interrupção para apresentação da Cristina à Aline Lacerda, chefe do DAD/COC]

RGRC: Cristina, deixa eu te apresentar a Aline, ela é a chefe do

AL: Ah, você é a titular do acervo.

RGRC: ... ela está chefe agora do departamento de arquivo e documentação.

MCFM: Legal, parabéns.

RGRC: nós somos colegas dos cursos, professores.

AL: Aí, que bom que você está aqui para poder identificar, ajudar. Isso é um luxo para a gente. Ter gente para identificar o acervo, dar sentido. Porque senão...

MCFM: Tem que aproveitar antes que eu morra.

AL: Imagina. Tá longe disso.

MCFM: então tem que ser logo.

RGRC: Mas a Sônia depois vai te...

AL: Sônia!

SN: Não é porque... é difícil. A estrela é ela, mas os antigos, ainda mais que nós já conversamos com ela, aí a gente fica se intrometendo na entrevista, se bem que já acabou, já tá no final.

AL: Ah, mas tem uma memória individual e a coletiva ajuda também.

SN: Memória coletiva, é isso aí. Então, Jéferson, a gente está falando de fotos e tem uma coisa que sempre me intrigou... é falta de tempo, sei lá... Esse, enquanto trabalho da Casa, que acompanhou as nossas obras desde os primórdios.... É, assim, aonde estão essas fotos, se elas estão aqui. Estão guardadas, cuidadas, sei lá? Filmes, aqueles filmes...

JMS: Então, é como eu estou te falando. Existe um quantitativo muito grande de imagens aqui que são originárias dos nossos fotógrafos institucionais.

SN: Das obras, das intervenções?

JMS: Então, é isso o que eu queria lhe dizer. Eu não sei te dar um panorama geral, para te dizer assim: “temos um quantitativo de obras que é representativo”. Isso, aí, eu não sei te dizer. Até porque, eu ainda não trabalhei com esse material.

Esse é um material que ainda...

RGRC: ... [inaudível]

JMS: Não, ele está acondicionado, está separado por fotógrafo, mas ainda não houve.... Acredito eu que ainda não tenha havido...

RGRC: Não, eu digo... [inaudível]

SN: Ah, é? Estão misturados os assuntos?

JMS: Não, geralmente você mantém uma certa ordem. Porque nunca vem completamente... geralmente você vai ter pelo fotógrafo. E você.... Quando mandam para cá, geralmente você... tenta se mandar por uma certa lógica. Dificilmente vai ter uma mistura...

SN: Tem vários usos, né?

JMS: ... pode ter uma confusãozinha ou outra, mas...

RGRC: sim, sim, sim.... Não está separado em obras, não?

JMS: Não, ainda não. Ainda não tenho organização. Para isso eu precisaria da organização arquivística. Então isso ainda é uma etapa.

RGRC: É isso que eu estou te falando.

SN: Ah, já é uma informação. Um dia alguém podia fazer isso. Porque tem tantas fotos.

JMS: Não, isso está no PQ. PQ COC, para esse próximo período agora para aqui, enquanto meta do DAD é organizar o fundo COC. Que também é intextual, tem muita coisa, quer dizer, é um empreendimento, é uma empreitada.

SN: Então, minha pergunta procede e agora eu estou tendo essa notícia. Era isso o que eu queria saber.

JMS: E é uma empreitada, assim, de envergadura.

SN: É, muita coisa.

RGRC: Inclusive aquelas fotos que estavam lá no DPH já vieram para cá? Porque a gente tem uma coleção enorme de fotos lá.

JMS: Não sei te dizer. Bem, se tem, tinha que vir. O ideal...

SN: Mas sabe o porquê? Acontece o seguinte: depois de tantos meandros, tantos atores, tantas gerações depois que a Cristina saiu. Estamos, o que, na quinta geração? Mas é o seguinte: em muitas situações o PDH, para várias finalidades, pedia cópias. Então, o grosso está aqui, o grosso tem que estar aqui. Pedia cópias para várias coisas, antes da digitalização... entendeu? Essas coisas, tem essa tecnologia que vai mudando.

JMS: Então, como eu estava te falando, quando eu falei que você podia se reportar à Aline é porque, assim, detalhes especificamente sobre a composição desse material que está aqui, quem deve ter mais detalhes sobre isso é a Aline, que ela deve ter uma noção melhor.

SN: Não, minha curiosidade não é nem porque eu queria fazer algo específico. É porque eu sou antiga e....

JMS: Não, eu entendi, claro, claro. De estar disponível, de estar organizado.

SN: É que eu me lembro de quantas fotos já tiramos e sempre ficou essa coisa “onde está?”.

JMS: Bom, Ninna você tem mais alguma pergunta? Temos mais alguma dúvida com relação ao material.

MCFM: Você quer que eu coloque só os que receberam prêmios, ou todos? Todos não cabem aqui. Experiências em projetos de restauração.

RGRC: Se você quiser falar...

JMS: Você quer receber isso por e-mail, depois, Maria Cristina? E depois com calma acrescentar as informações e enviar novamente? Ou não.

MCFM: Não está bom, não?

JMS: Não, eu estou te falando, caso, né? Não ficar te dando trabalho, ter que escrever um monte de coisa aí.

(Risos)

SN: Quer fazer um último depoimento aqui agora?

RGRC: É, se quiser falar disso aqui em palavras, a gente tenta depois...

MCFM: Aqui, acho que a coisa mais importante que aconteceu na UFF foi essa coisa de colaborar na mudança curricular, que já está gravado aí. O currículo mínimo, né?

Isso eu acho que... é engraçado, a gente faz umas coisas.... Para mim isso tem a maior importância. Não é nada...

JMS: É claro que é. Isso é fundamental.

SN: É claro que é importante.

MCFM: Não é nada. Mas foram cinco anos de batalha, escrevendo papel, convencendo as pessoas.

SN: Eu me lembro disso.

MCFM: Não, e tem uma consequência gravíssima. Porque você tem a Lei de licitações 8666 ou 6866...

SN: Ainda existe.

RGRC: 8666.

MCFM: Existe. Tem aquele item em que projeto de restauração é excepcionalidade, não tem licitação e você ganha 15% a mais. O que promovia, eu vivendo no meio, o que promovia uma roubalheira danada. Porque você chamava o amigo que sabia uma reforma, dizia que ele era restaurador, não tinha licitação e ainda ganhava 15% a mais. Eu achava aquilo um absurdo, entendeu, então? Essa excepcionalidade. Ai, o argumento era esse, “Mas nos cursos de arquitetura você não tem essas disciplinas”. Então para consertar essa roubalheira você tinha que também...

JMS: Criar uma mudança dessa envergadura.

MCFM: ...criar uma mudança no currículo. Só que a roubalheira continua, a lei de continua, a excepcionalidade continua...

NFL: Só o currículo mudou.

MCFM: ...sem argumentos. Mas, quer dizer...

SN: Esses 15% ainda existe?

RGRC: Também não sabia disso não.

MCFM: 15%. De projeto. Projeto de restauração é 15% a mais.

SN: Gente... eu não sabia disso não.

JMS: E ainda vigora esse item?

MCFM: Mas o projeto, eu acredito que seja justo. Porque, como pressupõe... você viu o levantamento, esse levantamento dá um trabalho do cão. Um projeto novo, você tem ali o terreninho zero quilômetros. Você não tem esse levantamento viga por viga. Então ele custar 15% a mais, um projeto de restauração, se ele é feito dentro dos.... Eu acho justo.

JMS: Eu acho que o maior problema seria a ausência de licitação.

MCFM: o Maior problema é a ausência de licitação.

RGRC: O que se exige agora é que a empresa tenha uma certa...

JMS: notoriedade?

RGRC: Não. Experiência. Prática. O que não é fácil.

MCFM: Mas isso sempre se exigiu. Para você dizer... Sempre exigiu uma certa experiência. Acontece que essa experiência não era nunca muito bem comprovada.

JMS: E é difícil a comprovação.

RGRC: Porque eram poucos trabalhos de restauro.

MCFM: Porque exigia titulação do autor do projeto. E as pessoas não tinham essa titulação, porque também não tinham cursos no Brasil. E tinham muitos apadrinhamentos, por conta dessa facilidade. E eu achava assim... Como cidadã, se eu estava achando ruim eu tinha que fazer alguma coisa. Não ficar só achando ruim do lado de fora.

SN: É, você fez a sua parte.

MCFM: Bom, para mim o trabalho mais importante que eu fiz na UFF foi esse. Foi trabalhar na reforma curricular.

JMS: É uma coisa que fica.

MCFM: Além dos trinta anos de orientação de trabalhos, aulas...

RGRC: E a formação de pessoas, não é? Eu sou um exemplo disso aí.

JMS: Quer dizer que só tem “uffiano” aqui. Eu também sou da UFF, mas a minha formação é outra. Em ciências sociais.

MCFM: É, a UFF era uma boa universidade. Não sei como está agora. Eu acredito que no começo principalmente... Mas também, as pessoas tinham essa garra... De fazer uma universidade diferente da UFRJ, fazer um negócio mais voltado para...

SN: E os jovens que chegavam da UFF a gente sentia uma diferença.

RGRC: Sim, a gente sentiu.

MCFM: É.... tinha mais conteúdo.

RGRC: A maioria dos nossos estagiários na época era da UFF.

MCFM: Tinha conteúdo, né? Tinha mais conteúdo. Bom, o Carlos Nelson [Ferreira dos Santos] realmente.... Eu tiro o chapéu para ele até hoje. Ele era inovador, um cara muito inteligente. Excepcional. A mim, ele me formou. Ele era mais velho que eu, eu trabalhei com ele como estagiária, na Maré lá. A gente ia... é impressionante. O cara ia em lamaçal, e “Vambora! Vamos lá!”. Fazia levantamento de favela... Eu fui formada em um espírito...

RGRC: Empreendedor.

MCFM: Não, socialista.... Assim, olhar para os desfavorecidos.

JMS: É, eu acho que isso é uma coisa, como a gente está falando, acho que uma coisa do contexto da década de 80. Você vê que as mudanças da reforma sanitária, o SUS, tudo surge em um mesmo contexto de contestação, de luta por justiça social. Eu acho que isso respingava, o

que acontece hoje em um sentido contrário. Hoje há um processo de individualização muito forte, cada um só quer saber de si mesmo.

SN: Não foi por acaso o Arouca te chamar para começar esse trabalho aqui.

RGRC: Não, ele ter vindo, não é?

SN: É, antes ele ter vindo, mas ele estando ali.

JMS: É, em 85.

MCFM: Éramos todos ali... vivemos todos nesse..., mas eu estava no meu primeiro ano da faculdade fui trabalhar com Carlos Nelson na organização do Brás de Pino. Setenta e... que setenta? Sessenta e nove. E era ditadura militar barra pesada. Nunca ninguém tinha ouvido falar em organização de favela. Favela era remoção. Os militares chegavam e incendiavam as favelas, as pessoas tinham que sair correndo, tipo o corte do Cantagalo, coisa assim.

E o Carlos Nelson vem com uma proposta de urbanização, instala um escritório dentro do Brás de Pino para ouvir as pessoas, consegue financiamento de material de construção, consegue organizar a população em mutirão, coordena aquilo ali. É genial. Você, na faculdade, trabalhar em um projeto desses muda você para sempre. Você nunca mais vai querer outra coisa menos inteligente. É genial.

E nesse escritório, vieram as pessoas, fizeram quatro tipos de plantas. E nesses quatro tipos de planta, se a pessoa não quisesse escolher, eles ainda faziam uma outra planta de acordo. Eu nunca esqueço uma costureira que tinha quatro filhos, não tinha marido, era viúva. Ela costurava em casa. Ela queria uma casa assim, com quarto, um corredor bem largo e a cozinha aqui atrás. Ela trabalhava no meio do corredor. Arquitetonicamente era uma coisa muito louca, o corredor era quase da largura do quarto. Mas ela costurava em casa e ela podia ver os quatro filhos escovando o dente, indo almoçar, saindo para a escola... trabalhando do corredor.

JMS: Para ela era funcional, né?

MCFM: Então eles respeitavam esse tipo de depoimento.

JMS: Sensacional.

MCFM: É sensacional. Eu fui formada assim, então...

RGRC: Não sei se você sabe, Cristina, mas a gente ganhou o acervo do Anthony Leeds. A Casa agora está com o acervo do Anthony Leeds. Sobre favelas, está tudo aqui com a gente.

JMS: Sobre favelas. Ele é antropólogo, então ele fazia estudo de comunidades dentro de favelas etc. Tem a exposição que estava lá...

RGRC: ...que estava, lá, no Museu da República.

JMS: É aberta ao público. Linda, linda a exposição.



MCFM: É? Vocês têm espaço para guardar acervo? O que tem de gente querendo doar acervo, biblioteca. Chamei a Mônica lá em casa dei, enchi o carro dela de livro. Enchi o carro dela. Eu falei “Oh, você quer uns livrinhos? Então leva”. Tudo de arquitetura. Aliás, se vocês quiserem, tenho um monte de livro.

JMS: Mas olha então...

RGRC: Era isso que eu ia te falar.

JMS: Nós aqui do departamento, uma das nossas atribuições é o recolhimento de documentos e livros a gente encaminha para a biblioteca. O pessoal da biblioteca acompanha essa avaliação inicial para ver o que é de interesse.

Mas é muito interesse nosso adquirir material de pessoas como você, Maria Cristina, que tem uma história com a instituição, que tem uma história com o próprio processo de formação dessa área de educação patrimonial. Enfim, tudo o que a gente dialoga, para nós é muito interessante. Havendo a sua vontade, havendo a sua disposição de fazer essa doação para nós será.

MCFM: E vocês aceitam livros em língua estrangeira?

JMS: Aceita. Livros, assim, eu não tenho competência para avaliar. Nós temos a biblioteca do quarto andar. E a gente faz uma equipe multi-profissional. Quando a gente vai ao local avaliar o acervo, vai um conservador de documentos, que nós temos um setor de conservação; vamos nós, aqui do departamento; vai um pessoal da biblioteca; vai um pessoal do museu da vida, quando tem objeto tridimensional. A gente forma um grupo de mais ou menos cinco pessoas, visita o local onde está localizado e aí faz esse tipo de triagem. Então é o pessoal da biblioteca que vai poder avaliar se interessa, não interessa, por que interessa, por que não interessa. Porque tem a ver com a própria especialização da biblioteca. No nosso caso é um pouco diferente, porque tem mais a ver com o doador, com quem é a figura, com quem aquela documentação representa do que, entendeu? Então para nós é um pouco diferente.

MCFM: Eu tenho livros em italiano, porque eu estudei lá...

JMS: Mas isso, a princípio não é um problema.

MCFM: Não é? Eu já fui na UFF tentar doar, porque é em italiano; já fui na prefeitura, no setor de patrimônio, não querem porque é em italiano.

RGRC: Nós estamos agora, não sei se você sabe, nós estamos com um curso de mestrado profissional em gestão e preservação do patrimônio cultural.

MCFM: Mas eu tenho em francês, inglês e italiano...

RGRC: Nossos alunos vão usar isso.

MCFM: ...e tenho muita fotocópia de livro esgotado e não reeditado.

JMS: Olha isso! Olha isso!

MCFM: De estruturas, nossa, tenho aquelas coleções todas, inglesas e francesas...

RGRC: Seria um ótimo acervo aí para o nosso mestrado.

MCFM: Ah, eu vou doar então para vocês. Porque na minha família ninguém se interessa, os meus amigos não se interessam, os lugares que eu trabalhei não se interessam, a prefeitura não se interessa. E eu não quero que vire papel de embrulhar peixe. Se eu jogar fora...

SN: O próprio DPH, tem uma especificidade da missão do DPH, nós temos, fomos criando uma biblioteca dentro do DPH. Então...

JMS: Se não interessar para o quarto andar, deve interessar para o DPH.

SN: Deve ter livros que interessam ao DPH. Principalmente os italianos.

MCFM: Tem trabalhos, assim, do... restauro arqueológico do fórum romano. Então não sei se.... Então, umas coisas assim...

SN: Para nós interessa. Para o DPH é claro que sim.

MCFM: Metodologia... bom, eu tenho um material que é para estudioso. É isso o que eu quero dizer. Só serve para estudioso. Não é o tipo de material para uma biblioteca comunitária.

SN: De repente, títulos que já estão esgotados, títulos que você não vai achar em qualquer lugar... Mas, então, nessa equipe que você está falando aí, tem que ir alguém do DPH.

JMS: Claro. Nesse caso sim. Porque o DPH quase nunca vai, porque o DPH liga com as edificações e a gente não recolhe as edificações.

SN: Mas a gente tem uma bibliografia específica. Aí no caso.

JMS: Está certo, nesse caso sim.

MCFM: Mas você vendo as origens, a gente jogava nas onze. Não era só obra. A gente jogava nas onze.

JMS: Claro, claro.

MCFM: Até filme eu fiz.

JMS: Sim.

MCFM: Eu me lembro que eu pedi para o Gadelha “eu quero uma verba para fazer um filme” e ele “não, não tem dinheiro, não tem dinheiro”. Por isso que eu fotografava, fazia filme... entendeu? Porque se eu não documentar...

JMS: Sim, registrar.

MCFM: Eu consegui a Áurea Rocha, que trabalhava aqui no setor de documentação, emprestar a câmera do setor, que era uma [inaudível], que filmou aquelas cenas. Você chegou a ver o vídeo?

JMS: Não, o vídeo eu acho que está com você, não é?

MCFM: Vocês já transcreveram?

JMS: O VHS?

RGRC: O VHS.... Está com a gente ainda?

JMS: É, porque não veio para mim nesse material. Ele é citado, o VHS...

MCFM: Poxa... eu achei que vocês iam me dar uma cópia digitalizada hoje. Foi o que me movimentou...

JMS: Não.

RGRC: Não, mas esse VHS não está com a gente não.

JMS: É, o que veio para mim, aqui para o....

MCFM: Ah... então sumiu, perdeu.

JMS: Não. Sumiu, perdeu não.

SN: O.... que ela doou recentemente?

RGRC: Você doou agora?

SN: O que você doou recentemente?

MCFM: Eu doei junto com as fotografias. Vocês não lembram, não?

RGRC: Mas eu não fiquei com esse VHS, não.

SN: Oh, Renato...

MCFM: Ainda escrevi um bilhetezinho, assim: “Está no ponto...”

SN: ... você não estava incumbido...?

RGRC: Sim... eu entreguei tudo.

SN: Você estava incumbido de...

RGRC: Não, eu não. De entregar, de deixar aqui. E aí iam fazer uma cópia digital, a partir daquele determinado ponto.

MCFM: Iam fazer uma cópia digital e iam me dar uma cópia digital.

SN: E agora você não sabe onde está isso?

JMS: Pode ser que esteja com Juçara [Fernandes] já, eu posso ver isso. Mas olha, perder não perdeu, não, Maria Cristina.

SN: Que isso, gente...

JMS: Claro que não, isso é impossível.

SN: Inadmissível.

JMS: Eu estou falando assim, do ponto de vista de que assim, não veio para cá, para o iconográfico. Talvez, isso, quando chegou para cá, para a Aline [Lacerda] e o pessoal, ela já fez a distribuição, já deu, talvez, para a Juçara digitalizar ou algo do tipo.

SN: A ideia não era digitalizar?

JMS: É, porque para mim veio só a documentação realmente iconográfica.

SN: Se não cortarem a minha fala, eu também quero uma, tá?

JMS: Tá certo.

SN: Eu quero uma de qualquer jeito, mas se for para público restrito, eu tenho direito porque eu participo.

RGRC: Eu me lembro disso, a gente até falou “está no ponto”, porque antes tinham algumas coisas...

JMS: Não, então...

RGRC: Coisas que precisam.... Eu me lembro dessa questão.

JMS: É, está até aqui, que você prometeu uma cópia.

SN: Ah, para mim é por razões afetivas.

JMS: Tá. Não, eu vou ver isso com a Aline, com quem está, para disponibilizar essa digitalização, logo, do material. Aí fazer... três cópias?

SN: Eu entendi que iam reeditar, colocar voz de fundo, pode colocar umas falas dela de fundo. Sei lá, ninguém vai editar isso?

JMS: Não, nós temos aqui...

RGRC: Acaba transformando...

JMS: É, tem que falar primeiro com o pessoal responsável por isso.

RGRC: De higiene...

JMS: Higienizando.

SN: Ah, primeiro é isso.

JMS: Então, isso deve estar com a Juçara. Eu vou perguntar para ela. Bem, a nossa entrevista foi riquíssima. O conjunto de informações.

SN: Muita informação.

RGRC: Muita informação.

MCFM: É, aqui já está esclarecido, né?

JMS: O que?

MCFM: Imagens datadas de 89.

JMS: Sim. É eu acho que em relação à documentação, a gente sanou todas as dúvidas.

MCFM: Olha, isso aqui, como ele era meu irmão ele veio várias vezes aqui. E ele era chefe do Arquivo de Imagens do IPHAN... ele trabalhava no IPHAN, ele morava no Rio, porque agora ele mora em São Paulo, faz outra coisa. Então, ele era também um curioso por coisas antigas, fotos antigas e era fotógrafo, então, as vezes ele vinha aqui comigo, “vambora, faz umas fotos aí”. Ai eu perguntei para ele “Você quer essas fotos ou posso doar para a Fiocruz?”. Ele falou “Pode doar tudo bem. Não tem problema nenhum”.

NFL: É que a gente viu que ele era o único fotógrafo que estava com nome...

JMS: Com nome identificado.

MCFM: Era por causa disso, era parentesco. Nepotismo. Só que ele vinha de grátis.

RGRC: É um bom nepotismo.

MCFM: Nepotismo grátis, coitado.

JMS: Nepotismo do bem.

RGRC: Nepotismo do bem. Saudável.

JMS: Maria Cristina, eu, assim, queria te... claro, em nome do departamento, queria te agradecer muito a entrevista e a sua visita.

MCFM: Imagina...

JMS: Porque para nós foi extremamente esclarecedor e rico, porque agora o conjunto de informações que a gente tem aqui para reescrever essa história, tanto do DPH quanto da educação patrimonial da própria COC.... Agora temos muitos elementos. É bem razoável. Então eu quero lhe agradecer.

MCFM: É legal escrever essa história. Tem muita história e, na verdade, depois o pessoal morre e aí fica aquela foto. Que você não sabe quem foi, onde é....

JMS: É verdade.

MCFM: E agora é fácil guardar. É tudo digital.

JMS: Sim, a gente está gravando aqui, já vai para o computador daqui a pouco. Ficar tudo registrado para não perder.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Maria Cristina Fernandes de Mello**

Maria Cristina Fernandes de Mello, Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Sônia Nogueira e Camila Ennes

(Março, 2018)

MELLO, Maria Cristina Fernandes de Mello (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 37 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Maria Cristina Fernandes de Mello

**Local da entrevista:** Pavilhão do Relógio, Campus Fiocruz Mangueiras - RJ

**Data da entrevista:** 09 de março de 2017

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Sônia Nogueira e Camila Ennes

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 2 horas 01 minutos e 16 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Maria Cristina Fernandes de Mello em 09/03/2018.

DPM: A entrevista de hoje é com Maria Cristina Fernandes de Mello e faz parte do projeto de entrevistas dirigidas “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”. A entrevista está sendo realizada no dia 09 de março de 2018 por Debora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Sônia Nogueira e Camila [Ennes]. Esta entrevista está sendo gravada e registrada por Gregório Albuquerque.

Bom, Cristina, então, formalmente agora, seja bem-vinda. Muito obrigada pela sua disponibilidade. Como eu te falei a gente vai fazer um primeiro bloco de registro dos seus dados pessoais. Então, primeiro eu queria que você dissesse seu nome completo, se a gente registrou corretamente, a data e o local do seu nascimento.

MCFM: Maria Cristina Fernandes de Mello. É... 21 de setembro de 1950, em São Paulo.

DPM: São Paulo capital?

MCFM: São Paulo capital.

DPM: E a sua formação acadêmica? Como é que foi? Você fez faculdade de arquitetura?

MCFM: Eu fiz a FAU UFRJ, de arquitetura.

DPM: Se você puder, se você lembrar, falar o seu ano de formação dos cursos.

MCFM: Eu me formei em julho de 1974. E fiz concurso para UFF em 1976, isso. E trabalhei na UFF durante 30 anos como professora na Escola de Arquitetura e Urbanismo de lá.

DPM: Uhum.... Foi rápido né? De 74, você passou já em 76 para Universidade. Então quando você fez o seu doutorado... você chegou a fazer o mestrado antes do doutorado?

MCFM: Não. Porque eu queria fazer restauração na Itália, porque eu me formei e o melhor curso de restauração, na época, era esse. Era da Universidade de Roma, *Università degli Studi di Roma La Sapienza*, bem modesto né? ... E tinha um bom curso lá, só que nessa época, na Itália, não tinha essa correspondência mestrado e doutorado que é uma estrutura americana né. Hoje, o curso que eu fiz é doutorado, mesmo curso na mesma Universidade, ele adotou esse sistema: mestrado, doutorado, pós e tal. Mas antigamente tudo era especialização ou aperfeiçoamento. Tinha cursos de 3 meses que era aperfeiçoamento e de 5 anos também era de aperfeiçoamento, medicina por exemplo. Então, eu pedi bolsa ao CNPq, o CNPq me concedeu bolsa de doutorado, argumentei... e fui para lá. E fiquei lá 2 anos e meio, fiz todos os créditos, fiz um projetinho de tese lá, numa cidade perto de Roma. Foi aprovado, fiz a qualificação e aí o Brasil, o CNPq do Brasil faz um convênio com a Universidade de Roma e determina que todos os bolsistas brasileiros, nesse curso, deveriam defender teses de monumentos brasileiros. E eu já tinha a qualificação de monumento italiano, aí eu voltei, voltei para o Brasil e em 80, final de 84. E o Sergio Arouca, em 85, me convidou para trabalhar aqui e aí foi uma oportunidade que eu tive, conheci o lugar, me encantei pelo lugar e fiz toda... no início aqui, fiz todo aquele trabalho inicial de levantamento, conforme manda a metodologia, histórico, físico e tal. E estruturamos um plano de trabalho, que foram quatro contratos e finalmente eu fui contratada aqui em 1º de dezembro de 1986.

DPM: Tá. Antes da gente entrar nesse aspecto. Deixa eu te perguntar. Esse período que você ficou em Roma, foi mais ou menos quando? Você lembra?

MCFM: Então, foi em 82, 83 e 84. Esse primeiro período. Não, eu estou contando isso, porque as duas coisas têm ligação.

DPM: Entendi.

MCFM: Quando eu comecei a trabalhar aqui, eu fiz uma monografia, mandei para um seminário e escrevi para o coordenador que era o Mário Mendonça, do curso lá da Itália, mudando a minha tese, já que eu estava vinculada ao CNPq e ele tinha que aprovar o tema. Aí escrevi para ele, escrevi... perguntando se eu poderia fazer sobre o trabalho que eu estava fazendo aqui, ele falou que sim. Então, todos os projetos que eu fiz aqui, eu fiz utilizando a metodologia internacional de restauração que eu tinha aprendido lá na Itália, a risca. Então, porque esse trabalho iria embasar a minha tese. Então, eu tive que... então, o que foi muito bom, assim, tanto, eu acho que... tanto para resultado físico como de planejamento, porque aí foi usado o método científico né? Anamnese, diagnóstico, terapia, tudo direitinho e eu acho que foi, digamos assim, uma maneira também de organizar tudo que já tinha sido produzido aqui, meio com boas intenções, muita coisa se aproveitou, mas não tinha uma organização de todo o conjunto arquitetônico.



Quer dizer, tinha atuações pontuais, no intuito de preservar... depois da Ditadura que isso aqui quase foi destruído, pelo abandono. Então, tinha pessoas, por exemplo, no caso da torre Norte, há três anos já se tentava restaurar a Torre Norte quando eu entrei aqui, só que tinham duas pessoas trabalhando que era o Doutor Eraldo e o Zé Mauro [José Mauro Hid da Silva Oliveira]. E eles sozinhos não tinham como, eles conseguiam uma verba, consertavam aqui, quer dizer, a coisa não andava. Quando eu cheguei aqui estava tudo no osso, ninguém sabia direito como restaurar aquela estrutura, enfim, estavam preocupados em refazer os ornamentos, tinham contratado o Seu Adorcino [Pereira da Silva] para ele fazer... o Zé Mauro descobriu o Seu Adorcino. Fez levantamento de três pavimentos, mas não tinha um conhecimento, digamos, científico da coisa. Mas o que eles produziram ajudou muito a construir esse conjunto de informações necessárias para.... Então isso está ligado, uma coisa está ligada com a outra. E eu defendi tese, depois o CNPq me deu outra bolsa para eu ir para lá. Eu defendi tese em...

DPM: 88?

MCFM: Hein?

DPM: 88, não?

MCFM: Acho que foi em 88.

DPM: Era o que a gente tinha registrado aqui, queria confirmar.

MCFM: Foi em 88.

DPM: E a defesa da sua tese então foi sobre o conjunto arquitetônico? Você teve que...

MCFM: Não. Foi sobre o projeto que eu fiz mesmo, assim, de cabo a rabo, totalmente, que foi a torre Norte. Só que uma tese, você tem que circunscrever a sua intervenção dentro de um histórico né? Na realidade, falou-se de tudo para chegar na torre Norte, mas é que tinha que demonstrar um conhecimento específico sobre restauração, uma restauração pontual. Porque tinha uma parte histórica e tinha um projeto físico que... então, aí eu fiquei lá dois meses, porque eu cheguei lá aí o orientador italiano resolveu me pedir mais três pranchas, assim, na época que não tinha computador. Eram lençóis enormes, assim.

DPM: E me diz uma coisa. Voltando ainda aí né, na sua formação acadêmica. Como é que.... Pode falar alto.

SN: Posso? Então, é só para ressaltar... porque vai ficar o registro né? É que a torre Norte, a gente fala assim né. Mas é só para registro, do Pavilhão Mourisco.

DPM: Ah tá. É que eu ainda... a gente ainda vai retomar um pouco desse assunto da torre Norte. Mas eu queria saber como surgiu seu interesse pela área de arquitetura, quando você foi, enfim, escolher a sua Universidade

MCFM: A minha profissão?

DPM: Sua profissão. Você lembra? Assim, teve algum marco? Alguma questão?

MCFM: Eu adorava desenhar, desde criança, sempre desenhei, pinte. Gostava... e na realidade, eu queria uma profissão que fosse polivalente, que fosse múltipla. Eu não conseguia me imaginar especificamente numa coisa, tipo laboratório, microscópio, isso é uma coisa que eu não consigo nem imaginar. Nem... então, arquitetura para mim, era uma profissão que se trabalha com várias escalas e na minha cabeça, eu ia usar o desenho e poderia desenhar uma mesa como poderia planejar uma cidade, assim. Então, era uma profissão que me daria... que eu encontraria alguma coisa dentro dessa profissão que me satisfizesse né, era mais livre. E eu tinha um primo arquiteto, que era dez anos mais velho do que eu, quem eu admirava muito, eu via ele desenhando na prancheta quando eu era criança, eu achava... quer dizer, eu construí na minha cabeça, essa profissão sabe? Como um... e não me arrependo não. Arquitetura, acho que eu acertei, porque a minha profissão mesmo, que eu queria, eu queria ser bailarina, como toda menina. Mas bailarina, sabe como é né? É um sonho de criança, então, enfim, na arquitetura foi um outro jeito de desenhar, dançar, dançar com o lápis.

DPM: E o seu interesse pela área de preservação especificamente? Você já tinha antes de entrar na faculdade? Ou foi alguma coisa que surgiu ao longo do seu curso?

MCFM: Surgiu ao longo do curso. Surgiu ao longo do curso, porque como eu entrei, entrei em 69, num período muito, político, muito repressor, que acontecia uma especulação imobiliária desenfreada, especialmente no Rio de Janeiro. E a minha formação, os professores todos eram arquitetos modernistas, eles eram encantados com o concreto armado, com... e eu comecei a construir na minha cabeça um certo desagrado quando eu via grandes coisas sendo demolidas, assim, logo no começo da faculdade e comecei a me interessar sobre o assunto de manutenção da memória, de como é que se faz isso e nas matérias ligadas a história da arquitetura eu me interessava e enfim. As aulas de projeto, como a formação dos meus professores não incluía essa área de restauração, eles não foram formados, eles foram formados com as ideias modernistas, de demolir tudo, construir tudo em concreto, não sei o que... e aquilo começou... eu comecei a construir essa possibilidade. Não que eu não gostasse de arquitetura contemporânea, eu gostava, mas eu achava que as duas coisas poderiam conviver. Tentei trabalhar no IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] várias vezes, nunca consegui, como estudante, mandava meu currículo, nunca consegui um estágio lá. E tentei 4 bolsas diferentes, me inscrevi para 4 cursos diferentes até ser aceita na Universidade de Roma. Pedi bolsa também para 4 lugares diferentes, três não's e aí o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico] me deu um sim, mas eu já era professora, então isso era um ponto favorável. E como o concurso que eu fiz só tinha uma vaga, eu tirei em primeiro lugar né? Então

isso também era outro ponto favorável, aí então eu consegui a bolsa. E realmente foi um aprendizado maravilhoso, assim, ter essa experiência de morar fora e conhecer... aí é que eu aprendi a história da arquitetura de verdade, aí é que eu aprendi. E é claro que essa minha carência enquanto estudante veio aparecer de novo como professora. Que eu voltei para lecionar essa matéria na Universidade, só que como ela não estava no quadro obrigatório, era uma matéria optativa e eu acho que o melhor trabalho que eu fiz, até falei em outra entrevista na Universidade, foi, durante 5 anos, batalhar para que essa matéria entrasse no currículo básico da arquitetura do Brasil inteiro. E aconteceu isso em 96. Em 96... obrigatória. Todas as disciplinas relacionadas a restauração tanto de cidade quanto de edifícios históricos quanto teoria histórica da restauração, tudo isso passou a ser matéria obrigatória do currículo mínimo das escolas de arquitetura do Brasil todo, estabelecido pelo Ministério da Educação. Isso foi uma batalha que, obviamente, o fato da Maria Elisa [Meira] ser presidente ABE, Associação Brasileira de Ensino, e ser diretora da escola, quer dizer, ela também aprovava essa medida e ela estimulou que na reforma curricular que houve, acho que foi em 94, esses assuntos fossem inseridos e foi aprovado depois pelo conselho do MEC. E as disciplinas, a ementa das disciplinas foram elaboradas pelo professor Ciro Elídio Corrêa Lira e eu, que eram os dois professores da área na época na UFF. Nós elaboramos todas as ementas, quer dizer, aí essa minha carência lá atrás foi suprida, entende...

SN: Aqui no Rio, a UFF foi a primeira né?

MCFM: A UFF tinha um pouco por minha causa, que eu cheguei com o diploma né, enfim...

SN: Na minha época, que me formei em 81, não era nem optativa. Eu nunca nem tinha ouvido falar.

MCFM: Pois é. Pois é. É um absurdo.

SN: Na UFRJ.

MCFM: É um absurdo. É porque a construção do currículo, anterior, antes desse, foi feita por esses professores modernistas né, que não valorizavam. O ecletismo era considerado...

SN: Uma aberração.

MCFM: Uma aberração na arquitetura.

SN: Tem razões históricas, assim...

MCFM: É. Tem, enfim... então, eu acho que isso que foi bacana. Isso é uma coisa que eu me orgulho, sabia? Foram 5 anos que eu vinha com o papelzinho pros Congressos, até que enfim... mas a Maria Elisa [Meira] foi fundamental, quer dizer, porque se você não tiver uma pessoa ali dentro que apoie também a ideia. Mas os tempos também tinham mudado, as pessoas passaram

a valorizar mais. Havia um... o cidadão comum passou a dar mais valor ao antigo, enfim, não era mais essa visão de terra arrasada.

SN: O que está na bibliografia, que a década de 80, inclusive, foi o boom de tombamentos e isso contribui, de certa forma.

MCFM: É. Quando eu ganhei bolsa do CNPq, eu tive a sorte do CNPq ter definido como prioridade bolsas de restauração, eu não sabia disso, foi um acaso. Ele deu várias bolsas na área de restauração naquele ano, no Brasil todo. Então, pô, eu ganhei na loteria, porque se fosse um ano antes, um depois, eu não teria ganho. Assim, foi o...

SN: O momento certo...

MCFM: É.

DPM: Cristina, deixa eu te perguntar. Além dessa super especialização que você fez na Itália né, você fez algum outro curso de capacitação na área de restauro específico?

MCFM: Não.

DPM: O que você teve de especialização foi lá na Itália mesmo?

MCFM: Foi. Foi reconhecido como um doutorado.

DPM: Como um doutorado. Sim. É... aqui você já respondeu. É... queria que você falasse um pouquinho...

MCFM: Ah, “perai” desculpa.

DPM: Fala.

MCFM: Me lembrei agora. Desculpa, a minha cabeça... estou esquecida.

DPM: Imagina...

MCFM: Eu fiz alguns cursos. Eu fiz cursos, mas não são cursos... É... eu fiz o curso sobre [Andrea] Palladio, fiz um curso sobre o Carlo Scarpa, tudo isso na Itália, e participei de vários seminários na área. Quer dizer, mas não são cursos com essa titulação formal, mestrado, doutorado, eram cursos... um mês, três meses, essas coisas assim. Aproveitava as oportunidades lá que surgiam né?

DPM: Todos lá na Itália?

MCFM: Todos na Itália.

DPM: No período que você estava lá cursando.

MCFM: Aí fiz um curso também na França, mas não tinha nada a ver com restauração, era outra história.

SN: Era de dança?

MCFM: Não... ciências das religiões da África negra.

DPM: Uau, interessante.

MCFM: Foi o único que tinha vaga para eu conseguir o cartãozinho de estudante. Que eu precisava.

DPM: E, a gente queria que você fizesse assim, uma avaliação, um pouco, de como você considera, como que você via o campo da preservação na década de 80? Você já falou um pouquinho sobre isso né, na medida em que você foi falando da sua formação, que foi deficitária, não tinha muito. Mas no Brasil, de uma maneira geral, como que você mapeia o campo da preservação na década de 80?

MCFM: Olha, as instâncias governamentais, IPHAN, INEPAC [Instituto Estadual do Patrimônio Cultural] e Prefeitura, muda sempre de nome, mas o setor da prefeitura que se ocupava disso, é que forneciam os técnicos para atuar nessa área. Partia, eu acho que partia um pouco de fiscalização. Em 38, houve aquele grande tombamento com a criação do IPHAN que se focou, aliás, os modernistas admitiam que as Igrejas barrocas eram passíveis de restauração. Então, focou muito na preservação e no tombamento da arquitetura do século XVIII. Então tinham aqueles monumentos. Os técnicos do IPHAN se ocupavam de fiscalizar e tal, eles tinham até operários na época, até de fazer obras mesmo desses tombamentos e a preservação ficava muito ligada a esse, a esse corpo, esse corpo de profissionais que se ocupava disso. Posteriormente se criou um órgão estadual e depois municipal. O que eu sempre achei um pouco confusa essa, que é tombado... parece a história do mosquito, o mosquito é federal, o mosquito é estadual, o mosquito é... Eu gosto mais da ideia de que, que o valor seja atribuído pelos próprios habitantes, que o valor seja reconhecido pelos próprios habitantes. Não determinado por um órgão que aquilo tem valor, aquilo não tem valor em cima de um determinado conhecimento, porque não tinha esse conhecimento na Universidade. Então, até a própria legislação de obras, de licitações, você tem como excepcionalidade, obras de restauração, e você pode contratar um restaurador sem licitação. Isso é a própria lei de licitação diz, por que? Não havia na formação do arquiteto, nem do engenheiro disciplinas nessa área, então portanto, ele não tinha conhecimento. Para você trabalhar nisso, você teria que fazer um curso de especialização, então, aqui também não havia curso de especialização, você tinha que ir para fora para fazer o curso de especialização. Daí, por ser o custo, o custo do projeto era maior e por isso, além de não precisar de ser contratado, eu podia cobrar 10 ou 15 por cento a mais, por lei. Isso que criou uma distorção enorme, porque muita gente que fazia reforma se aproveitava dessa lei e dizia que o que estava fazendo ali era restauração, então não podia ser contratado, quer dizer, houve muito oportunismo por conta dessa coisa. Também reforçou a ideia de se introduzir na graduação essas disciplinas, para que se mudasse um dia essa lei de licitação, que até hoje não mudou, mas enfim, a ideia era ter argumentos para poder mudar. Todo arquiteto tinha que ter conhecimentos

nessa área. Ele vai introduzir uma coisa nova num tecido existente, ele tem que saber qual a relação que ele vai estabelecer. Não é imaginar... porque os projetos eram feitos assim. O terreno era esse. Faz aqui uma casa. Era assim que a gente projetava, você não via relação do terreno com o resto da cidade. Então, hoje em dia está completamente diferente. Hoje em dia, todo mundo conhece. Pode não considerara, mas conhece. Conhece, precisa fazer essas disciplinas. Acho que eu falei demais.

DPM: Imagina... Bom, entrando especificamente na sua atuação profissional. Você já falou um pouco de como foi o seu ingresso na Fiocruz. Você falou que foi através do Sergio Arouca em 85, através desses contratos temporários para projetos específicos.

MCFM: Foi convite. Sim. É.

DPM: Esse foi seu primeiro contato. Você podia retomar um pouquinho essa história e depois retomar como você foi contratada?

MCFM: É que a gente combinou o seguinte. Eu estava chegando da Itália, ele falou “olha, estou assumindo a Fiocruz. Gostaria que você fosse lá trabalhar”. Então nós combinamos que eu agiria em algumas frentes. A primeira era fazer o mapeamento da situação e atacar as obras emergenciais. No caso, a torre que estava,... estava no osso, na época. Pequenas obras emergenciais, adaptar aqui, o pavilhão, esse pavilhão aqui para receber a Casa de Oswaldo Cruz que estava também, ela começou na mesma época que eu cheguei.

DPM: O Pavilhão do Relógio né?

MCFM: Do Relógio, sim. Ia receber a Casa de Oswaldo Cruz e funcionava um laboratório de um pesquisador que já estava quase se aposentado, que foi transferido para outro prédio. Estava aqui instalado a décadas né. E os prédios entorno e com isso, fazer um levantamento com orçamento, projeto e orçamento, para gente elaborar um pedido de financiamento. E isso foi feito, junto com a Olga D’arc [Pimentel] também. E a outra frente era montar a equipe. Nesse primeiro ano, eu cuidei desses levantamentos e montar a equipe, eu só pude começar a montar a equipe de verdade em 86, porque como eu tinha... a situação legal minha aqui era de contrato temporário, então eu não tinha essa, não tinha como. Depois que eu fui contratada que aí eu pude solicitar a contratação de mais pessoas. Então, em 86, final de 86 que eu fui contratada em dezembro. Em janeiro começamos a contratar as pessoas para montar uma equipe mínima, bem menor do que é hoje para desenvolver esses projetos. A gente imaginava que desenvolvendo nossos projetos, sem terceirizar, a gente conseguiria controlar o custo tanto da obra, na realidade, a Sônia sabia até quantos quilos de prego ia ter no andaime para subir na obra porque era tudo calculado. Você tem que considerar que isso é 86, a inflação, na época do Sarney era 80% ao mês. Você administrar uma obra pública com uma inflação de 80% ao mês era

enlouquecedor, se a gente não tivesse um controle de rigorosamente tudo, porque nós só podíamos ter os reajustes permitidos por lei. Então, se a gente não tivesse o controle total era... a gente não ia conseguir. E a gente conseguiu fazer a Torre Norte no preço e no prazo. Disso eu me orgulho. Com inflação de 80% ao mês.

DPM: Quando você foi contratada em 86, o primeiro projeto que vocês atacaram, vamos dizer assim, foi a torre Norte?

MCFM: Não, foi esse aqui. O Pavilhão do Relógio.

DPM: Foi o Pavilhão do Relógio.

MCFM: Foi uma obra de duas semanas. Mas duas semanas, chegar até sábado, inclusive chegar aqui às 7 e sair às 7, com os operários da Fiocruz, porque não havia dinheiro. Porque para gente conseguir o financiamento, a gente tinha que mostrar serviço. Na realidade, a Torre Norte foi o nosso cartão de visita para conseguir captar recurso da Norquisa, Sagem, Copene, Coperbo que financiaram, acabaram financiando a obra da Fiocruz. E da torre. E antes da gente conseguir esse financiamento, a gente teve que mostrar que nós éramos capazes. E tanto é que eu me lembro de um almoço. Você lembra desse almoço? Você já estava aqui? Teve um almoço que o [Ernesto] Geisel veio aqui, com todo o staff dele de técnicos, não sei o que, e ofereceram um almoço lá na casa da presidência e me chamaram. Eu fui sabatinada nesse almoço pelos arquitetos das empresas do Geisel, assim, o Geisel estava sentado aqui, eu, estudante revolucionária de 68. O Geisel sentado lá e eu aqui com as pessoas e eles me sabatinando... que isso, aquilo, aquilo outro... Enfim, eu era muito jovem né, eu tinha uns trinta e poucos anos, mas eu acho que eu passei no teste porque eles acabaram financiando. Nós ganhamos dois financiamentos, ganhamos do Banco do Brasil e... mas a gente tinha que optar por um, aí enfim, foi assim, catando milho no começo. Depois teve, em 87, a gente restaurou a Cavalaria também, manutenção preventiva criteriosa, porque também não havia verba, era pessoal daqui. E como era pessoal daqui, também, a gente fez um curso para os operários daqui, junto com convênio do IPHAN para formar as pessoas aqui, minimamente, para poder fazer essa manutenção. Quer dizer, não havia dinheiro. É completamente diferente do que você ter dinheiro sobrando. É outra história. Era até meio revolucionário aqui dentro, porque a gente tinha que provar... Aí, se você pegar quanto custou a obra da torre Norte, da licitação, a gente fez no preço e no prazo. Acho que foi a única obra do Brasil em 86 que foi feito no preço e no prazo. De restauração ainda por cima.

SN: Vale a pesquisa.

MCFM: Mas a gente, a gente foi assim, completamente... eu me lembro, tinha que ter cálculo de quantos quilos de prego você ia precisar para andaime de madeira que ia. Era assim, tim tim por tim tim.

DPM: Super detalhista.

MCFM: Super detalhista e super fiscalizada. A Sônia era fiscal da obra.

SN: E ainda na época da máquina de datilografia, é bom ressaltar isso. Sem computador, não tinha computador.

MCFM: Não tinha computador. Era tudo desenho na mão, nanquim. Normógrafo...

DPM: Não tinha o CAD, era desenho em prancheta.

DPM: E aí você tinha comentado antes e aí eu queria só confirmar essa informação, não sei se eu entendi errado, que quem estava à frente dessa... dos trabalhos na Torre Norte era o Doutor Eraldo e Zé Mauro? Quando você chegou.

MCFM: É.

DPM: Tinha mais alguém envolvido?

MCFM: O Doutor Eraldo se desinteressou, logo ele se aposentou, ficou um pouco com a gente, mas se aposentou. O Zé Mauro não quis continuar, foi trabalhar no escritório de engenharia daqui. Não tinha mais ninguém. Tanto é que eles não, eles não... estavam a três anos e não andava, porque não tinha mais ninguém. Não tinha, não tinha como, enfim. Mas ele foi muito importante. O que ele produziu,... produziu o levantamento das peças, conseguiu... encontrou o Seu Adorcino para moldar as peças, enfim. Tudo que ele fez foi aproveitado. Foi muito bem aproveitado.

SN: É, olha só. Eu achei que... está havendo uma oportunidade de fazer uma pergunta e eu acho que é agora. Faz parte também dessa pesquisa aqui muitos produtos, que quando ficar pronto a gente faz questão de mostrar para você, é linha do tempo do DPH, começa aí. Em 86. Com a sua chegada. Aí a gente estava pensando... vai ter um momento... a gente ainda está pesquisando os dados para colocar na forma de linha do tempo. É uma pesquisa mais... só que... e aí intercalamos com o texto né? DPH, marcos, com a Casa [de Oswaldo Cruz], com a Fiocruz e também pretendemos com alguns marcos importantes da própria política de conservação no Brasil né? Nesse período, a partir de 86. Aí nesse levantamento que a gente está fazendo a um certo tempo já, para construir isso, chegar ao momento... chegar ao momento de... a forma de linha do tempo, uma forma disso e aí contratamos até um design para isso. E aí particularmente, não tem o que falar, quem está aqui desde o início né, também, tem questões, memórias e não sei o que. E aí a gente está... eu, pessoalmente, estou quase que revendo... até colocando perguntas que eu nunca me fiz sabe? Por exemplo, aí eu quero chegar na questão da Torre



norte... ah, na próxima entrevista vou fazer essa pergunta para Cristina, porque agora é uma curiosidade minha, que eu nunca tive e que, por exemplo, também estaríamos entrevistando o Zé Mauro se ele estivesse vivo.

MCFM: Ele morreu?

SN: Morreu.

MCFM: Não sabia...

SN: Aí a pergunta é o seguinte. Quando... nesse momento que nós, você né, coordenando, a gente pega a Torre Norte pelada, a gente sempre fala “tava pelada”, e o vídeo que você produziu começa assim, no panorama mostrando a Torre Norte pelada com toldos voando...

MCFM: É... voando

SN: Momento histórico... aí tem uma história, ficou sempre assim, no nosso... memória coletiva, que naquele contexto que você pega, que teve a possibilidade, graças ao financiamento, de retomar aquela torre pelada que ela tinha sido embargada pelo IPHAN.

DPM: Vou chegar lá Sônia...

SN: Então a gente queria, foca na linha do tempo, que contasse direito, o que... que... qual foi o passo a passo, qual foi o processo que levou ao embargo da obra. E ela foi embargada mesmo? Então a gente quer só... o que que aconteceu exatamente antes até o momento da gente retomar?

MCFM: Olha...

DPM: Antes de você falar do embargo, só para gente retomar para fazer um link. Havia sido feito alguma consulta ao IPHAN ao respeito da obra na torre Norte? E aí você pode falar da história...

MCFM: Olha, o que eu, o que eu... eu não me lembro de embargo algum. O que eu me lembro é que não havia obra. Não havia obra. O que havia eram dois funcionários, ficavam... o Zé Mauro ficava fazendo os levantamentos, seu Adorcino ficava lá tirando molde daquelas peças, o Doutor Eraldo ficava preenchendo os relatórios mas eles não tinham a menor estrutura, tanto é que eles estavam a três anos fazendo isso e ela continuava careca.

SN: Recursos da Fiocruz?

MCFM: Eram... recursos da Fiocruz, enfim. E eu lembro que o Jacinto.

SN: Edgard Jacinto.

MCFM: Edgar Jacinto é que vinha aqui de vez em quando e conversava com eles, que era uma pessoa adorável. Adorava ele...

SN: Enquanto IPHAN?

MCFM: Enquanto IPHAN. Vinha aqui tomar conta. Como eu conhecia, na época o Superintendente que era o Sabino Barroso, eu fui direto no Sabino Barroso, expliquei toda a

situação, não sei o que... e a gente se dava muito bem. Na realidade, Sabino Barroso me chamava para ver outras obras do IPHAN para eu dar palpite também, nessa época, entendeu? Ele... a gente trocava figurinha, ele... como eu disse, eu recebi uma formação quase científica na Itália e o pessoal do IPHAN era uma formação empírica. Nunca houve concurso, as pessoas chamavam porque se conheciam, passavam o que conheciam uns para os outros, então não tinha uma... as vezes eles mesmos ficavam inseguros. E aí o Sabino, de vez em quando, me ligava, vem ver o que você acha aqui, que material a gente pode usar... não sei que... Porque nessa época, estava na moda aquele livro “Teoria do Restauro”, Cesare Brandi. O Cesare Brandi, ele escreveu um livro, não sei se cabe agora falar isso, mas eu vou resumir rapidinho, ele escreveu um livro porque a formação dele era na restauração de objetos móveis, durante muitos anos ele foi um restaurador de objetos móveis, pintura, escultura... E ele escreveu esse livro transpondo essa teoria de objetos móveis para objetos imóveis, então ele estava super na moda e gerou uma baita confusão na cabeça do pessoal do IPHAN, porque ele dizia, quando você vai restaurar um quadro de Leonardo da Vinci, se tem uma lacuna, você não pode pintar como era antes, você tem que fazer um tracejado muito sutil, com a cor de fundo para ressaltar a pintura e ficar visível a restauração se você botar uma lupa, né? Então ele transpôs isso para arquitetura. Então, a arquitetura antiga deveria ser restaurada, as partes novas deveriam ter a marca do seu tempo da restauração, a restauração seria datada, de maneira que no conjunto harmônico ela não se sobressairia, mas se você reparasse bem na parte feita seria visível que ela teria uma data. Só que isso gerou, na cabeça do pessoal do IPHAN, uma confusão absurda, porque eles achavam que tinha que ter... aí começou a surgir aquele termo... como é? Revitalização. A tal revitalização junto com Brandi, provocou uns equívocos, na minha opinião, gravíssimos assim, um dos maiores equívocos eu achava aquele Palácio lá do Parque da Cidade, que fizeram uma parte nova, assim, que parece um supositório. Você entra num prédio gigante entendeu? Então, equívocos estéticos né? E as vezes, é nessa hora que eles me chamavam... Cristina, como que... e agora? Para dar uma opinião porque no fundo é tudo uma questão de sensibilidade e bom senso. Porque é muito tênue esse limite e a cultura, ela está sempre em movimento, que é a maneira como as pessoas se comunicam. Então, a teoria da restauração também está em movimento porque o mundo vai mudando, então você tem que ir adaptando, você não pode se fixar numa questão única. Por exemplo, vieram milhares de cartas depois, cartas de arquitetura vernacular, ninguém falava em arquitetura vernacular, quer dizer, arquitetura popular né? Como restaurar arquitetura vernacular? Queriam adotar a teoria do Brandi, que era para obras raríssimas de pintura e etc numa arquitetura de terra, por exemplo. Então o IPHAN não aprovava a restauração de arquitetura de terra se não fosse uma coisa moderna, quando a carta

de arquitetura vernacular diz que terra você restaura com terra, vernacular tem que seguir a linha, não tem sentido nenhum você colocar uma torre de vidro, de cristal, junto de um, de um adobe. Então, são muitos equívocos, exatamente porque não é... não é tão científico quanto parece. A única coisa que é científica é o método. Agora, o resto é sensibilidade. Você não tem método, que é anamnese, diagnóstico e terapia, essa é a única coisa científica que tem na ciência da restauração. Mas num... que que você perguntou mesmo?

DPM: Ela estava querendo saber, enfim, sobre essa questão do embargo. Então você...

MCFM: Não, olha...

DPM: ... não lembra...

MCFM: A questão do embargo, a questão do embargo eu não sei nada... eu não sei nada

DPM: Não tem esse registro

MCFM: Não tenho notícia de que houve embargo algum. O que eu sei é que ela por si só estava embarga... auto embargada, digamos assim. Porque não andava para frente, estava careca, como diz a Sônia.

DPM: Em relação a consulta do IPHAN. Você falou do Edgard Jacinto e o Sabino Barroso que você foi conversar antes de começar a obra?

MCFM: Não... eu já levei o projeto direto.

DPM: Levou o projeto da torre para ele avaliar?

MCFM: Não, eu levei... entreguei... entreguei em mãos o projeto da torre, dizendo que a gente tinha pressa, que se ele pudesse dar uma olhada, enfim. Na verdade eu nunca tive problema, nunca encaminhei formalmente o projeto para ser aprovado e nunca houve problema, pelo contrário, eles forneciam, se a gente precisasse eles forneciam. Depois, na época da restauração de azulejos, a Aldeli Memória era amiga do Benedito [Tadeu de Oliveira], ela deu uma consultoria nessa parte de azulejos que ela entendia e assim, cada vez vinha um diferente né? Mas eu não sei... mas eu não sei o que que aconteceu, mas não sei... com relação à torre, nenhum problema a gente teve com o IPHAN.

DPM: Tá.

MCFM: E nem com o resto dos projetos que a gente encaminhou, nunca... no tempo que eu estava aqui, nunca, nunca... Pelo contrário, eles elogiavam à beça, tinham a gente em alta conta, como técnicos.

SN: E nessa fase heroica, vamos dizer assim, nossa, o IPHAN estava sempre aqui né?

MCFM: Sempre aqui, é... eles traziam gente aqui.

SN: Trabalhavam muito junto...

MCFM: Eles sugeriam nos encontros que as pessoas viessem aqui visitar, trabalhos que fossem feitos... trabalhos sobre a Fundação. Eles davam o maior apoio.

DPM: Bom, saindo um pouco da questão das obras e da Torre Norte. Surgiu uma curiosidade. Foi você criou o nome Coordenação de Restauração [COORES]?

MCFM: É por causa da minha carteira de trabalho, eu falei “como é que vou... vou chamar esse negócio?” Aqui minha carteira de trabalho, vou até ler para você. Quem sou eu? Tipo assim, quem somos nós? Ó... essa carteira de trabalho é ótima, ainda bem que eu não joguei fora. “Designada para responder pela coordenação das obras de restauração dos prédios da Fiocruz, tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, subordinada diretamente a presidência da Fundação Oswaldo Cruz” Então... coordenação das obras e restauração... projetos e obras né. Então por isso que eu assinava, coordenação de restauração. É por causa da carteira de trabalho, nada mais. Uma vez eu fui a presidência e eles olharam assim o carimbo... “que coordenação é essa que não existe?”... nem existe mesmo, mas como que a gente ia botar o nome? A gente não era, não era... eu era ligada à presidência, não era ligada a prefeitura, não era ligada a Casa de Oswaldo Cruz, então eu não podia botar nem o nome, eu tinha que botar igual estava na minha carteira de trabalho.

SN: Mas os documentos, memorandos, não sei que, ia com esse nome... com esse... [COORES] né?

MCFM: Coordenação de Restauração, [inaudível] para coordenadora de restauração... ficou né? Era o meu vínculo legal.

SN: E toda a equipe funcionava... funcionou... atuou... na sala 1 do Castelo. Você foi recepcionada na sala 1 do Castelo hoje.

MCFM: É. Não, mas antes, antes... você ainda não estava aqui.

SN: É... antes.

MCFM: Antes quando eu tinha...

SN: Quando você chegou...

MCFM: Na fase banquinho e violão... você não pegou a fase banquinho e violão. Era um pedaço lá da...

SN: Que hoje é a... prefeitura [atual Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi]?

MCFM: ... do outro lado da biblioteca [do Pavilhão Mourisco]...

SN: Ah tá.

MCFM: Tinha uma sala vazia lá, me deram uma mesa e uma cadeira, e ali que eu fui... fiquei um tempinho ali, depois... porque não tinha ninguém comigo né, aí veio [em 1987] uma

estagiaria, uma menina... esqueci o nome dela [Angela]... ficou uns 3 meses, aí foi crescendo. Só a partir de 86 que pôde-se contratar.

SN: Que você pôde chamar umas pessoas...

MCFM: É, eu chamei umas pessoas. E eu já estava aqui... eu já estava aqui a um ano. Quando eu fui contratada aqui, eu já estava nesses quatro contratos temporários, já estava a um ano aqui.

SN: A sua secretária, Maria José [Benassury], também já não tá mais aqui.

MCFM: Morreu?

SN: Não... não tá na Fiocruz.

MCFM: Se aposentou?

DPM: Aí Cristina, você estava falando que o relacionamento com o IPHAN ao longo do tempo que você passou aqui, era um relacionamento super amistoso, tranquilo. Você lembra de alguns nomes, além dos que você já citou, que faziam fiscalização das obras aqui, funcionários do IPHAN?

MCFM: Olha... era o Edgard Jacinto e Sabino Barroso. Sabino Barroso era o Superintendente. E o Edgard Jacinto era o notório saber do IPHAN. Era um velhinho muito simpático.

DPM: Entendi. E quando você assumiu a coordenação, quais eram os maiores desafios e obstáculos, que você acha, que você enfrentou aqui?

MCFM: Quando eu assumi a coordenação? Olha, tudo era desafiante porque era muito trabalho, era muito trabalho. E quanto mais eu conhecia as coisas aqui, aparecia mais trabalho. Por exemplo, o plano diretor, o plano diretor... o que que havia aqui? Havia pós-ditadura, onde cada pesquisador se cercou ali do seu trabalhinho ali, não havia A Fundação, havia várias unidades isoladas e dentro dessas unidades, vários pesquisadores, enfim. Então, eu percebi que havia necessidade de um plano diretor, a prefeitura funcionava atendendo uma demanda, então chegava um pesquisador e pedia... “ah, eu quero que faça um puxadinho aqui, porque eu preciso de mais espaço para botar os meus bichos, não sei que” Aí a prefeitura atendia dentro de uma verba. Mas não tinha... então foi, tinha uma cara meio favelizante, esses puxadinhos. Especialmente nos prédios mais novos. Então, eu conversando lá com a presidência, eu falei, a gente precisa de um plano diretor, ou seja, organizar esse crescimento, estruturar qual é a demanda e definir a área não edificante, principalmente o meu interesse era quase que tomar esse centro histórico para que não fosse feito... esse prédio aí atrás é um puxadinho né... para não ser feito. Para deixar essa área livre. Aí eu era muito amiga do Carlos Nelson Ferreira dos Santos que era diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal [IBAM] e era professor da UFF, foi quem me chamou para trabalhar lá e conversando com ele, eu falei bom... o IBAM pode fazer isso? Ele, pode. Aí a Fiocruz contratou o IBAM para fazer esse plano

diretor que seria entregue em três módulos. Então eles fizeram o levantamento de todas as atividades, de todos os prédios... e o Renato Gama-Rosa [Costa] era estagiário do IBAM e eu roubei ele do IBAM. Chamei ele para trabalhar.

DPM: Chegou nesse momento.

MCFM: Chegou... Não, eu roubei o... ele estava aqui fazendo levantamento, ele era estudante ainda da... conheci ele também da UFF. Eu chamei, você não quer trabalhar aqui no Departamento de Restauração, aí ele “ah eu quero fazer urbanismo” ... restauração... Não, você aprende, “vambora”, não sei que... ele entrou nessa época, como estagiário. Ele nem era formado, na época do plano diretor. Esse plano diretor não foi finalizado, no último módulo foi cancelado o contrato com o IBAM, você não me perguntei “por que?”, porque eu não sei. Infelizmente. Porque era o módulo conclusivo, eu acho que houve essa ideia de definir áreas não edificantes, parece que não agradou muito, porque todos tinham projetos de expansão, enfim, não sei o que foi que aconteceu. Hoje em dia você vê que tem muito mais prédios do que 30 anos atrás, enfim, bastante ocupado isso aqui. E prédios, às vezes, não terem nada a ver com o outro, assim, não tem nenhuma...

SN: E o tal plano diretor deve está na versão...

MCFM: Mas não tem plano diretor.

SN: E nem tem... imagina ter comissão para discutir isso.

MCFM: É. O plano diretor definia diretrizes, usos né... bem inteligente, na época assim, ainda mais feito pelo Carlos Nelson que para mim era um gênio total. Bom... por que que eu estou falando disso? Que que você perguntou mesmo?

DPM: Eu perguntei quando você assumiu a coordenação, quais eram os desafios e...

MCFM: Ah tá, os desafios.

DPM: ... os obstáculos.

MCFM: Os desafios... Os desafios eram fascinantes, porque era resolver as coisas, as demandas, os problemas, sugerir propostas enfim, montar... tudo, tudo era desafiante. É obvio que quando, quando começou a aparecer o resultado do nosso trabalho, tipo a torre restaurada, várias coisas, muita gente ficou interessada em participar. Então, entrou gente de fora e a coisa foi crescendo, foi... mas aí no último ano que eu estava aqui, eu já estava bastante envolvida na UFF, aí fui eleita Chefe de Departamento. Eu já estava 20 horas, aí eu tive que assumir 40 horas lá, aí eu pedi demissão. Em novembro de 91, ...foi. Foram 6 anos.

SN: A [COORES] já tinha virado Departamento né?

MCFM: Já. Já tinha virado Departamento. Que bom né que virou Departamento, mas isso foi uma batalha, porque é... era para ser Núcleo de Estudos de Restauração, aí isso foi uma batalha.

SN: Teve uma discussão na Casa de Oswaldo Cruz...

MCFM: Na Casa de Oswaldo Cruz... a Casa de Oswaldo Cruz... quer dizer, a presidência atendendo uma demanda da Casa, de localizar essas obras na Casa, nós fomos transferidos... nós saímos lá da prefeitura, onde a gente estava localizado... na realidade a coordenação era da presidência, mas a gente fisicamente estava lá no setor de obras, porque já que era obra ficaria mais fácil. Aí fomos para Casa de Oswaldo Cruz. O que eu, na época, achava bom, trata-se de obras de restauração, por que não ficar na prefeitura do campus? Essas obras... quer dizer, junto com as outras obras. A minha ideia era um plano diretor... teria obras novas, obras antigas, enfim, mas era uma questão de obras.

IA: Tinha manutenção também né?

MCFM: É, tinha manutenção. Então, ainda tinha a história da manutenção, montar uma equipe de manutenção. Tudo visando baixo custo e sobrevivência, porque não era uma ótica de financiamento, financiamento, era o contrário, era baixo custo, sobrevivência, pegar o pessoal da manutenção... não, não havia dinheiro, na época né. Aí a presidência transferiu essa coordenação para Casa de Oswaldo Cruz, e aí a Casa de Oswaldo Cruz que estava começando, se estruturando administrativamente, definindo o que era núcleo de estudo, o que era departamento, não sei o que. E a proposta da Casa era nos colocar como núcleo de estudos que seria dissolvido após as obras emergenciais e os projetos terceirizados. Mas só conseguimos fazer isso tudo, porque a gente produzia os projetos, na minha opinião. Então, isso para mim era o fim, o fim do controle sobre as obras, se você terceirizar projeto, como é que você vai ter controle sobre a licitação? Sobre as especificações? Entende? Diminuíamos enormemente o trabalho, então não precisaria mais das pessoas, teria tudo terceirizado. Sendo Departamento era mais difícil dissolver esse conhecimento que a gente já tinha acumulado sobre a Fiocruz.

SN: Tendo que ressaltar que é justamente na década de 90, pós-Collor, que veio esse novo formato chamado terceirização. Que a Fiocruz, por ser uma instituição federal, teve que adotar. Essa terceirização, ela nunca sempre existiu. Antes eram outras formas de contrato etc e tal. Você passou por isso. Então, isso tem que ser ressaltado. Desculpa interromper. A terceirização foi uma novidade dessa nova política neoliberal, que no Brasil, começou com o Collor. Bom... temos que ressaltar. E aí a Fiocruz foi obrigada a adotar isso, essa nova forma de contratação, terceirização né, que você está falando.

MCFM: É, já havia, já havia certas coisas terceirizadas, mas o problema para restauração... a terceirização, ela visa lucro e a obra de restauração... do que a gente já tinha conseguido fazer com a qualidade que a gente fez, até que fomos premiados, se tivesse ruim nem prêmio a gente levava, mas... no preço, no prazo e ainda com prêmio. A terceirização não faz isso não, de jeito

nenhum. Então, eu defendi com unhas e dentes a criação do Departamento, que eu não me arrependo, de jeito nenhum, porque... e produzir os projetos, porque a gente sempre produziu os projetos e era fundamental para você ter o controle sobre a licitação e controle sobre a obra. O projeto é seu, então...

SN: É. E o controle sobre a fiscalização da obra.

MCFM: Controle sobre a fiscalização da obra, era tudo, era dentro da... tinha que andar na linha dessa metodologia para dar certo.

SN: E o que sempre nos diferenciou de outros lugares, de outros departamentos, de outros setores desse ramo.

MCFM: Exatamente.

DPM: Você lembra quando que foi a instituição do Departamento?

MCFM: Quando que?

DPM: Que fincou que era Departamento? Quando teve a mudança do... de coordenação...

MCFM: Ah, isso aí na Casa de Oswaldo Cruz deve estar... deve estar registrado...

SN: Eu não decoro... tinha que decorar. Que tem coisa que a gente tem que decorar, não consigo decorar.

MCFM: É.

DPM: Não... porque as vezes você podia lembrar por conta dessa... batalha.

SN: Vai estar na linha do tempo.

DPM: Bom, e no período que você ficou à frente da coordenação e depois do departamento, que que você acha que foram as suas maiores realizações aqui?

MCFM: Aqui?

DPM: Isso. No seu trabalho de coordenação e não importa se o nome era coordenação ou se era departamento... no período que você atuou a frente do...

MCFM: Ah, a Torre Norte acho que foi uma obra importante, porque tinha que dar certo para o resto acontecer. Então todo mundo estava empenhado, a gente tinha um espírito de luta, aguerrido. É, eu era braba. Lembra da manta butílica do terraço? A gente ó... ó um exemplo, a gente determinou a impermeabilização do terraço, porque estava chovendo na biblioteca. Então, a gente especificou uma manta butílica, a manta butílica você tem que colocar sobre uns determinados polímeros, que ela não pode encostar no cimento, porque se não pode furar e um furinho de agulha perde tudo. É o material mais caro e que dura mais. Então, no contrato constava que ele tinha que dar uma camada de 0,8 milímetros de polímeros, mas esses polímeros eram importados. A mesma fábrica, o mesmo produtor que produzia essa manta era o que aplicava, era uma empresa que aplicava o que ela produzia. E nós éramos fiscais de obra. Aí



um dia eu estou chegando, está lá a manta toda aplicada, 100 metros de manta assim, um dinheirão, toda aplicada... aí eu olho assim, estou vendo assim, uns morrinhos... cara, eu levanto a manta, eles não tinham colocado em toda a extensão os polímeros porque era caro e importado. Só tinham feito umas faixas assim, para colar a manta sobre a laje. Eu levantei, os 100 metros no braço, arranquei aquilo tudo, teve que jogar fora, eles tiveram que fazer tudo de novo. Mas fizeram direito, tanto é que funcionou. E aí é isso que eu digo, se você tem o controle sobre o projeto e sobre a obra, você tem controle sobre a fiscalização. Aqui, você... e o pior que eles é que deram a especificação da aplicação, o próprio produtor, eles disseram que tinha que ser toda a extensão da laje, a aplicação dos polímeros e eles na hora de aplicar deram uma roubadinha, entendeu? Então, aí você pega... agora se você terceiriza, jamais você vai saber de nada.

DPM: O controle de todo o processo era importante.

MCFM: O engenheiro dessa obra, eu encontrei com ele uns 15 anos depois no IAB, numa cerimônia lá no IAB. Cara, ele olhou para mim e falou assim “eu tenho medo de você”, ele estava com o irmão dele que tinha sido meu colega de turma, e aí o irmão depois veio falar comigo “meu irmão morre de medo de você, que que você fez?”, “nada, eu só arranquei a manto, mas ele que estava errado né”. Era eu. Era isso né, assim, mas disso tudo eu não me arrependo não, mas isso tudo envolveu muito desgaste com as pessoas que queria outra coisa, enfim. Quando você fala dos embates né, acontece, você precisa defender um ponto de vista, mas como eu tinha tanta certeza, eu fui até o fim. De jeito nenhum, eu fui na presidência, “não pode ser, tem que ser Departamento”.

SN: E essa atribuição de fiscalização ainda é... o DPH ainda tem né? De fiscalizar...

MCFM: Não, eu acho que vocês têm que... não pode nunca parar de produzir projeto. Terceirizar projeto...

SN: E já... para você saber, já está na hora de uma outra intervenção lá no terraço. Esse sistema já...

MCFM: 25 anos... é o prazo máximo, durou 25... durou 30 né?

SN: A gente está debruçado nesse projeto.

MCFM: Deve ter até coisa melhor agora né?

SN: Hã?

MCFM: Deve ter até coisa melhor. O de cima não, do sétimo não, só o do nível da torre...

SN: Do quinto.

MCFM: Do quinto, é. O de cima foi depois.

DPM: Então, deixa eu voltar, você até comentou que a obra, vocês tinham ganhado prêmio por ela, aí ao longo da sua gestão, vamos dizer, vocês ganharam muitos prêmios, menções honrosas pelos trabalhos aqui. A participação em eventos, de uma maneira geral, era uma prática estimulada dentro da sua gestão? Para os funcionários.

MCFM: É... acho que era né, cada um fazia o que queria. Não tinha um pode, não pode. Depois quando eu deixei a chefia, é que eu tinha que pedir licença para tudo o que eu fazia, para o Benedito. Até trouxe uma cartinha, aqui ó, aqui ó, “pedindo licença para escrever uma monografia para apresentar nesse seminário aqui em Lisboa”, aí aqui tinha... ah, aí ele me manda, ele manda uma outra carta dele pedindo...

DPM: Isso era você ainda aqui, só que não estava mais à frente...

MCFM: É porque eu fui chefe, aí depois eu passei para 20 horas, porque o meu projeto não era ficar aqui para sempre, eu tinha combinado com o Arouca de resolver esses problemas, na minha cabeça, em 3 anos. Só que quando eu tomei noção da encrenca, do tamanho da encrenca, demorou 6 e aí eu saindo, passei para 20 horas no último ano e depois eu... eu queria mesmo era carreira universitária. Foi uma experiência riquíssima, maravilhosa, mas eu... tanto é que eu montei uma equipe para continuar o trabalho, tanto é que eles estão aí até hoje né? Deu certo também essa escolha. E para continuar o trabalho, eu só ia dar o start, resolver os problemas emergenciais, montar a equipe e apontar os caminhos, tipo, formação de operário, informação aos funcionários da Fiocruz, uma cartilha, uma coisa assim. Quer dizer, ia apontando os caminhos para eles desenvolverem, mas tudo sem grana, era a fase banquinho e violão mesmo.

DPM: Ao longo desses 6 anos que você ficou aqui, você não abandonou a Universidade? Você estava conciliando né?

MCFM: Não. Eu conciliava. Eu trabalhava de 5... de 8 às 5[17h] e ia para Niterói, dava aula a noite.

DPM: Entendi.

MCFM: Duas vezes por semana e sábado de manhã, que eu cumpria horário. Fiquei assim o tempo todo. Eu realmente estava cansada, porque eu trabalhava 60 horas por semana, aí que eu pedi para ficar aqui 20 horas. As coisas estavam caminhando e aí eu fiquei numa coisa que eu inventei, gerente de projeto, ficava na prancheta, com Sônia e aí a gente estava produzindo os projetos. Porque como o Castelo não podia ser desocupado, houve uma estratégia de dividir a obra em partes, deixar sempre 500 metros quadrados (m<sup>2</sup>) vazio para se fazer a obra, ir para o outro, ir para o outro, ir para o outro. Então, esse plano de desmobilização e pequenas obras, porque não podia sair todo mundo... a gente cuidava disso, ora... quais eram as obras necessárias. Na realidade, a casca toda estava precisando de obras. E vai precisar sempre,

porque no projeto original não foi calculado uma junta de dilatação, é o H né, aquela perna do H, que deveria ter uma junta de dilatação, não fizeram. Então, com a mudança climática, aquilo fatalmente vai produzir rachaduras na superfície, então, fatalmente de tempos em tempos tem que se verificar todos esses ornamentos e recompor essas rachaduras, porque é um erro de projeto original que não pode ser mudado. Então, o único jeito de consertar esse projeto é uma manutenção preventiva periódica. Especialmente ali naquela perna do H tem uma carência de junta de dilatação. Então essas coisas, confirma a necessidade de você ter uma equipe trabalhando para sempre aqui, para manter esse patrimônio, com esse conhecimento que já foi adquirido. Que o próprio conhecimento que foi adquirido já é um patrimônio também né.

DPM: Sem dúvida.

MCFM: Mas vai terceirizar... faz uma licitação para terceirizar, que você vai ver o que que você vai ganhar de projeto aí. Nada.

DPM: Bom...

MCFM: Só se me contratar... [risos] Não, agora não, tenho mais cabeça não, para isso... estou velhinha já.

SN: Agora você vai dançar.

MCFM: Vou dançar, é... agora eu vou dançar. Minha segunda profissão. Diga lá.

DPM: Então, quais eram as principais diretrizes que guiavam as intervenções na época que você atuou aqui? Havia consulta? Isso a gente já falou que a consulta com o IPHAN era feita de maneira informal, assim...

MCFM: O que me guiava era seguir rigorosamente uma metodologia científica internacional, que você seguindo por essa metodologia, você adquiria conhecimento sobre o objeto, você identificava os problemas, como no caso a gente identificou essa carência de junta de dilatação entre outros, e apresentava a solução técnica para resolver esses problemas. Quer dizer, seguindo o método científico... tinha muito material histórico aqui, muitas fotos, muita... esse levantamento todo, esse material ajudava a compreender algumas coisas que foram feitas, fotos do projeto original, enfim. Tinha toda essa pesquisa histórica que vem junto com a anamnese, não é só o implantação físico, mas toda a pesquisa histórica. E eu acho que o abandono durante o período da Ditadura teve um... foi horrível, mas teve um aspecto positivo, não destruíram o patrimônio original. Tirando umas histórias escabrosas, tipo, descobriram que o impermeabilizante do terraço era cobre, folha de cobre, algum funcionário vendo tudo isso aqui abandonado, que que ele fez? Picou toda a cerâmica de Marseille que cobria esse cobre, roubou o cobre e acimentou o terraço do quinto pavimento. Quer dizer, para você ver o grau de

abandono... de um funcionário esperto conseguir roubar o cobre. Então é... mas, no mas, esse abandono preservou o aspecto original, não teve muita modificação, muito puxadinho.

DPM: Você tinha comentado um pouquinho antes que, em relação as obras do Pavilhão Mourisco, vocês tinham... como ele não podia ser desocupado, vocês faziam esse quebra cabeça de deslocar... e fazendo um quebra cabeça para obra poder acontecer.

MCFM: Sim, mas isso foi aprovado em reunião da presidência. Eu apresentei esse planejamento dos deslocamentos, chamava a “Reunião do Vaticano”, que eles chamavam. Todos os diretores e presidentes aprovaram, todas as pessoas aprovaram com cronograma de obras junto com esses deslocamentos, para onde iam as... foi tudo planejado isso.

DPM: E você acha que as obras, no Pavilhão Mourisco, elas apresentavam um desafio maior que outros... outros espaços do conjunto arquitetônico da Fiocruz. Por estar ocupado ou pelas características da construção?

MCFM: Ambas as coisas... e pelo tamanho né? O Pavilhão Mourisco tem 5mil metros. Nenhum dos outros tem tantos metros, então era muito maior, por ser uma área muito maior já é... O problema que eu encontrei, maior ali, foi a instalação elétrica, você não tem noção do que era aquela instalação elétrica. A instalação elétrica do Pavilhão Mourisco era de... aquele fio de pano e borracha misturado com, era um negócio assim... um engenheiro eletricitista veio aí e disse “isso aqui tá pronto para pegar fogo a qualquer minuto”. E aí esse foi uma das primeiras obras que a gente fez, substituição da fiação elétrica do Pavilhão Mourisco e do quadro. Do PC [de luz]. E foi um grande mote para captação de recursos, foi um grande mote. A repórter da Globo veio aqui e, por acaso era até irmã de um amigo meu, mas quem, quem chamou foi uma moça que era da Relações Públicas aí da Fiocruz, falou com a Globo não sei que... eles vieram e fizeram uma matéria e me chamaram para falar e eu fui completamente terrorista né, eu falei “vai pegar fogo”, a gente mostrava o quadro de luz “isso está uma macarronada, a gente precisa restaurar esse patrimônio” não sei que, eu falei lá e apareceu no Jornal Nacional, num sábado. Foi o que fez todo mundo... o Brasil inteiro ficou sabendo que a gente estava precisando de dinheiro e aí, logo em seguida, veio o financiamento. Quer dizer, foi uma divulgação super importante. Mas segunda feira teve, teve um negócio engraçado... eu falando no telefone, pedindo informação de um material lá no Rio Grande do Sul, aí o cara lá pergunto “ah, a senhora é da Fiocruz?” “A senhora é aquela mulher descabelada que apareceu... a senhora é aquela mulher descabelada que apareceu no Jornal Nacional?” “sou eu mesma”. (risos) Estava um vento danado, aquele vento ... pô, e tinha cabelo hein, tinha o cabelo grande... o vento aqui e eu falando e desesperada. “Ah eu conheço essa mulher, a descabelada que apareceu na televisão...”

DPM: O efeito foi positivo mesmo né? (risos)

MCFM: Foi...

SN: Foi de propósito né... (risos)

DPM: Em relação ao Pavilhão Mourisco, você acha que... queria destacar mais alguma coisa assim, que você considera desafiadora, diferente dos outros... você falou do tamanho né, da instalação elétrica que estava esse caos, alguma outra questão?

MCFM: Não, eu acho que a arquitetura dele, a estrutura como ele é né? Todos esses ornamentos em cimento, isso é uma coisa única né, é uma coisa que se usava. Na realidade isso... O cimento era uma novidade, quando ele foi construído né, tanto é que ele era importado. A primeira fábrica de cimento no Brasil foi em 1936, até então todo cimento usado era importado. E o Luiz Moraes Junior usou uma técnica utilizada há milênios chamada terracota, ele usou essa mesma técnica, só que ao invés de terracota, ele usou cimento. A terracota você tem umas grapas de ferro, umas coisas assim e você vem com a plaquinha de barro vitrificado, portanto a água não penetra, colava nesse ferro, portanto não enferruja o ferro e os prédios na Antiguidade eram feitos com terracota. Ele usou essa coisa, usando cimento, o material cimento que é poroso. Que hoje em dia, a gente já sabe que o material dura 80 anos e depois ele começa a perder a coesão e começa a ficar poroso. E aí foi isso que aconteceu, ele usou a mesma técnica da terracota com esses ornamentos, com o tempo a água entrou, entrou no ferro, o ferro expandiu e começou a rachar tudo e soltar as placas de cimento. Quer dizer, a própria construção tem essa particularidade, que ela tem que ser também, de novo, esse cimento novo que foi feito, vai durar 80 anos, já passou 30, daqui a 40, você bota aí... você que está fazendo a previsão de manutenção, você pode dizer que daqui a 30 anos começa já a pensar em substituir, porque vai começar a rachar. Ele não dura muito mais.

SN: Dia 23 nós vamos entrevistar o Geraldo Filizola.

MCFM: Aé? Manda um beijo para ele. Um tempão que não vejo Geraldo. Só sei dele assim né, o pessoal "ah eu falei com Geraldo", que ele é o calculista até hoje de todo mundo.

SN: É... a gente ainda trabalha com a CERNE. Mas quem participou da Torre Norte foi o irmão dele né? o Zé Carlos [Filizola]...

MCFM: O Zé Carlos que fez, mas o Zé Carlos na época era da CERNE, eram três irmãos. Aí o Zé Carlos se rebelou e foi montar a firma dele sozinho, porque ele brigava à beça com o Geraldo.

SN: Você ainda estava aqui... memória né... a gente esquece muita coisa. Você ainda estava aqui na época do... dessa modificação toda do ar condicionado, do sistema que a gente colocou?

MCFM: Não.

SN: Ah, não? Só uma informação para você, já está na hora de rever também, já está caduco. O problema atual é o sistema de ar condicionado.

MCFM: É. O Luiz de Moraes planejou esse pé direito altíssimo e janelas exatamente para as janelas ficarem abertas e a ventilação cruzada e azulejo e aqui ser fresco.

SN: Quando o mar chegava aqui...

MCFM: O mar chegava aqui, é. Tinha a brisa do mar quando você abria a janela... Gente, mas eu fico impressionada, só uma pausa aqui, com o entorno. A cidade em volta do que... gente, muito tempo que eu não vinha para essas bandas e não olhava. A Vila do João está com cinco pavimentos né? Era 1 pavimento a 30 anos atrás. Impressionante né. Falta de... carência de habitação mesmo.

DPM: Então, falando sobre a sua saída daqui né, você já tinha comentado anteriormente que já era seu plano inicial fazer... dar o *start* para o projeto, para o Departamento caminhar sozinho e aos poucos você foi diminuindo...

MCFM: Aos poucos não, no último ano... acho que foi no último ano que eu passei para 20 horas e depois pedi demissão.

DPM: Isso foi em dezembro de 91 né? Que você comentou...

MCFM: Novembro de 91.

DPM: Novembro. Anotei errado aqui, tá.

MCFM: Coincidiu com assumir lá a chefia de Departamento de Arquitetura e Urbanismo [da Universidade Federal Fluminense]. Com quase 50 professores.

DPM: E houve uma pressão da Universidade para você aumentar sua carga horária lá também?

MCFM: Eu não poderia ser chefe com 20 horas. É dedicação exclusiva.

DPM: Aí você foi convidada para assumir o Departamento...

MCFM: Convidada não, fui eleita.

DPM: Já era eleição...

MCFM: Eu ganhei até uma cartinha do Reitor dizendo que eu fui a chefe mais votada em toda a Universidade. Depois eu fui odiada, mas até ser eleita... (risos) até ser eleita eu fui a mais votada. E fiquei lá 2 anos, de chefe. Mas aí a minha... porque a vida acadêmica me dava mais possibilidade de ter outros trabalhos, eu queria ter outros trabalhos né. Montei uma firma depois de projeto de restauração, fiquei alguns anos com essa firma, fiz alguns trabalhos.

DPM: Bom, como você acha que o trabalho aqui na coordenação e no departamento contribuiu para sua trajetória profissional?

MCFM: Ah, foi maravilhoso. Foi assim, juntou uma vontade de realizar com a oportunidade de realizar, foi maravilhoso. E com energia juvenil e com boas companhias né. Assim, pessoas

competentes em volta e tudo, assim, foi bem legal. Aí o apoio da presidência foi fundamental, enfim.

DPM: Você comentou também, agora, que saindo daqui na Universidade você abriu um escritório de... uma firma de restauração. É a Habitare Arquitetura, é isso?

MCFM: É.

DPM: Ah, ok. Foi... ela ainda existe?

MCFM: Não, durou pouco. Eu fechei, fechei... basicamente eu abri porque eu peguei vários projetos ali de Quissamã [no Estado do Rio de Janeiro], várias fazendas e conjuntos não sei que... acabaram realizando esses projetos. Alguns, não todos e aí eu tinha que ter uma firma, não podia ser... e aí foi por isso que eu abri, mas encerrou esses projetos, durou o que? Uns 5 anos, aí eu também fechei a firma.

DPM: Mas fora a sua atuação nessa firma específica, ao longo da sua carreira na academia, você trabalhou concomitantemente com outros projetos de restauração? Você podia falar um pouquinho?

MCFM: Não só de restauração como de urbanismo também. Eu participei da Rio Cidade, Rio Cidade eu participei de uns 4 bairros. Eu fazia muita consultoria para firmas de engenharia que tinham obras de restauração. Paraná, Piauí, o Brasil todo. Assim, eu tenho que ver, de memória assim eu só lembro de algumas coisas. É... Campina Grande eu fiz o projeto de restauração do centro histórico lá de Campina Grande, lá tinha um centro Art Decó, foi feito também, mas aí era prestação de serviço para escritórios, para firmas, enfim, me chamavam muito para brigar contra o IPHAN. As firmas de engenharia, de restauração de ponte, era o Geraldo que me indicava. Eu ia muito para o Paraná, essas firmas que restauram pontes centenárias, aí o IPHAN ia lá, dizia que não era assim que era assado. Aí eu sempre fazia uns dossiês para firmas para encaminhar para o IPHAN para aprovação. As vezes dava certo, as vezes o IPHAN continuava dizendo que não, mas eram coisas muito grandes, envolviam muito dinheiro, então não era só eu... eu fazia só a técnica, mas tinham outros, outras coisas em questão, política, dinheiro, outras coisas que eu não me metia, eu só fazia a parte técnica, e as vezes não dava muito certo não. Mas aí até recentemente eu tinha... a última que ele me chamou, eu falei “não, eu estou aposentada”, não, era muito exaustivo.

DPM: Então, atualmente, sua atuação profissional...

MCFM: A minha atuação profissional se restringe a... as pessoas me chamam para fazer projeto, geralmente de reforma, mas assim, eu não corro atrás não. Se alguém... um amigo, amigo de amigo, aí chama, de vez em quando eu faço um projeto, mas não é... tá bom assim. Eu tenho um

projeto enorme, os meus netinhos. Os meus netinhos são um projeto fantástico e me ocupa meio dia, todo dia, então eu só posso fazer isso. Isso que é bom, curtir os netos.

DPM: E você falou que quando você volta da Itália, você travou uma batalha também para incluir nos currículos mínimos dos cursos de arquitetura as disciplinas relacionadas a restauração. Você podia falar um pouquinho, como é que foi sua experiência de ensinar esse tema nos cursos de graduação e pós-graduação ao longo da sua carreira?

MCFM: É curioso né, enquanto era uma opção... uma optativa, que na realidade não era uma optativa, era uma “optatória”, porque eram poucas optativas, você tinha que fazer muitas optativas... você é da UFF você sabe... e acabava sendo poucas opções de optativas. Eu sentia assim, uma animação maior dos alunos, depois que passou a ser obrigatória, tinha uma disciplina que eram 8 horas por semana chamada Projeto de Restauração que os alunos já tinham outro projeto... eles tinham Projeto de Arquitetura, Projeto de Urbanismo, Projeto de Restauração, era uma carga de trabalho muito grande. Eu sentia, não só na minha disciplina, como nas outras também, os alunos eram bombardeados, tinham que ficar só estudando 6 anos da vida, não podiam trabalhar, porque era uma carga, um volume de trabalho muito grande, todos os professores davam muitos trabalhos. Então, eu senti um pouco... agora, muita gente seguiu especialização nessa área, muitos alunos escolheram isso para fazer mestrado, doutorado, tudo nessa área. Quer dizer, acho que esses eram os... eu dei aula também no Mestrado de engenharia civil lá da UFF, eles tinham uma linha de pesquisa chamada Materiais, então eu dei aula de restauração de materiais nessa turma de engenharia que fazia essa opção de pesquisa. Que foi muito proveitoso isso lá, nossa, eles adoravam porque eles não tinham ideia de história, de arquitetura, de nada, então era noções gerais, história dos materiais, como se restaura aqueles materiais.

SN: Ainda existe?

MCFM: Não sei. Não sei se existe, porque eu inventei... eles me chamaram lá para dar e eu inventei essa disciplina que tivesse a ver com o curso de engenharia civil né. Nossa, foi muito legal, eu fiquei lá uns 5 anos. Orientei algumas dissertações de mestrado nessa área e alunos da arquitetura, como não tinha mestrado na arquitetura essa época, eles iam fazer o mestrado lá também. Legal. Até hoje eles me chamam para voltar lá. Tô preguiçosa. Eu já trabalhei muito gente, vou te falar. Esses anos todos que eu trabalhei 60 horas por semana, eu cortei um dobrado. Na verdade eu trabalhei só 30 vezes 60.

DPM: É. Tem uma hora que a gente tem que colocar um pé no freio mesmo né...

MCFM: Ah, a vida é tão boa, tem tanta coisa para fazer né. Se puder né, trabalhar.



DPM: A gente tinha aqui um registrado que você participou do processo de tombamento do conjunto da escola de arquitetura da UFF. É isso mesmo?

MCFM: Eu assinei a petição, logo que... essa petição foi feita... quem comandou essa petição acho que foi o Cyro Illidio Corrêa Lyra, que era do IPHAN e foi tombamento estadual e municipal também. Aí eu assinei junto com todos os outros professores, mas acho que quem encaminhou a petição, acho foi o Cyro, tinha um outro professor lá que foi para Brasília depois, acho que também estava nessa. O Rui Veloso também estava nessa. Que eram professores dessa área né, de História, Teoria e História... eu fiz concurso para Teoria e História da Restauração, não, Teoria e História da Arquitetura. A ementa do concurso era essa, não se fala em restauração, só Teoria e História da Arquitetura.

DPM: É, ao longo dos anos da sua formação que você foi assumindo mais as disciplinas de restauração?

MCFM: É. Para você gostar de restauração, eu acho que primeiro você tem que conhecer o que restaurar. O que que é História, o que que importa, o que que não importa, o que que é um exemplar, o que que não é. Eu comecei pela História, estudei muito, me tranquei num quarto 4 meses, lendo um monte de livros para fazer essa prova, mas esse conhecimento me ajudou muito né, para fazer restauração. Você primeiro tem que conhecer a História. É um passo inicial.

DPM: Bom Camila [Ennes], você tinha algumas perguntas para fazer né, antes da gente ir para o bloco final.

CE: Pode ser então. Você comentou que você em 91 saiu daqui né? E ficou 40 horas lá na UFF...

MCFM: Fiquei Dedicção Exclusiva lá.

CE: ... e aí um ano antes...

MCFM: 40 horas eu já era.

CE: Ah sim, ah tá. Entendi. E aí eu vi que tinha um registro de uma obra criteriosa que teve lá de 89 a 91. Foi essa obra que foi fruto da greve?

MCFM: Eu acho que sim, eu acho que sim.

CE: Você lembra alguma coisa dessa obra? Do que, que... quais foram as intervenções principais?

MCFM: Não., olha, eu te contei...

CE: Só para registrar...

MCFM: Olha... teve uma greve longa de 3 meses, então o professor Cyro, porque nós dávamos as disciplinas dessa área. A Diretora era a Maria Elisa Meira e aí nós 3 resolvemos propor aos alunos uma ocupação de greve. Para fazer... completar os levantamentos, porque esses

levantamentos parte já tinha sido feito na disciplina Estruturas Históricas que a gente dava... completar e fazer um projeto de restauração com o orçamento e encaminhar para reitoria, para pessoal de manutenção da UFF executar. Então era uma coisa modesta, porque óbvio, que nem aqui, verba de manutenção não dá para você comprar telhado, tem que ser pintura, instalação, enfim, não dá para muita coisa. E assim foi feito, 5 alunos se interessaram, iam lá levantar com a gente, a gente desenhou com lápis né, caneta nanquim... essa época não era computador, tão lá até hoje as plantas e fizemos a proposta. E aí a Maria Elisa conseguiu com o Reitor desviar uma equipe de manutenção da UFF e pronto, aí restaurou. Aí na, na... Poxa. Ah, olha só que coincidência. Eu vou te mostrar a foto, ...eu tenho essa foto aqui que eu mandei para um amigo que está lá foto. O Niemeyer foi na inauguração. [ligando celular] Deixa eu ver aqui... Eu tenho essa... eu fotografei, gente.... eu fotografei a gente na frente do chalé. Aqui. João Sampaio, Maria Elisa Meira, o professor argentino que foi lá dar um seminário e eu.

CE: Ah, que legal. Cadê você? Aqui né? A última.

MCFM: Foi numa época que eu tinha o cabelo curtinho. Isso tem.. quantos anos? 26 anos.

CE: 91... 26, é.

MCFM: É?

CE: 27 quase né?

MCFM: 27, é.

CE: Que legal.

MCFM: Então, o João Sampaio morreu, foi prefeito de Niterói, foi Deputado Federal, foi diretor da Escola. A Maria Elisa é essa aqui, que era diretora da Escola. E aí foi o dia da inauguração. Isso é foto de foto, está meio esquisito né, mas...

SN: Momento legal né?

MCFM: Hã?

SN: Momento muito bom né?

MCFM: Maravilhoso. Todo mundo feliz, aí o Niemeyer deu uma palestra. Niemeyer não gostava muito de coisa velha, de caco velho não. (risos) Gostava dos “tcha”, é... mas é... mas é tão bom né, trabalhar é muito bom. Fazer coisa é muito bom. Realizar é muito bom. Conviver com os outros no trabalho é muito bom. Isso eu sinto falta. Parte do trabalho que eu mais sinto falta é conviver com as pessoas e...

CE: E aí nessa obra, foi mais a parte externa dos prédios, você lembra o que, que...?

MCFM: Não. Foi tudo.

CE: Foi tudo mesmo?

MCFM: Caiu uma parede dentro, de podre.

CE: A é?

MCFM: É.

CE: No chalé?

MCFM: No chalé. Tinha... a gente fez um projetinho lá para o fundo, aquele fundo era...

CE: Ah sim...

MCFM: Uma coisa horrorosa. Porque a história né... quando fizeram o prédio modernista para o campus da UFF, a proposta era demolir o chalé e o casarão, como eles não conseguiram terminar o prédio, onde é que iam colocar as pessoas que estavam lá no casarão e no chalé da arquitetura? Então eles cortaram o chalé, cortaram um pedaço do chalé e fizeram um prédio encostando, um prédio novo, mas a proposta era demolir...

SN: E teve uma repercussão né? Vocês tão falando e eu estou me lembrando. Teve uma repercussão isso, na nossa área.

MCFM: Então, o tombamento foi para evitar a demolição do resto.

CE: Uhum.

MCFM: Porque pros engenheiros aquilo ali era lixo. Tinha que demolir. Fazer aquele... caixa de sapato. Um amigo meu que diz assim “os arquitetos e os engenheiros chegaram no auge, agora eles projetam caixas de sapato”.

SN: Finalmente né...

MCFM: Finalmente eles chegaram na caixa de sapato.

CE: E... nos jardins, nessa obra teve alguma coisa? Porque antes teve uma remodelação na área externa ali do campus, não teve? Só que por parte da SAEM [Superintendência de Arquitetura e Engenharia da Universidade Federal Fluminense].

MCFM: O que aconteceu foi o seguinte, eu já estava lá. Os engenheiros ao invés de fazer... tinha um morro, eles queria fazer aquela estrada lá para chegar no estacionamento. Ao invés deles fazerem assim como todo engenheiro deve fazer, eles cortaram o morro assim. Aí o morro caiu em cima do casarão, entendeu? Aí a gente abria a janela assim, da sala de aula e tinha lá uma montanha de terra do lado de fora. Só para você ter ideia de como eles tratavam bem a gente lá. Sempre houve enorme disputa política dentro de arquitetura e engenharia, porque arquitetura administrativamente era um Departamento da Engenharia, da Escola de Engenharia. E só foi... virou Escola quando a Maria Elisa conseguiu... essa moça que está na foto, que já morreu... ela conseguiu transformar o Departamento em Escola. Aí a restauração do chalé e do casarão, foi junto com a festa e Niemeyer, foi um grande evento. Quantos anos? 27 anos atrás. Mas os engenheiros tão... se pudessem acabar... porque eles queriam um grande estacionamento onde a gente estava. Aí o processo de tombamento. Foram várias ações para...

SN: Impedir...

MCFM: Impedir. E os engenheiros eram os poderosos ali, dentro da Universidade. Eles tinham a voz... a voz deles era muito mais alta do que a nossa. A gente nas cadeiras, enfim, Ditadura Militar, aquelas coisas.

SN: Momento histórico, foi um embate.

MCFM: Tudo era um embate.

SN: Estratégia foi vitoriosa.

MCFM: A gente tem que... tudo... meu filho fala assim “mãe, você é muito briguenta”, não é briguenta cara, você tem que lutar pelas coisas que você acredita, não adianta você ficar quieto esperando que alguém vai tocar a campanha “ah, é aqui que mora uma pessoa maravilhosa...”, não vai acontecer nada. Tem que lutar. E continuamente. Quanto mais, melhor. Para coisas que a gente acredita que está certo, coisas públicas. Eu sempre trabalhei em área pública, tirando esse meu período de dona de empresa e de escritório, que também trabalhei para pública, um projeto lindo aliás, que também foi premiado pelo IAB. Fazenda Machadinha lá de Quissamã, que era um... era um quilombo. Inclusive tem uma música... que eles produzem uma música, eram pessoas que foram funcionários de uma empresa que também tinha falido, eram lavradores de cana, todos negros, todos parentes entre si. Mesmo como empresa também trabalhei em coisas coletivas, assim. Com história, enfim. Esse projeto foi legal também. Alguma coisa eles fizeram, não fizeram tudo, mas alguma coisa eles fizeram.

CE: E aí depois tem um material de um projeto de restauro de 99 feito com os alunos também. Aí tem algumas fotos de intervenções...

MCFM: Olha, eu sempre... porque era assim, projeto de restauração você precisa de um levantamento, fazer um levantamento. E eu usava meio a linha do Paulo Freire, vamos começar por onde a gente está? O que a gente conhece? Os problemas que a gente convive cotidianamente? Então, eu usava muito os prédios da UFF como exercício para os alunos, então por isso que tem uma profusão de levantamentos lá. Porque os próprios alunos... e primeiro que eram oito horas de aula, então eles levantavam e desenhavam ao mesmo tempo, ocupavam as oito horas de aula. Fazendo levantamento e tudo, a hora que estava todo mundo lá, enfim, era mais fácil que fosse ali perto do que se deslocar. A gente também atendia demandas de prefeituras, que era uma farra também. Alugava um ônibus e ia para o município fazer o levantamento de algum prédio que a prefeitura solicitava, a gente também fazia. Mas quando não tinha pedido de prefeitura solicitando era ali mesmo que a gente... a gente levantou tudo, tem tudo até... até as grades assim.

CE: É, pois é. Nesse de 99 tem algumas fotografias de intervenções de restauro feitas *in loco* e algumas restaurações de pedra também, com pó de pedra... tem algumas fotografias nos elementos assim. Eu não sei se foi dessa data ou se foi de algum outro momento, não sei... Você não lembra não né?

MCFM: Olha, eu entreguei todo o material que eu tinha, aliás, de vez em quando eu ainda acho alguma coisa, só espero ir em Niterói e vou entregar lá. Têm.., são, são, teve várias fases né, teve essa grande obra, depois teve algumas, alguns remendos... remendos né? Depois restauraram o telhado, mas enfim, é tudo fragmentado porque eram períodos, eram alunos... a gente só supervisionava. Nós fizemos prospecção de cor de paredes lá. Com [lâmina] Gillette, todo mundo, degrade, tudo direitinho. Eles aprendiam... fazer né.

CE: Na disciplina né? Ah, legal. Obrigada.

MCFM: Pronto?

DPM: Era isso? É... Então para gente finalizar, tenho mais 3 perguntinhas rápidas. Primeiro, saber se você quer destacar algum aspecto que a gente não mencionou em relação a sua atuação aqui na Fiocruz ou em relação a sua carreira de uma maneira geral? Que a gente não tenha levantado.

MCFM: Eu quero destacar a minha admiração pelo professor Sergio Arouca, que cabeça. Ele, ele era um visionário. Ele, ele...enfim, ele permitiu que isso tudo acontecesse, porque se ele não tivesse sido tão atuante né, tão... construiu uma nova Fiocruz. Ele pegou isso aqui meio estraçalhado. Construiu durante esses anos, com capacidade de trabalho, com mente aberta, com... enfim, eu acho, eu destaco que se não fosse ele nada disso tinha acontecido.

DPM: Mais uma coisa é que eu queria que você deixasse registrado alguma recomendação ou pensamento para colaborar com a equipe do Departamento de Patrimônio, em relação a preservação do acervo daqui.

MCFM: Eu vou repetir o que eu já disse. Eu acho que o conhecimento sobre esse patrimônio e a produção de projetos tem que ser feita pelo Departamento. O controle sobre as licitações, o controle sobre as especificações e a fiscalização da obra tem que ser feita pelos funcionários do Departamento. Jamais terceirizar isso, porque pode se perder todo o controle da qualidade da restauração que tem sido feita até então. É isso que eu tenho para dizer.

DPM: Deixa como recomendação.

MCFM: Recomendação. E, obviamente, a maneira mais barata de se restaurar é a manutenção preventiva. Para você ter uma boa manutenção preventiva, você tem que ter um calendário planejado dessa manutenção e pessoas treinadas para fazer essa manutenção. É a maneira mais

barata que existe, essa manutenção periódica preventiva, porque depois que cai, para refazer custa muito caro.

DPM: O custo é muito maior né?

MCFM: O custo é muito maior. Infelizmente, a prática no Brasil é que deixa cair para o custo ser maior para as pessoas poderem tirar mais propina. Quanto maior o volume de dinheiro, maior... Então, a manutenção preventiva não é vista como uma coisa atraente, porque dá trabalho, custa menos dinheiro, precisa-se conhecer, mas é o segredo para ter isso para sempre. Já tem 100 anos, precisa durar mais 100 né. Pelo menos.

DPM: Então, só para finalizar. A gente queria, na verdade, verificar com você se sua tese de doutorado, ela foi...

MCFM: Ela foi reconhecida como doutorado. Foi um processo que foi aberto e foi reconhecido como doutorado em 91.

DPM: Você sabe, você lembra se foi doada alguma cópia aqui para o arquivo?

MCFM: Não me lembro... eu achei que eu dei uma, dei uma... eu deixei uma para alguém aí.

DPM: Vocês não têm registrado aqui?

IA: Não tem... não tem... A gente poderia pedir uma outra cópia?

MCFM: Eu vou ver se eu tenho. Vou procurar, se eu achar... eu tenho um quartinho lá que eu tenho até medo de entrar, porque é só papel gente, o meu filho entra lá em casa e diz assim “mãe, eu não quero nem receber de herança esse quartinho”. Só papel, porque eu sou da época do papel né, não está nada digitalizado, então... eu vou procurar, se eu achar.

DPM: Tá ótimo. Muito obrigada.

DPM: Então é isso... a gente queria agradecer muito o seu tempo.

MCFM: Nada, imagina...

DPM: Seus conhecimentos...

MCFM: Bom é que eu estou com tempo sobrando...

DPM: Então obrigada, Cristina.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Benedito de Oliveira**

Benedito Tadeu de Oliveira e Rosana Soares Zouain

(Abril, 2018)

OLIVEIRA, Benedito de (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 30 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Benedito Tadeu de Oliveira

**Local da entrevista:** jardins da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte/MG

**Data da entrevista:** 27 de abril de 2018

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Rosana Soares Zouain

**Transcrição:** Tarcísio Pereira Bastos

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 hora, 32 minutos e 12 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Benedito Tadeu de Oliveira em 27/04/2018.

RSZ: Entrevista com Benedito Tadeu de Oliveira. Hoje é dia 27 de abril de 2018. Atuou como arquiteto no DPH [Departamento de Patrimônio Histórico] de 1987 a 2002. É arquiteto graduado...

BTO: Não é verdade! O DPH não existia em 1987.

RSZ: Era ainda o COORES, né?! Coordenação de...

BTO: É de 1989 o DPH...

RSZ: É verdade. Estou aqui com o currículo que ela destacou. É arquiteto graduado pela Universidade de Brasília, UnB, entre 1975 a 1980. Doutorou-se em restauração de monumentos pela *Universiestá degli Studi di Roma*, de 1982 a 1985. Ingressou em 1987 na Fundação Oswaldo Cruz, onde participou da criação e chefiou o Departamento de Patrimônio Histórico em dois períodos: de 1989 a 1994 e de 1997 a 2001. Coordenou a restauração do Conjunto Arquitetônico Histórico de Manguinhos. Esse trabalho recebeu prêmios e menções honrosas em 1991/92/93/94/96, do IAB – São Paulo e Rio de Janeiro, do IPHAN e na II Bienal Internacional de Arquitetura Olinda [Recife]. Participou da criação do Museu da Vida da Fiocruz, cujo projeto do Centro de Recepção, recebeu o prêmio Melhores Obras em Aço do Ano de... [1999].

BTO: De 1999.

RSZ: Foi diretor do Escritório Técnico do IPHAN, em Ouro Preto, de 2002 a 2009. Representante do Ministério da Cultura no Comitê Gestor do Patrimônio Cultural da Saúde e no Grupo de Trabalho Interministerial de ex-Colônias de Hanseníase, criado pela Presidência da República. Desenvolveu estudos para a nova sede Fiocruz – Minas na Pampulha, em Belo



Horizonte. Atualmente coordena os projetos do Centro de Difusão Científica do Instituto Nacional do Câncer – INCA, Rio de Janeiro...

BTO: Este projeto já acabou...

RSZ: E de implantação do Parque Arqueológico do Morro da Queimada em Ouro Preto.

BTO: Uhummm!

RSZ: Aí depois se você quiser dizer alguma...

BTO: Tem em Lassance [Minas Gerais].

RSZ: Lassance? Você está fazendo um trabalho lá?

BTO: Estou começando lá. Onde o Carlos Chagas descobriu a “Doença de Chagas”. Fez-se um convênio em Lassance. A Fiocruz e a Prefeitura lá. A gente tem um projeto de recuperar, de preservar todo patrimônio histórico de Lassance.

RSZ: Isso está em curso agora?

BTO: Começou agora.

RSZ: Começou agora. Ela dividiu aqui em quatro blocos. O bloco 1 seriam os dados pessoais. Está muito sol?

BTO: Está!

RSZ: Estava nublado, agora saiu o sol. O primeiro bloco são dados pessoais e de formação. O segundo, reflexões sobre o campo da preservação. O terceiro, é a atuação profissional. E depois, são as considerações finais. Vamos lá! Dados pessoais e formação: o nome completo, a data e o local de nascimento... Bom, o nome é Benedito Tadeu de Oliveira...

BTO: Benedito Tadeu de Oliveira, Cambuí – Minas Gerais, 19/05/1955.

RSZ: Elas pediram também para você dizer a ocupação dos teus pais.

BTO: Minha mãe era doméstica, depois virou costureira, depois virou comerciante. Meu pai era um pequeno sitiante.

RSZ: E a formação acadêmica, só para você confirmar. É Arquitetura na Universidade de Brasília, UnB, e depois, o doutorado em restauração de monumentos, em Roma.

BTO: Exato!

RSZ: Como surgiu o seu interesse por essa área de restauro e preservação?

BTO: Bom, o restauro começa com a tese. Depois, vou te dar o *link* de um programa sobre a minha vida, que está rodando na TV Brasil, TV Cultura, e vai rodar nos canais educativos no Brasil. Dá uma síntese da minha vida. São cinquenta minutos. Chama “Brasil Migrante”. São trezes personagens, um deles sou eu.

RSZ: Interessante! Foi uma seleção baseada em algum critério?

BTO: Loucos! Gente louca! Um outro personagem é a Sônia. A Sônia é líder da tribo *Guajajara*. É candidata a vice-presidente na chapa do [Guilherme] Boulos. Daquele pessoal lá! Tem o Alagoinha. Que é um estado interessante também. E tem uma moça da Maré. Tem um pessoal quilombola (Maranhão). São treze personagens, eu sou um deles. Eu falo, inclusive, da Fiocruz. Te mando o *link* ainda hoje, está! Mas a pergunta era?

RSZ: Está bom! Ótimo! Como surgiu seu interesse por essa área?

BTO: Eu falo disso. A minha [tese]... A minha, não... A nossa tese, eu falo disso no vídeo. A nossa tese foi uma tese da revitalização de um bairro de Natal, bairro da Ribeira, Rio Grande do Norte. A gente participou de um concurso internacional da União Internacional dos Arquitetos. A gente ganhou um dos maiores prêmios na época. E o congresso foi em Varsóvia, em 1981. Tinha vários prêmios. Tinha três grandes prêmios: da União Soviética, na época a Polônia estava no bloco socialista; o dos Estados Unidos e o do Japão. A gente ganhou da União Soviética e mais um outro do Egito. Então, já começo a trabalhar com patrimônio dentro da universidade. Na tese, que é uma tese de prêmio internacional. E a partir daí meu orientador...

RSZ: Mas isso na graduação?

BTO: Na graduação.

RSZ: Era um trabalho de final de curso?

BTO: Tá! Meu orientador [Muhi Koosah], que é uma “figuraça”, que não é mais vivo. Inclusive, a exposição que a gente fez lá no IAB, no Centenário da Fiocruz, 100 anos da arquitetura em Manguinhos, eu dediquei a ele. O livro também. Eu dedico a ele. Eu falo no vídeo, o Muhi Koosah era uma pessoa muito especial. Ele nasceu em Serra Leoa, de origem libanesa, fez Belas-Artes em Paris, depois fez Arquitetura em Milão. Trabalhou com Nuno Portas em Portugal. Tentou entrar no Chile no dia do golpe de [Augusto] Pinochet. Veio para o Brasil, trabalhou com [Luiz Paulo] Conde lá no Rio. Depois, trabalhou aqui com Joaquim Guedes, em São Paulo. Depois, ele foi para a Universidade de Brasília, foi professor e orientador lá. Antes, ele foi professor na Universidade de Constantine, na Argélia, quando [Oscar] Niemeyer projetou a Universidade de Constantine. Ele foi orientador. Então, era uma pessoa que falava seis línguas, conhecia muito o mundo e foi nosso orientador. É uma tese feita por três pessoas. A tese teve essa felicidade de ganhar esse prêmio. A partir daí, com esse prêmio, as portas se abriram. Ele começou a me apoiar para ir para Itália e fazer o curso de restauro na *La Sapienza*. Ele me apoiou, deu apoio total. Depois, eu consegui e ele me abriu as portas na Itália.

RSZ: Ele tinha feito esse curso lá?

BTO: Ele era professor lá em Milão. Não, ele estudou em Milão, mas tinha vários amigos professores em Milão. Trabalhou com Vittorio [Gregotti], em Milão, era um dos arquitetos mais conhecidos, um dos mais requisitados da Itália.

RSZ: Ah sim! Esse era um perfil específico dele na Universidade de Brasília? Imagino que no currículo não haviam disciplinas voltadas para essa área de restauro?

BTO: Não, não, não... Ele era um professor de História da Arquitetura, mas também de [inaudível]... Como esse projeto era do Centro Histórico de Natal [RN], então, estava mais ou menos inserido no... [inaudível].

RSZ: Seu grupo começou a trabalhar com o Centro [Histórico] de Natal...

BTO: Porque a moça, a Diana, ela era de lá. Ela que teve a ideia. Eu que me juntei. Ela que foi a “cabeça” do grupo.

RSZ: Depois, você se interessou...

BTO: Depois, naturalmente, eu me interessei. Em função disso, com a experiência lá em natal e a repercussão que teve, eu gostei do trabalho. A gente foi lá na Polônia receber o prêmio. Conheci a Europa, uma parte. Tive na Itália, com ele, na França... E aí eu fiquei sensibilizado por essa área. Depois, quando eu já estava lá em Roma, fazendo o curso na *La Sapienza*, que eu fui receber o prêmio na União Soviética, Moscou, Leningrado [São Petersburgo]... Eles fizeram um *tour* com a gente lá também muito ligado a essa área de patrimônio. Colocaram muita gente à disposição, arquitetos da área de restauro na União Soviética, tanto na Rússia, Moscou, Leningrado, que é São Petersburgo, e também na Armênia. A Armênia é notícia hoje nos jornais, está tendo uma confusão lá. A Armênia, a capital [Erevan], é mais antiga que Roma, três mil anos. E [Tbilisi], na Geórgia, terra do [Joseph] Stálin. A gente fez todo esse percurso. O prêmio era esse: conhecer o mundo soviético na área do restauro.

RSZ: Interessante. Quando acaba esse curso em Roma, você já voltou direto para?

BTO: Fui para Cambuí. Fiquei um ano em Cambuí, 1986. Em 1987, a Cristina Mello tinha estado comigo em Roma. Só que ela não tinha terminado o curso e eu tinha terminado. Ela terminou depois. Ela me convidou para Fiocruz, [pois] estavam montando lá a Gerência de Projetos Especiais. Não sei se tem mais um P, se era GPPE ou GPE (Gerência de Projetos Especiais), que estava incluído a restauração do Conjunto e uma Creche que o Sérgio Arouca, na época, queria fazer. Então estava a Cristina Mello na área de restauro. Ela me chamou. Na creche [estava] o Jorge Castro. Conhece?

RSZ: De nome.

BTO: Inclusive, é professor lá na UFF. A Cristina Simas... A GPE era coordenada pela Célia Almeida, uma médica que hoje está na... Ela era assessora do Sérgio Arouca, presidente na

Fiocruz. Ela ficava no 5º andar do Castelo numa salinha. Só que a gente ficava onde funcionava a Dirac, onde funcionava o pavilhão 6. A gente ficava misturado com a Dirac. Foi montada a GPE e para secretariar foi contratada a Maria José [Benassury], que está aposentada. Depois, [ela] virou secretária do DPH e foi trabalhar na COC. Depois, a gente contratou a Sônia, que entrou como desenhista. Teve um ajuste, um plano de carreira, e ela virou arquiteta, mas ela já era [profissionalmente] arquiteta.

RSZ: Como era o cenário desse campo aqui no Brasil, nessa época, na década de 1980?

BTO: Olha, para mim foi um choque. Chegar no Rio de Janeiro e ver um aquele monte de destruição. Você vem de Roma, tudo conservado. Em Roma você tem a arquitetura dos etruscos à arquitetura moderna. Tem todo o período praticamente. Não tem arquitetura chinesa, arquitetura oriental, porque a gente está no mundo Ocidental. Mas dentro do mundo Ocidental, arquitetura Ocidental, todos os períodos você tem em Roma, conservados. Quando se chega ao Rio você vê aquela destruição. Foi realmente um choque. Mas na época já tinha iniciado o Projeto do Corredor Cultural. Esse realmente é um projeto, talvez, o mais interessante que se tem lá no Rio, que conseguiu salvar uma parte do que sobrou do centro histórico do Rio. O Iphan só critica. No vídeo, você vai ver no vídeo. O Iphan só se preocupou em preservar a arquitetura do período colonial e abandonou a arquitetura do século XVIII, tanto o Neoclassicismo, quanto o Ecletismo. Deixou a especulação imobiliária avançar em cima do Rio, de Recife, de Belém... As cidades que se salvaram foram por questão de atraso econômico, como é o caso de São Luís [Maranhão].

RSZ: Paraty ficou esquecida até que abriu a BR-101 e....

BTO: Paraty é [arquitetura] colonial.

RSZ: Ah sim, também. Você acabou falando como se deu seu ingresso no DPH, que na verdade não era DPH ainda... Na sua memória...

BTO: Não era nem COORES, viu? COORES é depois...

RSZ: Pois é, como se deu a passagem desse momento?

BTO: Então, está. A gerência de projetos especiais, eu acho que o pessoal que estava trabalhando na creche foi para Dirac, com Jorge Castro e a Cristina Simas, que foram incorporados dentro da Dirac. Tanto é que tem três projetos de creche na Fiocruz. O deles não foi executado. Ficou a restauração solta. Aí sim nasce a COORES (Coordenação de Restauração), que é ligada diretamente a um vice-presidente. O [Sérgio] Arouca acho que tinha três vice-presidentes: o [Carlos Médicis] Morel, o Arlindo [Fábio Gómez de Sousa] e o Luiz Fernando Ferreira. Era ligado diretamente ao Luiz Fernando Ferreira. Então, era Coordenação de Restauração ligada a um vice-presidente.

RSZ: No Núcleo, os três edifícios já tinham sido tombados pelo Iphan.

BTO: Já, há muito tempo...

RSZ: Em 1981 né? Nesse período, em 1981, quando vocês chegam lá, isso era feito, a conservação desses edifícios não era feita. Não é verdade?

BTO: Não era feito. Inclusive, teve a implantação de um museu lá que andou abrindo portas, aquelas paredes de quase um metro de espessura entre uma sala e outra, que envelopou todos os espaços internos. Você entrava lá dentro parecia que estava num castelo. Esse museu desmontou depois em 1987.

RSZ: Era um museu de que?

BTO: Era um museu da Fiocruz. Foi montado por um cara que era de lá, chamado Luiz Fernando.

RSZ: O Museu, eu acho, inclusive, que foi ele que fez as primeiras pesquisas, que chegou a orientar esse processo de tombamento...

BTO: Acho que ele contribuiu sim. Acho ele ajudou a salvar a coleção de fotografia do J. Pinto [Joaquim Pinto da Silva]. Ele morreu na década de 1980. Então, ao mesmo tempo, que ele ajudou nessas coisas todas, ele estava preocupado em preservar a memória. Só que ele fez um museu meio inadequado.

RSZ: Antes de ingressar na Fiocruz, você tinha tido alguma experiência profissional nessa área de preservação?

BTO: Não.

RSZ: Então essa foi a primeira atuação profissional. Quais foram suas primeiras impressões sobre esse trabalho. Quando você chegou, como que estava?

BTO: Olha, você via que era um núcleo arquitetônico de “peso” e um grande desafio. Mas se via muita intervenção incorreta que foi feita ao longo dos últimos, talvez, das últimas quarentas [quatro] décadas. Intervenções erradas, incorretas, muita falta de manutenção. Realmente, era um grande desafio. Foi uma decisão muito correta do [Sérgio] Arouca, não só de criar uma área para restaurar o conjunto arquitetônico, mas ainda de criar a Casa [COC], que trata da memória da Fiocruz como um todo. Acho isso corretíssimo. No Brasil, é exemplo de trabalho nessa área, a Casa de Oswaldo Cruz. O trabalho que ela faz é um exemplo. Teve outras experiências em outras instituições, mas parece que teve retrocesso. Teve na Eletrobrás, teve na Eletropaulo...

RSZ: De ter um escritório técnico especializado...

BTO: Uma área de preservar a memória. Teve em outro lugar...

RSZ: No MAST [Museu de Astronomia e Ciências Afins] foi ao mesmo tempo que a criação da Casa de Oswaldo Cruz. Eu li isso numa entrevista que a Nísia [Trindade] deu há um tempo atrás...

BTO: O MAST eu não sei. Teve da Rede Ferroviária também. A Rede Ferroviária teve um setor só para cuidar do patrimônio. O MAST não é muito falado não. O mais falado é o da Rede Ferroviária. O da Eletrobrás, inclusive, um amigo meu tentou montar um negócio lá. Estudou com a gente em Roma também.

RSZ: Tinham muitos brasileiros na sua turma?

BTO: Em Roma?

RSZ: É.

BTO: Tinha eu, o Rodrigo [Otavio De Marco Meniconi], esse que tentou montar lá na Eletrobrás. Ele fez a restauração da Casa França-Brasil e mora em Ouro Preto. Ele está comigo nesse Projeto do Morro da Queimada. A Cristina [Mello], a Bia e a Mariângela, que era ligada à Fundação Roberto Marinho. Voltou e foi para a Fundação Roberto Marinho. Eram cinco.

RSZ: Quem fazia parte do DPH? Na verdade, no começo era só a Cristina Mello e você...

BTO: Cristina Mello, eu, Maria José [Benassury], e depois, a Sônia [Nogueira].

RSZ: Como o departamento era estruturado? Nem faz muito sentido. Quando você assumiu a chefia do departamento e durante sua gestão, o que você colocaria como desafio?

BTO: Antes tem uma história.

RSZ: Tem?

BTO: O COORES ele fica na órbita do Luiz Fernando Ferreira. Parece que teve um desentendimento entre a Cristina [Mello] e o Luiz Fernando. Cristina é uma pessoa difícil. Já ouvi falar?

RSZ: Já ouvi falar...

BTO: O COORES foi parar na mão da mulher dele e a Cristina [Mello] não ficou muito [contente]. Ela não gostava da mulher dele também não, mas ficou um tempo lá. Isso já é 1988, entrando em 1989. O COORES vai para Casa [COC] no momento em que a Casa está se estruturando em termos de departamento. A Casa se estrutura em três departamentos: pesquisa, que era a Nísia [Trindade] a primeira chefe, o arquivo, que era o Fernando Pires, e se estruturou o DPH, que fui eu o primeiro chefe. A eleição foi no dia da Tomada da Bastilha [França], 14 de julho de 1989.

RSZ: Nesse momento já tinha ingressado outras pessoas?

BTO: Nãoooooo!

RSZ: Bolsistas...?

BTO: Não, não. É o seguinte: já estava em paralelo correndo. O [Paulo] Gadelha montou o SPCOC (Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz). Antes um pouco, o [Sérgio] Arouca e o [Paulo] Gadelha, com o auxílio do sucessor... A gente entrou para captar recursos através da Lei Sarney, atual Lei Rouanet, para restaurar o Conjunto de Manguinhos. A gente conseguiu um financiamento grande de um grupo petroquímico, a Norquisa e outros. A Norquisa era a principal. A gente conseguiu financiamento que foi para SPCOC. Através do SPCOC que começou a contratar as pessoas. Contratou o Marcos [José Pinheiro], engenheiro, o Renato [da Gama-Rosa Costa], que já era estagiário lá. Acho que foi aluno da Cristina [Mello]. Acho, tenho quase certeza.

RSZ: Ah, sim!

BTO: A Márcia [Franqueira] foi depois. Começamos a contratar. Já estava contratado alguns estagiários. Com o financiamento da Norquisa é que foi possível contratar engenheiro. Por que que a gente contratou o engenheiro Marcos [José Pinheiro]. Um dos problemas mais sérios do Castelo era a questão da instalação elétrica. Estava toda inadequada com risco de incêndio. Então, o Marcos [José Pinheiro] foi contratado por isso. O Renato [da Gama-Rosa Costa], que era estagiário e se formou, foi contratado como arquiteto pela SPCOC. Depois, a Márcia [Franqueira] e a Bettina [Lourenço]...

RSZ: Durante essa primeira gestão, tinha esse desafio de formar uma equipe e começar a fiscalizar as obras, fazer projetos...

BTO: Fazer projeto, aprovava no Iphan e acompanhava as obras. Fazia praticamente tudo.

RSZ: Você citaria algum obstáculo que você enfrentou nesse primeiro período, durante sua gestão, para cumprir essa tarefa?

BTO: O obstáculo era o desafio mesmo de [preservar]. Os grandes problemas que a gente encontrava era com as empreiteiras. Não tinha empreiteiras. Tinha e não tinha empreiteiras especializadas na área. Falo isso aí. Às vezes, falo de brincadeira, mas é verdade. A gente fala até em mesa de bar. Entendeu? Eu montei um cemitério lá atrás do Castelo para enterrar empreiteiras. Todas que passaram na nossa mão faliram.

RSZ: Aham!

BTO: Faliu um monte.

RSZ: Porque tinha que refazer e demorava mais tempo...

BTO: Pensava que era mole. Encontrava parede de pedra lá e [desistia]. A primeira a falir foi uma da área de elétrica. Começou a rasgar lá, as paredes de pedras e gastar “disco”. Fez um orçamento como se fosse uma obra normal, uma parede mole, um tijolo furado. Chega lá é pedra. Foi a primeira a falir. Tem lá o nome dela nos arquivos. Se eu tiver com mais calma até

lembro o nome dela. Depois vieram outras. Uma que faliu lá também, a [Construtora] Coscarelli, que era uma grande empresa de restauração. Essa era especializada. Agora, aqui de Belo Horizonte. Ela era especializada no restauro de arquitetura barroca. Entendeu? Ela foi lá no Rio e pegou um monte de obra, inclusive, a torre, pegou o Itamaraty. Levou um “cano” no Itamaraty na época do Sarney. Pegou no Brasil também. Só sei que ela não aguentou não. Muito por causa do “cano” do Itamaraty, pois eles não receberam. Faliu também. A Aresta [Arquitetura e Restauro], que era uma especializada também, do Paraná. Faliu também. A Aresta pegou um monte de obra lá em Manguinhos. Pegou o Pavilhão do Relógio, um monte de obras... Faliu. A Verplan [Construtora e Planejamento] assumiu a obra do contrato da Aresta. A Verplan não era da área de restauro não, mas era uma empresa [que] tinha sido grande, forte e tal. Até que ela fez um bom trabalho lá. Faliu por outras coisas. Quando ela entrou lá, ela já estava [falindo]...

RSZ: Não foi culpa só da Fiocruz.

BTO: Não, não, não.

RSZ: Também era uma época de grande inflação.

BTO: Sei que a culpa mesmo, direta, não sei qual culpa a gente teve lá. Só sei que foram vários equívocos.

RSZ: Essa ideia da pesquisa sobre a restauração do *campus* [Fiocruz]...

BTO: Eu tive a felicidade, em 1999, de abrir três coisas diferentes lá, além da restauração do Conjunto. Primeira foi pesquisa. Por quê? Porque a tese do meu [inaudível] trabalhava com pesquisa nessa área e ele chamava isso de “sedimentação histórica”. Quando se tem uma área em que vão acontecendo muitas coisas e, depois, você volta ao passado e vai vendo as sedimentações. Meu orientador da tese [Enrico Guidoni] chamava isso de “estratificação histórica” ou o contrário. A minha tese lá em Roma foi justamente um hospital, *San Giovanni in Laterano*, que era o hospital do lado da antiga sede do Papado. O Papado não era no Vaticano até o século XVI, era em *San Giovanni in Laterano*. Tinha a sede do Papado, tinha a igreja de *San Giovanni in Laterano* e seu hospital. Hospital para homem e mulher. Sabe quem foi internado no hospital lá?

RSZ: Não.

BTO: São Francisco de Assis. Sabe quando?

RSZ: Não.

BTO: Na primavera de 1211.

RSZ: Nossa!!!



BTO: E aí eu trabalhei orientado pelo Enrico [Guidoni], um grande cara, muito jovem, que estava com vários livros publicados. Ele ficou famoso muito rápido. [Era] professor da *La Sapienza*. Ele me orientou a fazer esses cortes. Lá em Roma, eu trabalhei por séculos. Entendeu? Comecei quando São Francisco foi internado: 1200, 1300, 1400, 1500, 1600, 1700, 1800, 1900, 2000. Fiz tudo. Recuperei tudo o que era o hospital através de pesquisas em arquivos. Tudo eu consegui. Às vezes, meio aproximado... Quando eu tinha certeza e encontrava desenhos no Arquivo do Estado de Roma, eu ia lá em cima e “pá”. Foi por séculos. Eu falei, vamos fazer esse da Fiocruz por décadas. Aí foi de 1910, 10 a 20, tal e tal, até 2000. Deu aquele livro. Deu primeiro a pesquisa e depois o livro. Então, a pesquisa fui que comecei. Não com essa, antes com a exposição de 100 anos de arquitetura em Manguinhos. A gente levantou toda a história dos edifícios da Fiocruz. E depois, a gente organizou em décadas.

RSZ: Ah, entendi!

BTO: Isso foi 1999. O livro saiu em 2000. Eu já estava em Ouro Preto quando o livro saiu. De 2000 até eu sair de lá, 2002, até o lançamento do livro, acho que foi 2003 ou 2004, a gente trabalhou tentando configurar a história da Fiocruz em décadas. Teve, inclusive, gente que foi contra dentro da Casa de Oswaldo Cruz. Não pode “cortar” a história assim. Eu não dei bola não. O Renato [Gama-Rosa Costa] ficou impressionado, queira recuar. “Não, não, por décadas”. Isso foi uma iniciativa minha em 1999. Outra iniciativa minha em 1999 foi a criação da Oficina-Escola. Eu sabia que existia uma oficina-escola em João Pessoa [PB]. Foi iniciativa do Celso Furtado, não sei se você sabe?!

RSZ: Não, não sei!

BTO: Foi num aniversário da invasão espanhola na Paraíba e o Celso Furtado, que já era ministro, foi na Espanha, conseguiu financiamento e montou uma oficina-escola em João Pessoa por conta dessa... Porque na Espanha tem muita oficina-escola. É uma tradição. Montaram lá em João Pessoa.

RSZ: Voltado para restauro mesmo?

BTO: Para restauro, pegando pessoas em situação especial, meninos de rua... Depois da Paraíba, montaram uma em Salvador [BA]. Pensei nisso e fiz uma viagem organizada com a Sônia [Nogueira]. A gente visitou essas duas escolas: Salvador e João Pessoa. Voltamos e começamos a trabalhar nesse projeto, inclusive, no projeto do edifício. A gente chegou a desenvolver um edifício. Não sei se foi feito esse edifício. Acho que não.

RSZ: Eu vi um projeto que era bem grande com a Cristiane Cabeira que...

BTO: Antes foi o Thorsten [Nolte], um alemão, um estagiário alemão, que depois, acabou casando no Brasil e ficando aqui. Thorsten Nolte. Ele chegou a projetar um edifício para isso, mas depois, acho que foi adaptado na antiga cavalaria. Não foi?

RSZ: Na verdade, foi... Bom, o que funcionava ali. A Sônia [Nogueira] me contou que foi adaptado. Esse projeto meio que morreu, saiu da prioridade da COC.

BTO: Chegamos a conversar com o presidente que na época era o Elói [de Souza Garcia]. A Nísia [Trindade] acompanhou a gente...

RSZ: Que estava apoiando e, de repente, houve alguma mudança de rumo. E isso deixou de... Não ia mais fazer esse prédio. Para não deixar morrer o projeto, acabou usando um galpãozinho que tinha lá improvisado para as primeiras atividades.

BTO: Na antiga cavalaria onde “seu” Adorcino [Pereira da Silva] fazia as formas.

RSZ: Isso. Ele já fazia as formas. Então ali era a cavalaria?

BTO: Antiga cavalaria. É perto do caminho de Oswaldo Cruz?

RSZ: Isso, onde está agora. Depois foi feito um prédiozinho, menor, do que aquele que se esperava. E o que está lá até hoje.

BTO: Essa foi a segunda iniciativa de 1999. Foi diferente que a gente saiu fora da... A terceira foi o Palácio Itaboraí [Petrópolis]. O [Paulo] Gadelha me chamou e falou: “Benedito, vamos lá visitar o Palácio Itaboraí, que era a antiga residência de verão dos vereadores. Existe a possibilidade da Fiocruz assumir. Quero que você vá lá avaliar se o palácio é interessante ou não é”. Fui lá e fiquei encantado. Desci a serra e falei com o [Paulo] Gadelha: “Vamos assumir”. Assumiu. Foi assumido no último dia de governo Marcello Alencar, em 1999. A partir daí a gente começou a trabalhar no projeto de restauro, mas também, numa expansão subterrânea. Não sei se você viu esse projeto. Fiz com o Thorsten [Nolte]. Também interessante para caramba. Todo subterrâneo escondido na encosta para alojamento. Acho que está no livro esse projeto.

RSZ: Sei. Eu vi. A ideia era fazer um alojamento, uns encontros científicos...

BTO: O encontro era lá e as pessoas iam dormir nesse alojamento. Esse o [Paulo] Gadelha apoiou.

RSZ: Vocês pensaram a proposta desse uso veio de vocês?

BTO: Foi junto com o [Paulo] Gadelha. O Gadelha gosta de coisa grande. Não sei se você sabe?

RSZ: Sim.

BTO: Não gosta de coisa pequena não. Então para ele isso aí...

RSZ: Nisso, a Cristina Mello já tinha saído há muito tempo, né?!

BTO: A Cristina Mello depois eu conto como é que foi. Teve uma quarta iniciativa minha também, mas essa não foi para frente. Deu origem a um convênio assinado pelo presidente da Fiocruz, junto com o Jaime Antunes, do Arquivo Nacional. Era nossa equipe que fazia o projeto de restauro do Arquivo Nacional. Esse teve foi assinado, teve cerimônia, teve tudo. Só que o Jaime [Antunes] era do Partido Comunista. Desde o início ele não estava entusiasmado. Ele passou o projeto para o Alfredo Brito. Conhece? O Alfredo Brito acabou fazendo o projeto para gente. Foi ele que fez.

RSZ: Mas seria um grande projeto, uma colaboração?

BTO: O projeto seria feito pelo DPH em troca de quê? Era um convênio. Um dá um, o outro dá outro. Em troca do Arquivo Nacional montar o sistema do DAD.

RSZ: Um convênio. Interessante isso! Eu não sabia.

BTO: A Cristina Mello acho que saiu em 1998 no episódio lá do prêmio da torre. A Torre Norte ganhou um prêmio em... Teve um... É um assunto desagradável para “cacete”. Teve um conflito de autoria. Na verdade, ela fez RT [Anotação de Responsabilidade Técnica]. Ela que foi a cabeça do projeto. Todo mundo participou. Eu já era chefe, mandei para o concurso do IAB [Instituto de Arquitetos do Brasil], mas eu não coloquei autoria. Eu sabia que ia dar confusão.

RSZ: Botou [colocou] o DPH?

BTO: Eu pus assim: “Segue a relação das pessoas que trabalharam no projeto”. Não falei quem era o autor. Aí ela foi no Jornal do Brasil. Fez um escarcéu, denunciou a gente, porque que a gente estava roubando o projeto dela.

RSZ: É mesmo? Publicou? Saiu matéria publicada?

BTO: Saiu.

RSZ: Vou procurar!

BTO: Saiu no Informe JB. Primeiro saiu que a gente tinha ganho o prêmio. Foi uma bobeira da Comunicação Social lá. Fui até dar uma bronca na Ana Paula: “Porra, como você põe um negócio desse aí? A partir desse Informe do JB que ela...”

RSZ: Eu pensei que ela tinha saído porque precisava de optar em ficar lá e também...

BTO: Também. Ela aproveitou.

RSZ: Foi o estopim. Ela decidiu rapidamente.

BTO: Fez uma cena. “Queimou” a gente no Rio de Janeiro “todim” [todinho]. Lá no IAB, principalmente. “Queimou” feio. O [Paulo] Gadelha estava na Europa. O Gadelha me deu um puxão de orelha e falou: “Porque você foi no IAB. Você não deveria ter ido lá não”. O engraçado foi no dia da entrega do prêmio. Fomos “todo mundo junto”. O Gadelha foi. O pessoal da mesa chamou todo mundo.

RSZ: Ela estava também?

BTO: Estava. Mas teve umas reuniões antes. Ela ficou como autora. Ela levou testemunha. Levou os dois [inaudível], levou a Sílvia [Puccioni] do Iphan para comprovar junto ao presidente do IAB que o projeto era dela. Teve um embate em frente ao IAB, à noite, horroroso. O pessoal, a Sílvia [Puccioni] até achou... Ela fez o projeto. Era um projeto muito completo. E foi para Roma para defender a tese. Ela não tinha defendido a tese. Eu complementei esse projeto: análise de materiais, metodologia e tudo. Eu falei isso lá. No final, mesmo eu falando, [eles disseram]: “Então, divide aí o prêmio, a autoria, entre a Cristina [Mello] e o Benedito [Oliveira]”. Eu disse: “Não quero não. É muito desagradável. Não quero não”. Ficou ela como autora e a gente como... Um como fiscal de obra... O outro como... O Renato [da Gama-Rosa Costa] como desenho... Foi um negócio horrível.

RSZ: Isso na cerimônia?

BTO: Não, não! Isso foi antes. Na cerimônia, não!

RSZ: Aí estava tudo bonitinho!

BTO: Todo mundo ganhou diploma.

RSZ: Pose para foto. Na hora de posar para foto estava todo mundo sorridente.

BTO: O presidente do IAB até morreu uns anos depois. Ficou um negócio horroroso. Ela montou uma história de que a gente estava tentando roubar o projeto dela. Falou isso com o [Geraldo] Filizola e com a Sílvia Puccioni. O [Geraldo] Filizola ficava do lado dela. A Sílvia [Puccioni] ficou “assim”. Depois, a gente continuou trabalhando com o [Geraldo] Filizola. A gente não...

RSZ: Na verdade, a Cerne Engenharia até hoje é chamada lá para consultorias. A gente está até entrevistando... Qual é o Filizola que você se refere? É o Gilberto ou o Geraldo?

BTO: Os três.

RSZ: São três né?

BTO: Quem mais trabalhou lá foi o Geraldo. E o que mais apoiou a Cristina [Mello] foi o Geraldo [Filizola]. A gente continuou com ele...

RSZ: Entrevistamos a Sílvia Puccioni também, mas eu não estava no dia dessa entrevista. Eu não ouvi. Eu ainda vou ler a transcrição quando fizer. Essa história de concorrer, a se inscrever para prêmio, essa foi a primeira? Era uma prática estimulada?

BTO: Essa foi uma iniciativa minha.

RSZ: E depois disso?

BTO: Todo ano eu mandava um projeto para o IAB, mas nunca mais a gente ganhou prêmio. Só ganhamos moção honrosa por conta do trauma. Se dava prêmio para ele ia dar uma confusão. A gente mandava o certificado para ela.

RSZ: Aham!

BTO: Quem entregava era o Marcos [José Araújo Pinheiro] ou o irmão do Marcos.

RSZ: Você identifica as principais diretrizes que orientavam essas intervenções, nessa época, quando você entrou?

BTO: A “Escola de Roma”. Na época, no Brasil, a gente não tinha... O restauro no Brasil, na época, não era criterioso como é hoje. [Era] a “Escola de Roma”. Em Ouro Preto [MG], por exemplo, todos os projetos que estão lá hoje são muito bem elaborados. Você pega projetos, daquela época, não tinha nada. A questão do levantamento, o mapeamento de danos, projeto de intervenção, análise de materiais... Não tinha.

RSZ: E o registro dessas [atividades]?

BTO: Isso também. Tudo. Pacote completo.

RSZ: Tudo. A gente está pesquisando no nosso acervo, nos arquivos... Tem obras que a gente vê os registros. Tem o diário de obras. O relatório final, às vezes, não tem. A Sônia [Nogueira] chegou a dizer que era uma coisa que ela gostava de fazer. Ela fazia das obras que ela fiscalizava. Isso era no final um grande relatório para contar. Isso, imagino que, nem sempre dava tempo de ser feito.

BTO: Olha, eu tentei. Eu sofri oposição lá. Teve uma época no DPH que ficou muito democrático. Eu punha para votar e ficava minoria. Já era para ter sido feito. Eu vou fazer. Já falei que vou fazer. Não fizeram. Eu já deveria ter feito mesmo estando aqui. Vou fazer um livro sobre esse assunto aí. Na época, eu pensei em fazer com vários autores. Agora, não sei como vou fazer isso aí. Já falei isso várias vezes. É uma dívida que eu tenho com a Fiocruz. Já [se] fez um livro da história. Não se faz um do restauro.

RSZ: Pois é. A gente estava...

BTO: Eu tenho muita coisa. Muito documento. Eu registrava com a minha máquina, Nikon F3, que eu registrava minhas viagens na Europa. Com os meus slides, eu registrava. Só depois que a Casa começou a registrar. Então, tem muita coisa minha.

RSZ: E que a gente nem tem cópia lá.

BTO: Não. Vou passar para vocês.

RSZ: Faz uma doação.

BTO: Vou fazer. [Senão] vou levar para o cemitério.

RSZ: Como a gente está...

BTO: Outra coisa que eu fiz que eles não faziam. Foi iniciativa minha. Foi juntar as notícias que saíam nos jornais.

RSZ: Você sabe que a Sônia tem os recortes também. Ela até me deu outro dia alguns e eu escaneei [digitalizei].

BTO: Ela era criteriosa. Não deixava escapar nada.

RSZ: Muito interessante!

BTO: Isso eu tenho que organizar também. Isso nem está em Ouro Preto. Está lá na casa da minha mãe, em Cambuí [MG].

RSZ: O Mourisco está fazendo 100 anos, né? Da construção...

BTO: Eu pensei, inclusive, para escrever o livro. Até tive lá em Córdoba [Espanha]. Passar uma temporada na Espanha estudando lá. Como que chama? Córdoba?

RSZ: Alhambra [Espanha]...

BTO: Alhambra. Tive lá fotografei Alhambra. Pensei em passar uma temporada estudando lá para fazer um histórico de Manguinhos. Tive lá em Paris também. Sabe, eu tento fazer tanta coisa que algumas escapam.

RSZ: Como a gente está fazendo esse curso, nesse projeto de pesquisa, também, de estudar um pouco, [de] levantar as informações sobre as obras, as primeiras obras. A gente elencou umas que foram mais relevantes no Pavilhão Mourisco. A gente ia fazer de todos os prédios. Dentro do tempo da pesquisa, acho que a gente vai conseguir fazer só o do Mourisco. Depois, a gente pode adotar para os outros. Às vezes é isso, tem uma lacuna, por exemplo, de não está muito explícito essas diretrizes. É por isso que a gente quis fazer as entrevistas porque, talvez, não esteja escrito. A gente sabe que tinha alguma coisa clara. Como você e a Cristina [Mello] trouxeram essa bagagem de Roma, certamente, isso estaria. Já tinha essa suspeita dessas diretrizes da “Escola Italiana”. A gente ainda não achou um registro de justificativa. Como a gente está numa instituição pública, você tem justificativa mais burocráticas.

BTO: Já é burocrático.

RSZ: Então não tem uma justificativa conceitual. É isso que a gente está tentando saber. À luz da “Escola Italiana”, tentar justificar na prática ali se, realmente, houve essa preocupação.

BTO: Nem o Iphan trabalhava isso na época. Não trabalhava.

RSZ: Mesmo para o Iphan não tem. Você fala muito da parte do que você vai fazer no material, como que vai ser a restauração em si. Mas não diz, não deixa explícita essas teorias.

BTO: Em todos os projetos. Isso é mérito da Cristina [Mello]. Em todos os projetos é mérito dela. A gente fazia e mandava para o Iphan e aprovava. Tinha o carimbo do Iphan.

RSZ: Eles não cobravam?

BTO: Não, não. Se dependesse [deles]... Depois, também, mérito dela. Ela chamou um cara que virou amigo meu. O cara acabou virando amigo meu. Um velhinho, quase que da época “Pioneira” do Iphan, Edgar Jacinto.

RSZ: Que escreveu o parecer do tombamento?

BTO: Não. Isso foi outro.

RSZ: Tem o nome dele lá no processo de tombamento. Não sei se...

BTO: É outro. Edgard Jacinto. O Edgard Jacinto ia lá fiscalizar as obras. Depois chamou também... Depois ela, a Cristina [Mello], entrou em contato, fez uma “ponte” com Sabino Barroso, que chegou a ser superintendente do Iphan. Chegou a ser braço direito do Oscar Niemeyer. Não sei se você sabe. Praticamente, na época, todos os superintendentes e presidentes do Iphan tinham alguma coisa do Niemeyer, alguma relação com o Niemeyer. Glauco Campelo trabalhou com Niemeyer, Sabino Barroso... Ela fez a “ponte” com Sabino Barroso e, depois, através do Sabino Barroso, veio o [José] Aguilera, que virou amigo da Márcia [Franqueira]. Era amigo meu. Morreu ano passado. Não morreu?

RSZ: Sim foi. Uma pena! Ele estava na nossa lista para ser entrevistado. Não deu tempo.

BTO: A gente foi, inclusive, em 1999 ou 2000. A gente foi lá no Equador. A gente apresentou trabalho lá. Participamos da Bienal do Equador. Ele era equatoriano. Fomos eu, ele e a Márcia [Franqueira].

RSZ: Para falar de qual intervenção?

BTO: Sobre tudo. A gente fez uma palestra na Universidade Católica. O José [Aguilera] era do Iphan. Foi uma viagem bacana. Depois, a gente foi para o Peru, em Lima. Lá eu não fiz apresentação não. Acho que foi só o Aguilera que fez uma apresentação em Lima, na mesma viagem.

RSZ: Sobre o caso da Fiocruz?

BTO: Não, não.

RSZ: Sobre o trabalho dele no Iphan...

BTO: Eu fiz muitas apresentações no Brasil. Não perdia nenhuma oportunidade mandava o pedido e o [Paulo] Gadelha na hora assinava. Eu já ia.

RSZ: Isso gerou artigo?

BTO: Muitos artigos. Publiquei muito na revista *Projetos*. Em cima desse artigo que eu pretendo escrever o livro.

RSZ: Interessante!

BTO: Eu, praticamente, publiquei todas as obras. Todas as intervenções têm um artigo. Fazia a obra e publicava. Na época da Eco-92, eu fui lá em São Paulo, conversei com o pessoal lá sobre

esse projeto, falei, e combinei com eles de sair um artigo por revista. Acho que tem lá essas cópias dos artigos.

RSZ: Pois é, essa prática acabou não se perpetuando.

BTO: Publicamos na AU [revista AU - Arquitetura & Urbanismo] também. Teve uma revista, quando eu estava em Cuba. Teve um trabalho em Cuba.

RSZ: Essa eu achei outro dia. Eu mesmo tenho ela.

BTO: Apresentei o trabalho da Fiocruz em Cuba. Uma amiga minha que era da AU, que trabalhava na AU, me ligou e falou: “Tamo [estamos] fazendo uma revista só sobre patrimônio. Dá para você mandar?” Eu estava em Cuba. Acho que o Renato [da Gama-Rosa Costa] que mandou. Mas a capa não é o Caraça, aqui em Minas. É do Rodrigo [Otavio De Marco Meniconi], esse amigo meu.

RSZ: Eu conheço. Fiquei lá. Muitos anos atrás. Ainda bem preservado?

BTO: Faz tempo que eu não vou lá.

RSZ: Eu fui há muitos anos. Eu nem estava nessa área de patrimônio ainda.

BTO: Fui em Chicago. Apresentei em Chicago no Congresso Internacional dos Arquitetos. Em 1992, eu fui em Camagüey em Cuba e em 1993 em Chicago. Apresentei. Em 1997, apresentei em Roma também. Apresentei quatro ou cinco. Não sei. Esses três eu tenho certeza: Camagüey em 1992, Cuba; 1993, Chicago, Congresso Internacional dos Arquitetos; em 1997, em Roma. Em 1998, não [apresentei trabalhos], 1999, 2000 no Equador. No Brasil, eu apresentava em todos os congressos que tinham. Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Bienal de Recife teve uma menção honrosa. Esse foi a Sônia [Nogueira] que foi. O que mais? São Paulo, Congresso Nacional dos Arquitetos.

RSZ: Eu estava nesse Congresso.

BTO: Estava? Eu apresentei também. A gente fazia apresentação nos dois [congressos] que tiveram em São Paulo. Um na década de 1990 e, depois, outro já perto de 2000. A gente fazia apresentação e exposição. Em 1999, a gente estava com uma bela de uma equipe lá. Bastante gente. A gente estava fazendo um monte de coisa. Esse alemão [Thorsten Nolte] é muito bom, entusiasmado. Essas coisas soltavam na mão dele e inclusive era bolsista. Os bolsistas ganhavam passagem para ir para os congressos.

RSZ: Ele saiu por quê?

BTO: Ele se formou, acabou a bolsa, montou escritório. Ganhou prêmio, prêmios do Museu da OI [Oi Futuro] é dele. Depois, ele quase ganhou um prêmio, recentemente, da expansão do BNDES. Ganhou um prêmio muito bom.



RSZ: [Quais] procedimentos eram adotados nas obras de restauros? Vocês que faziam pesquisas? Tinham alguma troca com o Iphan? Definições?

BTO: A troca... Eles respeitavam muito a gente. A gente estava um pouco... É chato falar isso. A gente estava um pouco mais à frente.

RSZ: Por conta das experiências de ter feito o curso...

BTO: O Iphan também tinha muita coisa para cuidar.

RSZ: Verdade. Talvez nem tivessem muita experiência com os ecléticos que eles não gostam...

BTO: Enfim, essas obras realizadas no Pavilhão Mourisco, você considera que elas representavam um desafio maior do que as outras edificações?

Como assim?

RSZ: Em relação às obras realizadas no Mourisco eram mais complexas os que nos outros?

BTO: Um pouquinho mais. Pouca coisa.

RSZ: Eu imagino que é um a questão do acesso, por exemplo, a montagem de andaimes, a mobilização?

BTO: Por conta do Conselho Construtivo também, as paredes de pedras. As outras também eram de paredes de pedras, mas não eram tão grossas. A laje era uma coisa complicada. Os ornamentos eram todos complicados, mais complicados. Nos outros eram mais simples. Você resolvia no Mourisco e estava tranquilo.

RSZ: Depois, replicava. Agora a pergunta é minha: a gente está nesse desafio de propor um novo sistema de climatização do Mourisco. A Carla Coelho comentou. Ela vem de uma experiência da Casa de Rui Barbosa, de conservação preventiva. Ela fez um diagnóstico das coleções, identificou questões relacionadas ao ar condicionado e, por conta disso, foi estudar o projeto de implantação desse sistema atual e todas as questões que apareceram. Você estava lá nessa época?

BTO: Esse foi um dos maiores desafios. Fui eu que... Eu me orgulho disso.

RSZ: Como foi para você isso? Foi uma demanda?

BTO: Isso foi uma demanda de um presidente que tinha um chefe de gabinete que tinha calor. Era um cara que sentia mais calor do mundo. Ele vivia vermelho e suando. Queria ar condicionado de todo jeito. Ele já era conhecido quando era do Quinino. Era um cara que não gostava de patrimônio inclusive me agredia verbalmente na frente das pessoas. Tinha um vice-presidente que era muito poderoso, ligado ao Celi Guerra, que era o ministro da Saúde. É o Reichmann [Edmundo Reichmann] o nome do cara. Reichmann, alemão, do Paraná, trabalhou com Celi Guerra na época, no governo Collor. Eu estava ali levando "bordoadas". Você acredita que através do Reichmann foi a época que a gente mais conseguiu dinheiro para restauro do

Ministério da Saúde? Tudo que eu levava lá para ele... “[Paulo] Gadelha, vou lá no Reichmann”. Eu levava o processo e ele assinava sem olhar. O presidente mandava. Ele era um homem do Celi Guerra dentro da Fiocruz. Tinha esse Osvaldo Guerreira que odiava patrimônio. O cara era de São João Del Rey. E falava: “Eu queimei uns casarões em São João Del Rey”. O cara suava. Ele dizia: “eu não posso ficar mais aqui com esse [calor]”. Aqueles [ar condicionados] de janelas não podiam pôr mais porque estava retirando. O G6 já estava lá. A gente fez. Para época foi um belo projeto de refrigerar o castelo, vencer aquelas paredes, furar aquilo tudo, sem nenhuma interferência externa. Foi um grande desafio. Aquele negócio da torre não aprovei aquilo lá não, naquelas paredes de fora. Aquilo foi depois. Aquilo tudo embutido entre as lajes. Dependendo de cada andar, a gente dava uma solução. Se era entre lajes, entre forros, a gente trabalhava com aquelas grelhas. Se não tinha se trabalhava com o evaporador e outra coisa.

RSZ: Condensador?

BTO: Condensador. Você fala aquela casa de máquinas lá embaixo que teve o corte no terreno?

RSZ: Aquilo tem que ter né? Qual que você não aprovou?

BTO: Da torre, daqueles aparelhos que ficam fora na laje.

RSZ: Ah sim. Isso foi [ar condicionado] *Split*. Foi até depois. Um deles, a gente conseguiu tirar. O outro está lá ainda.

BTO: Isso foi bem depois que eu saí.

RSZ: Bem depois. O problema continua...

BTO: Tem que fazer algumas adaptações. Daquela época até hoje evoluiu muito. Claro que tem que ver as coleções e tudo. Estou dizendo a concepção [e] as soluções que a gente encontrou. Não foi fácil não. Talvez foi o maior desafio. O maior desafio foi esse. Foi mais do que as estruturas das torres, mais que as instalações elétricas.

RSZ: Ele não foi instalado completamente porque, imagino que, estava previsto de ser instalado conforme ia andando as obras de restaurações. [Há] salas até hoje que não tem, que nunca passou por uma intervenção.

BTO: Tem uma ala lá que não foi.

RSZ: Acho que foi a do segundo andar. Como não teve uma obra inteira no segundo andar, teve obras nas salas da frente, por exemplo, nesse momento, instalou os da frente, mas os de traz ainda depende de janela.

BTO: A gente deixou a “chegada” [o início] lá...

RSZ: Isso. A gente está tentando...

BTO: Isso não foi fácil não. Trabalhar entre crises [econômicas]. Nossa Senhora, foi um negócio de louco! Quebrar aquele negócio todo, subir aqueles torreões, fazer casa subterrânea. Ali tem rochas. Você sabe né?

RSZ: Sim. Aquele terreno né? Acho que está quase acabando...

BTO: Acho que eu tenho uma história para contar. Eu começo a embalar aqui. Vai perguntando...

RSZ: A concepção do Museu da Vida, você participou dessa criação?

BTO: O Museu da Vida... A Sônia [Nogueira] era a chefe. Eu já tinha... Era 1994. Eu já tinha cumprido dois mandatos, eu não podia ser mais. Era a Sônia. O [Paulo] Gadelha chamou o Gilson [Antunes] para montar um museu. Há muito tempo o Gadelha falava em montar um museu. Deu certo, chamou o Gilson. Aí criou vários grupos de trabalho para o Museu da Vida. Um dos grupos de trabalho era o projeto arquitetônico e eu coordenava.

RSZ: Entendi.

BTO: No início, eu consegui coordenar. Coordenei o Projeto do Centro de Recepção, que ganhou prêmio em 1999. Aquele subterrâneo da Cavalaria... Onde tem o ar condicionado foi projeto meu. O Renato [da Gama-Rosa Costa]... Não, aquele é meu e da Bettina [Lourenço]. O da Recepção é meu e do Renato [da Gama-Rosa Costa]. Tem mais um... Lá embaixo a gente começou a brigar muito. Gilson [Antunes] atropelava muito a gente. O Gilson contratou mais um outro arquiteto que acabou fazendo aquela parte que está perto do Banco do Brasil.

RSZ: A Tenda?

BTO: A Tenda foi a gente. Eu e Renato [da Gama-Rosa Costa]. A Tenda é da Eco-92. A gente ganhou... O Carlos Morel doou para gente. O chefe de Gabinete do [Carlos] Morel, o [Edmundo] Reichmann, doou a Tenda. Só veio a estrutura e a lona. Depois, teve que recheiar tudo.

RSZ: Vocês que fizeram aquele projeto?

BTO: Foram três: o Centro de Recepção, a Tenda e o anexo da Cavalaria que a gente fez. Aquele parquinho não foi a gente.

RSZ: Tem a pirâmide e o epidauro...

BTO: Foi o Eduardo [Reichmann]. O Gilson [Antunes] contratou os arquitetos. A ideia inicial era a gente fazer tudo. Nesse atropelo todo, o Gilson [Antunes] convenceu o [Paulo] Gadelha a chamar o [Oscar] Niemeyer. O Gadelha falou: "Gilson, vai lá e conversar com o Benedito [Oliveira] que ele vai ser substituído pelo Niemeyer". Só que ele chegou lá com o negócio decidido. Chamou o Niemeyer. A gente chegou a ir... uma vez o Renato [da Gama-Rosa Costa] foi comigo no escritório do Niemeyer para dar as informações. Niemeyer teve uma vez numa

reunião. O Renato não estava não. Estava eu... Reunião para fazer o contrato. Niemeyer estava bem inteirinho na época. Estava com 90 anos, estava durinho. A gente “fomos” [foi] lá no escritório dele. O Renato nervoso. Pegou um papel, fez assim... Olhou para gente bem exibicionista. Eu falei assim: “Niemeyer tem um negócio aí que está errado”. O que está errado? Você está trabalhando numa escala errada nesse desenho aí”. Acho que era uma escala 1:2000. Na verdade, eles fizeram uma ampliação no desenho e não modificaram o desenho. Fizeram uma ampliação, uma cópia. Estavam trabalhando com o dobro do Terreno. Aí o Jair Varella entrou na história. Jair, ele está trabalhando com escala totalmente fora”. Outra vez que eu deixei o Renato [Costa] nervoso foi quando eu liguei para o Burle Marx. [Eu disse]: “Oh, Burle Marx, quem fez o projeto do Pavilhão de Curicica”. [Ele respondeu]: “O Jorge Ferreira”. [Continuei]: “Então, fala aqui com o Renato”. No telefone o Renato... [Isso foi] antes do Burle Marx morrer, em 1997. A gente tombou o Pavilhão de Cursos e o Restaurante. Foi iniciativa minha também. Chamamos o Jorge Ferreira. Foi tombamento estadual [INEPAC].

RSZ: Vocês nem tentaram no [âmbito] Federal?

BTO: Não, não. Eu conhecia a diretora do INEPAC.

RSZ: Sim, Regina [Maria Regina Pontin de Mattos].

BTO: Não, não. Regina [Maria Regina Pontin de Mattos] era técnica. Dilma, Gilma [Dina Lerner]... Coisa desse tipo. Eu conhecia ela e levei para ela. A gente fez. Que presente você está trazendo para gente. No mesmo mês, dezembro de 1998, o último dia do Marcello Alencar. Ele assinou o Palácio Itamaraty. A gente tombou o Pavilhão de Cursos e o Restaurante. Eu estava atuando lá na AMAL (Associação de Moradores de Laranjeiras). Lá a gente tombou, pelo INEPAC, sessenta edifícios com o Nereu Cavalcanti. Conhece o Nereu?

RSZ: Aham!

BTO: E uma arquiteta boliviana que estudou em Roma, que mora em Laranjeiras.

RSZ: Aproveitando essa oportunidade que se abriu...

BTO: Aproveitando a “cachaçada” do Marcello Alencar. (risos) Lembra quando o Millôr [Fernandes] desenhou o Marcello Alencar caído?!

RSZ: Foi uma boa oportunidade!

BTO: O Marcello Alencar tomava cachaça desde de manhã e assinava tudo pela frente. Foi em 1998. Por isso o de Laranjeiras, para mim, foi o mais importante do que os [tombamentos] da Fiocruz. Um monte de edifícios importantes em Laranjeiras estavam tudo desprotegidos. Depois, em Laranjeiras, pela APAC, a gente conseguiu salvar. Aí foi graúdo: 550 edificações pelo Município.

RSZ: Você acabou indo para a militância do patrimônio em geral. Não só dentro da Fiocruz.

BTO: Geral. De dia dentro da Fiocruz e de noite em Laranjeiras.

RSZ: E nesse leva dos edifícios modernos? Em 2014, o Renato [da Gama-Rosa Costa] e Inês [Andrade] fizeram um dossiê com a intenção do tombamento do prédio da febre amarela e da portaria.

BTO: Não deu nada?

RSZ: Ainda está em processo.

BTO: A gente até pensou. Vamos dar uma “testada” para ver se passa.

RSZ: Pegaram o Jorge Ferreira porque ele era mais próximo da “Escola Carioca”? A linguagem dele era mais próxima?

BTO: É o autor do projeto. Eles são mais sofisticados, a Escola de Arquitetura, e premiados... O Restaurante ganhou um prêmio na Bienal Internacional. Já tinham o restauro, o conhecimento... O Jorge Ferreira trabalhou no Ministério da Educação e Cultura.

RSZ: Na época, era o Ministério da Educação e Saúde...

BTO: Ele trabalhou lá, não naquela primeira equipe. Na equipe sucessora. Ele era do Ministério da Saúde.

RSZ: Da Divisão de Obras?

BTO: É. Ele pediu para fazer esse trabalho. Ele me falou. Acho que isso tem gravado. O Renato [da Gama-Rosa Costa] que gravou.

RSZ: A mudança do *foyer* embaixo, você lembra o porquê?

BTO: Aquilo foi uma briga violenta.

RSZ: Olhando a planta não faz muito sentido.

BTO: Aquilo lá é o seguinte: eles começaram a fazer e não estava tombado. Eles fizeram um projeto e eu chamei o Jorge Ferreira que foi lá na Presidência. A Presidência falou: “O Jorge Ferreira vai orientar a arquiteta lá da Dirac”. A mulher louca não seguiu a orientação dele e fez como quis. Ele chegou a desenhar, a dar um tratamento melhor. A mulher era muito maluca. Fez bem na “marra”. Ele desistiu. Percebeu que não tinha boa vontade. Ele desistiu.

RSZ: Como foi sua saída do DPH? Como que se deu?

BTO: Foi meio traumático! Minha saída é traumática. Foi muito culpa minha. O Marcos [José Pinheiro] assumiu. Eu fiquei sem ambiente. Surgiu a oportunidade de ser superintendente do Iphan, em Minas. Me mandaram para Ouro Preto. Lá tem mais visibilidade. O Chefe de escritório de Ouro Preto tem mais visibilidade do que o superintendente. Você aposta no patrimônio. Na Superintendência, você está próximo do papel, do processo... Você fica o tempo todo ali. E eu ia cair num ambiente muito dividido e tal. Ia cair num “ninho de cobra”. Eu caí em Ouro Preto numa época maravilhosa. Estava começando o *Monumenta*, muito dinheiro, um

monte de obras. Eu tive a sorte de ir para um seminário em Olinda promovida pela Caixa. O cara da Caixa era chefe da ... em Ouro Preto. O cara que estava bancando esteve comigo em Brasília. Encontrei com ele e com a Briane Bicca que tinha sido coordenadora da Unesco. Eu já tinha ido para Olinda com a intenção, montei um *power point* com uma fala para denunciar a situação de Ouro Preto que estava muito ruim. Recebi esses apoios lá. Ouro Preto virou mídia nacional. Ouro Preto ficou em situação de risco, de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em cima disso, consegui muita coisa. A missão da Unesco veio. Demonstrei no Jornal Nacional. Em Minas, saía direto em todas as televisões. Junto com isso, muito financiamento do *Monumenta*. Vivi uma época boa em Ouro Preto. Bastante dinheiro, bastante projeto, mas essa tensão com a Unesco. Ouro Preto chegou a ser notícia no [jornal] *Rodder's*. Consegui graças a esses apoios todos. Consegui um apoio das instituições de Ouro Preto: a Igreja, o Ministério Público foi para lá... Não tinha [nada]. Montaram uma Promotoria só para isso. Foram muitas vitórias. Um desafio maior: pegar Ouro Preto perto de Manguinhos...

RSZ: Nossa! Em Ouro Preto muitos imóveis privados...

BTO: Eu também eu já estava cansado. Muitos desafios já tinham sido superados. Era só estrutural principalmente da torre e dos ornamentos [Fiocruz]. Da torre estava resolvido. O ar condicionado foi o grande desafio. Praticamente esses três. Ali eu ia ficar repetindo. Ouro Preto é outra história.

RSZ: Como sua experiência no DPH contribui para essa trajetória aí?

BTO: Importantíssima! Apesar de Ouro Preto ser em uma outra época, outro sistema construtivo, totalmente diferente, você chega seguro. Você já enfrentou... É diferente. Você chegar “verde” como eu cheguei lá em Manguinhos. É diferente. Em Ouro Preto, eu cheguei bastante maduro. Em ouro Preto até cometi alguns erros, utilizar algumas soluções. Foram erros que deu para corrigir em tempo. Utilizamos em Manguinhos em Ouro Preto. Não ia dar certo. Outra história. O fato de ter passado por obras grandes, te dá muita segurança. Uma obra reconhecida, complicada, ganhou prêmios, essas coisas todas.

RSZ: Tinha respaldo também né?

BTO: Tinha. Em Roma se tinha a teoria, super teoria. Muitos exemplos você via. Era diferente de você fazer mesmo. Quando eu cheguei em Ouro Preto já tinha feito muita coisa antes. Mexi com canteiro de obras, com empreiteiras... Uma outra história!

RSZ: E a sua volta para Fiocruz?

BTO: Foi um “golpe” que me deram...

RSZ: Foi direto? De Ouro Preto você voltou para Fiocruz?

BTO: Foi o seguinte: em 2008, a Thays [Pessotto de Mendonça Zugliani] era superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, quando eu vim para Ouro Preto. Ela que me apoiou a vinda para cá. Ela que deu essa ideia de eu ser superintendente aqui. Não deu certo ser superintendente, eu fui para Ouro Preto. Na época, em 2008, a Thays [Pessotto de Mendonça Zugliani] não estava mais na superintendência. Era chefe do gabinete do Luiz Fernando [Almeida], [que era] o presidente do Iphan. Vagou a superintendência. Ela me pegou e falou. Eles estiveram em Ouro Preto. Eles sempre iam para lá, porque em Ouro Preto estava acontecendo as coisas. O presidente do Iphan tomou posse em Ouro Preto. Esse presidente. Foi o primeiro presidente do Iphan a tomar posse fora de Brasília. Na época, ela disse: “Benedito, está vagando a superintendência. Agora, você vai para lá”. [Respondi]: “Ah, eu não quero não. Tem o Projeto do Morro da Queimada aí. Para mim é o projeto mais importante de Ouro Preto. Prefiro ficar aqui”. O Luiz Fernando [Almeida] veio falar comigo como presidente. Eu indiquei o cara. Esse cara me deu apoio. Em 2009, eu estava em Berlim apresentando o Projeto do Morro da Queimada. Recebi um e-mail dizendo que eu tinha sido destituído. Peguei um avião em Berlim. Apresentei o trabalho lá. Fui para Paris com nossos consultores para somar esse projeto. O cara que inventou o conceito de “Ecomuseu”, Hugues [de Varine]. Ele escreveu uma carta para o [Paulo] Gadelha que já estava na presidência. A Fiocruz assumiu esse Projeto do Morro da Queimada. Minha namorada estava em Paris fazendo pós-doutorado, escreveu uma carta... [Ela] estava no projeto também. Eu estava em Paris e a Isabel marcou uma conversa com o Gadelha. Desci no Rio, levei para o Gadelha e a Fiocruz assumiu esse projeto em Ouro Preto.

RSZ: Não “tô” nem sabendo disso. Na verdade, você está trabalhando lá pela Fiocruz?

BTO: Depois disso fiz convênio com Fiocruz, Universidade Federal de Ouro Preto, Fundação [inaudível]...

RSZ: Direto pelo gabinete da presidência...

BTO: Eu continuei o trabalho. O projeto já está pronto. Um super projeto! Um milhão de metros quadrados [de área], do tamanho do *campus* da Fiocruz.

RSZ: Eu não conheço.

BTO: Publiquei. Esse trabalho eu apresentei em Berlim, na Inglaterra, em Istambul, no Chipre. Tem um livro dessa grossura. A Nísia [Trindade] deve fazer a “orelha” e o [Paulo] Gadelha faz a apresentação do meu artigo. Tem três artigos internacionais. Um da Alemanha, outro da França e outro de Roma [Itália]. São trezes artigos. O resto são artigos nacionais. O livro que eu pretendo publicar pela editora Fiocruz.

RSZ: Está bem apoiado! E a história com [o Instituto] René Rachou?

BTO: Para eu ficar na Fiocruz, fazer esse projeto, tinha que se vincular a alguma coisa na Fiocruz. Eu tive uma outra decepção dentro da Fiocruz. Foi o projeto da sede.

RSZ: Da sede?

BTO: Da sede da Fiocruz daqui em Minas.

RSZ: É um projeto novo? De um prédio novo?

BTO: Eu fiz um projeto legal.

RSZ: E não foi [escolhido]?

BTO: A Dirac fez mas muito pior. Isso está publicado no *Vitruvius*.

RSZ: Onde que é a Fiocruz aqui [Belo Horizonte]? Separado do [Instituto] René Rachou? É o René Rachou? Ali não é um prédio que já existia?

BTO: É o [Instituto] René Rachou.

RSZ: Ali não é um prédio que já existia?

BTO: Sim, mas já está muito apertado.

RSZ: É um anexo?

BTO: O prédio novo é na Pampulha.

RSZ: Saíram dali. Entendi! Aqui então, por aqui.

BTO: Mais à frente, perto do “Mineirão. É no BH-TEC [Parque Tecnológico de Belo Horizonte] no *campus* da UFMG.

RSZ: Não tem perspectiva nenhuma de construir?

BTO: Tem um projeto próprio da Dirac.

RSZ: Agora que a gente está numa outra situação política...

BTO: Não tem dinheiro. Foi uma bobeira minha. Falta de comunicação com o [Paulo] Gadelha. Com um telefonema, acho que conseguia. Depois, chorei. [Falei]: “Você não me ligou”. Mande e-mail e ele não viu. Recebe duzentos e-mails, recebia, por dia. Se você quiser ver esse projeto é bacana. Está publicado no *Vitruvius*.

RSZ: Quero ver sim! Interessante!

BTO: Agora, tô começando um novo projeto em Lassance [MG] que é recuperar o patrimônio onde o Carlos Chagas trabalhou e o patrimônio que existia na época dele. A gente fez um convênio entre [o Instituto]René Rachou e a Prefeitura de Lassance. O Morro da Queimada, o projeto está praticamente pronto. Precisa de dinheiro para fazer a obra. Agora, não tem. Na época do Lula [Luiz Inácio Lula da Silva] tinha. Eu tinha que arrumar alguma coisa. Eu continuo trabalhando no Morro da Queimada, mas livro, divulgação, detalhamento, ruínas... Tenho que arrumar. Fica muito ruim. Eu ia arrumar esse negócio em Lassance. Eu queria ter feito a coisa da sede. Não deu certo.



RSZ: Você chegou a fazer o livro de estudo?

BTO: Fiz dois. Um era muito maluco. Reconheço! O segundo, não. O primeiro era num terreno aqui. Depois o segundo, num outro terreno, mas dentro do parque.

RSZ: É um terreno cedido à Fiocruz?

BTO: Foi cedido em 2009. Logo que eu voltei para Fiocruz. Agora deu certinho. Voltei para Fiocruz e tem um grande projeto para fazer. O diretor me apoiou aqui. [Paulo] Gadelha também apoiando, mas naquele confronto com a Dirac...

RSZ: Sim, eles devem ter ficado...

BTO: Eles têm equipe, tem tudo. Eu não [tenho]... Tentei fazer junto com a Dirac. Não deu certo.

RSZ: Aqui você estava trabalhando sozinho?

BTO: Sozinho.

RSZ: O [Instituto] René Rachou não tem arquiteto.

BTO: Nada. Sozinho. Inclusive gastei dinheiro do meu bolso para fazer maquetes. Utilizei estagiário do outro projeto para fazer muita coisa.

RSZ: Bom, a gente cumpriu todas as perguntas. Passou por tudo. Você gostaria de destacar algum aspecto que a gente não mencionou? Que você acha mais importante?

BTO: Acho o que mais importante da história toda é que o [Sérgio] Arouca, o [Paulo] Gadelha tem muito mérito. O Arouca por ter iniciado e o Gadelha por ter consolidado. A Nísia [Trindade] também. É um serviço que foi institucionalizado. Não é um serviço passageiro. Isso é muito importante. É um exemplo para [Saúde]...

RSZ: Dentro de uma instituição de saúde conseguir consolidar...

BTO: Não só dentro da Saúde não, dentro de uma instituição pública.

RSZ: Foi nesse sentido que eu estava falando.

BTO: Vai além do Departamento [DPH], da Casa [COC] mesmo. Isso é um grande... Não sei se as pessoas vão entender isso daqui a alguns anos não.

RSZ: A gente teve dois presidentes [da Fiocruz] seguidos da Casa de Oswaldo Cruz. Isso mostra uma valorização da Unidade, das políticas...

BTO: Não é uma questão da Unidade, não?

RSZ: É pessoal?

BTO: Pessoal. Inclusive a sucessão que ele fez e manteve. Desafiou o [Michel] Temer. Uma das primeiras derrotas do Temer foi essa. Merecimento dele e da Nísia também, que teve a coragem de enfrentar. De “botar a cara a tapa”, né?!

RSZ: Enfim, quer falar mais alguma coisa?

BTO: Não. Depois, você transcrever, me manda e eu posso completar alguma coisa ou retirar alguma parte muito pesada nesse conflito aí.

RSZ: Então, vou concluir.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Marcos José de Araújo Pinheiro**

Marcos José de Araújo Pinheiro e Rosana Soares Zouain

(Setembro, 2018)

Pinheiro, Marcos José de Araújo (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 17 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Marcos José de Araújo Pinheiro

**Local da entrevista:** Centro de Documentação e História da Saúde, 4º andar

**Data da entrevista:** 28 de setembro de 2018

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadora:** Rosana Soares Zouain

**Câmera:** Nezi Heverton Campos de Oliveira

**Transcrição:** Tarcísio Pereira Bastos

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 hora, 3 minutos e 55 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Marcos José de Araújo Pinheiro em 28/09/2018.

RSZ: Hoje é dia 28/09/2018, entrevista para o Projeto “Gestão de Sítios Históricos do Patrimônio Cultural da Saúde: reflexões e desafios do Conjunto Arquitetônico Histórico do *campus* Manguinhos”. O entrevistado é..... Você que vai falar seu nome completo, data e local de nascimento.

MJAP: Nascimento também? Pode falando já?

RSZ: [inaudível] Pode!

MJAP: Virado para câmera? Ou não?

NHCO: Pode ser [inaudível]...

MJAP: Sou Marcos José de Araújo Pinheiro, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 24/06/1957.

RSZ: Pode nos dizer a ocupação de seus pais?

MJAP: A ocupação dos meus pais? Meu pai, Gilberto Marcos de Araújo Pinheiro, era servidor da Caixa Econômica Federal. Minha mãe, Helena Nunes de Melo Pinheiro, era professora do Colégio [Liceu] Franco-Brasileiro.

RSZ: Ah, é?! Do [Colégio] Franco? Sou vizinha lá.

MJAP: Foi. Ele nascido em Pernambuco e ela no Rio Grande do Sul.

RSZ: Sua formação acadêmica?

MJAP: Eu sou graduado em Engenharia Elétrica pela PUC do Rio de Janeiro. Fiz depois especialização em Engenharia Econômica e Administração [Industrial] pela COPPE/UFRJ.

Depois mestrado e doutorado em Engenharia de Produção também na COPPE, Rio de Janeiro, UFRJ.

RSZ: Como surgiu seu interesse pela área de restauro e preservação?

MJAP: Restauro e preservação? [Inaudível] Bom, profissionalmente, foi acaso. Quando eu me formei em Engenharia Elétrica, fiquei trabalhando na área de Engenharia mesmo. Comecei trabalhando em estaleiro naval. Só que era uma coisa muito árida, muito pesada. Foi um ano, mas parece que foram 10 anos de trabalho. Aí migrei para a área de Engenharia de Projetos e, depois, fui cair na área de Engenharia Ferroviária que foi muito interessante. Nessa área da Engenharia Ferroviária, trabalhei em várias obras grandes, Metrô de Belo Horizonte, Ferrovia do Aço.... Eu viajava muito. Eu já estava cansado de viajar e por situações familiares, eu já tinha separado, eu coloquei para a empresa que eu não viajaria mais. Queriam que eu fosse ocupar alguma gerência na área li do Mato Grosso, alguma coisa... Eu me “liguei” [estalou os dedos], aí eu tirei férias. Fui chamado e [disseram] que eu iria ser demitido. Eu disse: “tudo bem”. Nesse ínterim das férias, que eu tirei, achando que eu já voltaria para ser demitido, sabendo que eu não iria querer viajar, surge a oportunidade que estavam começando os projetos aqui de restauração. Minha irmã.... Eu também conhecia a Cristina Mello de praia e essas coisas que a gente frequentava mais ou menos o mesmo lugar. Surgiu a oportunidade que precisavam de um engenheiro eletricitista para projeto. Era algo para um mês, alguma coisa assim, e seria feito um projeto para o primeiro pavimento, Ala Sul. Eu falei: “Ótimo! Tudo bem! ”. Foi interessante porque quando eu voltei para o trabalho já para “fechar”, eles já tinham considerado para que eu ficasse aqui no Metrô do Rio para eu não viajar. Aí eu falei: “Agora é tarde”. Eu vim para ficar um mês e estou até hoje. Você sabe que quando eu fui para trabalhar no estaleiro, foi minha primeira profissão, também fui para trabalhar um mês e acabei ficando. Tá vendo? Não desprezem [as oportunidades]...

RSZ: As oportunidades que parecem efêmeras...

MJAP: Que parecem efêmeras e, às vezes, não são.

RSZ: Chegou a fazer algum curso específico nessa área ou foi a prática?

MJAP: Eu cheguei a fazer alguns cursos [inaudível]. Muito pouco curso nessa área. Foi mais prática, ler. Agora, minha dissertação.... Se bem que dissertação e tese não foi na área de restauração e preservação, mas foi no campo da memória e do patrimônio cultural.

RSZ: Como se deu seu ingresso no DPH? Acho que você já falou...

MJAP: Tem detalhes interessantes! Já que é entrevista tem detalhes [inaudível]... A Cristina Mello que estava aqui na frente da coordenação. Na verdade, ao contrário do que ela falou no dia da defesa ali. Existia o COORES [Coordenação de Restauração]. O COORES era uma

coordenação de restauração. Isso estava vinculado, num primeiro momento, à Presidência, e depois, fica vinculado à Casa [COC], que depois vira Departamento. Ele era uma área que [tinha] ela, depois a Sônia [Nogueira], Renato [da Gama-Rosa Costa] como bolsista. Acho que era mais ou menos... O Benedito [Tadeu de Oliveira] já estava nessa ocasião como COORES.

RSZ: Quando você chegou ele já estava?

MJAP: Quando eu entro ainda era COORES. Eu entro em abril. Foi justamente isso, março ou abril. Eu lembro a data: 01/04/1989. Aí eu sou contratado.

RSZ: Então já tinha a Casa [COC]...

MJAP: Já tinha a Casa. Já era Coordenação de Restauração [COORES]. Só vai vir a ser Departamento no meio de 1989. Ainda era Coordenação de Restauração. Eu me lembro de um negócio muito engraçado. Na verdade, minha conversa aqui foi justamente até antes de [eu ser contratado]. Eu estava de férias antes. Aquela história que eu estava falando. Eu ainda não tinha me desligado da outra empresa. Quando eu venho conversar com a Cristina [Mello], que fala que eu iria conversar com o [Paulo] Gadelha, que era o diretor da Casa [COC], [e] já tinha a proposta de preço, do [valor] da remuneração, que era bom. Comparado com o que eu ganhava era bom! Ainda mais para ficar aqui no Rio de Janeiro. Lembro que a Cristina [Mello] chegou e falou, assim, para eu tomar muito cuidado na conversa com o [Paulo] Gadelha, que seria terrível a conversa, que ela estava muito preocupada com a entrevista.... Eu fui para essa entrevista. Resultado do final da entrevista: quando eu saio ela pergunta assim... Eu passei uma manhã e tarde ótimas conversando com o [Paulo] Gadelha. Entrei com um valor e sai quase que com o dobro do valor, que tinha sido estipulado. Lembro que ela perguntou assim: “Como é que foi a conversa? ”. Eu falei: “Foi excelente! Ele é supersimpático e eu ainda saí com um aumento”. Foi isso!

RSZ: E depois como foi essa passagem? Como você se tornou servidor público?

MJAP: Isso foi uma longa estrada.... Eu entro em [1989]. Isso é importante dizer. Isso mostra um pouco como a Casa [COC], o próprio DPH estava tentando construir esse quadro pessoal, profissional. De servidor, a Cristina [Mello] era da UFF. Ela estava aqui e optou quando vira Departamento. Ela opta por ficar só 20 horas. O Benedito [Oliveira] seria servidor. A Sônia [Nogueira], servidora. O Renato [da Gama-Rosa Costa] era bolsista. A Márcia [Franqueira], bolsista. Era uma bolsa, não me lembro o quê. E eu estava contratado pela SPCOC [Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz]. Foi justamente, a minha conversa aqui com a Casa [COC] começa em março, mas eu só posso entrar primeiro de abril. A SPCOC estava sendo constituída. Aí teve que constituir o Sr. Valdir que era o gestor; a Lúcia [Alves] que não está mais aqui na Casa [COC], trabalhou muito no Museu da Vida, que seria a secretária; e eu fui

contratado. Tive que esperar essa formatação. Aí eu entro pela SPCOC. Ao longo do tempo, acho que o Renato [da Gama-Rosa Costa] passa a ser [servidor] quando ele se forma. Não sei se ele já tinha se formado. Ele passa a fazer parte do quadro da SPCOC. Márcia [Franqueira] também quando se forma passa a ser [servidora]. Depois disso, vem a se juntar a Bettina [Lourenço]. Tinha outras pessoas que iam transitar [como] os bolsistas. Tiveram algumas pessoas que entraram e saíram, como estagiários e tal. Depois de um certo tempo a SPCOC não consegue mais se bancar. Ela tinha na época um convênio bastante expressivo para restauração do NAHM, Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, que era com a Copene, Sagma, Coperbo pela antiga Lei Sarney. Esse recurso ele acaba. A gente tem que extinguir esse contrato. Nós iríamos ser mandados embora. A gente começa a negociar uma série de situações. Até que a gente consegue ser [contratado]. A solução foi a gente ser contratado pela FIOCRUZ. A gente faz [assina] um contrato direto pela FIOCRUZ. Eram contratos, inclusive, de longa duração, de prestação de serviços. Eram, em geral, de 36 meses, podendo prorrogar até 60 meses. A gente vinha trabalhando dessa forma. Eu e esse grupo, como um todo, [ficamos] nessa forma até que, em 1996, tem uma oportunidade de concurso. Eu me lembro que numa conversa com o [Paulo] Gadelha, ele disse que preferia que eu mantivesse com..... Na época, em 1996, eu estava em contrato direto com a FIOCRUZ, que isso já estaria resolvido, que seria para entrar como.... Isso foi na época do prazo indeterminado. Teve o concurso e não teve vaga para o DPH. Em 1998, abre uma vaga para o DPH que seria para essa área. A direção da Casa [COC], na época, entendeu como sendo mais importante essa área que eu atuava nessa parte de instalações, engenharia e tal. Eu presto o concurso em 1998, passo e eu me torno servidor. Foi mais ou menos em junho ou julho de 1998.

RSZ: Alguns anos depois, você foi Chefe do Departamento [DPH], em 2002, né?!

MJAP: Isso! Eu não me lembro da data. Você que vai me lembrar da data.

RSZ: Quer dizer, está aqui marcadinho. É para eu confirmar...

MJAP: É para eu confirmar? Eu vou concordar. Não me lembro qual é a data. A pergunta é qual?

RSZ: Entre 2002 e 2005.

MJAP: Foram dois mandatos.

RSZ: Engraçado que eu tenho essa dúvida! Não vou saber de cabeça. Uma vez eu pesquisei e coloquei na linha do tempo. Era para eu ter pegado aquilo.

MJAP: Eu tenho no meu currículo.

RSZ: Bom, Chefe de Departamento, depois você se tornou Vice-Diretor da Casa [COC]. Como que foi essa passagem [transição]? E a saída do DPH? Você ainda é do Departamento de Patrimônio Histórico?

MJAP: O que acontece, eu fiquei na época como Chefe do Departamento [DPH] nesses dois mandatos. Ao final desse mandato, eu estava me envolvendo num outro projeto que era na Colônia Juliano Moreira. Na época, o Sérgio Góis que estava coordenando o projeto, que estava [o] construindo. Quando eu deixo de ser Chefe de Departamento, no caso o Renato [da Gama-Rosa Costa] passa a ser o Chefe de Departamento, eu fiz um período de transição com o Renato e eu passo a nem sentar mais na sala do DPH. Eu já assumo... Tinha uma Sala de Implantação do *campus*, que ficava no segundo pavimento... O DPH ficava no térreo. Eu levo o Ivo [Barreto] que na época era meu bolsista para gente estar atuando. Eu continuo a fazer algumas coisas ainda com o DPH, mas menos. Nessa época já tinha o Felipe [Schram], que tinha sido meu bolsista, que já estava contratado como técnico e estava fazendo a parte de projetos. Inclusive, na época que eu fui Chefe de Departamento, eu já não fazia mais projetos. Estava tudo com o Felipe. Eu orientava alguns projetos, como o do Itaboraí e outras coisas mais, mas quem desenvolvia era ele. Pensando no que seria esse projeto da Colônia Juliano Moreira, nesse interím que eu estou lá, tem essa mudança de Direção. A Nísia [Trindade] sai no segundo mandato e tem a eleição com a Nara [Azevedo] eleita como diretora. Posso falar isso porque já falei isso para ela. [Inaudível] Eu falei até para o Sérgio Góis: “Agora que eu vou ter que ficar aqui na Colônia Juliano Moreira”. Na minha época de chefe.... Eu e a Nara [Azevedo], a gente frequentou bastante o CD [Conselho Deliberativo]. Ela como chefe do DEPE [Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde] e eu como chefe do DPH. A gente teve muitos embates, principalmente, por questões de concursos e outras coisas mais. Tivemos diversos embates. Teve um dia que estou lá no segundo andar e toca o telefone. Era a Nara [Azevedo] me convidando para ser Vice-Diretor de Gestão. Eu confesso que fiquei sem entender. Pensei que fosse uma “pegadinha” assim... Eu falo para ela que eu ia pensar. Ela depois me confessa que ficou “pau da vida” [brava] comigo. [Inaudível] Achando que eu ia... No momento em que eu desligo o telefone, viro para o Sérgio Góis e falo assim: “Sérgio e agora? ”. Eu pensei muito porque o Paulo [Elían] já estava como Vice-Diretor e ela veio com uma proposta bastante inovadora. Na época, a Direção era um Diretor e um Vice-Diretor. Ela estava trazendo essa proposta que era muito interessante de não ter mais isso: de ter um Vice-Diretor, mas de ter dois Vice-Diretores. Ela traz essa ideia. Ela queria um Vice-Diretor que fosse para a área de Gestão e Desenvolvimento Institucional. Eu gostava bastante do Paulo [Elían] em termos profissionais. Eu disse: “Vou arriscar. Essa é uma proposta interessante! ”. Pra Casa [COC] está sendo um



negócio [desafiador]. É um desafio e me lancei. Eu posso dizer isso tudo. Depois eu falei isso com a Nara [Azevedo]. Eu falei que reconheço várias coisas nela depois do convívio. Ela é uma pessoa que instiga, que coloca e tudo. É uma pessoa capaz, principalmente, de reconhecer e “voltar atrás”. Foi muito bom ter trabalhado na Vice-Direção dela. É isso! Seguindo, eu venho continuando como Vice-Diretor de Desenvolvimento e nessa área de Gestão. Fico muito...

[Conversa aleatória sobre problemas com a filmagem]

MJAP: A proposta da Nara [Azevedo] em relação às Vice-Diretorias era inovadora no que diz respeito à Casa [COC]. A Casa de Oswaldo Cruz tinha, historicamente, sempre um Diretor e um Vice-diretor. Ela trazia a proposta de se trazer dois Vice-Diretores. Sendo que um desses Vice-Diretores seria para área de Gestão e Desenvolvimento Institucional. Uma área que, inclusive, na época, vale dizer, a Casa [COC] tinha problemas na área de gestão. Achei desafiador, achei importante isso! Não só para mim, mas também para a Unidade. Tinha um fato muito importante, interessante, que a Nara [Azevedo] já tinha entrado em contato com a Leninha [Nercilene Monteiro], que era administradora da então DIRAD [Diretoria de Administração], que hoje é a COGEAD [Coordenação-Geral de Administração], de vir trabalhar na Casa [COC] como Chefe do Departamento de Administração. Na verdade, não tinha Departamento de Administração como Chefe de Administração da Casa de Oswaldo Cruz. Eu conheci a Leninha [Nercilene Monteiro] nesses contratos que se realizavam dos terceirizados do DPH diretamente com a FIOCRUZ. Eu era sempre a pessoa que fazia a negociação com o [Paulo] Gadelha sobre questão de valores e prazos, que montava esse contrato e negociava com a DIRAD e com a Procuradoria. Eu fazia essa ponte toda de articular. A Leninha [Nercilene Monteiro] era uma pessoa extremamente importante nesse processo [e] na construção dessa solução. A gente já a conhecia. [Conhecíamos] a competência dela. Ela vir trabalhar com a gente, achei que iria ser uma coisa muito importante. Quando ela vem trabalhar para cá, o primeiro desafio que a gente tem, que estava dentro do âmbito da FIOCRUZ como um todo, era [a reestruturação organizacional]. O Félix [Rosemberg] era o responsável pelo planejamento. Já era DIPLAN, no caso Diretoria de Planejamento da FIOCRUZ. [A ideia era] trabalhar para que as unidades fizessem sua reestruturação em termos organizacionais.

RSZ: Foi uma política da FIOCRUZ então?

MJAP: Foi uma política da FIOCRUZ como um todo. Tinham vários parâmetros, dependendo de qual era. Havia uma indicação, quase que geral, na tentativa de diminuir departamentos. Todas as unidades de pesquisa ficaram, quase todas elas, só com o laboratório. [Houve] transformação de departamentos em laboratórios. A Casa de Oswaldo Cruz por ser uma unidade diferente tinha pesquisa, educação e muitos serviços. Era considerada uma unidade mista. Tem

uma longa discussão política, inclusive, o que houve uma tendência, uma indicação, que se acabassem os departamentos e se constituíssem laboratórios ou serviços, que não tivessem departamentos. Houve uma grande discussão política nossa [envolvendo] a Direção com a DIPLAN e com a Presidência. Isso também respaldado por várias discussões via assembleia da Casa [COC]. De que a Casa deveria manter a estrutura de departamentos. Isso foi uma longa discussão e longa negociação. Nesse ínterim, a gente sustenta [ratifica] que a Casa deveria ter um departamento de administração. Isso, hoje, talvez seja minimizado porque quase todas as unidades têm Departamento de Administração. A FIOCRUZ só indicava departamentos de administração pra grandes unidades, como o IOC [Instituto Oswaldo Cruz] ou que tinham algum grau de profissionalização na sua administração. [Naquele contexto] era o IOC, era a ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública], que era a questão da administração descentralizada, o Bio-Manguinhos, o Farmanguinhos, talvez, o IFF [Instituto Fernandes Figueira]. Não tenho certeza do IFF. As unidades do porte da Casa [COC] e dos institutos regionais não tinham essa “figura” [configuração] de Departamento de Administração. Na gestão da Nara [Azevedo], principalmente, nesses primeiros anos, a gente tinha como meta a profissionalização da gestão dentro da Casa [COC]. [Entendemos] que era importante profissionalizar essa gestão e que era uma [inaudível] estruturante para que a Casa pudesse trabalhar além das áreas mais finalísticas. Se investiu muito nessa coisa. A Leninha [Nercilene Monteiro] teve um papel importante e a Direção como um todo. A gente [trabalhava] conjuntamente. Politicamente, eu até banquei [assumi isso]. Lembro que na época, a Leninha [Nercilene Monteiro] achava que a gente não ia conseguir emplacar o Departamento de Administração. A gente bancou [assumiu] e até o último momento a gente conseguiu o Departamento de Administração. No CD [Conselho Deliberativo], onde todas as unidades foram defender, [nós] sustentamos isso com mérito. Nós já tínhamos nos organizado na área da gestão. A Presidência reconhecia que a Casa [COC], na área de gestão, estava dando exemplos para as outras unidades. Ela estava apta à essa questão da descentralização. Isso foi um passo extremamente importante. Nesse ínterim, a Cristina Fonseca, que era assessora do Paulo [Elían], que é importante desde o primeiro momento... A gente vê a necessidade de ampliar, nessa reestruturação, de ter [novas diretorias]. A Vice-Diretoria do Paulo [Elían] era meio de projetos. Não tinha um nome muito claro do que era. A gente definiu que seria uma Vice-Diretoria de Pesquisa, Educação e Divulgação Científica e uma outra Vice-Diretoria que seria, na época, de Informação e Patrimônio Cultural. A Cristina [Fonseca] vem ocupar essa Vice de Pesquisa. Na época nem era Educação, era Ensino. Depois que passa a ser de Educação. E o Paulo [Elían] lança o de Informação e Patrimônio Cultural. Depois disso, a Cristina [Fonseca] sai. Eu tô contando a história toda... É isso? A Cristina

[Fonseca] sai e precisava de alguém para ocupar aquela Vice-Diretoria. Não tinha [nada] muito claro. Essa nossa Diretoria estava bastante afinada. Eu proponho pra Nara [Azevedo] de fazer uma mudança de quadro. Ao invés de trazer uma outra pessoa de fora, que o Paulo [Elian] passasse para Vice-Diretoria de Pesquisa, Educação e Divulgação Científica, eu passasse para de Informação e Patrimônio Cultural e a Leninha [Nercilene Monteiro] saísse de Chefe de Departamento e ocupasse a Vice-Diretoria de Gestão. Isso foi acordado. Foi uma coisa bastante importante que a gente fez. De lá essa continuidade que está aqui...

RSZ: Nesse momento dessa estruturação do DPH se seguiu essa mesma lógica de serviços e de planejamento estratégico?

MJAP: Lógico que essas áreas, você não vai simplesmente estruturar se ela não tem alguma coisa sendo produzida nesse sentido. O DPH, ao longo do tempo, começa num processo de fazer restauração. Ele começa na restauração. A escola de arquitetos que vem trabalhar aqui são arquitetos formados na restauração. A restauração era a grande questão, o grande tema, o grande assunto. Falava-se pouco em conservação, pouco em pesquisa nessa área e muito menos em educação. Lógico que você vai formando com o tempo quadros, reflexão e as coisas vão se transformando ao ponto de terem havido alguns questionamentos externos e até internos. Se haveria fundamento de [existir] um Departamento de Patrimônio Histórico num momento em que todos os prédios fossem restaurados. Engraçado que esse questionamento eu ouvi de pessoas internamente, como também de fora. O que tinha era na prática a questão da conservação. Era importante conservar aquilo. Outra coisa que fala dessa relação, agora me lembrando da Leninha [Nercilene Monteiro], a gente entendendo a ideia e a necessidade de conservação, entendendo que a DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*], a Prefeitura, o outro nome que teve, não conseguia atender as necessidades e especificidades nossas. Nós tínhamos três profissionais no primeiro momento que trabalhavam com a gente que eram o Sr. Adorcino [Pereira da Silva], o Sr. Miguel [Jorge Pataro] e tinha um terceiro que eu esqueço o nome [Davis Domingues].... Em algum relato deve estar mencionado ele. A pessoa que sabia era o Sr. Adorcino, mas trabalhava muito mais na parte de alvenaria, das argamassas... Era mais esse o trabalho e em geral. O resto a gente fazia. Era muita restauração. Teve muita obra de restauração. A manutenção e a conservação eram com os serviços diretos. Na época da DIRAC, tinham pequenos serviços. Tinham uma estruturação diferente. O que a gente viu é que aquilo não funcionava.

RSZ: O Sr. Adorcino [Pereira da Silva] era funcionário da DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*] ou contratado direto?

MJAP: Não, o Sr. Adorcino [Pereira] vem a fazer parte com esse vínculo com a SPCOC [Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz]. O Sr. Adorcino e o Sr. Miguel [Jorge Pataro], eles são contratados desse pacote da SPCOC. Quando acaba o da SPCOC, eles também entram nessa contratação direta com a FIOCRUZ.

RSZ: Na verdade, já tinham pessoas trabalhando...

MJAP: Era um contrato de contratação tipo RPA que a gente trabalhava. Só que era um contrato de longa duração.

RSZ: Ele sempre trabalhou com edifícios históricos?

MJAP: Não digo que sempre. Quando eu vim para cá em 1989, ele já estava aqui [na FIOCRUZ]. Ele vem a partir de uma obra, se eu não me engano foi de Restauração da Torre Norte [Pavilhão Mourisco], é que ele vem trabalhar. Ele entra através de uma empresa e aí ele fica. O que é importante: a gente vendo isso, a gente constrói toda uma argumentação técnica e política. Tem uma longa discussão disso: de que o DPH deveria ter um contrato direto para conservação disso. Na construção da conservação na parte civil e, depois, quando é instalado o sistema de climatização, a gente percebe que a DIRAC não consegue [gerenciar isso]. Na época, não era DIRAC. Era a DEMEC, um outro departamento, que também não conseguia dar conta. A gente também faz esse contrato específico para conservação. Isso foi extremamente importante para gente estabelecer uma série de [procedimentos] para colocar a questão da conservação e dar continuidade ao trabalho do DPH. Essa questão da conservação para além da restauração. Nesse ínterim, a gente começa a produzir pesquisa, fazer pesquisa, produzir conhecimento. Não só na questão da formação do *campus*, como também, a gente entra num edital do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], que era para trabalhar as argamassas. A gente começa a produzir conhecimento e também em tecnologia de materiais. A gente fez na época, quando eu era Chefe do Departamento, um *folder*. Não sei existe algum remanescente desse *folder*. Na época foi o Vitório [Benedetti], que era nosso designer, que fez esse *folder*, que colocava o DPH com áreas de conservação, restauração, pesquisa e educação. A gente já estava trabalhando a ideia de Educação Patrimonial nos moldes das oficinas-escolas [*Programa de Escuelas-Taller em IberoAmérica*], que estavam em evidência por conta da Agência Espanhola [de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento], principalmente, lá na Oficina-Escola do Pelourinho [Salvador/BA] e de João Pessoa [PB]. A gente tenta implantar aqui uma oficina-escola que é tal Oficina-Escola de Manguinhos [OEM]. A gente começa a trabalhar nessas três áreas. Isso quando eu era Chefe de Departamento. Isso foi materializado no *folder* como proposta de estrutura do Departamento. Quando eu saio como chefe, o Renato [da Gama Rosa Costa] intensifica essa questão da

pesquisa. Depois vem a Márcia [Franqueira] que continua com essa mesma linha. Quando vem a reestruturação, essas áreas que vão conformar essa estrutura do Departamento, elas já existiam de fato dentro do Departamento [DPH]. A reestruturação só vem legitimar aquilo que já estava acontecendo.

[Conversa aleatória entre o Câmera e a Entrevistadora sobre a filmagem]

RSZ: Em relação à sua gestão como Chefe do Departamento, quais foram os maiores desafios e obstáculos que você enfrentou?

MJAP: Eu acho que um obstáculo que foi enfrentado, que foi um dos pontos dessa discussão que eu falei no CD [Conselho Deliberativo], por mais que se reconhecesse o DPH como departamento, havia um certo desequilíbrio, uma certa assimetria entre os departamentos, na sua [estruturação]...

[Conversa aleatória sobre problemas com a filmagem]

MJAP: Um grande desafio que o DPH teve foi a constituição de sua equipe de trabalho e que havia, ao meu ver, um desequilíbrio até de forças entre os diferentes departamentos. Partindo de que todos os departamentos eram iguais.... Quando se via em termos de número de servidores e equipe, principalmente nas suas responsabilidades, havia um desequilíbrio. O DPH, até eu me tornar em 1998, servidor, ela tinha o Benedito [Oliveira] como servidor e a Sônia [Nogueira] como servidora. Isso trazia problemas para o Departamento em termos de possibilidade de renovação de chefia de departamento. Quando eu me torno servidor e tem a possibilidade de ser Chefe de Departamento, tem um concurso público na época. A grande negociação, o grande pleito era a gente conseguir vaga de concurso. Essa foi uma grande dificuldade de justificar isso até a Unidade [COC] entender mais essa necessidade. Só se conseguiu duas vagas, que possibilitou o Renato [da Gama-Rosa Costa] ser servidor e a Bettina [Lourenço] ser servidora. Essas duas vagas foi um grande avanço. O que estava colocado como cenário para o DPH de vagas era zero. Essa foi a maior dificuldade em como manter e aumentar a capacidade. Por mais que você tenha as pessoas trabalhando com vida plena e cidadania política, você passa a conhecer [isso] quando se passa a servidor. Isso, inclusive, influenciava a capacidade do DPH em opinar sobre os rumos da Unidade [COC] e como ele vai estar representado nos diversos fóruns. Depois tiveram outros concursos e outros servidores puderam entrar. Lógico que ainda alguém da necessidade. Eu acho que esse é um problema que está presente nos outros departamentos, mas também no DPH. Esse foi um grande desafio na minha gestão que foi compor o quadro [consolidado] do Departamento.

RSZ: Quais foram as maiores realizações que você considera na sua gestão?

MJAP: A gente conseguiu na minha gestão, primeiro, o DPH começou a ter mais “voz” no campo político. Não é à toa que por reconhecimento se chama alguém do DPH para compor a Direção. Isso tem um reconhecimento. Isso é algo relevante. É importante ressaltar, considerando que era um Departamento mais premiado na Unidade [COC], com poucas pessoas, mas gerindo grandes recursos, grandes realizações, gerenciando empresas com vários quadros [profissionais] dentro de um corpo limitado e pequeno de servidores. O reconhecimento político dessa coisa, disso. O reconhecimento técnico já havia. E também a ideia de você conseguir diversificar. Nós tivemos uma atuação muito expressiva na área de conservação e restauração, se não me engano das Bow-windows. Isso foi importante! A gente ter conseguido um edital do CNPq foi extremamente importante para fora e para dentro da FIOCRUZ. Nós estávamos dentro de uma unidade, onde a geração do conhecimento era importante, a produção de pesquisa e tudo. Você tem um corpo técnico que está para executar obras. De repente, esse corpo técnico se revela. Opa, o pessoal está produzindo conhecimento, está gerando pesquisa na formação do *campus*, ganhou um edital do CNPq. Na época, era um edital para construção de uma rede nessa área de conservação. [Essa equipe] cria um projeto importante que é o da Oficina-Escola, que na época foi desenhado o projeto bem grandioso; inclusive, com a construção de uma sede que seria ali na beira-rio com várias cooperações do Instituto Nacional de Tecnologia (o INT), da CONCREMAT [Engenharia e Tecnologia]... A CONCREMAT tava presente. Várias instituições que tavam trabalhando na conformação do [DPH]. O CEFET [Centro Federal de Educação Tecnológica] estava presente. A gente estava articulando com a Agência Espanhola de Cooperação [Internacional para o Desenvolvimento]. Isso mostra que não é só um bando de arquitetos e engenheiros executando obras. A gente entra dentro da formulação do *campus* Fiocruz Mata Atlântica [CFMA]. A gente entra na formulação conceitual sobre o que é o Fórum [Itaboraí] lá de Petrópolis [RJ]. Ganha autonomia. Isso era uma coisa que a gente questionava muito: quem designava a restauração ou o planejamento dessas obras? Em alguma medida sempre vinha como uma demanda mais da oportunidade do espaço que era liberado ou a demanda de cima para baixo para executar tal coisa. De repente, a gente inverte esse processo. A gente começa a fazer o planejamento do que se deveria fazer. O DPH começa a definir o que deve ser feito e em que ordem deve ser feito. A outra coisa é a conservação. Você tem um contrato de conservação. Você coloca a ideia da conservação como algo central. Nesse período a gente começa a pensar, se eu não estou enganado, foi essa coisa da metodologia [de trabalho] também. A gente entra dentro de um projeto... A gente não produz o livro. A gente entra num edital interno da Casa de Oswaldo Cruz que era para pesquisa. O DPH entra como proponente nesse [edital] e ganha. Não sei se era PRONAC...

RSZ: PROTEC? A gente chama o livro [Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados] de PROTEC....

MJAP: PROTEC. Exatamente! O DPH entra, ganha e produz. O que vai depois subsidiar a produção daquele livro. Tem uma diversidade de atuações. Lógico que isso eu estou falando da minha gestão. Isso vem de um amadurecimento do próprio Departamento, que vai conseguindo produzir isso naquele momento e continua fazendo isso. Aliás, é muito difícil a gente caracterizar: uma gestão foi assim... Tudo é uma continuidade.

RSZ: Você consegue identificar as diretrizes que guiavam as intervenções no DPH (nos edifícios) nessa época?

MJAP: Isso que eu estou falando. Teve um primeiro momento, um planejamento, que define que tudo vai ser restaurado em função do que estava acordado na Lei Sarney. Ou seja, que iria tudo ser restaurado. Só que os tempos não acontecem e depois se perde. É um pouco em função do que se consegue de orçamento. Tem um primeiro momento, em que a gente percebe que não somos nós que orientamos, nós técnicos [inaudível]...

RSZ: Isso em função dos usos?

MJAP: Era um pouco de usos, de oportunidades.... Isso depois é revertido. O Departamento começa a pensar e definir um pouco disso.

RSZ: As obras realizadas no Pavilhão Mourisco representavam algum desafio maior do que as realizadas em outras edificações?

MJAP: Bom, lógico! O Pavilhão Mourisco tem muito mais elementos. Tem a questão do simbólico dele. Tem vários elementos que não [existem] em outras edificações. [Tem] um volume maior, desde o *hall*, com vários elementos construtivos que são diferentes. Você tem as torres... Cada uma das torres já é um problema em si. As ameias e os torreões são um outro problema. Isso trazia problemas em várias coisas. Por exemplo, na iluminação monumental, você iluminar o Quinino e a Cavalariça é simples. Agora já iluminar O Castelo [Mourisco] é complicado.

RSZ: Decidir o que você quer destacar...

MJAP: É muito mais complicado.

RSZ: Nas considerações finais, como sua experiência no DPH contribuiu para sua trajetória profissional?

MJAP: Eu agradeço a oportunidade de ter vindo para cá. Eu estava lembrando.... Para mim foi uma inflexão na minha vida profissional. Eu poderia ter continuado na Engenharia mesmo pleno. No momento em que eu vim para cá e conheci o mundo do patrimônio cultural, foi para mim um momento de inflexão, e também, conhecer a FIOCRUZ como uma instituição, como

uma organização. Eu já tinha trabalhado com vários órgãos públicos, não diretamente, mas para órgãos públicos, para instituições públicas. Eu tinha trabalhado pra empresas no campo privado. Nunca tinha conhecido uma instituição que valorizasse tanto, que fosse tão séria em seu trabalho, que estimulasse tanto os seus profissionais a produzir, que dessas tantas oportunidades e conseguisse ter um excelente resultado. Conseguir trabalhar na FIOCRUZ, isso para mim foi uma inflexão. Trabalhar conhecendo a parte do patrimônio foi uma questão de realização [profissional] mesmo. Conhecer algo na FIOCRUZ que para mim era inusitado, que é a gestão democrática, participativa. Só isso é um diferencial. Você ter vários fóruns. Isso faz com que você se reinvente, participe, se aproprie dos problemas da instituição. Os problemas da instituição não são da instituição, né?! São seus também. Isso é um negócio fantástico, um modelo de gestão muito [positivo].

RSZ: Legal é ver a entrevista da Marilena Chauí. Entrevista não, ela participou de um debate, uma palestra, em que ela vai falar sobre o Neoliberalismo, sobre a diferença entre instituições e organizações. É muito interessante o que ela falou sobre o papel de uma instituição, que ela tem valor, que ela tem um papel social. Diferente de algumas organizações que tem um objetivo pontual. Cumpre aquele objetivo, acaba e vai para outra coisa. Ela vai falar do conceito dessas políticas neoliberais em relação a [gestão].

MJAP: Eu trabalhei em três empresas antes de vir para cá [FIOCRUZ]. Eu trabalhei num estaleiro, em que eu peguei um final de uma... A Engenharia Naval ainda estava pulsante naquela região de Niterói [RJ] e tal. Peguei a vinda de um dique flutuante que veio de Portugal. Eu tive a oportunidade de trabalhar com coisas bem importantes. Ali naquele estaleiro era impressionante você ver que em dado momento tinha muita gente e num momento todo mundo ia ser mandado embora. A relação com o profissional era zero. Ela tinha um [inaudível] e o resto não existia. Eu comecei a fazer parte por um acaso desse grupo fixo. Era uma questão muito frustrante. Você via as pessoas entrando cheias de sonhos, de engenheiros e tal, tal, tal. E você só olhava, esperava e daqui a pouco.... Isso em um ano que eu fiquei ali. Depois fui para uma empresa de projetos familiar. Se trabalhava muito, projetava muito e comprometimento zero com qualquer ideal. Depois fui trabalhar na área de Engenharia Ferroviária, que já tinha uma qualidade [profissional]. Ela tinha sido uma grande empresa na área ferroviária e que tinha falido. Os sócios montaram uma empresa. Eles eram pessoas que ainda eram de gerações antigas. Eles tinham um certo comprometimento. Tinham pessoas lá que trabalhavam há muito tempo, que vieram da outra empresa. Ela tinha uma coisa muito séria, muito interessante. Quando eu venho para cá é uma coisa completamente diferente em termos de organização. Passa por isso mesmo: questão de valores, construção de valores. Aquela coisa das [inaudível] da



instituição. O modelo de como você negocia isso. Lógico que tem falhas, mas você tem espaço para você colocar isso.

RSZ: Você gostaria de destacar algum aspecto que não foi mencionado com relação ao DPH?

MJAP: Não sei. Posso contar a história do Ney Matogrosso para ficar registrado aqui e da iluminação monumental. É para ficar registrado. Vou poupar vocês disso. Acho que hoje, o que a gente conseguiu fazer, o DPH tem um papel importante. Hoje, eu já não consigo mais pensar no DPH. Hoje, eu penso no patrimônio além. A gente dentro da Casa, dentro da FIOCRUZ, [a gente] construiu a noção de patrimônio cultural. Hoje quando você fala patrimônio cultural, você não está mais localizado no patrimônio construído. Você já está pensando na questão como um todo. Quando você pensa na preservação de acervos.... Acabou a bateria.

NHCO: Não sei.... Voltou!

MJAP: Quando a gente fala dentro da FIOCRUZ, a gente já consegue falar em patrimônio cultural, onde as coleções biológicas se vêem, o acervo das bibliotecas se vêem, o arquivo se vê, o [acervo] museológico também se vê [representado]. Todo esse patrimônio dentro de uma lógica. Isso é um ponto muito importante que abre possibilidades a todos individualmente e a todos coletivamente. Isso é importante! Hoje, quando se faz um Projeto de Requalificação do NAHM, que é um projeto bastante emblemático, ele traz para o DPH, para Direção, e também para o Museu, a definição do que nós vamos fazer, considerando todos os tipos de acervos. Pensar, talvez, o Plano de Requalificação em 1989, quando eu cheguei, na forma como a gente está pensando, não sei se a gente conseguiria pensar nele desse jeito e com esses atores todos. Pensando nessa outra forma, pensando em toda essa forma de ter integrado a ele a Educação. Pensar nele ao reunir todos os acervos. Pensar nele junto e integrado ao Plano de Conservação Preventiva das edificações. Pensar nele na sustentabilidade do projeto, na questão de gestão, comunicação.... Todos esses pontos. Isso é um amadurecimento que vai levar a gente para outros patamares extremamente importantes. Pensar hoje em gestão de risco era improvável há um tempo atrás...

RSZ: Para finalizar, você poderia deixar registrado alguma recomendação/pensamento para colaborar com a equipe do DPH na preservação de seu acervo?

MJAP: Acho que continuar fazendo [trabalhando]. Investir em pesquisa, educação e conservação. Esse tripé, né?! E a conservação.... Talvez pensar a pesquisa mais integrada na área de conservação, subsidiando-a. Uma maior integração dessas áreas e a integração com todos os departamentos da Unidade. É o que tem sido feito. Isso já está [sendo executado]...

RSZ: Obrigada, Marcos!

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Renato da Gama-Rosa Costa**

Renato da Gama-Rosa Costa e Inês El-Jaick Andrade

(Outubro, 2018)

Costa, Renato da Gama-Rosa (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 36 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Renato da Gama-Rosa Costa

**Local da entrevista:** Pavilhão do Relógio

**Data da entrevista:** 04 de outubro de 2018

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadora:** Inês El-Jaick Andrade

**Câmera:** Gregório Albuquerque

**Transcrição:** Tarcísio Pereira Bastos

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 hora, 48 minutos e 59 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Renato da Gama-Rosa Costa em 04/10/2018.

IA: Hoje é dia 04/10/2018. O entrevistado de hoje é o Renato da Gama-Rosa Costa. Renato, você poderia nos dar seu nome completo, data e local de nascimento?

RGRC: Renato da Gama-Rosa Costa, Rio de Janeiro, 18/03/1964.

IA: Pode nos dizer a ocupação de seus pais?

RGRC: Meu pai é engenheiro e minha mãe é, como dizem, dona de casa. Desculpe! Sendo que ela deu aulas de Inglês um tempo. Ela foi professora de Inglês um tempo.

IA: Qual sua formação acadêmica?

RGRC: Arquiteto e Urbanista pela [Universidade] Federal Fluminense. Mestrado em [Arquitetura]. É para dizer isso tudo também?

IA: Na formação acadêmica, quando você se formou?

RGRC: Me formei em 1987.

IA: Como surgiu seu interesse pela área de restauro e preservação?

RGRC: Olha, foi durante o estágio que eu fiz aqui [FIOCRUZ]. Na UFF [Universidade Federal Fluminense], a gente tinha aulas de restauração, de patrimônio com dois grandes professores: o Cyro Lyra e a Cristina Mello. Eram aulas super interessantes. Depois a Cristina [Mello] me chamou para estagiar aqui. Foi a partir da UFF que eu me interessei por essa área. Não imaginava trabalhar tanto tempo nessa área.

IA: Chegou a fazer outros cursos de capacitação na área?

RGRC: Eu fiz curso de História da Arte. Eu nunca fiz um curso especificamente sobre patrimônio. Tudo que eu aprendi foi aqui. Eu fiz História da Arte na PUC [Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro], na especialização. Depois, [fiz] mestrado em Arquitetura e doutorado em Urbanismo.

IA: Veja se estão corretas! Nós temos aqui três tipos diferentes de especialização [que você fez]: uma em Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro pela Fundação Oscar Niemeyer...

RGRC: Foi um curso curto que eles chamaram de especialização. Hoje em dia não se chamaria isso de especialização. Foi um curso bem curto lá na Fundação Oscar Niemeyer.

IA: Em 1999?

RGRC: Acho que sim.

IA: Especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil pela PUC – Rio de 1993 a 1995...

RGRC: Isso!

IA: Especialização em Conceituação e Técnicas em Restauro em Edificações em 1993...

RGRC: Nem me lembra dessa! Nem sei... Quem deu esse curso?

IA: Está no seu [Currículo] *Lattes*.

RGRC: Sei que está no meu currículo. Não sei se foi...

IA: Talvez o [José] Aguilera?

RGRC: Acho que foi um curso que teve no Paço Imperial [Centro] uma vez. Aí a gente fez. Não saberia dizer se isso foi considerado como especialização. Talvez, eu tenha colocado errado a informação. Isso foi um curso que eram várias aulas. Cada semana era um professor diferente.

IA: Você lembra dos professores?

RGRC: Bom, o [José] Aguilera, o Cyro [Lyra]... Ah, “caramba”! Não vou saber dizer quem eram os professores. Eu esqueci desse curso completamente.

IA: Foi após sua conclusão de faculdade, sua graduação...

RGRC: Talvez, eu tenha feito esse curso porque eu já estava aqui na FIOCRUZ. Quando é? 1999?

IA: 1993.

RGRC: É sim! Eu estou aqui desde 1987. Sim, é! Foi mais para eu poder me ambientar dos assuntos, dos temas do patrimônio. Era uma formação um pouco mais específica.

IA: Eram professores ligados ao IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]?

RGRC: Ao IPHAN. Sim, sim!

IA: Algum de construção civil?

RGRC: Não me lembro!

IA: Como se deu seu ingresso no DPH [Departamento de Patrimônio Histórico]? Ah, desculpe! Você não falou do mestrado, doutorado e do pós-doutorado. Você poderia falar um pouquinho para gente?

RGRC: Eu fiz pós-doutorado na Universidade de Coimbra [Portugal]. Quatro anos atrás entre 2013 e 2014. Foi no Centro de Estudos Sociais [CES]. Foi uma coisa mais específica. Estudei a questão dos sanatórios construídos no Brasil e em Portugal durante o Estado Novo. Aí já foi uma coisa bem mais recente que tem a ver com as pesquisas que eu estou fazendo agora recentemente. Fiz doutorado sanduíche em Paris [França] pelo Instituto de Urbanismo de Paris [*Institut d'Urbanisme de Paris*] em 2003. Perdão, 2004. Doutorado sanduíche em Paris em 2004. Foi dentro do doutorado em Urbanismo.

IA: E o mestrado?

RGRC: O mestrado eu fiz no PROARQ [UFRJ] entre 1998 e 2002. É isso? Depois eu tenho que [ver isso]. Essas datas eu me confundo um pouquinho. É, 1998 e 2002. 2002 foi o ano que eu entrei para o doutorado. Isso depois a gente vê, né?!

IA: Eu tenho aqui. Desculpe! O doutorado sanduíche em 2004, o pós-doutorado (Coimbra) em 2014 e o mestrado em 1998.

RGRC: Então tá, 2002. Ah, terminei [o mestrado] em 1998! Depois, ingressei no doutorado em 2002.

IA: E as temáticas do seu mestrado, do seu doutorado e do pós-doutorado são diversas. Qual é o “gancho” que as une? O que você diria?

RGRC: Eu diria a questão histórica. Por exemplo, quando eu fiz o mestrado [1996-1998], foi a continuação da especialização. Na especialização [1993-1995], eu fiz um tema que me agradava e que me agrada até hoje, que é a questão das salas de cinema do Rio de Janeiro. Como na época eu ainda não era servidor da FIOCRUZ, só vim a ser servidor em 2002, eu me senti livre de escolher um tema que me agradasse e que eu pudesse trabalhar confortavelmente, sem nenhuma obrigação. Eu fiz isso na especialização. Eu aproveitei parte do texto da especialização e transformei numa etapa da pesquisa do mestrado. Ela serviu para o mestrado. Foi um caminho que eu fiz. Eu fico muito feliz porque esse estudo que eu fiz sobre salas de cinema, que eu defendi em 1995, 1998, é até hoje referência. Ninguém nunca falou sobre esse tema no Rio de Janeiro. Em 2011, eu publiquei um livro [a partir] da dissertação. Foi um trabalho que eu fiz, um trabalho muito reconhecido. Até hoje me chamam para falar sobre isso. Fico satisfeito com o resultado da pesquisa. Quando eu entrei para o doutorado, eu já era servidor... Aliás, eu estava fazendo concurso pra cá. Eu já trabalhava na FIOCRUZ há um certo tempo. Em 2002, o próprio Benedito [Oliveira] me recomendou que eu falasse de algum tema que tivesse a ver com o

universo da Fundação Oswaldo Cruz de alguma forma. Como a gente estava concluindo aquela pesquisa sobre a evolução do *campus*, eu me interessei pela história da Avenida Brasil. Resolvi estudar a história da Avenida Brasil. Tem tudo a ver com Urbanismo, tem a ver com a FIOCRUZ. Vocês sabem que a relação da FIOCRUZ com a Avenida Brasil é uma relação de origem muito forte. Eu resolvi encarar a história da Avenida Brasil. Até hoje poucas pessoas se aventuraram a estudar a história da Avenida Brasil. Também sou referência com este trabalho. Recentemente, algumas pessoas me procuraram porque estão fazendo trabalhos sobre a Avenida Brasil. Meu trabalho é um dos mais citados. Foi por puro interesse na época assim... Não procurei fazer nenhuma ligação entre uma e outra. A questão do Patrimônio [Cultural] da Saúde, eu fui estudando por conta da função mesmo aqui da FIOCRUZ. Por isso, eu resolvi fazer o *postdoc* [pós-doutorado] nesse tema. As pessoas até acham estranho isso [e dizem]: “Renato, seu doutorado não foi na área de Patrimônio da Saúde ou da Arquitetura da Saúde ou na relação entre Arquitetura e Urbanismo”. Realmente, não foi. Foi uma opção. Eu acabei avançando nos estudos sobre a relação da Arquitetura da Saúde e a questão patrimonial por conta do meu envolvimento com os trabalhos aqui, na missão do nosso Departamento e aprimorar essa área de pesquisa do nosso Departamento [DPH].

IA: Como se deu seu ingresso no Departamento [DPH]? E como se tornou servidor público depois?

RGRC: Isso foi uma longa [história]... Eu estava estagiando no IBAM, que é o Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Fiquei lá um tempo estagiando. Era estagiário e ainda estava estudando. Era um instituto que estava crescendo na época. Tinha vários trabalhos. Carlos Nelson [Ferreira] era professor da UFF [Universidade Federal do Rio de Janeiro] e trabalhava no IBAM. Um foi chamando o outro, aquele negócio... Vários colegas estagiaram lá no IBAM. Um dos trabalhos do IBAM era fazer o levantamento, o diagnóstico do *campus* da FIOCRUZ aqui em Manguinhos. [Fizemos] um primeiro levantamento das edificações por conta do Plano Diretor que estava se pensando na época pra FIOCRUZ, que tem a ver com tombamento, [com a] área de proteção ambiental... Foi feito esse estudo pelo IBAM em 1987, 1985... Eu trabalhava lá. Fiz um desenho de um mapa da época. Fui eu quem fiz. Uma das minhas tarefas era pesquisar no próprio acervo de plantas que se tinha da antiga DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*], que ficava lá no Pavilhão 26. Numa daquelas vezes em que eu estava pesquisando lá, a Cristina Mello, que já trabalhava aqui e era minha professora na UFF, perguntou se eu não queria estagiar com ela. Na ocasião a Lélia [Vasconcellos] ficou com ciúmes...

IA: Lélia Vasconcellos?

RGRC: Lélia Vasconcellos! [Ela ficou com ciúmes] porque a Cristina [Mello] me roubou dela lá no estágio. Aquele negócio todo...

IA: Você estagiou no IBAM para [quem]?

RGRC: Para Lélia Vasconcellos, Eduardo Vasconcellos e o Carlos Nelson [Ferreira dos Santos]. Eu conhecia pouco o Carlos Nelson. A Cristina [Mello] me chamou e eu vim. Achei uma boa oportunidade. Eu achava interessante esse *campus* e a história da FIOCRUZ. Teve uma vez também que teve uma visita guiada feita pela UFF. Não lembro se foi a Cristina [Mello] quem fez ou durante algum encontro de estudantes que teve na época. Não sei precisar quando [foi isso]. A gente visitou a FIOCRUZ e eu fiquei encantado. Entendeu? Eu fiz esforços para unir o útil e o agradável. Vim estagiar aqui em 1987. Já tem 31 anos que eu estou aqui.

IA: Você permaneceu até 1989 [como estagiário]?

RGRC: Em 1987, eu me formei. Nós éramos bolsistas. Teve a atuação da SPCOC. A SPCOC foi criada por conta de um grande projeto de restauração do Castelo [Mourisco], que envolvia a indústria química, a Sagem, Copergo, Norquisa... [Elas] colocaram dinheiro na reforma do Castelo [Mourisco] através da SPCOC [Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz]. Eu fui funcionário da SPCOC. Eu, Marcos José [de Araújo Pinheiro], enfim, participamos desse momento. Era a forma de absorver a gente. Acreditava-se que ao acabar o projeto e as obras de restauração se poderia desfazer a equipe. Eles não pensavam ainda na conservação e manutenção desse patrimônio. Era aquela visão da intervenção: acabava a obra e pronto, voltava para casa e ficava.... Não havia essa ideia de manutenção e conservação. A gente foi ficando. Depois arranjaram uma série de contratos temporários com a gente. Eu me lembro que a gente atuava como RPA [Recibo de Pagamento Autônomo], prestador de serviços. Tinha que estar atualizando a cada seis meses o cadastro na Receita Federal. Era um “saco”! Era um “porre”! Era a única forma de manter a gente. A gente ficou assim durante muito tempo: eu, Marcos [José de Araújo Pinheiro], Bettina [Lourenço], Márcia [Franqueira]... Essa equipe sob comando do Benedito [de Oliveira]. A Cristina [Mello] ficou pouco tempo. Ela logo saiu. A gente ficou com o Benedito. Benedito era servidor e nós não. Aí começaram a ter os primeiros concursos. Marcos foi o primeiro e entrou em 1996, se eu não me engano. Acho que o Marcos é em 1996. O outro concurso foi em 2002. Particpei e entrei. Graças a Deus! Eu fiquei 15 anos nessa situação de contratos temporários e bolsas. Era uma situação muito instável, precária. Em 2002, houve o concurso, eu entrei e pronto.

IA: Voltando na sua vivência enquanto estagiário, quais foram as suas primeiras impressões sobre o trabalho?

RGRC: Olha, estágio... Eu fiquei seis meses como estagiário. Foi muito pouco tempo. Como era tudo muito recente, o Castelo [Mourisco] da FIOCRUZ, o conjunto [arquitetônico], tinha sido tombado em 1981, os trabalhos foram iniciados com a Cristina [Mello] em 1985, 1986, junto com a criação da Casa [COC]. Então, havia um trabalho de salvamento, de resgate. O trabalho estava iniciando... Esse cuidado com a preservação desses edifícios. Como em 1981 foi o tombamento, havia aqui na FIOCRUZ apenas um museólogo, o Luiz Fernando [Fernandes Ribeiro]. Esqueci o sobrenome dele. [Ele] era do Museu, cuidava de algumas coisas, fotografias, plantas, [inaudível] do acervo... Não havia ninguém cuidando da parte arquitetônica, de conservação e restauração arquitetônica. Foi chamada a Cristina Mello que aos poucos foi montando essa equipe. A Cristina [Mello] me chamou e eu continuei, chamou Sônia [Nogueira], chamou Marcos [Pinheiro]... Nós éramos o “Exército de *Brancaleone*” [*L’armata Brancaleone*]. Éramos, imagina, quatro contando com a secretária para cuidar de todo esse patrimônio. Eram trabalhos de rescaldo, de salvar coisas. Eu trabalhei muito com desenho. Tinha que mapear tudo, fazer o levantamento e a atualização dos edifícios. As únicas plantas que tinha dos edifícios ou eram os originais do Luiz Moraes [Junior], graças a Deus sobreviveram esses anos todos, ou plantas que estavam sendo feito por José Mauro Hid lá da DIRAC [antiga Diretoria de Administração do *Campus*]. Ele não tinha a técnica e o conhecimento sobre patrimônio arquitetônico. A Cristina Mello tinha esse conhecimento. Ela tinha estudado na Itália, inclusive, chamou o Benedito [de Oliveira] para trabalhar com ela. Eles eram grandes *experts* nessa área. Eles aos poucos foram montando esse trabalho, o que tinha a ser feito. Eu trabalhava com desenho. Eu sempre tive habilidade com desenho. Eu caprichava. Eu era chamado para fazer os desenhos, os cortes, as plantas baixas, as fachadas... Eu e Márcia [Franqueira] detalhamos essas fachadas em exaustão em várias escalas, 50 x 100, 20 x 25, detalhava as esquadrias... A Sônia [Nogueira] também detalhou todas as esquadrias lá do Castelo [Mourisco]. A gente foi fazendo isso. Eram trabalhos de conhecimento e de registro desse patrimônio para depois empreender as obras de restauração.

IA: Havia alguma preocupação em agrupar o acervo de plantas [arquitetônicas]? Você citou plantas que vocês pesquisaram no início. [Havia a ideia em] reagrupar essas plantas que estariam na DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*] ou espalhadas?

RGRC: As plantas originais do [Luiz] Moraes [Junior] estavam no Museu, na Reserva Técnica do Museu. O Museu guardava essas plantas a “unhas e dentes” como a gente diz. As plantas da DIRAC eram mais recentes. A gente também foi atrás desse material. A Cristina [Mello] produziu muita coisa. [Ela] fez a partir do trabalho original do [Luiz] Moraes. As plantas mais antigas ela foi atualizando. Essas plantas da DIRAC, que a gente depois achou, foi muito tempo



depois com o Severino, que cuidava das plantas da DIRAC. Tinham algumas coisas que eram do nosso interesse e outras do interesse da FIOCRUZ. A gente trabalhava em cima das plantas originais [que] estavam guardadas no Museu, na Reserva Técnica do Museu. Não é o Museu da Vida que a gente conhece hoje. Era um outro museu.

IA: Ligado à Presidência?

RGRC: Ligado à Presidência. Tinha a Anunciata [Sawada], tinha a Márcia [Barbosa], tinha o Luiz Fernando [Ribeiro]...

IA: Márcia?

RGRC: Márcia Barbosa, se eu não me engano. A Anunciata [Sawada] tem um sobrenome japonês. Não me lembro agora. Agora estão no IOC [Instituto Oswaldo Cruz]. A Márcia [Barbosa] até se aposentou. A Anunciata tá no IOC. Ela saiu da Casa [COC].

IA: Uma curiosidade! Com a criação da Casa [COC] e com a implantação do Arquivo e Documentação da Casa, esse material foi absorvido pelo DAD ou não?

RGRC: Foi absorvido muito recentemente. Isso não tem nem dez anos. Esse material ficava na Reserva Técnica do Museu. [Estava] bem guardado, as mapotecas e tudo. A gente consultou lá. Eu e Bettina [Lourenço] fomos lá várias vezes. Márcia [Franqueira] também. Esse material era do Museu. Recentemente que ele foi incorporado ao DAD, Departamento de Arquivo e Documentação. Não sei porque demorou tanto tempo. Havia ali uma reserva. Não sei! Como sempre ficou no Museu, achavam que era lá que tinha que ficar ou não ir para o DAD. Não participei dessa negociata aí. Isso foi uma coisa recente.

IA: Só registrando, quem fazia parte do DPH quando você entrou?

RGRC: Cristina [Mello], Benedito [Oliveira], Dr. Heraldo, que era um engenheiro que estava para se aposentar.

IA: Qual o sobrenome dele?

RGRC: Eu não sei. Todo mundo o chamava de Dr. Heraldo. As pessoas da antiga devem saber. Esqueci o sobrenome dele. Ele já estava para se aposentar e não tinha onde ficar. Ele ficou lá no Departamento [DPH]. Eu me lembro da prancheta dele. Era uma prancheta super antiga.

IA: Quem mais?

RGRC: Maria José [Benassury] que era secretária e eu de estagiário. Era Cristina [Mello] e Benedito [de Oliveira]. Depois chegou Marcos José [Pinheiro], Bettina [Lourenço] e Márcia [Franqueira].

IA: Como o Departamento [DPH] era estruturado? Quando as demandas surgiam, como vocês se organizavam?

Não era uma estrutura tão fixa, tão rígida, tão bem pensada como é hoje. A gente fazia de tudo naquela época. Como nós éramos muitos poucos, a princípio, a gente trabalhou muito com essa questão do desenho. A Cristina [Mello] era chefe, tinha o Benedito [Oliveira] que trabalhava com ela, o Marcos José [Pinheiro] era sempre a parte de instalações elétricas. Ele é formado em Engenharia Elétrica. Ele ficava com toda a parte de instalações. Nós, eu, Márcia [Franqueira] e Bettina [Lourenço] ficávamos nessa parte de auxiliar a Cristina na elaboração dos projetos e desses levantamentos a partir dos desenhos. A sensação que eu tinha era que eu tinha dois chefes: o Benedito e a Cristina. Uma certa época eles não se entenderam. Eles não se entendiam e ficávamos nós sem saber o que fazer direito. Um falava uma coisa e o outro falava outra. A gente tesava lá para fazer o que fosse preciso.

IA: Qual o elenco de prédios que vocês [escolheram para preservar]?

RGRC: A Cristina [Mello] quando logo chegou, ela tratou de salvar o Pavilhão do Relógio para fazer daqui a sede da Casa de Oswaldo Cruz. A gente “atacou” o [Pavilhão] do Relógio. Ele foi um dos primeiros edifícios que ficou pronto logo integralmente. Foi feito um trabalho de restauro nele completo em todo o edifício para abrigar a Casa de Oswaldo Cruz. Primeiro, ela fez um trabalho de salvamento do Pavilhão [do Relógio]. Aqui era depósito. Ela tirou uma série de coisas que estavam aqui pra Casa [COC] poder vir. Depois a gente fez um trabalho de restauração, que foi premiado pelo IAB [Instituto dos Arquitetos do Brasil] na época, uma menção honrosa pelo IAB. A gente tinha a obra da Torre, que estava rolando quando a gente chegou. Estrava acontecendo uma obra feita pela DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*] na época. A Cristina [Mello] quando chegou se intrometeu nessa obra. Era uma obra de engenharia. Não havia especificidade da questão do patrimônio e da restauração. A Cristina embarcou a obra. [Ela] fez uma outra obra, uma outra licitação, um outro projeto e fizemos a obra de restauração da Torre Norte [Pavilhão Mourisco]. Depois veio a Torre Sul. A gente atacava mais o Castelo [Mourisco] mesmo. A Cavalaria já havia sido preparada para virar um Museu. Estava tranquilo ali. Depois a gente teve que refazer a exposição. O prédio em si estava direitinho. Não tinha muito o que fazer na Cavalaria. O Pavilhão do Relógio foi feita a obra. O Quinino era sempre uma questão: “O que fazer com o Quinino?”. O Pombal a gente investia pouco. Ele era tido como uma área verde, uma área ao ar livre. Se mexia pouco no Pombal. Nossos esforços eram mesmo para o Castelo, [que] tinha a questão da impermeabilização, as torres, a ocupação, por causa do ar condicionado, havia risco de incêndio no Castelo... A gente teve que atacar, emergencialmente, no Castelo em diversas frentes. Até hoje é o nosso principal objeto.

IA: Você diria que as obras realizadas no Pavilhão Mourisco representam um desafio maior do que as demais?

RGRC: Ah, com certeza! Pelo seu tamanho e pela sua importância. Ele realmente é o prédio principal do conjunto [arquitetônico].

IA: Você falou que o Quinino estava sempre nas discussões, mas vocês nunca o atacaram?

RGRC: Uma vez fizemos um projeto específico para o Quinino. Eu, o Alexandre [José Pessoa] e o Benedito [de Oliveira] também. Ele nunca saiu do papel. É um edifício difícil de fazer alguma coisa ali. É uma carga de ocupação muito forte. A questão administrativa ali. Recentemente, a gente repensou nele em uma outra função. É um edifício muito difícil de se tratar porque as pessoas não saem de lá. Pra você remover uma seção é uma coisa muito complicada. Cada vez tem mais gente trabalhando nele. A questão do ar condicionado, do... É muito difícil lidar com o prédio do Quinino. E as pessoas não dão o valor devido ao Quinino. Ele já é uma [inaudível], um prédio posterior e não foi incluído *a priori* no tombamento. É uma coisa bem complicada! A gente fazia o que era possível.

IA: E as outras edificações ecléticas, como a Casa de Chá, o anexo da Casa de Chá?

RGRC: A Casa de Chá a gente preparou logo. Era uma cantina, que funcionava mal e porcamente. A gente logo fez um projeto para transformar em um restaurante um pouco melhor. Eu mesmo almoçava ali de marmita. Era uma cantina muito improvisada, digamos assim. A gente fez nele um trabalho de transformar num restaurante.

IA: E a Casa Amarela?

RGRC: A Casa Amarela a gente nem sabia que era do [Luiz] Moraes [Junior] pra você ter uma ideia. A gente só veio a saber que era do [Luiz] Moraes bem depois. A gente não dava muita importância pra Casa Amarela. Ela estava sempre ocupada pela Presidência como residência mesmo. Era um imóvel que a gente não mexia. Depois que a gente confirmou que era um projeto do [Luiz] Moraes, a gente passou a ter outros olhares para a Casa Amarela. A gente fez uma proposta muito tempo depois. A gente nem podia mexer nela. Não era da alçada do patrimônio. Entendeu? Era da DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*]. [Isso] dependia das boas relações nossas com a DIRAC para mexer em alguns imóveis que não estavam preservados e que tinham algum interesse histórico-patrimonial. Era uma conversa com a DIRAC. No início foi bem difícil! Como a Cristina [Mello] tirou da DIRAC o projeto do Castelo [Mourisco], houve ali uma [insatisfação]. A DIRAC ficou melindrada com o negócio. Foi um pouco complicado a gente “tomar pé” desses edifícios. Eles todos mal ou bem eram cuidados pela antiga DIRAC. A gente teve que fazer todo um convencimento que eram prédios especiais, que precisavam de um outro olhar e que não podia ficar num setor que não conhecesse

esse tipo de tratamento ou de ação em relação ao patrimônio histórico. Eles não tinham conhecimento com relação a isso. Era mais um setor de engenharia, digamos assim. Depois a gente veio a saber que foi criado nos anos 1970. Todos esses prédios aqui ficaram muitos anos sem manutenção adequada. Nos anos 1970/80, eles estavam num estado lastimável. Por isso, houve um investimento da FIOCRUZ nos anos 1980 para fazer obras emergenciais nesses edifícios, incluindo o que a gente reconhece como Núcleo Histórico hoje em dia. Quando houve o tombamento pelo IPHAN, houve toda uma preocupação de tentar conservar esses edifícios da melhor forma possível. Ninguém conhecia nada, não havia esse conhecimento. Por isso que chamaram a Cristina [Mello]. O [Sérgio] Arouca chamou a Cristina, justamente, para dar conta disso.

IA: Nessa relação com a DIRAC [Diretoria de Administração do *Campus*], você percebeu ao longo de sua trajetória aqui momentos de mais harmonia?

RGRC: O início, como eu falei, foi muito complicado. Depois, [tivemos] que fazer acordos com a DIRAC para tentar mostrar pra eles que aqui era um pouco diferente do que eles faziam no resto dos edifícios. Havia uma preocupação maior. A Marta [Monteiro] foi uma pessoa com quem eu tive muito contato. A Marta, esqueci o sobrenome dela. [Ela] tá até hoje na DIRAC. Eram pessoas com quem a gente poderia lidar. A Bia [Maria Lanna] também [inaudível]. A gente teve que conversar com ela diversas vezes sobre isso. Lembro que até quando eu fui chefe em 2005 era uma questão complicada. O Marcos [José Pinheiro] já trabalhava na Casa [COC], era Vice-Diretor da Casa, ia lá comigo pra gente conversar com a DIRAC sobre essa questão dos pavilhões do Núcleo Histórico. Ainda era uma relação muito difícil! Isso tem 20 anos, 10 anos pra cá.

IA: No Plano Diretor de 1988, embora sua posição fosse de estagiário, seu olhar era outro com relação ao patrimônio. O COORES [Coordenação de Restauração] já existia e a Casa [COC] estava sendo criada. Você percebeu alguma preocupação de incluir as questões do patrimônio no Plano Diretor?

RGRC: Pois é, deixa eu ver como foi isso... Eu esqueci de falar na Coordenação de Restauração que foi criada pela Presidência. Foi aí que a Cristina [Mello] veio por causa do COORES. Até a criação da Casa [COC], a gente respondia diretamente à Presidência. O Plano Diretor foi feito depois pelo IBAM [Instituto Brasileiro de Administração Municipal] por causa do tombamento. Era preciso, a partir do tombamento do IPHAN, criar zonas de amortecimento no entorno desse patrimônio histórico, desse núcleo original da FIOCRUZ. Era essa colina onde a gente está e o [Pavilhão] Evandro Chagas e no meio o Pombal. Esses edifícios que eram reconhecidos como patrimônio precisavam ser preservados e geridos de alguma forma. O Plano Diretor foi isso:

trabalhar com o zoneamento do dentro *campus* e delimitar uma área de entorno desse conjunto. Foi esse Plano Diretor que propôs essa área verde. Até hoje está pra ser identificada pelo IPHAN. Desde 1989 essa área verde foi proposta e não se tem ainda uma versão definitiva sobre essa proteção. Era [necessário] criar uma área de proteção para esse Núcleo Histórico. Nós delimitamos e encaminhamos ao IPHAN em 1989 e tá sendo estudada até hoje.

IA: Voltando um pouco à restauração dos prédios tombados, quais as principais diretrizes que guiavam as intervenções na época em que você atuou na área de projetos?

RGRC: Pois é..... Não sei se posso falar tudo sobre isso. Cristina [Mello] e Benedito [Oliveira] que ditavam as formas de se fazer. Eles tinham estudado na Itália. Eles tinham todo o conhecimento. A gente meio que aprendeu na “marra” a lidar com isso. Você tem a questão de preparar os projetos de uma forma mais técnica possível para lidar com a conservação. [Isso] sempre esbarrava nas questões das licitações [e na maneira] de preparar os projetos e processos dentro de uma instituição pública. A forma de se montar esse projeto era muito complicada. A gente tinha pouco tempo para elaborar os editais e os projetos. Muitas das vezes as coisas eram decididas nas obras, no canteiro, com a grande participação da Cristina e do Benedito. Não havia um direcionamento, assim, para a equipe. A gente preparava o material e os projetos. Alguma coisa a gente resolvia na hora.

IA: Qual o papel do IPHAN nisso?

RGRC: O IPHAN sempre ficou despreocupado com esse trabalho aqui, com a conservação, porque sabia que tinha uma equipe montada para cuidar desse patrimônio. O IPHAN acompanhava de longe todo esse processo aqui e essas obras que estavam acontecendo. Talvez, eles tenham se ressentido nisso recentemente. Por conta dessa confiança nesse nosso trabalho, eles têm se mantido um pouco afastados e agora acham que deveriam ter sido mais incisivos em algumas questões. O IPHAN é sempre mais rigoroso do que qualquer outra equipe [órgão] que lide com o patrimônio histórico. Há sempre o entendimento que outras coisas deveriam ter sido feitas. Eu acho que não. A gente trabalhou corretamente. Nós tínhamos também que lidar com as questões internas da FIOCRUZ. A FIOCRUZ passou por um processo de crescimento muito grande nos anos 1980/90. A gente já prevendo esse crescimento, a gente separou uma área de proteção. Se a FIOCRUZ quisesse crescer, cresceria fora dessa área de proteção, para deixar uma área de segurança no entorno do Núcleo Histórico. Ainda bem que foi feito isso. A FIOCRUZ cresceu muito nesse tempo, muita coisa surgiu. A gente conseguiu manter essa área mais ou menos vazia. Se a gente não tivesse criado essa área de proteção, o Núcleo Histórico ia tá ameaçado de alguma forma: edificações muito próximas, questões de gabarito, enfim, uma série de complicações. O IPHAN sempre entendeu que a gente cuidava do *campus* de uma

forma geral e não apenas da parte histórica. [Cuidávamos] do *campus* de uma forma geral: a questão das visadas, da distância com o Núcleo Histórico, o adensamento, a ocupação... A gente tinha essa “balança”. A gente tinha o IPHAN de um lado cobrando as coisas e a FIOCRUZ pressionando em relação à ocupação. A gente tinha que ceder em muitas coisas de vez em quando. A gente fez o que foi possível. Talvez, o IPHAN reclame um pouco disso: da gente ter sido muito condescendente com algumas coisas. Eles nunca falaram isso abertamente. A gente é que acha. É sempre um jogo, né?!

IA: Você lembra dos nomes dos fiscais do IPHAN que passaram por aqui?

RGRC: Olha, pois é, eu nem [os] identificava como fiscais. Tinha o Sabino Barroso, Edgar Jacinto... Eles eram mais consultores do que exatamente fiscais. Tinha a Yanara [Haas] durante um tempo, a Sílvia Puccioni... Eles vinham muito raramente aqui e não falavam muito com a gente. Falavam mais com a Cristina [Mello] e o Benedito [de Oliveira]. O Benedito como conhecia muita gente nessa área, ele mesmo tratava disso, conversava com as pessoas, fazia todo esse “jogo de cintura” com os órgãos de tombamento e com a FIOCRUZ. Eu pouco os via como fiscais, [e sim] como consultores. Eu só identifico essas pessoas assim...

IA: Os projetos que vocês faziam eram encaminhados ao IPHAN?

RGRC: Eram encaminhados ao IPHAN sim. Isso o Benedito [de Oliveira] fazia questão de encaminhar. Sempre era visto positivamente. Quando havia alguma reclamação, a gente sempre procurava adequar. Era uma relação muito tranquila. Pelo que eu me lembro nunca foi muito conflitante não. Era mais conflitante internamente do que com o próprio IPHAN.

IA: Em relação a Edgar Jacinto, você lembra um pouco dele?

RGRC: Tive pouco contato com o Dr. Edgar Jacinto. Ele estava muito idoso quando veio aqui. Eu me lembro do Sabino Barroso. A gente [o] chamou aqui uma vez para vir aqui. A partir de determinado momento a gente passou a ter uma maior relação com o INEPAC [Instituto Estadual do Patrimônio Cultural] por causa do tombamento dos edifícios modernistas. Eu me lembro muito mais do INEPAC do que da ação do IPHAN.

IA: Você atuou como Chefe do Departamento [DPH] entre 2005 e 2007. Você acompanhou a reestruturação do Departamento em 2006. Pode nos contar um pouquinho sobre esse processo?

RGRC: Exatamente! Isso! A gente identificou... Era uma forma improvisada da gente gerenciar os trabalhos. Cada um tinha uma [atividade]. A Bettina [Lourenço] era identificada com o Pavilhão do Relógio. A Márcia [Franqueira] cuidava do Pavilhão Mourisco. Tinha o Quinino. As pessoas mais se identificavam com os edifícios do que com as tarefas e funções. A gente sabia: “Vai fazer alguma coisa no Castelo Mourisco? Vai pra Márcia. Vai fazer alguma coisa na Cavalaria e no Pavilhão do Relógio dá para Bettina. O Quinino e obras novas, o Renato e não

sei o quê”. A gente meio que dividia as tarefas nesse sentido. Quando eu fui Chefe, havia toda uma preocupação da Casa [COC] de se reestruturar e reestruturar suas funções. No Departamento [DPH], a gente identificou três áreas de atuação que estavam se formando: a área de Pesquisa [Educação e Conservação/Restauração]. Eu nunca fui de obra, eu confesso. Eu fiscalizava obras. [Isso] não era o meu “forte”, embora, o Marcos [José Pinheiro] tenha dito que eu tinha sido um bom fiscal. Eu não me achava um bom fiscal de obras, [ainda que] eu tenha trabalhado [e] fiscalizado muitas obras aqui. Era um tempo em que a gente fazia de tudo. A partir do momento que houve essa ideia de reestruturação do Departamento [DPH] e acompanhando a reestruturação da Casa [COC] foram identificadas três áreas de atuação: pesquisa... Eu sempre fui inclinado pra essa área de pesquisa a partir do mestrado e da especialização. Eu participava e a Bettina [Lourenço] também participava de uma certa forma com a pesquisa dos materiais. O Setor de Pesquisa ficava concentrado entre eu e Bettina. Tinha o Setor de Educação. A Sônia [Nogueira] já pensava nisso na questão da Educação Patrimonial e em todos os cursos que a Cristina [Mello] fazia para a mão de obra especializada daqui do *campus*. A Sônia já pensava numa oficina-escola. Tinha Pesquisa, Educação e a parte mais *hard* [pesada] do trabalho que envolvia a Márcia [Franqueira] à frente dos projetos de restauração. O Marcos [Pinheiro] também ficou um tempo cuidando dos projetos. [Tínhamos] muitos consultores na época: o Geraldo Filizola que cuidava dos projetos estruturais, a Sílvia Puccioni atuou como consultora durante muito tempo pelo IPHAN e sendo ouvida em várias questões... A gente trabalhava assim. Como nós éramos poucos, muitos projetos eram contratados por fora e a gente meio que gerenciava esses projetos. Muitos projetos eram desenvolvidos aqui [na FIOCRUZ]. Eu, por exemplo, participei dos projetos das novas edificações ou adaptações, como pra Tenda. Eu fiz o projeto e fui o fiscal. O Centro de Recepção, eu fiz o projeto e depois fui o fiscal da obra. Havia mais ou menos essa estruturação e que foi consolidada com a reestruturação da Casa [COC] na minha chefia em 2006. Foi um processo um pouco difícil. Primeiro para convencer que existia pesquisa dentro do Departamento [DPH]. Essa estrutura foi negociada com a Casa. Eu me lembro de ter altas discussões com o CD (Conselho Deliberativo) da Casa na época. A Nara [Azevedo] era a diretora. Era eu e Ana Luce [Girão] pelo DAD, no DEPES [Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde]... Quem era do DEPES? Tinha o Pedro Paulo [Soares] também no Museu. Não me lembro quem estava no DEPES. Era uma discussão que rolou durante um tempo e a gente conseguiu depois reestruturar a partir de 2006.

IA: O Luís Otávio [Ferreira], de repente?

RGRC: Não sei se era o Luís Otávio [Ferreira] não? Não sei! Agora me falhou a memória.

IA: Em relação à sua gestão, quais foram os desafios e obstáculos que você enfrentou?

RGRC: Essa questão da estrutura me deu bastante trabalho. Acho que foi bem legal, tanto que, eu fiquei só dois anos. Eu não quis renovar a chefia. Deu bastante complicação essa questão da estrutura. Acho que foi bem feito. Na minha gestão também teve uma questão de concurso. Foi feito um outro concurso. 2006, né?! Veio você [Inês Andrade] e a Carla [Coelho]. A Bettina [Lourenço] entrou comigo em 2002. Em 2006, por conta do concurso, a disputa pelas vagas sempre foi... É uma coisa até agora muito complicada. Você pedir vagas, abrir vagas de concurso pra o seu Departamento, para sua Unidade, é uma coisa muito complicada aqui na FIOCRUZ. Tem que ter um número específico de vagas. É um “pega pra capar” em relação às vagas. Eu tive que lutar por duas vagas. Isso era uma coisa muito complicada também. Entraram duas pessoas novas: você e Carla. E tinha que sair os terceirizados. Para dizer quem eram os terceirizados a sair foi muito complicado. Faz parte do jogo. Pessoas que estavam aqui um tempo tiveram que sair. Enfim, isso faz parte, né?! A questão da estrutura e a questão do concurso de 2006 [marcaram] muito a minha gestão.

IA: Qual foi sua maior realização nesse período de chefia?

RGRC: Acho que a estrutura. Eu me orgulho de ter participado desse momento. Mal ou bem, a gente conseguiu duas vagas do concurso. Era uma vaga só. Marcos [José Pinheiro] entrou e era uma vaga. Eu e Bettina [Lourenço] entramos, eram duas vagas. Era uma coisa muito complicada, muito restrita. Hoje em dia, nós somos bastantes servidores. A gente conseguiu fazer isso: criar essas vagas e criar uma equipe que vai seguir nosso trabalho aí. Era isso! A gente precisava formar uma equipe que continuasse o nosso trabalho. Nós somos da primeira geração. Tem que ter uma segunda [geração] para cuidar desse trabalho e [levá-lo] adiante. Não parar na gente. [Tínhamos] muito esse medo de que, depois que a gente saísse daqui, o que iria ser desse trabalho. A gente conseguiu criar essa equipe, manter essa equipe. Um dos primeiros passos foi justamente esse concurso de 2006.

IA: A equipe do DPH era reconhecida por seu trabalho em obras de restauração das edificações históricas da FIOCRUZ, como despontou a área da pesquisa histórica dentro do Departamento [DPH]. Como foi percebido internamente na Unidade o trabalho de pesquisa e estudos históricos?

RGRC: Não foi fácil! Isso foi um interesse meu. Eu sempre gostei de História. Eu achei que... Não era uma questão de necessidade. Todo trabalho de restauro que envolve patrimônio histórico exige que você conheça bem o seu bem, que você conheça bem o seu objeto de intervenção. Era necessário fazer pesquisas sobre esse patrimônio. As pesquisas que tinham até então eram da parte do Museu, lá do Luiz Fernando [Ribeiro], uma coisa muito incipiente.



Serviu para o processo de tombamento. Claro! O processo de tombamento se baseou nessas pesquisas feitas pelo Luiz Fernando. Depois, o Jaime Benchimol foi um grande pesquisador desse conjunto [arquitetônico]. Precisava-se seguir nessas pesquisas. Eu sempre me interessei nessa área. Eu me lembro que, o momento de [inaudível], a gente pode dizer assim, foi quando eu fiz o projeto do Centro de Recepção, que foi meu último projeto, e depois, eu entrei nessa área de pesquisa. Era assim: Que temas pesquisas? Como pesquisar? Eu fui para o lado da História da Arquitetura. A Bettina [Lourenço] foi mais para o lado dos procedimentos e técnicas materiais com relação ao patrimônio histórico. Cristina [Mello] já tinha saído daqui. Benedito [de Oliveira] já estava saindo do Departamento [DPH]. Eu fui para esse lado da História da Arquitetura. Eu sempre percebi que não poderia ser pela História da Arquitetura por ela mesma. A relação com a saúde precisava ser feita. Isso demorou um tempo para que eu mesmo percebesse isso e entendesse isso. No início, era muito complicado convencer as pessoas que era necessário esse tipo de pesquisa. Tinha que ter essa “pegada” da saúde. As discussões que a gente tinha em relação à pesquisa era para tentar nos convencer também que essa ligação com a saúde era necessária. Como se aqui, como se todos esses objetos, como se todo esse acervo estivesse pousado aqui como um ET [Extraterrestre], um grande ET. Não tivesse uma relação com instituição, com as políticas de saúde da época, com o que se conhecia sobre Medicina, sobre tratamentos... Tinha que esmiuçar todo esse projeto que foi pensado para cá, fora daqueles estudos clássicos de estilo, linguagem... Entendeu? É porque é estilo Neomourisco, porque é uma arquitetura “não sei das quantas”, é um material tal... Não, você tinha que tentar entender porque ele foi construído dessa forma, em que contexto, quem fez, quem construiu... Até a gente convencer de que havia um grupo que trabalhava com pesquisa na própria reestruturação da Casa [COC]. Lembrar que aqui existia um nucleozinho de pesquisa foi muito complicado. Tanto é que nós não somos equiparados ao DEPES [Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde], obviamente. Nós somos um núcleo de estudos. O Departamento de Pesquisa, com esse nome de Pesquisa, sempre teve identificada à pesquisa histórica, sociológica e antropológica da Casa de Oswaldo Cruz. Nós nos restringimos ao núcleo de estudos da relação da Arquitetura e do Urbanismo com a Saúde [NEAUS].

IA: E o livro que vocês publicaram em 2003? Ele contribui pra isso?

RGRC: Com certeza! O livro de 2003, *O lugar da Saúde* [isto é, *Um lugar para a Ciência*], ele foi um reflexo, foi um primeiro grande produto, junto com *Caminhos da Arquitetura em Manguinhos* [2003], desse nosso investimento da área da pesquisa. Foi também a partir de questões práticas. Por exemplo, o IPHAN queria entender um pouco melhor que área era essa que ela estava trabalhando, que ela estava transformando em área de proteção histórica. O

IPHAN chegou pra gente uma vez e perguntou: “Ah, quem fez determinados prédios? Quando? Sobre que contexto? Num sei o quê?”. Mandou uma lista de prédios e perguntou: “Quem era o arquiteto e de que ano era cada prédio” da lista que eles mandaram. Lógico que a gente não tinha essa resposta. Não abria uma gaveta para pegar a fichinha de cada prédio. Isso foi em 1998, nos anos 2000, por conta do primeiro centenário da FIOCRUZ. A gente foi atrás dessas informações. Aí começou todo esse trabalho de pesquisa. Tem razão! Isso foi antes da reestruturação do Departamento [DPH]. Esse trabalho que originou essas pesquisas. Exatamente! [Foi em] 1998 que a gente começou essa pesquisa e só conseguiu publicar em 2003. Foram cinco anos de pesquisa. A gente foi atrás de todas essas informações que o IPHAN pediu. Depois a gente mandou um livro para o IPHAN. A gente tinha feito a nossa parte. Se ele queria conhecer, se o IPHAN queria conhecer a história de todos esses prédios daqui da FIOCRUZ para poder prosseguir com o processo de tombamento da área de proteção ambiental, eles tiveram essa informação. Se o processo não terminou até hoje não foi culpa nossa. A gente fez a nossa parte.

IA: Saindo da chefia, você passou a coordenar o Núcleo de Estudo de Arquitetura e Urbanismo em Saúde [NEAUS]. Sua gestão foi de 2007 a 2013. Você chegou a acumular a chefia e a coordenação do Núcleo nesse período? Em 2007, você ainda era chefe. Como ficou isso?

RGRC: Eu saí em 2007 e assumi a Coordenação do Núcleo.

IA: Chegou a acumular?

RGRC: Acho que sim. Nós éramos poucos. Você [Inês Andrade] já estava aqui. Você e Carla [Coelho]. Não lembro se vocês [participavam]... Acho que não.

IA: Era Núcleo de uma pessoa só com a Gisele [Sanglard].

RGRC: É verdade! Gisele [Sanglard] chegou aqui quando, meu Deus?! Ela veio para reforçar esse Núcleo. Não sei de quando é o concurso dela.

IA: Pesquisadora-visitante...

RGRC: Primeiro ela veio como pesquisadora-visitante. Depois que passou no concurso, veio para o nosso Departamento [DPH].

IA: Quais eram os projetos que estavam sendo desenvolvidos na época com o Núcleo [NEAUS]?

RGRC: Eu não me lembro. Projeto de arquitetura ou de pesquisa?

IA: De pesquisa, de estudos.

RGRC: Sim! A gente concluiu a pesquisa do *campus*. Nosso livro sobre o Neomourisco... Isso foi em 2003. Por conta dos interesses da Gisele [Sanglard] por conta do doutorado. Eu já estava fazendo meu doutorado. Eu além de estar na chefia, eu estava fazendo meu doutorado. Eu fui

pra Paris um tempo [doutorado sanduíche]... Ah, sim! Deixa eu fazer um parêntese. Quando eu estava em Paris, eu já sabia que quando eu voltasse eu seria Chefe de Departamento [DPH]. As coisas são assim: “Você vai ser o próximo, tá? Então, tá! Toma”. A pessoa se lança, é votada, é eleita e pronto. Há essas indicações. Então, Marcos [José Pinheiro] falou: “Quando você voltar de Paris, do seu doutorado, você vai virar Chefe”. Eu me graduei em 2005 e em 2006 eu assumi a chefia. Eu estava terminando o doutorado e já era Chefe do Departamento. Minha pesquisa do doutorado tem a ver com a pesquisa do *campus*. Certo? Eu mais ou menos continuei. O Alexandre [José Pessoa] também continuou no mestrado dele. A partir do olhar de nós dois sobre o *campus*. Ele fez mestrado e eu o doutorado. O meu sobre Brasil e o dele sobre os planos pra essa região. A gente meio que continuou com esses estudos até 2006, 2007... Aí veio a Gisele com uma série de questões por conta do doutorado dela. Nós fizemos na mesma época. Fizemos uma disciplina juntos. Ela fazia no PPGHCS (História das Ciências e da Saúde) e eu fazia no Fundão, no PROURB [UFRJ]. A gente fez uma disciplina juntos. Ela com a questão do Hospital Gaffrée e Guinle [Tijuca/Maracanã], da Família Guinle, da filantropia da Família Guinle na saúde, da relação da Família Guinle com o Instituto Oswaldo Cruz, que hoje é a FIOCRUZ. Ela veio me perguntar se eu conhecia o arquiteto que tinha trabalhado no projeto do [Hospital] Gaffrée e Guinle. Eu falei: “Não Gisele. Nós vamos procurar”. Sempre tive curiosidade de saber as coisas. Sempre tive esse “faro de pesquisador”. “Então, vamos procurar”. Nisso a gente achou em 2002, 2003, logo no iniciozinho do doutorado dela. Ela entrou em 2002 e eu também. Fomos procurar quem foi Porto d’Ave. Aí começou tudo. Essa relação com a saúde se deu a partir dos questionamentos da Gisele [Sanglard]. Foi bem interessante essa parceria que dura até hoje. Eu fui ajudá-la e acabei me interessando a saber quem eram esses arquitetos que trabalhavam com esses projetos hospitalares. Isso mais recentemente têm outras pessoas envolvidas nisso, querendo saber isso. Na época que eu fui pesquisar isso foi difícil. A gente não tinha referência, não tinha nem onde procurar, que acervo onde procurar... A gente trabalhou muito em cima do material que existia sobre o próprio Hospital [Gaffrée e Guinle]. Todas as questões que a gente levantou, que a gente acabou consolidando depois, foi a partir do próprio objeto. E também do trabalho pioneiro do [Jaime] Benchimol, quando fez aquele livro sobre Manguinhos [*Manguinhos do sonho à vida*], em 1990. Ele fez uma pesquisa muito grande sobre arquitetura hospitalar. Ele começou esse trabalho em Manguinhos e escreveu o livro sobre [essa história]. A gente absorveu muito daquele trabalho do Jaime Benchimol. Só que a gente deu um passo além. Existiam outros arquitetos que trabalhavam com a questão da saúde além do [Luiz] Moraes [Junior] aqui no Rio de Janeiro. Porto d’Ave foi um deles, que fez diversos hospitais no Rio de Janeiro, na época. A gente

começou a partir de um objeto específico e foi ampliando esse nosso olhar sobre Arquitetura da Saúde, abarcando outros projetos, outras instituições. Isso foi bom porque a gente fugiu um pouquinho desse “mundinho da FIOCRUZ”, desse mundo fechado, restrito aos objetos da FIOCRUZ. A gente pode ampliar um pouco nosso leque de investigação fora desse núcleo rígido aqui da FIOCRUZ. O primeiro foi o [Hospital] Gaffrée e Guinle, por conta das relações da Família Guinle e o Instituto Oswaldo Cruz. Depois, a gente foi abarcando outros objetos de interesse. Aí veio a questão da “Rede Brasil”... Não sei se você vai perguntar isso. A gente foi ampliando nosso trabalho.

IA: Em 2005, a COC, Casa de Oswaldo Cruz, dentro da Rede BVS [Biblioteca Virtual em Saúde], participa do Grupo “História da Saúde” [Rede HPCS], que fornece várias parcerias. Como que isso em 2005 chega aqui no Departamento [DPH]?

RGRC: Em 2004, eu estava fazendo meu [doutorado sanduíche]. Eu soube que a Casa de Oswaldo Cruz recebeu a visita do [inaudível], que é do Chile, do Ministério da Saúde do Chile, interessado em saber um pouco da nossa trajetória, da trajetória da Casa de Oswaldo Cruz, ao tratar dos acervos da saúde de uma forma geral e como a gente cuidava desse patrimônio. Lá no Chile, eles não têm a estrutura do IPHAN como nós temos aqui. Até hoje, eles não têm. Esse projeto que ele estava envolvido, estava ligado diretamente à direção do Ministério da Saúde chileno. Foi uma preocupação deles lá a partir da ameaça de demolição do Hospital *San José* [Santiago] que eu visitei recentemente. Ano passado [2017], eu estive lá. Até hoje, eles têm uma salinha dedicada a essa questão da História da Saúde e da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde – História e Patrimônio Cultural da Saúde) [BVS HPCS]. Eles vieram conhecer a nossa realidade. Eu estava fora. Eu estava lá em Paris [doutorado sanduíche]. Eles vieram aqui. A partir de 2005, por conta de uma demanda de um grupo, do CRICS [Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde].... Foi um evento que teve aqui em 2005, que teve aqui um grupo.... Anota aí, CRICS! Depois a gente tem que saber exatamente o que que é. Eu já esqueci da sigla. [Montou-se] um grupo de História e Patrimônio Cultural da Saúde. Tem dois documentos de referência: um em português e outro em espanhol, que criou a tal da Rede, que envolvia faculdades de medicina, escolas de enfermagem, uma série de institutos pela América Latina, querendo fazer esse inventário sobre instituições de saúde [latino-americanas], preocupados com a questão de conservação. O grande problema do Ministério da Saúde [Chile] era como preservar aquele antigo hospital [*San José*]. A partir dessa preocupação houve todo um movimento que procurou entender o que significava o patrimônio cultural, especificamente, da área da saúde: acervos, profissionais, pessoas, espaços, que lidavam com a questão do patrimônio da saúde. Por conta do nosso trabalho, da Casa de Oswaldo Cruz, especificamente,

em relação ao cuidado de preservação desse patrimônio científico e da saúde relacionado à Casa, à Fundação Oswaldo Cruz, é que nós fomos vistos como referência. Começou pelo Chile e, depois, todo um grupo que foi montado, a partir da nossa experiência aqui, já de décadas, cuidando desse patrimônio. A gente foi protagonista nesse movimento. A Casa [COC] coordenou esse movimento de conservação, de guarda de material, guarda de acervos. Se fazia história oral. A gente sempre trabalhou com a história da ciência e da saúde. Trabalhava com história oral, com conservação de documentos, da biblioteca, a conservação dos edifícios. A gente foi tido como uma referência e se juntou à esse grupo de vários países da América Latina e de várias instituições brasileiras para dar forma a esse [acervo] que a gente considerou como Patrimônio Cultural da Saúde. Ainda bem que a gente fez isso. Agora, nós somos cada vez mais referência para diversos estudos sobre essa questão. Inclusive, Portugal agora está se baseando nos nossos estudos para fazer esse movimento lá.

IA: No Departamento [DPH], você e Gisele [Sanglard] estavam envolvidos?

RGRC: Sim! Eu e Gisele que coordenamos essa Rede dentro do Departamento.

IA: Como foi essa experiência de integrar o projeto “Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde”? Quais eram suas responsabilidades?

RGRC: Foi uma incumbência. A partir desse evento de 2005, houve uma preocupação de mapear os objetos que fariam parte do que a gente consideraria Patrimônio Cultural da Saúde. A gente montou uma rede de investigadores. Isso era uma coisa complicada! Existia a Rede Latino-Americana [de História e Patrimônio Cultural da Saúde] com representação do Brasil, que éramos nós, e existia a Rede Brasileira de [História] e Patrimônio Cultural [da Saúde], que era coordenada diretamente pelo Ministério da Saúde. Durante um certo tempo, existia duas Redes: uma latino-americana no Brasil e uma brasileira. Durante um tempo ficou meio confuso, o que cada um fazia. Nossa parte era coordenar uma equipe de investigadores ligados às suas universidades. Nós éramos os únicos que não éramos ligados à uma Universidade. Todo [o resto estava] ligado às universidades e centros de pesquisa. A gente montou um grupo de conhecidos, [ou seja], quem a gente conhecia que trabalhava com esses objetos. Historiadores na maioria das vezes. Isso foi uma outra dificuldade. Eram historiadores... Eu [sou] arquiteto, a Gisele [Sanglard] é historiadora e o resto eram historiadores. Levantar a história dessas instituições e o que poderia ser considerado como patrimônio dessas instituições. O olhar arquitetônico era sempre “capenga”. Não tinha arquitetos nessas equipes. O máximo que tinha era um estagiário de Arquitetura que dava um auxílio, um apoio aos historiadores. A única exceção foi Santa Catarina. Era a Ana Amora, que era arquiteta e desenvolveu sua tese de doutorado sobre isso em Florianópolis. A gente foi atrás dessas pessoas: Maria Renilda, na Bahia, com a Cristiane Souza;

a Beatriz Weber, em Porto Alegre; a Maria Lúcia Mott, em São Paulo; em Minas Gerais, a Rita de Cássia Marques junto com a Jaqueline Torres; e a própria Ana Amora. A gente foi montando esse grupo. Essa primeira fase envolveu essas pessoas, esse grupo. Tinha verba, um *pró-labore* para o coordenador. A gente pagou os estagiários deles e os auxiliares de pesquisa. Foi realmente um projeto montado com financiamento da Casa [COC] para alavancar esses inventários de regiões com quem a gente conhecia, que tinham pessoas que trabalhavam com isso. A gente atacou [inventariou] primeiro: Minas Gerais, Salvador, Bahia... É complicado porque são as capitais. Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Tá faltando um: Rio de Janeiro. A gente já tinha acabado o trabalho do Rio de Janeiro. Eram dos estados, mas a gente fez o inventário só das capitais. Às vezes, a gente confunde. Recentemente, a gente vai publicar o livro que recupera um pouco a história dessa Rede e a revisora [pergunta]: “Vocês estão falando das capitais ou dos estados?”. É uma coisa meio complicada. A gente só fez o trabalho das capitais. A ideia é que depois que se fizesse o das capitais, se fizesse os do interior desses estados, mas isso não foi feito não. O projeto teve um tempo de duração. Depois ele foi encerrado. Acabou a verba. Era mais para começar mesmo. Acabou a verba e ficou só nas capitais. Esses trabalhos geraram livros depois pela Editora Fiocruz. Eu e Gisele [Sanglard] coordenamos a coleção. Ficou um trabalho super interessante! Deu muito “pano pra manga”, muito trabalho para fazer todos esses livros. Ficou tudo registrado em livros. O do Rio de Janeiro foi o primeiro. Depois, vieram os da Bahia e Minas Gerais. Depois o de Santa Catarina junto com o de São Paulo. O de Porto Alegre [RS] saiu financiado pelos Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul [SIMERS]. Saiu uma publicação à parte. O do Rio de Janeiro saiu pela Editora Fiocruz e os restantes saiu por uma coedição entre a Editora Fiocruz e a Editora Manole, de São Paulo. Houve um projeto envolvendo um encontro para captação de recursos, enfim... Foi um projeto bastante interessante que passou pelo crivo da Editora Fiocruz, que teve que lidar com esse tema. Não era um tema muito próprio, muito recorrente, tradicional da Editora Fiocruz. A Editora fez uma série de exigências. A gente teve que adequar nosso trabalho às exigências da Editora Fiocruz. Tirar capítulo, botar capítulo, chamar outras pessoas... Foi montando esse universo para dar conta das exigências Editora Fiocruz. Foi um bom trabalho no final.

IA: Você percebe que esse trabalho contribuiu para ampliar o leque?

RGRC: Com certeza! Depois vieram outras capitais: Belém, Manaus, Recife, Goiânia, Curitiba... Desses todos, alguns terminaram seus inventários. Belém do Pará. Falei Belém? Falei! Belém terminou o inventário deles. Curitiba não terminou. Manaus terminou, mas ainda falta algumas coisas. Eu considero que Manaus terminou. [O de] Recife, concluíram e

entregaram o relatório, mas tá faltando muita coisa. Manaus, já falei. Curitiba... Esses da segunda e terceira fase não tiveram o fim da mesma forma que a primeira fase. Não houve financiamento para transformar esses inventários em livros como os primeiros. Esses trabalhos ficaram restritos aos relatórios de pesquisa e a produção dos verbetes, que foi pra base. A gente conseguiu fazer uma base, que é a “BVS [Biblioteca Virtual de Saúde] – História e Patrimônio Cultural da Saúde”. A base que a gente fez junto com a INFOCOC daqui da FIOCRUZ, que foi reformulada recentemente. A gente [a] colocou no ar de novo com os verbetes que foram produzidos por esse grupo enorme [formado] por esses pesquisadores. São mais de 400 verbetes. Estão aí pra consulta. Esses verbetes foram publicados nos livros e os que não foram publicados estão nessa base. A gente disponibilizou na base todos os verbetes que foram considerados terminados e aptos para serem divulgados. O restante não foi divulgado ainda porque têm muitos que não foram concluídos. É um trabalho que deveria ser retomado, mas a gente tá sem tempo para fazer isso agora. Precisava ter alguém de novo à frente desse trabalho para recuperar, ter ânimo, ter fôlego pra [reunir] esses inventários e transformá-los em publicações. Eles vão dando outros frutos. O grupo de Belém, por exemplo, continuou. Foi uma grata surpresa. A Cybelle [Miranda] tem trabalhado comigo em outros projetos, a partir dessa solicitação. Era ela e a professora Jane Beltrão. O de Goiânia foi publicado recentemente. A Cybelle continuou esse trabalho lá. Fico feliz que tenham dado esses frutos. Você falou da expansão desse movimento. A gente envolveu essas instituições de educação. Alguns alunos fizeram suas dissertações de mestrado e [teses] de doutorado também, a partir desses inventários que a gente fez nessas capitais. Lá em Recife, temos dissertações de mestrado e doutorado sobre esse assunto, através do Luis Amorim. Santa Catarina também tivemos alguns desdobramentos. Em Belém, a Cybelle [Miranda] por conta desse trabalho, tá à frente de uma série de projetos que reúnem Portugal dentro desse tema do Patrimônio Cultural da Saúde. A gente fica feliz em saber que outras pessoas continuam esse tema, que a gente iniciou timidamente em 2005. Já vão lá quase 15 anos. Isso é muito importante!

IA: Como você começou a atuar na área de docência no curso de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca [ENSP]?

RGRC: Antes de entrar na questão da ENSP, deixa eu só lembrar... Essa Rede de Patrimônio Cultural da Saúde passou a envolver outras pessoas da América Latina por conta dos nossos contatos. Um vai chamando o outro, vai chamando fulano e não sei o quê. Agora, a gente tem contatos com o Chile, com o México... A Argentina foi a primeira a entrar em contato com a gente. A gente mantém uma Rede Latino-Americana de fato, se relacionando com pesquisadores da América Latina, desses países que eu mencionei. Agora, recentemente, coisa de cinco anos

pra cá, com Portugal de uma forma mais direta através de projetos que eu estou envolvido lá. Eu estou envolvido em dois projetos lá em Portugal. E também a partir de Cybelle [Miranda], que tem seus conhecimentos com Portugal. A gente conseguiu formar uma Rede bastante ativa e sobre um assunto que, aparentemente, agora, tá ganhando corpo nesses lugares. A América Latina, a partir do México, do Chile... Argentina, menos agora. A gente reconheceu uma série de pesquisadores que trabalham com esse tema e tem trabalhado com a gente. É bom que a gente conseguiu formar um grupo de pesquisa que abrangeu outros universos além do Brasil. A Lilia Gonzalez Servín, do México, me conheceu na Argentina, quando fui apresentar um trabalho lá em 2005. [Ela] me chamou para participar desse projeto dos hospitais pavilhonares na América Latina. Eu chamei a Ana Amora, que por sua vez conhecia pesquisadores do Chile. A gente foi formando um grupo bem atuante e integrado sobre esses assuntos, tentando mapear um pouco, ampliar um pouco [as pesquisas], sair do Brasil e levar esse nosso conhecimento para outras regiões do planeta. Ainda é muito restrito à América Latina e Portugal por conta da restrição da língua [idioma]. A gente ainda tem uma série de dificuldades para manter um envolvimento com outros países. Embora nesses anos todos, a partir da minha atuação junto ao DOCOMOMO [Comitê Internacional para Documentação e Conservação de Edifícios, Locais e Bairros do Movimento Moderno], eu conheci pessoas de vários países que lidam com esse tema: na Finlândia, na Itália... A gente vai “pescando” aqui, um conhecido ou outro e vai formando uma rede com interesses nessa questão do Patrimônio Cultural da Saúde. É importante a gente conhecer e ampliar cada vez mais esse objeto.

IA: Entrando na parte da docência, como foi o convite para o curso de Pós-Graduação em Saúde Pública [ENSP]?

RGRC: Quem me chamou foi a Simone Cynamon. Eles estavam reestruturando a área de Departamento de Saneamento Ambiental lá da Escola Nacional de Saúde Pública, que fica dentro de um Programa [de Pós-Graduação] da área de Saúde Pública da ENSP. Eles estavam reformulando. Precisavam dar uma mexida no curso que já tinha uma certa tradição nesse assunto. Enfim, precisavam chamar novas pessoas, dar uma mexida na estrutura do curso e ela me chamou. Ela identificou em mim... Eu já tinha terminado meu doutorado bastante tempo atrás. O meu doutorado, embora tenha falado da Avenida Brasil, ter estudado objeto da Avenida Brasil, eu procurei entender essa relação entre a saúde e o meio urbano, entre a saúde e a cidade. Ela me convocou, pediu se eu podia participar desse grupo de reestruturação e acabei participando. Me envolvi muito mais no início do que eu estou agora. Foi minha primeira experiência como docente. Foi bom! Isso estava faltando. Eu já tinha reconhecido que era



importante a parte da pesquisa, mas faltava a parte de formação [docência] e divulgação desse conhecimento.

IA: Esse convite na ENSP se deu em 2011. No entanto, você já atuou como professor em experiências anteriores, como na Oficina-Escola [OEM], em 2006, e no DEPES [Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde] como professor...

RGRC: Eu e Gisele [Sanglard] demos uma disciplina lá.

IA: Pode falar um pouquinho disso?

RGRC: Foi um convite da própria Gisele [Sanglard]. A Gisele não era de lá ainda. Nós éramos externos. Nós fomos chamados para dar uma disciplina lá no Programa de História das Ciências e da Saúde [PPGHCS].

IA: Quando?

RGRC: [Em] 2008. Nós já tínhamos terminado nossos doutorados. Estávamos envolvidos com a.... Sim, acho que o convite partiu da nossa relação... Isso tenho que falar! Como essa pesquisa da Rede Brasil envolveu não só eu e Gisele [Sanglard], mas pesquisadores do DEPES, como a Ângela Pôrto e Maria Rachel [Fróes]. A gente formou esse grupinho para fazer o inventário do Rio de Janeiro. [Esse inventário] foi feito por mim, pela Gisele, pela Ângela e pela Cristina Oliveira. Éramos nós cinco. A partir dessa experiência com o DEPES, acharam por bem chamar eu e a Gisele pra darmos uma disciplina na Casa de Oswaldo Cruz. Uma disciplina de mestrado, mas também tinha alunos de doutorado. Quem estava responsável pela disciplina era Ana Venâncio. Éramos nós três. Quem participava mais era eu e a Gisele. A Ana [Venâncio] assistia [inaudível]. Foi uma experiência muito boa! Pena que só deu uma disciplina. Não repetimos essa parceria. Depois cada um foi para o seu lado. A Gisele se envolveu mais com o Programa de História [PPGHCS] e eu estava sentindo que eu tinha que ir para algum lugar. Se eu quisesse me aperfeiçoar enquanto Doutor. Aquela coisa: Doutor tem uma série de obrigações e não sei o quê... Faltava esse lado da formação [docência]. Eu aproveitei esse convite da Simone [Cynamon] e falei assim: “Tá!”. Eu não estava dando aula na Casa [COC] ainda. Fui trabalhar lá. No início, eu participava de várias disciplinas e eu falei: “Só porque eu sou novo vão me empurrar uma série de disciplinas”. Eu ficava muito tempo lá. Participava de disciplinas que eu não tinha menor experiência. Foi bom! Logo, depois, me chamaram para paraninfo da primeira turma que se formou. Fiz bem minha parte. Foi reconhecido meu trabalho lá. Depois, eu acabei ficando só na parte de Saúde Urbana. Nesse encontro que teve da antiga reestruturação, no Hotel do Frade, em Angra dos Reis [RJ], ficamos lá imersos três dias pensando nessa reestruturação da área de Saneamento. Outras pessoas foram desenvolvidas nessa discussão, mas só eu fiquei. Uma vez que me chamam é muito difícil eu sair. Eu fiquei. A Simone [Cynamon] gosta muito...

A gente tem uma parceira muito boa em relação a essa disciplina. Lá naquela discussão, surgiu esse tema da Saúde Urbana. [Eu disse]: “Simone, eu sou arquiteto. Você é arquiteta e urbanista. Eu sou arquiteto e urbanista. Nós estamos do Departamento de Saneamento Ambiental na área de Saúde. Por que a gente não chama essa disciplina de “Saúde Urbana”. [Ela respondeu]: “Ah, boa ideia! Aquele negócio todo”. Sem saber que esse tema da Saúde Urbana, não sei se estou sendo tão inocente assim... Era um tema que já havia surgido nos anos 1980/90, que era a preocupação com a saúde no meio urbano. Todas as questões que envolvem a saúde e a doença, a relação da doença e as pessoas que moram nas cidades. A gente foi atrás de livros e referências. Montamos um curso, que já tá fazendo 10 anos. Dez anos que a gente dá essa disciplina de Saúde Urbana. Muitos alunos passaram pelas nossas mãos. A gente tá pensando em fazer uma publicação, um artigo, sobre essa nossa experiência. Era raro o aluno que a gente recebia ser arquiteto e urbanista. Eram pessoas da área de Nutrição, Educação Física, Veterinária, médicos, epidemiologistas, historiadores, geógrafos... Eventualmente, um arquiteto ou urbanista. Eram pessoas de diversas áreas preocupados com esse tema da Saúde Urbana. Eu acho que foi uma experiência que está dando certo. Eu, inclusive, estou dando aula agora de Saúde Urbana II. A gente montou o Saúde Urbana I e Saúde Urbana II. A gente não parou. A gente interrompeu um ano Saúde Urbana II. Desde que a gente começou, a gente tem dado direto [essas disciplinas]. É o 10º ano de Saúde Urbana.

IA: Você chegou a coordenar o curso de especialização em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde entre 2010 e 2015. Como surgiu a demanda pela criação dessa especialização?

RGRC: A gente sentiu necessidade de abrir um curso para transmitir todo nosso conhecimento e experiência aqui na FIOCRUZ. Precisou que a gente se graduasse, que eu terminasse meu doutorado, a Gisele [Sanglard] também. Isso é uma outra coisa. Quando eu voltei do meu... O que que eu fui fazer no exterior? Meu *postdoc* [pós-doutorado], né?! Não, meu *postdoc* é de 2014. Eu sei que eu fiz uma viagem. Agora, já não me lembro mais. Meu Deus, que coisa! O Marcos [José Pinheiro] falou assim: “Ah, Renato”... *Postdoc*, não foi?!

IA: O *postdoc* [pós-doutorado] foi em 2014. Esse foi em 2010.

RGRC: Foi alguma coisa que eu fiz. Estavam esperando eu... Ah, desculpa! Mestrado! Tô confundindo as coisas. A especialização [da COC] foi em 2010. Bom, foi uma forma de montar um curso a partir de nossas experiências. Como não éramos todos doutores... A Carla [Coelho] se doutorou agora. Você [Inês Andrade] estava se doutorando. Eu e Gisele já éramos doutores. A gente resolveu fazer esse curso de especialização envolvendo não só a parte da Arquitetura. A gente sempre teve esse olhar mais amplo com relação aos acervos da saúde. Envolveu o DEPES

[Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde] no início, muito pontualmente; mas principalmente o Departamento de Arquivo e Documentação [DAD]; e não tanto o Museu. No Museu só tinha a figura do Pedro Paulo [Soares], que pudesse dar alguma disciplina, que pudesse contribuir de alguma forma. O Pedro Paulo [Soares] nunca quis ser professor fixo. É um desperdício. A gente já falou isso pra ele. A gente concentrou essa especialização a partir de 2010 nessas duas grandes áreas: o acervo arquitetônico e o acervo documental. Eu acho que essa especialização deveria voltar. Muitos dos nossos alunos da especialização, não tanto quanto a gente gostaria, acabaram fazendo nosso mestrado depois [PPGPAT]. Em 2010, a gente começou. Como a especialização é uma coisa um pouco mais fluida, não se segue tanto a regra da CAPES [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior].... Agora, vai seguir. Na época, não seguia as regras da CAPES. A CAPES era mais pra mestrado e doutorado. A gente se sentiu um pouco mais à vontade para fazer esse curso de especialização, enquanto, nós íamos nos aperfeiçoando. Essa questão de publicar artigo, publicar livro, publicar capítulos de livros... Esses produtos que são considerados mensuráveis no mestrado e no doutorado. Enquanto a gente estava um pouco mais “relaxado” com relação à nossa produção e foi tocando a especialização.

IA: A ideia da especialização foi bem acolhida pela Direção da Casa [COC]?

RGRC: Foi sim! Na verdade, havia uma grande vontade de montar essa especialização desde quando nosso trabalho de conservação desse patrimônio começou a ganhar destaque. A gente foi consolidando nossas ações e nossas equipes. Sempre tem alguém perguntando: “Poxa! Por que vocês não abrem um curso de especialização? Vocês precisam passar esse conhecimento adiante”. A gente sempre ficou naquela... A gente achava que não era a hora, que nós não tínhamos “essa bola toda”. [Pensávamos]: “Será que tá na hora de divulgar isso”... A gente, eu, principalmente, era muito tímido em relação a isso. Com a experiência lá na ENSP [Escola Nacional de Saúde Pública], e depois com o amadurecimento da equipe, vocês chegando e tudo, a gente sentiu a vontade de fazer [implantar] a especialização com todo apoio da Direção sempre. A Direção sempre ficava atrás da gente: “Olha, vamos abrir esse curso de especialização! Vamos começar a especialização, depois a gente pensa no mestrado”. [Dizíamos]: “Tá bom! Vamos lá!”. A gente foi tocando e depois veio a questão do mestrado.

IA: Além de você e Gisele [Sanglard], o DPH [Departamento de Patrimônio Histórico] também fazia parte do corpo de professores?

RGRC: Olha, sim! Você [Inês Andrade] na especialização. A Carla [Coelho] também. Como não havia essa exigência do título de Doutor para a maioria dos professores, a gente incluiu nesse curso pessoas que só tinham mestrado na época: a Carla, o Daniel [Moreira], a Ana Maria

[Marques], a Cristina Coelho... Pessoas que só tem mestrado e que isso não importava para o curso de especialização. Bastava ter um número bom de doutores. O resto poderia ser mestres, não tem problema. A gente não se sujeitava às exigências da CAPES. Com o mestrado foi um pouco diferente.

IA: Desde 2015, você coordena o Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz [PPGPAT]. A criação do Mestrado Profissional nessa área foi um processo natural ou foi necessário algum convencimento interno?

RGRC: Foi natural porque a gente já tinha a especialização. Alguns alunos reclamavam: “Poxa, vocês não vão abrir o mestrado? A gente quer fazer mestrado”. Muitos desses que exigiram que a gente abrisse mestrado não chegaram ainda. Tô esperando esse pessoal chegar para fazer mestrado. Era uma coisa natural. Isso que eu estou falando... Quando eu voltei do meu *postdoc* [pós-doutorado] é que falaram: “Renato, agora que você já voltou, vamos abrir o mestrado”. Aí me chamaram para coordenar esse mestrado. Juntando nossas experiências... É uma coisa muito mais difícil de se montar um mestrado. Você tem que ter linhas de atuação, saber que professores vão trabalhar, qual a linha de pensamento, quais as linhas de pesquisa, quem dentro da instituição que tenha doutorado que pode contribuir... A gente reuniu todos os doutores do Departamento [DPH]. Tem que ser nós mesmos. Vamos lá! Viemos eu, Gisele [Sanglard], você [Inês Andrade], Sônia [Nogueira]... A Carla [Coelho] entrou como doutoranda ou mestre.

IA: Doutoranda.

RGRC: A CAPES permitia um número [quantitativo] de mestres que poderiam participar. [A gente] começou a envolver pessoas do DAD [Departamento de Arquivo e Documentação]: Aline [Lacerda], Laurinda [Maciel], Ana Luce [Girão], Marcos [Pinheiro], Paulo Elian... Os mestres que atuavam na especialização não foram colocados no Programa de Mestrado [PPGPAT]. A gente também se articulou com pessoas de outros institutos: a [Fundação] Casa de Rui [Barbosa]; o Jardim Botânico [JBRJ]; o IBICT [Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia], que agora não tem mais; a FUNARTE [Fundação Nacional de Artes]... [Eram] pessoas que a gente reconhecia e poderiam contribuir fortemente para as questões do mestrado. A gente ficou na dúvida se seria uma área ligada à História, já que vários professores tinham formação em História. Iria ser da área de Arquitetura e Urbanismo? Não! E iria se esquecer de toda a parte de acervo. Iria ser da área de Ciências da Informação? Não! Senão ia se esquecer de toda a parte de Arquitetura. A gente foi para área interdisciplinar, que é uma área muito complicada, muito grande. São mais de 800 cursos da área interdisciplinar. Resolvemos encarar e apresentamos a proposta. Ficamos felizes por ter recebido logo a nota quatro pela

CAPES. Isso mostrou que nosso esforço tinha sido recompensado. A gente fez um bom trabalho em relação à montagem desse projeto de mestrado.

IA: A primeira turma do Mestrado Profissional [PPGPAT] conclui o curso esse ano [2018], como você avalia os resultados atingidos até o momento e quais os desafios a serem sanados que você deslumbra para o curso de Mestrado Profissional para os próximos anos?

RGRC: O maior desafio é continuar atraindo interessados para o curso. A gente teve uma boa procura no primeiro ano [2016]; no segundo [2017], médio; no terceiro [2018], já nem tanto; e agora [2018-2019].... Eu sempre fico preocupado com essa questão. O que sustenta o curso são os alunos com suas questões [pesquisas]. Se você tem um curso que não tem interessados é uma coisa complicada. Acho que esse é o maior desafio: manter sempre o interesse de pessoas em relação ao curso. Nós temos um problema que é a localização. A questão da violência aqui [em Mangueiras] afasta os alunos. Com certeza deve afastar. [Inaudível] Que isso não chegue aos ouvidos dos alunos. É chato isso! Essa é a maior preocupação: o ingresso dos alunos e continuar tendo gente interessada. Por ser um Mestrado Profissional... Sim, esse era outro desafio nosso. [Pensávamos]: “Vai ser acadêmico ou vai ser profissional? Temos nós condições de sustentar um Mestrado Acadêmico? As nossas produções equivalem ao Mestrado Acadêmico? Ou é melhor a gente atuar no Mestrado Profissional em que a experiência profissional conta na avaliação da CAPES?”. A gente achou melhor adotar o Mestrado Profissional. [Questionávamos]: “Como vai ser o Mestrado Profissional? Tem vários [cursos] no Rio com essa mesma temática”... O mestrado da [Fundação] Casa de Rui [Barbosa] é profissional, no MAST [Museu de Astronomia e Ciências Afins] é profissional, na UNIRIO [Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro] é profissional, no IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] é profissional. Foi uma certa dificuldade! O que sustenta nosso curso é a tradição da Fundação Oswaldo Cruz, da Casa de Oswaldo Cruz. Essa ligação com o Patrimônio Cultural da Saúde é o que nos diferencia dos outros, nos torna muito específicos. Isso por um lado mostra nossa área de atuação. Isso restringe também a procura. Nem todo mundo lida com os objetos da saúde. Isso é um desafio também. A gente não restringe. O fato da gente ter aberto, ser Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, isso permite que tenham objetos que não sejam estritamente da área da saúde. A Jornada [Fluminense], que a gente fez recentemente [setembro de 2018] com os alunos do curso, mostrou que muitos deles não lidam especificamente com o tema da saúde. Isso abre outras possibilidades de interesse. O que é melhor é que a gente conseguiu reunir alunos profissionais, que estão trabalhando nas suas unidades, nas suas instituições, com o tema da conservação, do diagnóstico, da manutenção, que reúne a questão profissional (conservação e restauração) e os acervos das ciências e da saúde.

Essa primeira turma mostrou muito bem isso. São profissionais que atuam diretamente nas suas instituições e que cuidam de guarda de acervos bibliográficos, acervos documentais e acervos arquitetônicos. Essa primeira turma foi muito legal! O processo de seleção, os temas e tudo... Raramente, um ou outro faz uma dissertação mais acadêmica, sob ponto de vista acadêmico. Grande maioria trabalha com temas profissionais das suas instituições. Isso deixa a gente muito feliz. É isso que a gente quer. A gente quer que nosso aluno possa replicar esse conhecimento que ele adquiriu aqui nas suas instituições. Lembro que muitos chegavam na entrevista [dizendo]: “ A FIOCRUZ tem que me salvar. Eu tenho um acervo que tá caindo aos pedaços, que tá numa sala ruim. Vocês têm que salvar a gente”. [Eles viam] na FIOCRUZ, no mestrado, uma chance de salvaguardar, de salvar mesmo os seus acervos, que volta e meia estão em perigo. Tem muita gente da UFRJ, gente da Marinha, o caso da Patrícia [Costa]... São pessoas que, realmente, viram na gente uma chance de instruí-los para cuidar de seus acervos nas suas instituições.

IA: Hoje, os profissionais que compõem a equipe técnica do DPH [Departamento de Patrimônio Histórico] são quase compostos, exclusivamente, por mestres e doutores. O aperfeiçoamento profissional da equipe através de cursos de mestrado e doutorado sempre foram incentivados e valorizados internamente?

RGRC: Sim, sim! [Inaudível] A partir da consolidação da equipe inicial, saindo um pouco daquele núcleo rígido que era Benedito [de Oliveira] e Cristina [Mello], houve um entendimento... A partir do momento em que a gente provou que a pesquisa era importante, que era necessário fazer pesquisa, eu, Bettina [Lourenço] e Márcia [Franqueira] fomos fazer nossos mestrados. Marcos [Pinheiro] também foi fazer o mestrado dele. [Isso era] incentivado pela instituição, pela Casa [COC], pra gente aprimorar nosso conhecimento. Também era uma forma de sobrevivência do trabalho em relação ao patrimônio histórico na instituição. Como era uma instituição que sempre lidou com a formação (graduação e especialização), a gente sentiu necessidade de aprimorar nossos conhecimentos para mostrar que nós estudávamos esses assuntos. Nós nos formávamos nessa área para consolidar esse [campo] do patrimônio além das obras [intervenções]. A gente precisava mostrar que era um trabalho contínuo, necessário, que exigia uma certa formação. A gente foi se aprimorando e fazendo nossos mestrados. Todos fizeram ao mesmo tempo na época. Foi um incentivo da Casa [COC] que a gente fizesse os mestrados. Eu, Márcia [Franqueira] e Bettina [Lourenço] fizemos juntos nossos mestrados na mesma instituição, PROARQ [UFRJ]. O Marcos [José Pinheiro] fez na COPPE [UFRJ], depois ele fez o doutorado dele. A gente continuou. A gente não parou mais. A gente começou na especialização. Eu e Bettina fizemos juntos [especialização] na PUC [Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro]. Depois fizemos o mestrado juntos. Depois Márcia fez junto com a gente. No doutorado, cada um foi pra sua área. Nem sei se Bettina terminou o doutorado dela. Márcia não fez doutorado. Eu fiz, resolvi encarar. Eu achava que estava na hora de eu assumir. [Pensei]: “Então, vamos lá! Eu vou ser o primeiro Doutor”. Acho que tem que ter alguém mais graduado para lidar com certos assuntos e de uma forma oficial, mais consolidada. Aquela coisa: “O Doutor! Tem um Doutor ali que vai receber projetos, que vai encaminhar as coisas, que vai... É preciso ter um Doutor que cuide de uma série de demandas da área da Arquitetura e do Urbanismo para cuidar com essas demandas, dê conta dessas demandas. Precisava de alguém responsável por isso”. Fui eu lá, fiz e não me arrependo. Teve que ter esse movimento. Não bastava ter o incentivo da instituição [FIOCRUZ]. Alguém tinha que encarar essa tarefa, essa missão. Lá fui eu. Ao longo dos concursos, a gente foi... Os concursos exigiam cada vez mais a formação como etapa de pontuação. Você [Inês Andrade] já estava fazendo seu doutorado. Carla [Coelho], não. Carla fez depois. Sônia [Nogueira] também fez o doutorado dela na área de educação. Lá no Núcleo, todos nós temos e somos doutores.

IA: A pressão que você sentiu foi uma coerção a fazer por conta da Casa [COC]? [Inaudível]

RGRC: Era uma cobrança natural. Era um passo natural fazer o doutorado. Agora, algumas pessoas da equipe querem fazer seus doutorados. Eu acho importante! É uma etapa importante da vida da pessoa. Faz parte da nossa própria evolução enquanto servidor de uma instituição de pesquisa como a Fundação Oswaldo Cruz. [Inaudível] É necessária essa etapa da graduação do doutorado.

IA: Você atuou em diversas frentes dentro do Departamento [DPH], na inauguração de projetos, no desenvolvimento de pesquisas e estudos históricos, na docência e na gestão. Qual dessas experiências trouxe mais realizações pra você?

RGRC: Sim! Na graduação e no doutoramento com certeza. Área da pesquisa, é claro. Gestão nem tanto. Confesso pra você que essa questão da gestão eu faço por obrigação por conta da Coordenação do Mestrado [PPGPAT]. É meio complicado! Eu gosto mesmo é de pesquisar. Eu me descobri dando aula. Eu gosto de dar aula e gosto de fazer pesquisa. Com a gestão, o que você menos faz é pesquisar. Eu tenho um tempo para ficar na Coordenação. Não vou ficar a vida inteira. Tenho que passar isso para outros. Eu acho que faz parte da renovação mesmo. Não gosto, mas também não me penalizo por causa disso. É importante essa experiência. Acho que é legal!

IA: Você hoje atua como Coordenador-Geral do DOCOMOMO Brasil. Como surgiu sua aproximação com o DOCOMOMO [Comitê Internacional para Documentação e Conservação de Edifícios, Locais e Bairros do Movimento Moderno]?

RGRC: Sim! DOCOMOMO foi por conta... A gente nem falou dos prédios modernistas daqui do *campus*, né?! Em 1998, por conta da pesquisa do *campus*, a gente identificou alguns edifícios que mereciam um tombamento fora desse núcleo eclético, que são os prédios modernos. A gente começou com dois, os do Jorge Ferreira: o Pavilhão de Cursos e o [Pavilhão] do Refeitório Central. São os mais conhecidos nesse universo de patrimônio moderno no Rio de Janeiro. Esses são os dois mais conhecidos. A partir do envolvimento com esses objetos, eu entrei para o DOCOMOMO Brasil. Eu logo me associei como membro do DOCOMOMO Brasil. Quando [Roberto] Segre quis montar o DOCOMOMO Rio, ele me chamou. Ele nem me conhecia direito e me falou assim: “ Só peguei seu nome porque você é um dos mais antigos do DOCOMOMO Brasil”. Eu nem tinha essa noção. Eu falei: “Tá bom! Vamos lá!”. Eu nunca sou de “fugir da raia”. Eu falei: “Tá bom!”. E me colocou como secretário. Eu fiquei muito tempo como secretário dele. Recentemente, dois anos atrás, eu resolvi assumir a Coordenação do DOCOMOMO Rio. Isso faz parte. E mais, recentemente, [assumi] o DOCOMOMO Brasil. Foi uma coisa de se identificar com o Movimento e essas preocupações. Eu sou um cara muito irrequieto. Quando eu identifico que tem alguma coisa que não tá correndo bem, eu prefiro assumir essa coisa do que ficar reclamando, reclamando, reclamando, que não dá em nada. É melhor “pegar o touro à unha” do que ficar reclamando. Eu resolvi pegar o DOCOMOMO Rio e o DOCOMOMO Brasil. [Isso] também faz parte do nosso amadurecimento.

IA: Em relação aos [prédios] modernistas, em 1998, vocês começaram a prestar atenção neles. Até então, eram os ecléticos...

RGRC: Por conta dessa pesquisa do *campus*, a gente identificou alguns edifícios que mereciam um olhar mais atento sobre a questão patrimonial. A gente começou pelos edifícios do Jorge Ferreira. A gente [o] entrevistou na época. O trabalho sobre a história do *campus* nos fez ir atrás dos arquitetos que trabalharam aqui durante a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde. A gente identificou quatro desses arquitetos que ainda estavam vivos. A gente entrevistou-os. Foi muito interessante! A gente resolveu preservar só os [prédios] do Jorge Ferreira. Desses quatro arquitetos era o que tinha maior expressão mesmo e ainda continua até hoje.

IA: A última pergunta que eu tenho aqui. Você poderia deixar registrado alguma recomendação ou pensamento para colaborar com a equipe do DPH [Departamento de Patrimônio Histórico] na preservação de seu acervo?

RGRC: A questão da dedicação e do aprimoramento. Agora tá na fase das pessoas que estão aí se aprimorarem, seguirem nas suas graduações, terminarem seus mestrados e seus doutorados para poder manter esse trabalho, que exige muita dedicação e muito... Já foi pior! A gente já



abriu caminhos. A gente conseguiu deixar um caminho melhor pavimentado para os que estão chegando agora. A gente já superou uma série de questões internas de reconhecimento. Nosso trabalho não era reconhecido como permanente. A gente conseguiu reconhecê-lo como permanente. Tanto que somos uma equipe de... Quantos servidores? Já até perdi a conta. Treze servidores por aí. Quando nós éramos dois. Isso já foi muito bom! Nesses anos todos, a gente conseguiu pavimentar esse caminho. Daqui pra frente, vocês têm que se aprimorar, se dedicar cada vez mais e levar o trabalho adiante. É isso!

IA: Você gostaria de destacar algum aspecto que não foi mencionado?

RGRC: Não, acho que não! Nem tenho nem mais tempo pra isso...

IA: Mais tempo para uma outra entrevista...

RGRC: Isso!

IA: Muito obrigada, Renato!

RGRC: De nada!

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Marcia Franqueira**

Marcia Franqueira, Débora Paiva Monteiro e Rosana Soares Zouain

(Dezembro, 2017)

FRANQUEIRA, Márcia (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 24 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Marcia Lopes Moraes Franqueira

**Local da entrevista:** Pavilhão Mourisco, sala 308, Campus Fiocruz Manguinhos - RJ

**Data da entrevista:** 12 de dezembro de 2017

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro e Rosana Soares Zouain

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 hora 20 minutos e 09 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Márcia Franqueira em 12/12/2017.

DPM: Bom dia. Vai começar a entrevista do projeto "Narrativas e trajetórias do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz", da Fiocruz. A entrevistada de hoje é Marcia Franqueira. Hoje é dia 12 de dezembro de 2017, na sala 308 do Pavilhão Mourisco. As entrevistadoras são Débora Paiva Monteiro e Rosana Zouain Quem está fazendo a gravação é o Gregório Albuquerque.

Então, Marcia, primeiro obrigada pela sua disponibilidade e pela sua presença. Como eu te falei, a gente vai fazer esse primeiro bloco de registros do seus dados pessoais e formação acadêmica. Em primeiro lugar, eu queria que você dissesse seu nome completo, a data e o local de nascimento.

MF: Meu nome é Marcia Lopes Moraes Franqueira, eu nasci no Rio de Janeiro, em 08 de maio de 1965.

DPM: Você podia falar um pouquinho como foi sua trajetória acadêmica? O curso que você fez na faculdade e o que você fez depois.

MF: Eu fiz Arquitetura, na Universidade Federal Fluminense e no final do curso eu comecei a estagiar na Fiocruz. Em março de 89. E após um três, quatro anos, um pouco mais, eu entrei no Mestrado na UFRJ, na área de Preservação do Patrimônio Cultural. Depois disso, continuei trabalhando na Fiocruz. Entrei como estagiária e tive um percurso de 21 anos aqui no Departamento de Patrimônio Histórico, e depois eu fiz um concurso para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e passei. Aí eu deixei a Fiocruz para trabalhar no IPHAN.

DPM: Qual foi o ano da mudança?

MF: 2010. Eu entrei em 08 de março de 1989 e saí em 30 de agosto de 2010.

DPM: Está com as datas afiadas!! (risos)

MF: Foram 21 anos. E a gente quando sai.... é uma coisa que marca sua vida. Uma trajetória muito grande aqui, de muitos trabalhos e muitas realizações. Então.... é marcante essa mudança.

DPM: Posso imaginar. Mas, então... Antes da gente partir para sua atuação, efetivamente, queria saber como surgiu seu interesse pela área de restauro e preservação. Você disse que ainda na faculdade você começou como estagiária aqui. O seu interesse foi anterior à entrada na Fiocruz? Como foi essa....

MF: Eu acho que eu tenho uma coisa, que não sei se todas as pessoas que trabalham com patrimônio têm. Eu acho que não. Na minha trajetória profissional eu pude identificar. Eu nasci, na verdade, gostando do patrimônio. Hoje eu tenho essa percepção. Evidente que quando eu era criança eu não sabia porque eu queria ficar perto de uma casa antiga. Porque eu queria entrar, porque eu achava lindo. E arquitetura também, sempre foi minha paixão. Na verdade, em primeiro lugar eu me considero uma arquiteta. Depois, eu me considero uma especialista na área de preservação e patrimônio. Então, eu diria que sempre quis fazer arquitetura, desde criança. E sempre quis trabalhar com patrimônio. Então, eu já entrei na faculdade com essa intenção, embora a arquitetura sempre fosse minha paixão, desde o começo. Então, eu acho que as duas coisas para mim são interligadas e indissociáveis. Fui fazer arquitetura por amor e vim para a Fiocruz porque quis trabalhar com a área de patrimônio e vi uma oportunidade. Eu era aluna da Cristina Mello, que acho que foi a pessoa que iniciou o trabalho dentro do patrimônio histórico aqui na Fiocruz. Não era nem departamento, era coordenação de restauro. Acho que foi criado em 87 e eu entrei em 89. Ela me convidou: "Tem uma vaga para estágio. Você gostaria? Está disponível? Já que você gosta tanto de patrimônio..." E eu falei: "oba, eu vou". E nesse tempo eu já estava com meu trabalho final de faculdade direcionado para a área de preservação. A Cristina foi minha orientadora. Ou seja, eu acho que foi uma coisa que nasceu comigo (risos).

E eu desenvolvi tudo na minha vida profissional voltada para a área de preservação de patrimônio edificado. Eu gosto muito de frisar isso. Porque, na verdade, eu tenho aplicação específica da área de preservação do patrimônio edificado. Existem outras áreas de preservação, mas a minha é arquitetura.

DPM: Ainda sobre sua formação, além do Mestrado você chegou a fazer outros cursos de capacitação na área?

MF: A Fiocruz me deu muitas oportunidades de cursos, seminários, escrever livros.... Foi uma atuação profissional bastante intensa. Após o Mestrado, que seria o caso do Doutorado, eu não

fiz nada. Fiz muitos cursos, tenho um currículo bastante significativo nessa área, mas não na área acadêmica após a conclusão do Mestrado, até porque hoje o meu trabalho é muito desgastante e eu não tive essa oportunidade e o IPHAN não.... Dá para que você isso, uma coisa que vai te dar uma progressão ou melhoria do seu estado atual. Então, para mim, hoje o doutorado é apenas uma licença para fazer uma coisa que vai me enriquecer pessoalmente. Mas ainda não.... Mas pretendo ficar na mesma área do Mestrado, que é a área onde eu atuo melhor. Área de arquitetura, inserções preservação de patrimônio....

Tanto é que aqui eu fiz alguns projetos que tratam especificamente dessa área, da inserção de novos elementos nessa arquitetura existente antiga.

DPM: Bem, você já falou como foi seu ingresso aqui no Departamento, através da Cristina Mello, que apresentou a você essa oportunidade de estágio. Eu queria saber quais foram suas primeiras impressões, ainda como estagiária, acerca do trabalho no Departamento. Que não era Departamento, né? Você chamou atenção que ainda era estruturado como Coordenação. Mas eu vou te perguntar como era a estrutura. Primeiro eu queria saber como eram suas primeiras impressões do trabalho aqui.

MF: Eu tive sorte de entrar no começo e o trabalho estava iniciando. Então, a gente não tinha praticamente nada. Eram alguns arquitetos.... Eu, o Renato [da Gama-Rosa Costa], no começo... eu vou fazer uma correção. Essa vaga de estágio, estou lembrando agora, ela me foi informada pelo Renato. Eu estava na praia, em Búzios, encontrei com ele (risos).... Ele fazia faculdade também.... A Cristina veio depois. E eu vim para cá, trabalhar junto com ele, na parte de desenho e levantamento disso aqui, porque não existia nada. Era uma coisa muito inicial... [inaudível]... restauração das torres.... a Cristina ainda comandava a equipe, aí entrou o Benedito [de Oliveira]. Junto comigo entrou o Marcos José [Pinheiro]... o Renato [da Gama-Rosa Costa] já estava. E depois entraram a Bettina [Lourenço] e as outras pessoas, que vieram mais à frente. Já estava aqui também a Sonia [Nogueira], naquela época. Mas enfim, foi um trabalho mais braçal. Não tinha computador, nada disso. A gente fazia tudo na mão, era um trabalho suado (risos). A gente tinha condições de trabalhar numa sala aqui e o restante do Departamento numa outra sala. A gente trabalhava separado... era uma coisa muito sem recursos.... Enfim, um trabalho mais heroico, digamos assim. (risos) É romântico. Mas enfim, ele foi crescendo, o Departamento foi se estruturando dentro da Casa de Oswaldo Cruz e veio um planejamento maior entre as ações aqui dentro. Vieram os recursos, já como Departamento, e a coisa foi crescendo. Vieram concursos para absorver as pessoas que entrariam no Departamento para conseguir esse trabalho.... Eu acho que a gente foi muito pioneiro, foi o início de tudo, foi uma

fase boa. Com suas dificuldades, mas a gente tem até saudades de algumas coisas. Tinha muitos desafios, era muito enriquecedor.

DPM: Você citou algumas pessoas que faziam parte do Departamento quando você entrou: Renato, Benedito, Marcos José, Bettina, Sônia.... Você lembra de mais algum nome?

MF: Eu lembro da Maria José [Benassury] como secretária... que não está mais aqui, já se aposentou. Era só isso mesmo. Existia um engenheiro, que fazia parte dessa coordenação, mas era uma coisa muito deslocada e ele só ficou alguns meses. Depois ele se aposentou e saiu. Era isso mesmo: Benedito, Cristina, Sonia, eu e Renato. Depois entrou o Marcos, um mês depois que eu entrei e um ano depois, a Bettina. Essa equipe fica um tempo composta dessa maneira. Depois de um tempo começa a entrar outras pessoas, como se fosse uma outra geração, uma geração intermediária. Porque se passou um bom tempo com essa equipe pequena. Aí entraram estagiários, que saíram... e outros que permaneceram, como a Monica [Felix], já num momento posterior. Ana Lucia [Oliveira]... aí a gente pode citar várias pessoas... Marco Antônio [Barbosa] entrou depois, vindo da DIRAC... essa cronologia da entrada de cada uma das pessoas eu não tenho precisamente, mas tenho uma noção... (risos)

DPM: Inicialmente, como o Departamento era estruturado? Quer dizer, na época da Coordenação, estou entendendo que a Cristina Mello era coordenadora e tudo mundo ligado a ela.

MF: Certo. E aí se estrutura em Departamento, ela permanece como chefe de departamento, eu acho que sim. Mas aí passa a existir a questão da eleição. Aí, evidentemente, a pessoa tem um mandato a cumprir e não pode ser reeleita várias vezes. Você tem dois mandatos. Então, a Cristina [Mello] também dava aula na Federal Fluminense e houve naquela época uma superposição de carga horária, eu lembro disso. E ela tinha que optar: ela não poderia ser chefe de departamento, porque ela teria que dedicar as 40 horas semanais e mais dar aulas na Federal. Ela precisou abrir mão da chefia e optou [por] ficar dando aulas na faculdade e abrir mão da chefia. No que ela abre mão da chefia... ela na verdade tinha estudado restauro na Itália e foi umas das primeiras, eu acho que a primeira geração de restauradores que o Brasil teve com formação em restauro, foi esse pessoal que foi para a Itália e voltou. E ela foi uma das que originou o DPH. E outros colegas dela foram para outras áreas, de outras instituições, também trabalhar com patrimônio. E o Benedito [de Oliveira] tinha estudado com ela, na Itália, e foi ela quem trouxe ele para o Departamento, diretamente. E aí ela sugere, eles combinam, que ele passaria a ser o chefe de departamento. Foi uma transição um pouco tumultuada, porque apesar deles combinarem a coisa, não se efetivou dessa forma. Houve uma ruptura muito grande de interesses entre o Benedito e a Cristina ela acabou saindo da Fiocruz. Na verdade, ela abriu mão,

inclusive, do cargo dela, e optou somente pela Universidade. E essa ruptura foi determinante para o Departamento. O próprio Benedito chefe e nós ligados a ele, diretamente. E assim permaneceu também por alguns mandatos.

DPM: Essa mudança foi a reestruturação de 2006?

MF: Não. Foi anterior. E após disso.... É aquela história: é sempre bom a gente ter uma reciclagem na chefia, porque isso é uma coisa saudável, eu acredito. E aí passa o Marcos José [Pinheiro] a ser chefe de departamento, apoiado por toda equipe. Uma outra fase. Uma fase bastante diferente, onde o Marcos começa a reestruturar o departamento, já colocando as pessoas nas suas atividades de maior vocação, digamos assim. Não existia a existia de.... Núcleos.... Mas os trabalhos já existiam dentro dessas áreas, e cada um foi direcionado de acordo com sua vocação. Eu, para a área de preservação de projetos e obras aqui do [inaudível] arquitetônico.... O Renato em pesquisas... aí já mudou. A área de manutenção já era uma área consolidada... A partir daí, da transição do Benedito para o Marcos José e com o Marcos José as coisas ficam mais claras, digamos assim.

RZ: Você já era formada quando...?

MF: Eu me formei em 90. Eu entrei aqui em 89, quase me formando. Então, em 90 eu já me formo e aí, naquela época, o governo federal utilizava uma maneira de contratação que era um contrato. Éramos eu, Marcos José, Betina e Renato num contrato, que ficava eternamente sendo renovado. Eu me lembro que isso era o maior estresse possível, porque você tinha servidores e terceirizados, que não eram nem terceirizados, eram contratados. O governo permitia que se passasse RPA mensal - Recibo de Pagamento a Autônomo. E aquela negociação dos valores do contrato era sempre feita pelo Marcos. Naquela época, o Gadelha era diretor da Casa de Oswaldo Cruz. Eram sempre situações muito tensas, a área administrativa tinha sempre uma aversão a esses contratos, por questões muito pessoais.... e a gente passou por um período muito ruim aqui. Apesar de fazer um trabalho muito bom, um período muito ruim para essa permanência da equipe.

Porque, na verdade, só existiam servidores e aqueles que eram.... Isso é uma coisa muito importante para se falar do departamento. Gostaria de falar um pouco sobre isso.

Na época da criação do departamento, ainda existia... a Constituição só passou a determinar em 88 que para ser servidor público você tinha que fazer um concurso. Mas pessoas foram absorvidas - o Benedito, a Sonia, a Cristina - numa contratação que se fazia no serviço público, comum. As pessoas eram contratadas e passavam a ser funcionárias públicas, ser servidor. Nós não. Nós pegamos essa fase em que a Constituição foi homologada e a gente não poderia mais ser servidor público se não fosse por absorção via concurso público. Então, nos anos seguintes,

embora a equipe tivesse trabalho, prêmios e menções honrosas - prêmio Rodrigo Mello Franco e premiações no IAB -, embora isso acontecesse, por outro lado a gente tinha um trabalho extremamente estressante, por conta desse tipo de contratação, que o tempo todo estava ameaçada. Você tinha uma linearidade de trabalho e aquilo ficava ameaçado. De dois em dois anos, quando o contrato começava a perder sua validade, vinha a negociação. Então, isso foi determinante na minha vida, para que eu saísse da Fiocruz. Foi uma das coisas. Por que? Porque os concursos iam sendo feitos inicialmente, mas não nesse modelo de concurso que existe hoje. Era um outro modelo, que era uma prova oral e uma apresentação de trabalho. E aí, era escolhido quem ia fazer a prova.

RZ: Um edital público?

MF: Não era um edital público, era direcionado. Não para a pessoa, mas para a vaga com o perfil da pessoa que iria ocupar a vaga. Não era para fulano. Era para a habilidade de fulano. Outra pessoa poderia concorrer, sim. Mas então, o primeiro a entrar foi o Marcos José [Pinheiro], porque se decidiu que precisava de um engenheiro. Precisava mesmo. Então, ele foi o primeiro. E o interessante era que se segue uma ordem de chegada das pessoas, como se fosse imparcial. E aí, claro, Renato [da Gama-Rosa Costa] foi a pessoa fora desse modelo, como arquiteto, que entrou no departamento fora do cargo de servidor público. Então, foi feito um concurso para ele com foco na área de História, que foi onde ele sempre trabalhou. E depois essa ordem foi invertida. E acharam melhor fazer um concurso para a Bettina [Lourenço], não para a Marcia. Porque seria a Marcia e depois a Bettina, por ordem de entrada. Isso foi determinante, para que eu falasse assim: "acho melhor fazer um concurso e...."

RZ: Porque não foi obedecida a regra, né?

MF: Na minha vez a regra não foi cumprida, por uma série de motivos. A Bettina [Lourenço] fez a prova nesse modelo, o Renato [da Gama-Rosa Costa] também, e quando chegou na minha fase, que não fui escolhida para fazer a prova, eu já entro para a fase do concurso público. Porque... até foi questionado pela Justiça, porque as pessoas eram tão importantes assim, porque o concurso era feito dessa maneira. Porque eu acho que teve uma pessoa que não passou, quis concorrer com o Renato [da Gama-Rosa Costa] e entrou com um questionamento na Justiça, questionando esse modelo, e a Justiça determinou que a Fiocruz fizesse um concurso em todas as áreas, como manda o figurino hoje.

Então, essa inversão foi, na verdade, o que determinou o meu destino daí para frente. Isso foi muito interessante, o meu destino foi traçado ali. E aí, o que aconteceu? No primeiro concurso da Fiocruz eu não passei. Mas aí teve uma galera. E teve o do IPHAN e eu fiz. Falei: "ué, por que eu vou ficar no feudo, se posso ir para o mundo?" (risos) Eu sempre quis trabalhar junto ao



[inaudível] maior do patrimônio, eu tinha amigos do Mestrado e uma pessoa muito importante da minha vida, que foi o arquiteto [José Aguilera] no IPHAN, com o qual trabalhei, fiz muitos trabalhos, viajei muito pelo Brasil. E tinha uma admiração por aquele trabalho - não digo necessariamente pelo IPHAN, porque o IPHAN tem uma glamourização de uma coisa que não é real, mas o trabalho é real, você vai entrar em contato com essa diversidade de bens tombados. Então, aquilo passou a ser minha meta. Eu acho que quando atingi uma maturidade, já na chefia de departamento... porque depois do Marcos José [Pinheiro] foi o Renato [da Gama-Rosa Costa], chefe de departamento e depois o Renato abriu mão da segunda gestão para que eu fosse chefe de departamento. Mas eu não era servidora. E o que acontecia? Eu ia para as reuniões do Conselho Deliberativo (CD) da Casa e existia uma política nessa época, no final da década de 2000, que os terceirizados, os não permanentes, deveriam sair. Isso começa no Fernando Henrique e vai para o Lula, de que não poderia existir esse tipo de precariedade no serviço público na área finalística. Embora não sejamos área finalística da Fiocruz, existe... então, não poderíamos... E ficar ali ouvindo aquilo o tempo inteiro, apesar de estar como chefe eleita, legítima, e de ter trabalhado durante tantos anos, era uma coisa muito desagradável. Porque você pensa: as pessoas não são qualificadas pelo seu [inaudível]; são qualificadas pela sua contratação, por seu regime de permanência, ou não. Isso foi outro fator que determinou. Porque quando eu fiz o concurso.... (risos).... Você vai ou não vai? Vai ou não vai? Porque foi uma mudança muito grande, eu tinha que ir para outro estado, assumir o cargo em outro estado do Brasil. Uma mudança muito radical. Mas eu falei: "o que? Eu já estou com 45 anos. Já pensou se eu não assumo essa.... Não pego esse bonde que está passando? Eu acho que vou me arrepender para o resto da vida. Não quero ter esse esqueleto no armário".

Sobre isso eu não vou nem falar, das minhas dificuldades, de como cheguei aqui hoje, mas.... Eu acho que essa estruturação do Departamento passa a ser uma coisa mais eficaz - essa estruturação que se dá para os serviços e para os núcleos. O departamento, ainda quando eu estava aqui, carecia muito de vagas para essa completar essa estrutura, de maneira que ela atendesse toda a demanda e o trabalho que a gente fazia aqui e a gente teve, inclusive, oportunidade de fazer um trabalho de gestão para formular as competências... qual seria a capacitação para toda essa equipe.... e montar um fluxograma onde você pudesse fazer perfis para próximos concursos, já muito voltados para as áreas de atuação, que preenchesse aquele fluxograma ideal para o Departamento de Patrimônio Histórico. Então, eu acho que ao longo do tempo a instituição aperfeiçoou muito e.... não sei como essas vagas foram preenchidas, mas o fato é que eu espero que esse trabalho tenha servido de base para reestruturar o departamento. Não sei.

DPM: Vamos voltar um pouquinho numa coisa que você já chamou atenção. No período que você ocupou o cargo de chefia do departamento. Qual foi o período que você ocupou a chefia e quais foram os desafios e obstáculos que você enfrentou na sua gestão, especificamente?

MF: Bem, eu ocupei a chefia... na primeira gestão, de 2007 a 2009. Em 2009 fui reeleita. Em 2010 deixo a Fiocruz para assumir o IPHAN. Um mandato e meio. Acho que menos de meio. Quando eu assumi o departamento.... Eu falo que não existe um melhor chefe, existem perfis de pessoas. Meu perfil sempre foi muito voltado.... Eu acho que meus melhores trabalhos não foram em chefia, mas foram quando eu estava na atuação do que hoje seria o serviço, né? Formando projetos e executando.... Essa foi... eu acho que eu tenho um trabalho muito consistente nessa área, dos quais três deles eu acho que foram muito bons - hoje fazendo uma análise crítica, modéstia à parte. Mas quando eu assumi a chefia... eu tenho um perfil muito pragmático. Então, meu primeiro desafio é a formação de uma equipe, realmente qualificada, para atuar nesse trabalho. O serviço público tem algumas características, a gente sabe perfeitamente, que também existem no setor privado, mas que é aquela coisa: "deixa assim, porque fulano é legal, porque ciclano é bonzinho..." E você vai deixando a pessoa e nem sabe o trabalho vai dando certo com aquela pessoa. Então, o maior desafio que eu tive que.... No primeiro mês, eu segui aquela regra: se você quer fazer alguma coisa, faça logo todo no começo, porque senão o restante vai te [minar] depois. Isso é uma realidade, né? Então, o que eu fiz? Primeiro mês eu fiz um mapeamento das pessoas. Eu já estava ali há muitos anos, já sabia quais eram os problemas... falei: "olha".... Sentei com a direção da Casa, falei: "eu quero apoio, porque essas pessoas aqui não têm condições de estar nos lugares que estão". E a pior coisa era demitir pessoas que eram terceirizadas. Isso é muito ruim. Embora a pessoa não tenha competência para exercer o cargo, você sente, evidentemente, porque é uma pessoa que depende daquele salário. Isso foi a pior coisa, mas eu fiz, porque era minha função. Não dava mais para, naquela situação, ninguém tem coragem para isso. E eu falei: "eu vou fazer". E aí reestruturei o departamento dessa forma. Foi aí que eu chamei outros arquitetos, de fora, para ocuparem o cargo de pessoas que não tinham perfil para atuar naquela área. Então reestruturei, troquei a Monica [Felix] [inaudível], na manutenção, na manutenção porque ela tinha um perfil muito técnico - é uma arquiteta que tem muito conhecimento na área de instalações, que é uma coisa muito específica. Então, com esse perfil, ela dava conta da manutenção, que é um serviço muito mais pesado. Ela fazia isso muito bem. Aí chamei uns arquitetos e entraram o Daniel [Moreira], a Rosana [Zouain], o Bruno [Sá] e o Rubens [Moreira]. Então, nós tínhamos uma equipe de arquitetos muito boa. A Bettina [Lourenço] pediu para sair, para ir trabalhar no [IBRAM].... Enfim, pessoas que já não se adequavam a dinâmica necessária ao departamento, começaram [a

sair]... aí o Marco Antônio [Barbosa] voltou para a DIRAC [Diretoria de Administração do Campus], de onde ele era cedido... enfim, o maior desafio foi esse.

E a secretária, que é aquela coisa [inaudível] aí veio a Sandra [Elena Bastos Lopes], que está aí até hoje. Uma pessoa excelente. Pelo menos uma pessoa bacana, que respeita os outros. Então, eu acho que isso foi o legado que eu deixei. Acho que foi o melhor. Porque quando você tem uma equipe adequada ao trabalho, o trabalho flui. Era uma coisa muito dividida, grupinho de fulano, grupinho de ciclano... que não se dava com o outro... então, você não conseguia... o chefe não conseguia fazer um trabalho conjunto e fluir. Eu falei: "chega, Rosana isso não existe". Eu acho que isso, na época que eu estive aqui, foi muito bom. A segunda coisa, que veio após essa reestruturação, foi a contratação desse trabalho de gestão que foi uma coisa que eu achei sempre.... Eu sugeri que era necessário para a gente poder provar, por A + B, como se deve contratar alguém, qual é a capacitação necessária.... Fazer um trabalho claro, não ficar num achismo de quem você acha que é bom. Isso foi um trabalho que foi desgastante, mas valeu a pena. E umas atividades paralelas, que eu fazia, em relação a avaliação - isso é um problema sério - dos servidores, dos terceirizados.... Trabalhei na comissão de avaliação, para poder melhorar esse sistema de... enfim, não podia ser uma pessoa só legal, bacana, que está sempre aqui. Esse foi um trabalho que... não sei como está até hoje, mas acho que foi uma contribuição muito boa.

E aí acabou meu tempo, né?

DPM: Nossa, mas foi bastante coisa para o tempo....

MF: Eu foquei na área de gestão e deixei os arquitetos fazerem o trabalho de arquitetos, porque eu já não estava mais nessa função, né?

RZ: Não sei se foi nessa época, se foi com você ou se foi antes, aquela mudança toda no edital das obras...

MF: Isso eu não era chefe de departamento. Na época... o que eu acho que me fez chegar a ser chefe de departamento não foi porque não tinha opção - tanto é que eu não era servidora. Foi uma opção em me colocar chefe de departamento, não foi uma falta de opção. O que aconteceu? No tempo anterior, eu passei um período trabalhando na melhoria da qualidade de execução de obras, aqui no departamento. Na requalificação dos editais, nas especificações técnicas, orçamentos.... E da modalidade de contratação dessas empresas que fazem as obras - claro, dentro da lei 8666 - formando um grupo de consultoria e administração - até a [procuradoria] aqui da Fiocruz entrou no trabalho. A gente validou um edital que mudou de fase. A execução de obras do projeto do departamento de patrimônio histórico. Que passou a se tornar até uma referência para muitas pessoas, até mesmo fora da Fiocruz. Infelizmente acho que dentro da

Fiocruz isso não foi absorvido pela DIRAC, mas o DPH passou de fase. [Passamos] um trabalho que, praticamente, dava chancela de qualidade às empresas que conseguiam cumprir esse edital. E aí acabamos.... [inaudível] com esses aditivos, melhoramos a qualidade da obra, [inaudível] muito bem feitas... a gente montou um modelo.

Enfim: esse trabalho, associado a outros projetos que eu tive a sorte de poder fazer com a... intervenção do segundo pavimento da coleção entomológica.... [inaudível] eu acho que foram, assim, [inaudível] uma obra muito bacana, em que a gente teve muitos desafios... já a primeira nesse momento do edital... e a gente fez aquilo com excelência que a gente não tinha ainda atingido, ou seja, no tempo certo, com valor orçado, uma boa execução de obra. Por isso eu te falei que esse momento anterior à chefia foi... os últimos cinco, seis anos antes da chefia, foi muito prazeroso, foi muito recompensador para mim.

Depois no departamento, foi o que te falei: eu voltei mais para a gestão, para poder realmente, depois dessa experiência toda, aplicar o que eu tinha aprendido na área de gestão.

DPM: Você chegou a comentar que além das mudanças, em relação à gestão propriamente dita, que você considera suas maiores realizações aqui esses projetos que você fez parte. Você poderia falar um pouquinho mais de cada um deles, que você considera que foram os mais significativos?

MF: Eu acho que o Palácio Itaboraí foi o projeto de maior porte. Eu acho que não está [tão qualificado] na área de patrimônio, mas a partir do momento que tem um valor histórico e você consegue fazer intervenção de qualidade, tudo tem mais ou menos o mesmo.... Pode ser uma coisa pequena ou uma coisa grande. Então, eu diria que o Palácio Itaboraí foi o trabalho de maior porte, porque teve uma equipe.... Foi um trabalho muito longo, com várias pessoas participando desse trabalho. Monica, Alexandre, Ana Lucia e.... outros que vieram até anteriormente. Então, esse foi um trabalho que eu acho.... Deve ter sido.... Não sei como ficou, nunca mais voltei no Palácio Itaboraí.... Quando eu saí ainda não tinha sido concluída a obra.... Então eu não sei, não tenho essa avaliação. Sei que algumas coisas deram errado, outras deram certo e tudo...

O segundo.... Esse eu fiz mais eu e outra pessoa... que foi o anexo do Pavilhão do Relógio, que hoje, na minha avaliação fora da Fiocruz, eu acho que está com uma inserção um pouco inadequada, etc. e tal, mas arquitetonicamente foi um bom projeto no ponto de vista estética. Mas na obra sofreu muito.... A empresa foi muito ruim, a que ganhou esse edital. E ela não cumpriu uma série de coisas que a gente especificou. Mas aí houve um embate e eu não venci esse embate. E aí teve alguns problemas. Mas eu acho que fiz um bom trabalho. Não é um

trabalho do qual eu teria vergonha. (risos) Arquiteto sempre.... a gente erra e depois fala "que porcaria eu fiz aqui", um momento ruim. Mas...

A terceira coisa, que aí eu acho que como trabalho foi o melhor. Que foi o trabalho de intervenção do segundo pavimento para acondicionamento da coleção entomológica. Esse trabalho foi muito especial, porque eu iniciei esse trabalho na época do Dr. Sebastião [José de Oliveira], que foi um grande pesquisador aqui da Fiocruz e que falava para mim: "ah, você não vai conseguir fazer isso. Tanta gente tentou e não conseguiu". E eu falava: "Dr. Sebastião, o senhor vai ver esse trabalho pronto". Ele não viu, porque ele morreu no meio do trabalho. Mas ele participou da elaboração do trabalho, a gente contratou uma empresa de São Paulo, que havia feito uma estanteria semelhante na FAU, da USP, que ficou muito interessante, a biblioteca da FAU. Eu pesquisei aqui, achei que... "vou trazer esse pessoal aqui para agregar, para ter a experiência deles aqui". Eles foram contratados para fazer o projeto da estanteria. Ou seja, eu coordenava o projeto arquitetônico de restauração, de ocupação e tudo, e o projeto específico da estanteria foi feito por eles. Foi uma coisa muito boa. Foi um momento.... Depois de tanto ouvir falar, depois de tantos anos, que a coleção entomológica precisava sair dos armários, das gavetas, das caixas que ficavam amontoadas nas salas.... e receberem um acondicionamento correto para a preservação dessa coleção... eu acho que essa foi uma recompensa! E ficou bom. Até hoje eu posso dizer que o projeto ficou bom, que teve um bom resultado, uma boa execução... uma boa empresa que ganhou.... Então, eu acho que foi o meu maior orgulho pessoal como arquiteta, com intervenção na área de patrimônio. Porque como eu te disse, você tem que saber dosar a mão na inserção do novo no antigo. Esse ficou muito bom. E teve intervenção nos sanitários também, que foi um trabalho bastante cuidadoso, que a gente precisou fazer esse tipo de fazer esse tipo de compatibilização do novo com o antigo.... Os outros trabalhos de intervenção nas argamassas, nas alvenarias, já seguiam mais o modelo que o departamento tinha muita expertise, que a gente consolidou nessa época de aperfeiçoamento de especificações técnicas, de restauro... aí já era uma restauro como as pessoas entendem o restauro. Esse aí era uma coisa que eu aperfeiçoei, mas era o resultado de um trabalho de toda a equipe. Tudo é um resultado do trabalho de equipe. Mas a gente dá umas contribuições... enfim, como essas que eu te falei. Acho que esses foram meus melhores trabalhos.... Também tem coisa boa (risos).

DPM: A parte ruim a gente deixa para lá.

MF: Isso! (risos)

DPM: Eu queria saber quais eram as diretrizes que guiavam as intervenções na época em que você atuava aqui. E além disso, se os procedimentos adotados eram definidos internamente, ou se havia algum tipo de consulta ao IPHAN.

MF: Os procedimentos.... Na verdade, guiados pelos [conceitos] da teoria e história da restauração, né? Existe uma ampla e vasta bibliografia em respeito disso. A escola italiana norteia com maior força todas as intervenções que as pessoas que tem a formação acadêmica no Brasil recebem e eu fui uma filha dessa formação italiana acadêmica. E junto também com meu trabalho no IPHAN, com o arquiteto [José Aguilera], que faleceu recentemente, inclusive, nos oitenta anos de IPHAN, inclusive....

RZ: A gente não conseguiu entrevistar....

MF: Pois é. Ele morreu na data de comemoração dos 80 anos do IPHAN. Vai ficar marcado para o resto da minha vida esse negócio. Eu convivi com ele durante muitos anos. Na verdade, trabalhei com ele durante uns 10 anos, que coincidiu com essa fase do trabalho quando eu era chefe de departamento. Então, eu tive um aporte muito grande ali. Então, toda a concentração que norteou esse trabalho, ela é bastante acadêmica, ela vem da prática também - porque eu acho que não existe a teoria desassociada da prática. Tive esse embasamento, tive essa formação, tive também [mentor], acho que muito importante, no IPHAN. Os projetos que eu desenvolvi - lógico, com uma equipe - que eram norteados por esses conceitos. O IPHAN não tinha uma presença tão forte aqui, essa é a grande verdade. Os projetos eram aprovados pelo IPHAN, mas nem todos, essa é que é a verdade, porque a gente não tinha a consciência tão clara dessa necessidade, que hoje eu acho que todo mundo tem porque inverteu - agora eu sou a fiscal da Fiocruz (risos) em nome do IPHAN e eu trago muito claramente essa necessidade. Isso não existia naquela época. Então, o que salva é que o departamento, toda a equipe, estudava, tinha um interesse em seguir esse aprendizado acadêmico e era uma equipe qualificada. Então a gente não fazia besteira (risos). Porque é muito comum... claro que existem ajustes necessários, mas eu acho que a equipe tinha essa excelência. Essa foi a primeira pergunta que você fez, sobre quais nortearam... A outra eu esqueci.

DPM: Acho que você respondeu aí no meio. Se havia consulta ao IPHAN...

MF: Coisas mais simples, mas que hoje existem consultas até para essas coisas... essas coisas não iam muito. Lembro que inclusive o IPHAN falava que o DPH era um primo rico (risos). Porque realmente, na questão da qualificação dos técnicos, o DPH sempre foi, realmente, muito bom. Então o IPHAN meio que falava: "a gente não precisa se importar muito não, porque eles sabem o que estão fazendo".

RZ: Acho que é raro, né? São poucas instituições que tem um departamento de patrimônio exclusivamente para cuidar do próprio acervo. Então, deu uma certa tranquilidade durante um tempo...

MF: Exatamente. E a gente se destacou nessas questões dos editais, das especificações... o IPHAN até tentou, meio que... hoje é engraçado, que eu recebo projetos no IPHAN com tudo aquilo que eu escrevia, aqueles negócios. Porque hoje o edital é uma coisa pública, né? Então as pessoas cortam e colam, é engraçadíssimo. Tem coisas que eu falei ali... tipo "claro e inequívoco". Aquilo vem e eu acho engraçadíssimo. Mas eu acho até bom. Que bom que a gente fez coisas que as pessoas podem melhorar o trabalho.... Enfim, mas eu acho que era por isso que o IPHAN dava uma certa autonomia ao DPH. Outras instituições até têm equipe, mas as vezes não consegue manter as pessoas... isso foi muito interessante no DPH, você vê: eu fiquei 21 anos, apesar de não ser servidora. Então, houve uma valorização, eu acho. A Casa de Oswaldo Cruz soube valorizar o trabalho das pessoas. Soube manter a equipe, apesar desse percalço inicial - depois a coisa, com a administração da Nara foi muito mais tranquila, a gente passou a ser terceirizado, que é esse modelo de.... Então eu acho que houve sempre um interesse, uma dedicação em manter e qualificar a equipe.

DPM: Isso acaba contribuindo para o trabalho sair cada vez melhor, né?

MF: Exatamente. E a memória, né? Preservação da memória, que é isso o que vocês estão fazendo aqui. Importantíssimo.

DPM: Em relação ao Pavilhão Mourisco, especificamente, você considera que as obras realizadas no Pavilhão representavam um desafio maior do que em outras edificações? Se sim, por que?

MF: Não pela qualidade da obra, da intervenção. Porque como eu te falei, todo projeto é um desafio e tem suas especificidades. As vezes uma coisa muito simples pode trazer um desafio bem maior - como é o caso, por exemplo, dessa praça. Eu não diria que é pelo tipo de arquitetura. Eu diria que é pela ocupação. O Pavilhão Mourisco é ocupado pela sede da presidência e das vice-presidências. Em contraponto, a ocupação que vem desde a sua construção, com a coleção e a biblioteca de obras raras. Então, esse é um desafio. O uso administrativo tende a degradar o bem preservado, porque sempre necessita de instalações que vão te dar a infraestrutura necessária para o seu trabalho. E ela muda. Porque você muda o presidente, as secretárias, os assessores... e essa mudança traz pessoas que não estão acostumadas com a preservação do patrimônio e acham, na maior parte das vezes, um coisa ruim, chata e que impede que elas possam ter autonomia nos seus espaços. Então, eu acho que o maior desafio que eu poderia dizer para você agora, que foi o terceiro fator que fez com que eu

sáisse da Fiocruz: passar metade do meu tempo tendo que explicar para todo mundo qual é a importância do patrimônio histórico.

Chegou um momento em que isso ficou muito chato. Eu acho que o Castelo tinha esse problema, de você lidar com pessoas que tem um poder - e isso traz uma certa arrogância e dificuldade de trato. Isso é complicado, embora exista em todos os níveis - isso não é uma característica apenas de quem tem poder. Então, é por isso que aqui [inaudível] essa contraposição contra setores, que precisam ser mantidos, seu uso, para aquele espaço que foi projetado especificamente para aquele uso não seja completamente descaracterizado. Como por exemplo, a biblioteca. Você, com aquela estrutura, não consegue imaginar que ali vai ser ocupado por outra coisa. Porque ela vai perder não só o seu valor físico, material, como o imaterial também. Então, é importante a luta por essa preservação.

E você tem aqui o uso de um prédio com uma arquitetura muito específica, que não suporta determinadas invasões, como por exemplo o sistema de ar condicionado - que eu acho que foi um grande dano no modelo que se tinha naquela época, mas que hoje a gente vê, com a evolução de tudo isso, que foi o maior dano que o Pavilhão Mourisco sofreu. Um quebra-quebra que trouxe fissuras e perdas, que eu acho que são irreparáveis. Então, por esse ponto de vista, o Castelo por ter essa administração pesada, precisar dessa infraestrutura pesada, ele se constitui num desafio maior nesse sentido. Mas não necessariamente pela sua arquitetura, que é muito mais sofisticada que em outros lugares. Mas cada lugar, cada projeto, tem seu desafio e sua especificidade. Então, eu acho que o problema maior do Pavilhão Mourisco é esse: lidar com público, com a visitação, com uma série de assessorias....

DPM: Com as necessidades pessoais, né?

MF: Exatamente! Essa é a parte mais chata. O todo é que aqui tem problemas de localização e isso traz problemas não necessariamente em relação à ocupação do espaço, mas.....assim, a poluição, as intempéries, as temperaturas, as quedas de temperatura.... Você recebe uma sujidade muito grande.... Aí são características que atingem o Pavilhão Mourisco porque ele está exposto.

DPM: Você falou que saiu em 2010 e foi para o IPHAN. E você comentou que atua como fiscal do IPHAN aqui na Fiocruz. Você passou a atuar como fiscal assim que assumiu no IPHAN ou inicialmente não? Como foi essa transição, essa sua chegada no IPHAN?

MF: Em 2010 eu saí da Fiocruz, mas eu fui para Salvador. Passei um ano e meio e Salvador. Depois, a convite do superintendente do IPHAN daqui eu vim para o Rio de Janeiro, de volta. Eu fui convidada, foi uma maravilha voltar para casa, né? Aí, vindo para cá, assumi a coordenação técnica no IPHAN - que hoje é IPHAN RJ. Eu queria vir, é um cargo que ninguém



merece, mas era uma oportunidade. Porque o IPHAN é o inverso da FIOCRUZ: ele não tem estrutura nenhuma para você trabalhar. Nenhuma, nenhuma. E tem uma sobrecarga de trabalho gigantesca, o que difere daqui. Aqui você tem... na verdade, você tem um [núcleo], hoje eu vejo assim. [inaudível] Imagina o que presidente da Fiocruz deve ver de trabalho, perto do que um chefe de departamento vê. É mais ou menos isso, eu via o mundo... E a Fiocruz tem o patrimônio aqui, muito específico, ele não se expande, você só vai aprimorando. O que dá oportunidade ao DPH de melhorar muito a cada ano.

Então eu vim para a coordenação técnica, enlouqueci... e virei técnica. Que aí é paz, no sentido de que você não tem esse terror atrás de você. Passando para ser técnica, foi automático. "Ah, a gente não tem quase técnico nenhum. Tem milhões de bens tombados. A Márcia conhece a Fiocruz com a palma da mão." (risos) Primeira coisa é se livrar daquilo e passar para a mão de quem conhece. É uma coisa automática. Então, eu só assumi a Fiocruz em 2013 para 2014. Foi quando eu comecei a fazer o acompanhamento dos projetos.... o que DPH manda para lá para aprovar... o tanto de coisa que o DPH faz e o que a Fiocruz faz. Porque não é só o DPH, é todo o campus da Fiocruz. A ex-DIRAC, que agora tem outro nome... a presidência... outras unidades, BioManguinhos.... que também realizam intervenções no campus que deveriam passar pela aprovação do IPHAN e não passam. E isso começou a gerar um certo estresse entre o IPHAN e a Fiocruz. Porque como você deve ter percebido, meu negócio é fazer a coisa funcionar corretamente.

DPM: Eu ia justamente te perguntar isso. Como é a relação entre as instituições.

MF: Depende muito do gestor. Infelizmente o IPHAN não tem a possibilidade de fazer uma gestão de tudo o que [inaudível] de maneira envolvente, porque ele não tem capacidade. O superintendente tem um mundo de coisas, que não consegue chegar nas pequenas coisas. O coordenador até mais. Mas eu acho que a relação, eu não diria nem que é próxima, nem que é distante. É próxima ao DPH, Casa de Oswaldo Cruz... com relação à presidência é uma relação formal. Já houve ações de fiscalização aqui, na qual a presidência, até a do Gadelha, foi autuada. Enfim, talvez haja necessidade de fazer mais algumas [autuações] aí (risos) em relação a essa gestão aqui do campus.... Que ainda não está consolidado, para outras unidades da Fiocruz, a necessidade de se submeter ao IPHAN. Por isso eu tive que entrar com a mão um pouco mais pesada. Porque isso foi deixado de lado pelo IPHAN durante um tempo e aí a gestão campus da Fiocruz tem uma [inaudível] que não deveria ter. Então, eu não sei como é essa relação. Eu percebo que ela é próxima dos técnicos do DPH, mas com o restante da Fiocruz ela é normativa. E o DPH faz esse contato, essa interlocução. E as vezes eu tenho que botar essa pressão no

DPH, de uma interlocução mais efetiva.... Mas eu já sei, já estive aqui, que o DPH não tem como... ele faz parte da Fiocruz. Como é que ele vai... então, precisa do IPHAN.

RZ: Não tem esse poder de...

MF: O DPH não tem. A Casa de Oswaldo Cruz também não tem. Então, está com o IPHAN. Então, essa função eu assumi, porque isso não vinha sendo... não estava acontecendo. Eu acho que as pessoas confundem.... Eu acho que as pessoas acham que eu confundo, que eu quero botar a mão.... Não é assim, eu faço o trabalho que deve ser feito. Mas como a Fiocruz não estava acostumada com isso, nem o DPH, eles estranham. Eu acho que uma parte vê como se "ah, a Marcia está querendo administrar isso aqui." Sabe como é? Não é nada disso. É realmente a aplicação do que deve ser feito e o que eu faço para todo mundo. Não é todo mundo no IPHAN que faz isso. Tem gente que não tem esse perfil. E tem gente que tem o meu perfil. Vai depender.

DPM: É, vai depender das individualidades envolvidas. Não tem jeito.

RZ: Tem um detalhe interessante, que os dois últimos presidentes - tanto a Nísia, que está agora, quanto o Gadelha, que esteve antes - vieram da Casa de Oswaldo Cruz, né? De uma certa forma, eles deveriam entender, mais do que todos os outros, esse trabalho que é feito pelo departamento de patrimônio, porque eles são da Casa de Oswaldo Cruz e o DPH é um dos departamentos, né? Que lida com a memória, com a história... Mas claro, eles também têm questões que tem que lidar... políticas, né? São muitas unidades, as unidades precisam de novos espaços para desenvolver seus trabalhos... é uma negociação, né?

MF: Eu acho que apesar disso - porque é uma coisa muito cansativa... foi uma das coisas que... "pô, eu queria tanto trabalhar sem precisar explicar". Porque já é muito ruim você trabalhar na preservação de patrimônio histórico no Brasil. Não existe, não existe.... Eu acho até que a Fiocruz tem um comportamento muito mais pró-ativo, muito mais próximo e receptivo do que muitos outros. O Gadelha eu tinha uma proximidade maior, porque ele tinha essa característica, de chamar mais. E também porque a interlocução fosse feita, num primeiro momento, mais no âmbito da Casa de Oswaldo Cruz. E a questão de você fiscalizar uma ação que independe do DPH, a relação é com a presidência mesmo, que é responsável por aquilo. Então, tive que fazer algumas reuniões com ele para resolver questões de BioManguinhos. Hoje algumas questões ainda estão pendentes... (risos) eu acho que tem uma relação até boa. Não tenho o que reclamar não. Se for com a Casa de Oswaldo Cruz, eu acho que tem a capacidade de entender. Eu não imagino como seja...

RZ: Um cenário diferente.

MF: Pois é.

RZ: Porque aqui é uma característica interessante, né? É uma instituição de saúde e por mais que o Gadelha seja psiquiatra, eu acho, ele sempre esteve na Casa de Oswaldo Cruz. E a Nísia é historiadora, né? É interessante isso. Que não seja...

MF: Uma pessoa da área de saúde, propriamente dito, né? É claro que se está aqui dentro...

DPM: Você tinha comentado que sua experiência em gestão, como chefe de departamento, é o que você carrega hoje como sua atuação profissional. Eu queria saber se tem alguma outra característica da sua experiência aqui no departamento de patrimônio que você acha que contribui para sua trajetória profissional e para sua atuação.

MF: Essa questão da gestão é a que coroou, né? Eu acho que toda minha formação se deu aqui, na parte de arquitetura, de patrimônio edificado. E o fato da Fiocruz ter me dado oportunidade de estudar e participar de muitos trabalhos, congressos, eventos e escrever livros.... não de minha autoria, mas participando, então.... apresentação de trabalhos.... Essa experiência é tudo o que o profissional da área de patrimônio gostaria, né? Ter a oportunidade de se formar, estudar, executar tudo aquilo na prática, pensar aquilo, escrever sobre aquilo (risos). Eu posso dizer que quando cheguei ao IPHAN eu estava muito mais do que completa. O que o IPHAN me dá hoje é a oportunidade de viver outro patrimônio. Tudo o que fui aqui eu aplico lá, na minha experiência profissional. Seja na área de avaliação de projetos, de orçamento, de [repassar] um requerente, de fiscalização... é um conhecimento. Embora, óbvio, o IPHAN me dá um acervo arquitetônico de uma diversidade gigantesca. Aí eu tive que fazer outra... aqui é muito específico... edificações com essa característica arquitetônica: ecletismo.... com esses materiais. O IPHAN são igrejas barrocas, século XVII, XVIII, XIX... você tem um repertório arquitetônico muito grande e é obrigado a estudar. Então, às vezes, cada parecer que eu faço, tem que ler três livros para fazer. Na verdade, eu entrei completa, com aquela experiência, com aquele aporte acadêmico da formação, para intervenção do patrimônio e para orientação... mas tive que me reinventar, estudando coisas que eu não tive oportunidade de estudar tão a fundo, porque não era necessário. Então, eu acho que a maior contribuição da Fiocruz foi a minha formação. A área de chefia foi só... eu acho assim, o prazer, a oportunidade de poder estruturar, a partir desse conhecimento, o DPH, foi a contribuição de trazer profissionais com características mais apropriadas para desenvolver esse trabalho. Tipo a Rosana.... o Daniel [inaudível], que estão aí hoje. Isso é bem interessante.

Meu trabalho aqui foi concluído. Eu acho que saí pela porta da frente, bem. E muita coisa eu já nem lembro mais, porque meu HD está sobrecarregado, é muita coisa.

RZ: A gente está tentando, nesse projeto de pesquisa, identificar, a partir daquela organização do acervo que a Casa começou a fazer.... montar dossiês dos edifícios, sobre cada obra que tinha

feito no edifício... tem muito material que não estava organizado e hoje em dia já está bem mais organizado... acho que você estava aqui ainda, quando começou.

MF: Sim.

RZ: Então, a gente está fazendo um esforço de tentar construir também, para além dessa historiografia, tentar entender um pouco o que orientou essas intervenções. Isso era explícito, vocês sentavam para discutir? Ou era intrínseco? (risos) Da experiência, do dia a dia... Como vocês faziam essa intervenção? "Ah, vamos tentar nos orientar a partir da Carta de Veneza..." ou era... vocês já estavam nesse contexto? Entendeu minha pergunta? Porque as vezes a gente não consegue identificar isso por escrito. A gente consegue perceber que existia... as vezes está escrito, as vezes não está. Quando você apresenta um trabalho num Congresso, você explicita mais essa diretriz, esse critério?

MF: Eu acho que o critério maior era o grau de degradação de cada um desses espaços que sofreu intervenção. Era priorizado aquilo que estava em pior estado de conservação. Em primeiro lugar, que eu me lembre, era isso. Existiam outros fatores [inaudível], né? Fatores políticos. Por exemplo, a criação do Museu da Vida, que se deu no início dos anos 2000, acho que foi.

RZ: Acho que foi em 99.

MF: Eu acho que foi no início dos anos 2000. O departamento do Museu da Vida, na Casa de Oswaldo Cruz...foi uma fase muito complexa, porque ele se impôs. Então, espaços que não eram prioridades para intervenção passaram a ter essa prioridade. Estou dando um exemplo. Isso também acontecia quando você tinha uma solicitação de ocupação. "Ah, o fulaninho, do departamento X, Y, Z, vai ocupar a sala tal." Aí você teria que intervir naquilo. Então, existia a questão da degradação... dos espaços que tinham demanda de uso grande, ou simplesmente era um espaço degradado [no âmbito] do Castelo - que não tem uso específico, mas sofre degradação. As questões da infraestrutura sempre foram muito solicitadas e isso levava, de certa forma, a você ter que fazer um projeto para aquela área, porque isso vinha de encontro à ocupação que ia se realizar ali e precisava do ar condicionado, precisava de instalação. Essa esquadria... bonita, famosa, mas ela não é compatível, hoje, com as temperaturas que a gente tem no Rio, elas se degradam muito facilmente... ela é um elemento difícil de tratar. Então, muitas vezes você tinha áreas degradadas, anos de esquadria... Então, o dinheiro...

E aí vem uma coisa que norteava: a discussão do orçamento sempre foi ferrenha. O DPH já teve muito menos orçamento do que tem, na época que eu saí do DPH. Hoje deve ter mais ainda, mas tinha muito menos orçamento. Então, era uma briga de foice, o CD da Casa de Oswaldo Cruz para conseguir um pequeno orçamento para fazer alguma coisa. Então você fazia tudo muito

fragmentado, pela falta de dinheiro. Um exemplo que essa sala aqui, que está do outro lado dessa divisão. Aquilo ali... [foi feito a sala]... e foram feitas esquadrias... Então, assim, foi feito um pedaço, porque vai fazer um [externo], porque está caindo embaixo. E [inaudível] foi feita porque os documentos começaram a se desprender. Então ela passa a ser uma prioridade. Mas como o dinheiro é muito curto, você faz um pedaço, uma coisa... você tinha uma coisa fragmentada. Hoje eu não sei como está, porque você tem outro planejamento, outras pessoas, outros recursos... faz de outra maneira. Mas o que orientava especificamente era a solicitação ou o estado de degradação. A gente tinha uma percepção clara de que seria muito melhor fazer as coisas por inteiro. E também aquilo que eu julgo muito importante: você tem sempre que começar pela infraestrutura. Então, muitas vezes, você vai ver grandes obras - de ar condicionado, de instalação, não sei o que - porque primeiro você tem que fazer isso, para depois fazer a restauração. Não faz sentido você restaurar uma coisa para depois quebrar e fazer a infraestrutura. Foi uma fase que teve... por isso o Marcos José com essa importância muito grande. Você tinha um arquiteto, mas não tinha um engenheiro, com essa formação mais ampla - porque o Marcos tem uma formação muito ampla, nem todo engenheiro tem. Ele conseguia ter uma visão geral. Teve uma época que esse trabalho dele foi um dos trabalhos que mais se botou carga. E vinha [inaudível]. Depois, quando eu saí, isso estava sendo rediscutido e..., mas era isso, tinha interferência também a questão do orçamento, mas... degradação [inaudível] determinava o que você faria primeiro.

DPM: Estamos chegando pertinho do final. Eu queria saber se você quer destacar algum aspecto que a gente não mencionou. Enfim, comentar algum projeto, alguma questão que a gente não chamou atenção aqui.... Se você quer trazer alguma coisa.

MF: Olha, possivelmente quando eu sair daqui eu vou lembrar do que você está falando. (risos) Eu acho que eu falei do que eu tenho de melhor na memória. Lógico que houve momentos ruins, mas isso não vem ao caso. Eles se condensaram, se concentraram para esse meu planejamento estratégico de vida na Fiocruz. Mas eu só tenho a pensar... "que maravilha que eu tive essa oportunidade". Eu sou muito grata às pessoas que me deram essa oportunidade, que foram muito bacanas comigo nesse momento. A primeira pessoa que mais vislumbrou meu potencial foi o Marcos José. Eu tenho um agradecimento especial a ele. Ao Benedito, que dizia que eu era uma esteta (risos)... Então, teve pessoas que valorizaram meu trabalho e que me deram essa chance. Isso eu gostaria de agradecer. E agradecer a equipe que me deu apoio, depois que eu estava na chefia... aos arquitetos que estavam muito próximos a mim. Quando eu saí daqui eu pude ver isso claramente. A Rosana era uma delas, a Cristina [Coelho]... Eu só tenho recordações boas. Que pena que algumas delas estou esquecendo, pela carga imensa de trabalho - acredito que seja

estresse, a gente acaba esquecendo. Gostaria muito de registrar isso aqui, para nunca perder. E agradeço a vocês por me darem a oportunidade de falar sobre uma coisa que foi tão boa.

RZ: Infelizmente a gente estava tentando marcar uma entrevista com o Aguilera, quando... aí soubemos do falecimento dele. Mas uma coisa que você falou aí, eu queria entender, aproveitando que você está aqui - eu acho que você é a pessoa mais próxima dele. O que era a participação dele aqui? Foi através do seu contato? A atuação do Aguilera aqui na Fiocruz, o que era exatamente?

MF: Na verdade, ele não tinha atuação pelo IPHAN. Tinha, porque era IPHAN, mas foi mais por minha causa mesmo. Porque a gente convivia muito, fazia muito trabalho para o IPHAN e pedia consultoria dele em muitas coisas aqui. Então, na verdade era isso: relação de amizade. Mas claro que ele tinha uma postura extremamente profissional. Então aquilo se transformava num trabalho. Uma das coisas que a gente tentou fazer e não deu certo, foi levar para o IPHAN - ele queria fazer isso - essa experiência da normatização... das obras e dos editais. Isso seria impossível, [inaudível], mas ele tentou. A gente tentou fazer convênios, fazer coisas que viabilizassem isso para o IPHAN. Tanto é que a gente entrou em contato com várias superintendências do IPHAN no Brasil, viajamos para tentar [inaudível] esse trabalho, mas era muito difícil, porque, primeiro: precisava de uma pessoa só para fazer isso. Alguém que escrevesse, que realmente fizesse. Eu e ele não tínhamos condições. Um aqui e outro lá, fazendo seu trabalho... não ia dar certo. Então, foi uma pena.

A Fiocruz também investiu nisso, a Casa de Oswaldo Cruz quis investir nisso, mas a gente não tinha uma pessoa para.... todo projeto [inaudível] tem que ter alguém que vai sentar a bunda na cadeira e vai escrever, vai fazer o trabalho braçal. A gente não tinha isso. Então, a participação dele aqui foi muito em função da nossa convivência. Eu conheci ele no Mestrado, na primeira turma da UFRJ do Mestrado. Quando ele entrou no Mestrado eu conheci ele lá e a gente passou então a trabalhar, a partir daí. Foi isso, foi a nossa convivência, nossa amizade, tudo o que aprendi com ele... e aí ele foi vindo aqui, dava um palpite... nem era um palpite... um parecer técnico, respaldado no conhecimento dele que foi imenso. E a teoria da restauração... ele fez uma apresentação no Mestrado sobre a teoria da restauração e eu consegui esmiuçar isso mais a fundo, justamente pela convivência com ele.

DPM: Quer acrescentar mais alguma coisa.

RZ: Não, era isso.

DPM: Então, para finalizar mesmo, a última pergunta. Queria saber se você podia deixar registrado uma recomendação, um pensamento, para colaborar com a equipe do departamento histórico na preservação do seu acervo. O que você chamaria atenção como...

MF: A preservação da memória e da trajetória é a coisa mais importante na preservação do patrimônio histórico. Isso não pode ser esquecido nunca. Não apague as memórias, não apague os erros, não apague nada. Registre tudo, faça uma linha do tempo, deixe tudo registrado, cuide do acervo digitalize o acervo.... Eu acho que essa é a coisa mais importante. E não apague o aprendizado das pessoas que já vieram. Não ache que você está chegando agora [inaudível]. Isso é uma ilusão, isso não existe. Tudo é sequenciado. Então, essa coisa de "eu apago aqui, vou reinventar e fazer de outra maneira..." Esse seria meu conselho para qualquer da área de preservação, principalmente para o DPH, que já tem uma história considerável. É isso.

E, claro, olhar para o trabalho da Cristina Melo, porque ela era uma excelente arquiteta da área de restauração. Restauração. Ela era muito boa. Então, eu acho que o DPH teve a primeira sorte aí. É isso.

DPM: Está ótimo. Muito obrigada. A gente quer agradecer muito a sua disponibilidade e a sua presença aqui hoje.

MF: Obrigada. Vocês também.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Mônica Rosa de Freitas Félix**

Mônica Rosa de Freitas Félix, Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade e Juliana Lopes  
(Novembro, 2018)

FÉLIX, Mônica Rosa de Freitas (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018.  
15 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.



**Nome do entrevistado:** Mônica Rosa de Freitas Félix

**Local da entrevista:** Pavilhão Mourisco, sala 308, Campus Fiocruz Manguinhos - RJ

**Data da entrevista:** 24 de novembro de 2017

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade e Juliana Lopes

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 46 minutos e 35 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Mônica Rosa de Freitas Félix em 24/11/2017.

DPM: Nós vamos começar a entrevista do projeto de entrevistas “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”, entrevistada Mônica Rosa de Freitas Félix. No dia 24 de novembro de 2017 na sala 308 do Pavilhão Mourisco. Os entrevistadores são Debora Paiva Monteiro e Inês Albuquerque. E essa entrevista está sendo gravada por Gregório Albuquerque. Desculpa, Inês Andrade e além da Débora e da Inês está aqui também hoje participando da entrevista, Juliana Lopes.

Então Mônica, primeiro queria agradecer a sua presença e sua disponibilidade. E a gente vai começar como eu te falei, com um primeiro bloco com dados pessoais e falando um pouco da sua formação até aqui. E então, para ficar registrado, queria que você dissesse o seu nome completo, a data e o local do seu nascimento.

MF: Meu nome é Mônica Rosa de Freitas Félix. Nasci no Rio de Janeiro, no dia 19 de novembro de 1973.

DPM: E qual é a ocupação dos seus pais?

MF: Bom, minha mãe é técnica de contabilidade e meu pai também. Na verdade, ele era comerciante e hoje eles estão aposentados.

DPM: Eu queria que você falasse um pouquinho pra gente da sua formação acadêmica. Como é que foi a sua trajetória?

MF: Bom... antes de eu decidir fazer arquitetura, na verdade eu estudei o curso técnico de edificações no CEFET. E com isso me estimulou a seguir carreira ou em engenharia ou arquitetura né? E então, na época, eu fiz a inscrição para o concurso na faculdade e optei como

primeira opção pela arquitetura, que tinha habilidade específica, e como segunda opção a engenharia. E, no final, acabei passando e fui cursar arquitetura na Universidade Federal Fluminense.

DPM: E depois da graduação, você fez mestrado ... doutorado?

MF: Fiz mestrado lá na engenharia civil na UFF também e fiz curso de pós-graduação, na verdade, em gestão de hospitais federais do SUS, no Sírio Libanês.

DPM: Então, seu interesse pela área de arquitetura veio a partir do Ensino Médio? Ou teve alguma outra influência na sua vida que te levou a se interessar pela área?

MF: Não, foi no Ensino Médio, na verdade, que me despertou o interesse e a vontade de fazer.

DPM: E como surgiu seu interesse pela área de preservação, especificamente?

MF: Na verdade, foi durante o curso de graduação que eu fui bolsista, inicialmente, na área de pesquisa histórica sobre o Rio de Janeiro com o Nireu Cavalcanti e logo em seguida, fiquei um ano com ele ... um ano não, dois anos com o Nireu, e depois eu fui bolsista da Cristina Melo na área de preservação de patrimônio. Na verdade a Cristina Melo até foi a mentora, posso dizer assim, que iniciou todo o trabalho de preservação de patrimônio daqui do Mourisco. Ela começou com um grupo de trabalho aqui, aí eu não sei te dizer o ano, mas tudo iniciou com um convite do Arouca e ela veio pra cá e formou uma equipe. E quando eu cheguei aqui, conheci parte dessa equipe que trabalhou com ela.

DPM: Tá. E fora a sua formação acadêmica. Você fez algum outro curso de capacitação na área de preservação? Você falou que fez a especialização em gestão hospitalar né?

MF: Isso em função do trabalho que eu faço hoje né? Na verdade, eu trabalho hoje no Hospital Antonio Pedro, Hospital Universitário Antonio Pedro lá na Universidade Federal Fluminense e eu tive essa oportunidade de participar desse curso junto com o gestor da instituição para justamente melhorar a qualificação dos gestores de lá. E isso num projeto no Brasil como um todo, por conta da organização estar passando por um processo de mudança, por conta da EBSEH. A gestão dos Hospitais estarem por conta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Então todos os hospitais estão passando por essa capacitação, passaram já né, e eu fiz parte dessa equipe.

DPM: Mas então cursos na área de preservação...

MF: Fiz também, mas eu fiz na época em que eu estava aqui. Aí eu fiz curso de capacitação em estuque ornamental no Calouste. Aqui mesmo na Oficina Escola participei de alguns. Fiz, assim... Não concluí né? Na verdade, porque eu já estava saindo daqui em 2009 e no ano de 2009 eu fiz o curso de capacitação do CESI lá em Olinda, fiz a presencial fiquei as 3 semanas lá na parte prática do curso, porque era um curso à distância mas daí, na época, quando eu fui pra

lá, eu já não estava mais atuando na área de patrimônio. Então não tive mais tempo de dar continuidade, não estava na UFF, estava na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, trabalhando com perícia e avaliações, aí no ano seguinte em 2010 é que eu fui para a UFF.

DPM: Então vamos falar agora um pouquinho da sua atuação profissional, mais especificamente, aqui no Departamento de Patrimônio. Você entrou para o Departamento de Patrimônio como estagiária ainda né, em 99. Logo no ano seguinte... tô fazendo um resuminho até pra você dizer se foi isso mesmo. Em 2000, você ganhou uma bolsa de aperfeiçoamento.

MF: Isso...

DPM: Em 2002, já foi incluída no quadro do Departamento como terceirizada. E aí a partir daí, você chegou a assumir a gerência de manutenção né?

MF: Isso...

DPM: Entre 2008 e 2009, mais ou menos. Como é que foi o seu ingresso na instituição? Como é que você... queria que você contasse um pouquinho da sua trajetória aqui.

MF: Eu vim pra cá como estagiária convidada, na verdade, pelo Benedito [de Oliveira]. Nessa época eu e André [Ronzani] viemos por conta até de um conhecimento que ele tinha com uma pessoa que gerenciava um curso lá no IAB, a Marcia [Moiz]. Então ele divulgou que precisava de estagiários e ela falou conosco e nós viemos aqui fazer a entrevista e fomos selecionados para ficar. E desde então... trabalhei aqui esse período. E aí eu já tinha esse interesse por patrimônio, eu gostava da área, foi uma oportunidade ímpar na verdade.

DPM: E como é que foram as suas primeiras impressões sobre o trabalho? Assim, quem é que fazia parte da equipe do DPH quando você entrou? Queria que você fizesse assim, um panorama dos seus primeiros anos. Do que você lembra, o que você pode contribuir.

MF: Bom, quando eu cheguei aqui eu encontrei o Benedito, que era, no caso, o chefe de departamento. A Marcia [Franqueira], Renato [da Gama-Rosa Costa], Sônia [Nogueira], Bettina [Lourenço], Marco José [Pinheiro]. Eu acho que não esqueci de ninguém. Esse é o grupo até inicial né? Quer dizer, tinham outras pessoas, mas essa daí era a base né? E eu trabalhei, praticamente todo esse tempo, junto com a Marcia Franqueira né, assim a parceria foi do início ao fim, praticamente, os 10 anos que eu fiquei aqui, nós trabalhamos juntas em todos os projetos praticamente que eu atuei, ela que era minha orientadora e assim, aprendi muito com o trabalho que eu fiz aqui. E comecei como estagiária, meu primeiro trabalho foi fazer o levantamento do Palácio Itaboraí [em Petrópolis, no Rio de Janeiro] foram alguns anos até, mas esse início, o primeiro levantamento mesmo foi feito com Marcia, Renato e André [Ronzani] e depois outras pessoas foram sendo agregadas a esse projeto, a Ana [Lucia Oliveira], o Thorsten [Nolte], o Marco Antônio [Barbosa] também que era da DIRAC [Diretoria de Administração do Campus]

né e também teve o interesse de vir pra cá e aí ele também colaborou muito com o trabalho de levantamento lá no Palácio de Itaboraí. E o [José] Aguilera que infelizmente ele não está mais conosco, mas foi fantástico o período que a gente passou lá juntos, fazendo o levantamento daqueles telhados todos, aquela cobertura. Nesse período ficou eu, Marcia e ele né. Foi bem interessante, foi um trabalho incansável e de um excelente aprendizado. Só posso dizer assim ó, aprendi aqui muito, a prática profissional toda foi durante esse período né?

DPM: E você lembra como o Departamento estava estruturado quando você chegou?

MF: Bom, eram essas pessoas que estavam aqui. Não tinha essa separação como tem hoje, na parte de ensino e pesquisa né, a área de conservação. Era uma coisa só, tudo funcionava com essas pessoas e nós como estagiários... Ah, também tinha o Alexandre [José Pessoa] e o Thorsten que já eram arquitetos né. Seu Adorcino [Pereira]... Seu Miguel [Jorge Pataro] ainda conheci ele quando eu cheguei aqui e aprendemos muito com eles também... Seu Adorcino... nossa, uma mão fantástica né? Mas não estava organizado ainda, eu cheguei aqui num momento até que as especificações técnicas estavam passando por um processo de organização da forma como fiscalizar as obras, estava tendo um processo de... Foi contratada uma consultoria para o sistema de normalização da Casa de Oswaldo Cruz para melhorar a qualidade e o acompanhamento da fiscalização, em função das obras que estavam sendo realizadas e a gente passou a fiscalizar em função não de serviço executado por metro quadrado sabe? Então isso foi uma mudança bastante interessante que facilitou muito o trabalho da fiscalização né? Que aí você tem um serviço especificado por eventos e em cada evento você tem os eventos intermediários para verificar, se o serviço foi bem executado e o material utilizado estava de acordo com as especificações né. Então você sai um pouco daquele trabalho de medição por metro quadrado, daquela tensão de ficar fazendo planilha para analisar a obra como um todo, por serviço e por evento. Isso foi muito bom, em termos de acompanhamento do trabalho até pra nós como fiscais dos serviços.

DPM: E essas novas normas que foram sendo criadas eram discutidas pela equipe toda? Os estagiários estavam incluídos?

MF: Sim...

DPM: Havia reuniões periódicas e organizadas? Como que isso foi feito?

MF: Na verdade a gente já chegou e essa consultoria já estava sendo realizada. Então a gente chegou já num momento da elaboração dessas especificações. E a partir daí todas as obras, eu acredito que até hoje são feitas assim né? Pelo menos até 2009 a gente trabalhou com essa prática e eu levo isso até pro meu trabalho, de atuar dessa forma né? Porque realmente o trabalho fica com uma qualidade maior né? Em termos de controle dos serviços executados.

DPM: E em relação especificamente ao setor de manutenção. Você lembra como esse setor era estruturado dentro do DPH quando você entrou em 99? E se sim, se você lembra, quais foram as mudanças que você identifica ao longo, no decorrer dos dez anos que você passou aqui mais ou menos?

MF: Na verdade, assim, nós tínhamos uma empresa contratada. Agora é muita coisa para lembrar, nossa... Nós sempre tivemos empresas contratadas para fazer manutenção, antes era cooperativa, depois passou a ser empresa. Aí tem a parte jurídica mesmo que teve que passar por alteração. Só que nós não tínhamos na equipe pessoas especializadas na área de restauro mesmo né? Nós tínhamos profissionais genéricos: pedreiro, pintor e outras profissões, como tem em qualquer outra manutenção. Na verdade a gente começou a fazer um trabalho assim, de fazer uma capacitação da equipe, melhorar e agregar nessa estrutura da manutenção profissionais especializados: restaurador, auxiliar de restauração, supervisor, pedreiro de fino acabamento. E aí nós fizemos curso de capacitação junto com a Oficina Escola para melhorar a qualidade da mão-de-obra né. E fazer também um planejamento de atuação, porque na verdade a gente atuava mais apagando incêndio né, a partir de demandas de solicitações dos serviços e fazendo um trabalho, mas não como um todo né, de pensar e de ter a manutenção não só corretiva, mas preventiva. Aí na época que a gente começou a trabalhar isso, isso em 2007, 2007 né que foi feito até um projeto junto com a Casa de Oswaldo Cruz com o engenheiro de lá, o Adroaldo, que nós trabalhamos juntos até para montar um programa de manutenção para elaborar procedimentos. E nesse período eu busquei algumas empresas que tem manutenção para fazer um *[brandmark]*. Por exemplo, fui a Bio Manguinhos, em Bio Manguinhos é que eu conheci um técnico de lá, o Edson *[Rical]*, que sugeriu que a gente conhecesse até o programa Engeman *[Software de manutenção]* para gente usar para fazer o controle das Ordens de Serviço porque até então a gente não tinha nenhum sistema para controle. E daí nós conhecemos esse sistema, fomos a uma apresentação, eu e Adroaldo, sobre isso e trouxemos pra cá pra que esse programa fosse adquirido né, e então foi um tempo de amadurecimento também para ver qual seria a melhor opção e esse sistema apresentou-se como um sistema bastante flexível. Eu acredito que até hoje esteja, eu até perguntei, mas ele tá aí né, não sei como ele está sendo utilizado porque quando eu saí, eu saí praticamente no momento em que ele estava sendo implantado, então eu não vi a implantação. E aí durante esse período, em 2007, 2008, eu fiz algumas pesquisas em outras instituições pra gente ver como seria essa organização da manutenção né. Equipe mínima, o perfil dos profissionais. Em 2008, 2009, também tivemos uma consultoria para fazer o mapeamento dos processos, que também ajudou bastante nesse trabalho que foi com a Rosa Vilhena. Então ela fez um trabalho com toda a equipe de manutenção, ela começou com

reuniões semanais, e aí por bloco ela foi trabalhando a estrutura, porque na verdade isso era um trabalho maior, dentro do departamento e eu fiquei com a área de manutenção. Que aí foi momento em que foi criada essa nova estrutura no departamento né, com essa consultoria com a Rosa e eu participei desse grupo e foi muito bom. Porque, na verdade assim, não tinha esse olhar de usar a manutenção como algo pra, assim, fazer um trabalho muito maior né, não só da corretiva e a prevenção mesmo né, o trabalho da manutenção preventiva porque o patrimônio aqui é imenso e a quantidade de serviços são infinitas né, se você for pensar assim. E a gente sabe que os recursos pra obra não são tão fáceis de se conseguir, a gente tem passado anos aí tentando conseguir recursos e a gente sabe que é muito mais complicado então a manutenção é uma forma até de suprir essa necessidade. E é basicamente isso. Não sei se... É tanta coisa para lembrar né? É tão difícil.

DPM: Não tem problema. Se você lembrar de alguma coisa depois, você pode retomar a questão.

MF: Vocês me pegaram um pouco de surpresa entendeu? Ter que lembrar 10 anos...

DPM: Então, em relação a sua gestão. O que você considera que foram, assim, os seus principais desafios e obstáculos?

MF: Bom, o maior desafio seria implantar mesmo essa proposta que nós fizemos. Fizemos uma apresentação pra Casa de Oswaldo Cruz na época, com quantitativo de pessoal, uma quantidade mínima da equipe ideal, mas isso envolvia investimento alto também até para gerir esse contrato e, assim, acho que o maior desafio é esse né. De você ter recurso para manter, manter pessoal, ter material para trabalhar. E organizar esse acompanhamento né. Porque era necessário um sistema de controle das ordens de serviço porque sem isso você não consegue. Muito difícil num papel você fazer um trabalho bem apurado de controle e de qualidade do trabalho e a equipe era muito boa, sabe? Tinha uns profissionais bastante envolvidos, nós tínhamos um encarregado ótimo também, que infelizmente ele não está conosco mais, o Marcos [Paulo Fernandes da Cunha] né, que foi uma pessoa que lutou bastante, fez um trabalho muito bom, ficou com a gente desde o início, se capacitou aqui. E essa equipe foi uma equipe, assim, pioneira. Hoje eu não sei quem está aí ainda né, então não sei nem te dizer quais são os profissionais... Muitos deles aprenderam muito com o Seu Adorcino por conta da Oficina Escola e ainda que tiveram a chance de ter esse aprendizado com ele, de como fazer, o saber fazer do trabalho dele.

DPM: E se você tivesse que destacar assim, sua maior realização na gestão do Departamento de Manutenção? O que você destacaria?

MF: Ah, bom, assim, só em ter conseguido ter mantido essa equipe envolvida, com vontade de fazer o trabalho, isso aí já foi uma grande conquista. Esse trabalho em conjunto com a Oficina

Escola, com a chegada da Cristina Coelho, também, que ajudou muito nesse processo de capacitação da equipe, junto com a Débora [Lopes], restauradora. Isso foi muito bom pro trabalho da equipe também.

DPM: E me diz uma coisa. Você lembra de outros nomes que faziam parte da equipe de manutenção nesse primeiro momento?

MF: Bom, o Marcos [Paulo Fernandes da Cunha] que era o encarregado né?

DPM: Você lembra dos sobrenomes? Só para ficar registrado. É Marcos...? O que você lembrar, você cita, o que você não lembrar pode ser só o primeiro nome mesmo.

MF: Marcos... Não, eu não vou lembrar não. Marcos Paulo [Fernandes da Cunha], mas eu não lembro o sobrenome dele. A Debora, a restauradora. Teve o Bruno, que era técnico, Bruno Paiva. Debora Lopes. A Debora ainda tá aí né. A Gisele que trabalhou também que era restauradora e os outros profissionais que estavam aí com a gente, eu não vou lembrar todos os nomes assim de cabeça, são muitos.

DPM: Não, tudo bem. Sem problemas. Me diz uma coisa, quais eram as principais diretrizes que guiavam as intervenções na época que você atuou aqui?

MF: As diretrizes eram voltadas pra preservação da matéria original, sempre com esse foco né, de preservar ao máximo o que nós tínhamos de patrimônio e essa era a nossa preocupação, de manter o bem. E buscar produtos compatíveis, se não fosse possível manter, algo que fosse novo, mas que garantisse a qualidade do serviço e da integração com o bem né?

DPM: E me diz uma coisa. Os procedimentos adotados pelo setor de manutenção, eles eram definidos internamente ou havia algum tipo de consulta ao IPHAN para definir quais os procedimentos que seriam adotados?

MF: Olha, nós sempre tivemos a consultoria do Aguilera né. Na verdade a nossa referência no IPHAN, nós tínhamos uma consultoria praticamente constante junto com ele. A Márcia sempre seguia toda essa diretiva do IPHAN, então a gente praticamente consultávamos, sempre tínhamos o respaldo do IPHAN.

DPM: Bom, durante todo o tempo que você ficou aqui no Departamento, a Instituição passou por muitas obras, várias obras foram realizadas. Você gostaria de destacar alguma que você tenha participado com alguma questão específica?

MF: Ah, eu participei de várias, na verdade. Assim, acompanhando junto com a Marcia [Franqueira] também né, a obra das Bow-windows, que eu aprendi muito nessas obras com relação a recuperação dos revestimentos ornamentais, toda técnica construtiva, isso aí foi uma grande escola. Essa obra principalmente. Uma obra que também foi muito marcante, não atuei diretamente nela né porque foi o período até que eu engravidei, e aí quando eu voltei essa obra

foi licitada, eu não lembro os tempos né. Mas antes de eu engravidar, na verdade eu tive contato com o Doutor Sebastião [José de Oliveira] que era o curador da coleção entomológica e foi o início do trabalho de fazer o levantamento, que hoje a obra está aí concluída no segundo andar do acervo da coleção entomológica, felizmente conseguimos, a Casa de Oswaldo Cruz conseguiu recurso e executou essa obra. Mas assim, o que marcou bastante é que o Doutor Sebastião não acreditava que isso ia acontecer e ele lamentava que... ah, que a coleção não tinha um espaço, era o sonho dele, só que infelizmente ele não viu esse sonho realizado. Eu lamento muito, porque realmente ia ser pra ele algo que ele já não acreditava mais que fosse acontecer. Ele era um dos, foi um dos exilados do massacre de Manguinhos e ele conseguiu manter essa coleção. E essa coleção foi, como ele contava que na época que esse prédio foi ocupado, os insetos eram jogados até pela varanda, jogavam fora. E os técnicos que trabalhavam com ele, na verdade as pessoas que eram desse setor guardaram em depósitos e depois quando ele voltou pra instituição, ele recolheu tudo e guardou tudo aqui e felizmente hoje, a gente tem a obra aí realizada com todo esse acervo organizado e disponível pro público conhecer, porque também tem a sala de exposição da coleção entomológica. Então foi um trabalho gratificante, realmente, de ver que a Casa de Oswaldo Cruz conseguiu isso junto com o Departamento.

DPM: E você considera que as obras do Pavilhão Mourisco, elas tinham um desafio, representavam um desafio maior que as obras realizadas em outras edificações. Se representavam maior desafio ou não, por quê?

MF: Ah, sim, esse prédio aqui, acho que deve ser um desafio até hoje né? De você conseguir manter toda essa estrutura e assim, de não deixar se deteriorar mais. Porque essas esquadrias são muitas, o material dela, na verdade, com o tempo vai se deteriorando e você conseguir manter tudo isso não é fácil. A estrutura dela é bem delicada, você tem que tá fazendo trabalho de manutenção preventiva constante para não se deteriorar mais ainda. As argamassas de revestimento do edifício também por conta do ambiente que é agressivo, a umidade, temperatura, essa variação toda degrada ainda mais. Então esse já era um grande desafio até na época que foi feita até uma pesquisa sobre as argamassas históricas e com relação até a preservação da fachada do pavilhão Mourisco. Assim, o resultado eu não vi, assim, o que se desdobrou desse trabalho. Porque realmente é uma área muito grande então tinham várias propostas de como conservar isso e não se degradar ainda mais e principalmente nos andares de cima que se vê a superfície bastante danificada e já com lacunas, por conta da erosão mesmo, com relação a vento, e chuva, sol. Então, isso é um grande desafio também, de você conseguir manter essa estrutura. Todos os outros materiais de composição e a climatização, por exemplo, também não é tão fácil. As paredes são de pedra que não é tão simples de você passar tubulações



de um lado para outro né? Claro que quando eu cheguei aqui já existia uma instalação de ar condicionado central, que realmente foi uma intervenção bastante pesada até pra ser implantado aqui, mas foi o que foi possível fazer na época, mas considero ainda... provavelmente é um grande desafio ainda pra vocês né? Não tenho dúvida disso, um eterno desafio. Você conseguir fazer um trabalho de conservação preventiva de todo o edifício, é diário né, na verdade esse é que é o trabalho da manutenção, diariamente tá observando e tentar manter o que tem. É isso que eu penso. Os outros também tem tantas dificuldades, o Palácio Itaboraí também é assim, quando nós chegamos lá ele estava bastante degradado. Foi uma obra, foi uma obra assim, bastante... Como é que eu posso dizer? Uma intervenção pesada né? Em termos de conservação do edifício, porque as esquadrias de madeira já estavam bastante deterioradas. O madeiramento do telhado também, nós fizemos o levantamento de tudo aquilo. Nossa, todas as peças, assim, o estado como elas se encontrava e sofria-se com umidade, vazamentos por conta do telhado. Então nós encontramos realmente o Palácio Itaboraí num estado de conservação bem deteriorado, mas que hoje, assim, foi uma grande obra que conseguiu-se recursos para se manter e restaurar e ser entregue pra população utilizar. Eu até estive lá a uns 2 anos atrás, visitei o Marco Antônio [Barbosa] estava lá né, porque ele... mas foi uma visita rápida né? Eu estava a passeio em Petrópolis e resolvi passar lá para rever o Palácio Itaboraí, porque foram tantas, assim, durante estes 10 anos eu participei em vários momentos que eu participei do levantamento e depois durante a obra também fiz esse acompanhamento com a Marcia e a equipe de manutenção. Quando eu saí daqui no último ano, em 2009, a gente nessa proposta de organização da manutenção, a gente também tinha estimado uma equipe para fazer o trabalho de manutenção no Palácio Itaboraí. Mas isso eu também não vi como ficou.

DPM: E como é que foi a sua saída do Departamento?

MF: Bom, a saída foi em função do... Eu fiz outros concursos né, então, eu era terceirizada e então eu passei, fui chamada e com muita dor no coração, eu saí né, mas tinha que ser, é a vida. Vida que segue. Hoje também eu já me encontrei em outro lugar. Depois fui pra Procuradoria do Estado, fiquei 5 meses, mas logo em seguida, a UFF... eu tinha passado também pro concurso da UFF e eles me chamaram e aí fui pra lá e logo em seguida que eu cheguei na Universidade, eu estava na Superintendência de lá, aí fui convidada para atuar no Hospital Antônio Pedro e estou lá até hoje, meados de 2010 até hoje. Tô, assim, fui convidada... cheguei num hospital que não tinha ninguém também, eu praticamente sozinha, uma equipe pequena e tive que montar uma equipe lá. Hoje eu tenho uma equipe no meu setor na parte de infraestrutura física e a gente está também passando por um processo de organização interna, mas que já está consolidado. A gente já tem uma equipe que, claro, tem que crescer, mas assim, consegui construir lá, assim, com

muita luta para dar continuidade ao trabalho e no final acabei... assim, trabalho lá com arquitetura hospitalar e dentro do contexto da história da preservação de patrimônio hospitalar e aí reencontramos com o Renato que faz esse trabalho na área de pesquisa sobre patrimônio da saúde. Foi uma coincidência, na verdade no final, assim, hoje eu estou trabalhando na área da saúde, arquitetura hospitalar e fui de uma instituição que o trabalho dela era voltada pra essa área né? E assim, na verdade eu também estou... é um lugar que eu me encontrei também, de novo. E é isso. Não sei se teria...

DPM: E é muito importante né, quando a gente se reencontra várias vezes...

MF: É, assim, o patrimônio histórico está na minha vida, então todo lugar que eu vou, assim, a gente... a minha seleção é sempre ir a algum lugar para conhecer o patrimônio histórico da cidade. Então, essa relação é constante.

DPM: Como é que você acha, se é que tem relação, se você considera que tem relação, a sua experiência aqui no Departamento de Patrimônio contribui pra sua atuação hoje?

MF: Ah, em muita coisa. Só com relação a como atuar no serviço público né, que é muito diferente da empresa privada. Então, os processos de licitação, compra, de especificação, elaboração de projeto básico, termo de referência, então tudo isso eu aprendi aqui na verdade. Que eu uso no meu dia a dia. O processo mesmo, administrativo, que eu conheci aqui, na verdade é o mesmo que se faz lá. Então isso, realmente eu não tive dificuldade nenhuma. Tá?

DPM: E tem, assim, algum aspecto que não foi mencionado por nós que você gostaria de destacar? Alguma obra? Alguma passagem sua por aqui ou na sua experiência profissional de uma forma geral que você gostaria de destacar aqui?

MF: Ai, eu não sei gente, é tanta coisa na cabeça. Assim, foi um momento muito bom da minha vida. Na verdade, eu gostei muito de trabalhar aqui, tenho... É, como eu posso dizer? Ah, tá na minha vida né? São 10 anos de trabalho gratificante, sempre gostei muito do meu trabalho, se bem que todo lugar que eu vou eu me empenho e faço o melhor que eu posso também, isso está em mim, eu acho que eu me adapto a qualquer lugar, entendeu? Eu acho que a gente é que cria isso né, então eu não tenho muito essa dificuldade não. Sabe?

DPM: E assim, para finalizar mesmo agora. Você poderia deixar registrado pra gente alguma recomendação ou algum pensamento para colaborar com a equipe atual do DPH na preservação do seu acervo? Alguma coisa, alguma mensagem que você gostaria de deixar? Uma recomendação mesmo.

MF: Ai gente, eu? Quem sou eu né? Eu acho que o trabalho está sendo bem realizado pela equipe, só dar continuidade àquilo que já foi feito né? Tem uma base muito boa do que foi feito, é manter e melhorar cada vez mais. Não tenho mais nada a dizer. Não sei. É até muito difícil...

DPM: É difícil né?

MF: Bastante.

DPM: A gente queria te agradecer.

IA: Posso?

DPM: Claro Inês. Acrescenta aí.

MF: Ai Inês, vai lá...

DPM: Juliana [Lopes] também, não? Então Inês [Andrade], fica à vontade.

IA: Obrigada viu? Só tirar uma dúvida. Sobre aquela questão [de] como é que era quando você chegou aqui. Como é que era a rotina de trabalho? Como é que vocês se organizavam? Chegava uma demanda? Como é que os grupos, já que vocês tinham os setores, como é que o grupo se organizava quando chegava uma demanda de um projeto, como é que vocês se dividiam?

MF: Bom, na verdade, cada profissional tinha uma responsabilidade dentro do setor. E como eu fui trabalhar diretamente com a Marcia [Franqueira], então eu atuei dentro daquilo que estava determinado pra ela executar. Na verdade, eu não sei nem te dizer das outras áreas, porque tinham várias frentes de trabalho entendeu? É porque eu era estagiária quando eu comecei, então eu fazia o que, assim, o que tinha de demanda para... assim, o estagiário não participa também dessas decisões em conjunto. Isso foi posterior na verdade. De participar mais das reuniões de departamento. Nesse início foi um início, assim, de aprendizado, de conhecer como se fazia o trabalho. As especificações técnicas, os levantamentos, a gente atuava nessa área de elaborar o projeto, de desenhar. Não participava da decisão, tá? E desde o início, eu trabalhei sempre com a Marcia [Franqueira]. O primeiro trabalho que nós pegamos era o Palácio de Itaboraí que já era um trabalho imenso, só ele já nos consumiu muito tempo, fora as obras aqui, da Bow-window, Pavilhão do Relógio também, vários levantamentos que nós fizemos. E ao longo desse tempo teve colônia Juliano Moreira e as outras edificações daqui também do conjunto arquitetônico. Mas nesse início eram muito poucas pessoas também. A gente dividia as tarefas por profissional, no caso, e era a Marcia, Renato, Bettina, Sonia e Marco José. Basicamente os 5. Acho que não esqueci de ninguém. Gente, se eu esquecer de alguém vão falar “poxa, esqueceram de mim”.

IA: Benedito [de Oliveira]?

MF: Não, Benedito [de Oliveira] era o chefe de departamento. Na verdade eu conheci primeiro ele.

IA: Então, cada um desses arquitetos... eles tinham então estagiários que se...?

MF: Sim, é porque eu e André [Ronzani] ficamos juntos nesse trabalho lá no Itaboraí. Aí a Ana [Lucia Oliveira] quando chegou também. Os outros profissionais, eu não lembro tão bem. O

Alexandre [José Pessoa] trabalhou diretamente com o Renato [da Gama-Rosa Costa]. O Thorsten [Nolte] a Sônia [Nogueira] também, no projeto da Oficina Escola ele também atuou um tempo com ela, mas eu não lembro dos mínimos detalhes dessa época, desse início né? Foi basicamente isso. Eu estava muito envolvida mais no acompanhamento das obras em execução e nos levantamentos.

IA: Além do [José] Aguilera, que outros fiscais do IPHAN você lembra, assim?

MF: Não... é porque o [José] Aguilera era uma pessoa, era uma referência pra gente que ele já tinha... sempre participou aqui junto com a Marcia [Franqueira], eles são muito amigos, muitos amigos e ele era o nosso consultor direto, praticamente. Não lembro de outro nome que eu tenha tido contato não. Tem algum que você...?

IA: A Yanara [Haas].

MF: Não, a Yanara [Haas] eu lembro dela, assim, que a Marcia [Franqueira] que fazia mais esses contatos também entendeu? A gente não ficava tão envolvida quanto. Porque a Yanara também era fiscal realmente... você lembrou do nome dela, mas eu lembro muito pouco. Mas realmente tinha uma atuação dela porque ela era... Não sei se daqui, mas lá em Petrópolis também tinha uma pessoa, mas aí essa memória quem tem é a Marcia, não sou eu. Aí é mais fácil com ela. Não tenha dúvida. Mas assim, porque praticamente assim, a maioria das obras, na verdade, eram... as fiscalizações... a grande maioria estava com a Marcia né? A gente trabalhou juntas esse tempo inteiro, mas eu não sei... assim, esses contatos mais da parte mesmo de aprovação de projeto e aí esse acompanhamento era com ela mesmo. Ela, o Benedito né, que cuidavam da parte gerencial mesmo.

IA: Tá ótimo. Obrigada.

DPM: Então tá. Muito obrigada pela sua presença, pela sua contribuição.

MF: Acho que eu não esqueci de nada.

DPM: Pela sua disponibilidade de ter vindo conversar com a gente hoje.

MF: Que isso, obrigada vocês.

DPM: A gente agradece muito.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Rosina Trevisan**

Rosina Trevisan, Débora Paiva Monteiro e Inês Andrade

(Novembro, 2017)

TREVISAN, Rosina (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 11 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Rosina Trevisan Martins Ribeiro

**Local da entrevista:** Pavilhão Mourisco, sala 308, Campus Fiocruz Manguinhos - RJ

**Data da entrevista:** 06 de novembro de 2017

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro e Inês Andrade

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 29 minutos e 58 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Rosina Trevisan Martins Ribeiro em 06/11/2017.

DPM: Entrevista para o projeto “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”. A entrevistada de hoje é Rosina Trevisan Martins Ribeiro, no dia 13 de novembro de 2017. Os entrevistadores são Débora Paiva Monteiro e Inês Andrade.

Então Rosina a gente vai começar daquela forma como eu te falei num bloco inicial sobre os seus dados pessoais, a sua formação e aí a gente entra na relação específica com o Departamento de Patrimônio tá?

Então primeiro, para ficar registrado eu queria que você dissesse pra gente seu nome completo, data e local de nascimento.

RT: Rosina Martins Ribeiro, 29 de agosto de 53 aqui no Rio de Janeiro eu nasci.

DPM: E como foi sua formação acadêmica? Qual curso você fez? Quando você se formou? Se você puder dar um panorama...

RT: Eu fiz Arquitetura, eu me formei em... 77, julho de 77 pela Gama Filho. Depois eu fiquei trabalhando, fui trabalhar na área de Patrimônio e aí depois, na década de 90, se não me engano em 1990 ou 92 eu fui fazer o mestrado em Arquitetura na UFRJ. Depois disso eu aproveitei e já emendei no doutorado, não tinha doutorado lá na Arquitetura, fui fazer o doutorado na Engenharia de Produção na COPE-UFRJ.

DPM: E seu doutorado terminou em 2000? Foi isso?

RT: Foi, foi, isso mesmo.

DPM: Conta um pouco para gente como surgiu seu interesse pela área de arquitetura em primeiro lugar.

RT: Bom, pela área de Arquitetura, eu era muito nova e eu desenhava bem então a família toda dizia: “Não, ela tem que ser arquiteta, ela tem que ser arquiteta”. Eu na realidade gostava de matemática, física e matemática, mas não queria ser professora. Então, falei assim: “Poxa, hoje em dia no Brasil, matemática, física, é muito difícil trabalhar com pesquisa, você geralmente vai trabalhar na área de ensino”. Aí abriu um vestibular na Gama Filho para Arquitetura e eu tinha bolsa de estudo porque eu era atleta. Então, todo mundo dizia: “Ah você tem que fazer arquitetura porque você desenha bem.” Fui fazer arquitetura, foi assim, por acaso, como grande parte da minha vida, foi tipo “deixa a vida me levar”, foi indo por acaso. Então, fui fazer arquitetura sem pensar em Patrimônio, porque naquela época não existia, não tinha nenhuma disciplina na área de Patrimônio, nada.

DPM: No corpo da faculdade de...

RT: No corpo da faculdade de Arquitetura. Não existia... Então, nem sabia o que era Patrimônio. Então me formei, fui trabalhar, comecei a trabalhar, no lugar onde eu estagiava eu passei para arquiteta, que era o PREMEN, um órgão do MEC e ali eu fiquei trabalhando como arquiteta até que na década de 80, início da década de 80, eu fui para... ou final de 70, não início de 80, eu fui pra Fundação Nacional Pró-memória, abriu uma vaga na Fundação Nacional Pró-memória e eu ia ganhar, ia ter um aumento substancial de salário, eu fui par lá junto com o José Aguilera, que eu trabalhava com ele no MEC, nós fomos juntos, eu trabalhava com ele no PREMEN, do PREMEN fomos para o MEC porque era tudo interligado e aí fomos para a Fundação Nacional Pró-memória. Como eu tinha muita experiência em obra, então falaram assim: “Ah, vou colocar você na obra do Museu da República, Palácio do Catete.” Aí fomos eu e Aguilera para o Palácio do Catete. Chegou lá, eu não entendia nada de Patrimônio. Eu vi aquele prédio lindíssimo, maravilhoso e eu achava que eu podia sair quebrando as pinturas e colocando as instalações e depois pintava de novo. Coisa impossível né? Então o Aguilera que foi assim meu mestre, com aquele “não Rosina, Patrimônio não é isso”. E aí foi dando muita coisa para eu ler, eu fui lendo muito, tive a assessoria dele, que eu acho uma pessoa fantástica e com isso eu comecei a gostar de Patrimônio.

DPM: Então foi através de uma experiência de trabalho que... a área de Preservação e Patrimônio se apresentou para você?

RT: Exatamente. Entrou na minha vida. Exatamente.

DPM: E aí a partir dessas orientações do Aguilera... depois disso você fez algum curso de capacitação na área de preservação? Você chegou a se preparar formalmente para as atividades?

RT: Bom, aí eu estava na Fundação Pró-memória, eu aprendi com a prática, realmente com a prática. Daí eu fui gerenciar, eu fui convidada, eu pedi uma licença sem vencimento e fui ser coordenadora de uma firma de Patrimônio, que trabalhava só com obras de Patrimônio. Aí depois disso veio aquela época, aquela era do Collor que estavam mandando muita gente embora e eu voltei para o Pró-memória. Nessa época o SPHAN, era SPHAN na época, juntou com a Fundação Nacional Pró-memória e formou até o IBPC, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Então eu voltei para trabalhar na Pró-Memória e aí eu resolvi fazer o mestrado. Então eu fiz o mestrado em Arquitetura, mas a minha dissertação, porque não existia mestrado na área de preservação, então minha dissertação foi sobre substituição de estrutura de aço por madeira em obra de restauração, colocando como estudo de caso a Casa França Brasil, que foi a obra justamente, uma das obras que eu coordenei foi da Casa França Brasil, então eu fiz sobre isso. E depois o meu doutorado também, não existia também na área de Patrimônio, eu fui fazer na COOPE [Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro], mas foi sobre avaliação após ocupação em prédios tombados. Ou seja, foi... meu aprendizado foi mesmo na prática. Apanhando e aprendendo, apanhando e aprendendo.

DPM: A gente tinha o registro de dois cursos, um que você teria feito na Casa de Rui Barbosa... não teve isso? E outro na UFRJ.

RT: Ah eu fiz... eu posso ter feito sim alguns cursos de extensão, cursos pequenos. Quando tinha cursos de extensão na área... eu não lembro mais porque já foi a algum tempo, minha memória não dá para isso, mas quando tinha curso de extensão, já teve um sobre argamassa que eu fiz até se eu não me engano aqui na Fiocruz, não no Museu Nacional teve um curso de argamassas a base de cal, eu fiz... então sempre que tinham cursos que eram relacionados a área de Patrimônio eu fui fazendo porque esse era o meu interesse. Eu digo que a pessoa que entra nessa área de Patrimônio é como se ela fosse assim... eu falo isso para os meus alunos né... é como se fossem assim mordidos por um mosquitinho que aí ficam assim viciadas, porque é uma área maravilhosa, você não consegue sair mais. Então você tem que estar sempre aprendendo, sempre estudando. Eu estou sempre lendo, estudando, participando de congressos e de interações com outras universidades, sempre com o intuito de aprender mais né?

DPM: E aí quando você começou a sua formação, a trabalhar especificamente com preservação... queria que você falasse um pouquinho da sua percepção de como era o panorama do mundo da preservação no Brasil em geral e mais especificamente no Rio de Janeiro. Ou seja, quais eram os caminhos possíveis para cursos de capacitação, enfim formação de quem tinha interesse na área. Tinha opção? Não tinha muito? Como é a sua percepção?



RT: Na parte de cursos não tinha não, praticamente nenhum. Eu conhecia o CECRE [Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia] na Bahia, que era uma especialização, relacionado à UFBA, fora isso eu não conhecia praticamente de cursos. O que existia de bom na época é a Fundação Nacional Pró-memória, porque como ela era uma autarquia, era uma Fundação, nós tínhamos condições de arrecadar verbas e com isso nós conseguíamos produzir muito, na época o Aguilera era o coordenador de obra, eu era a vice coordenadora e todas as nossas obras nós fazíamos prospecções antes, nós fazíamos estudos para poder... quando nós fôssemos licitar nós já tivéssemos bastante informações sobre o imóvel para poder fazer um bom trabalho, um bom memorial para poder licitar a obra. Então essa época eu acho que foi fundamental para a área de patrimônio, foi a época da existência da Fundação Nacional Pró-memória. Depois disso eu acho que o patrimônio engessou um pouco sabe? Até em função de que... na época do Collor mesmo, que ele fundou o IBPC ele quis, no meu entender, tirar uma identidade do Patrimônio, porque o IPHAN sempre foi

IPHAN... ele começou como SPHAN, DIPHAN, depois IPHAN, foi SPHAN de novo. E sempre com esse “PHAN” de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ele chegou com IBPC, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural. Eu me lembro quando eu viaja na época perguntavam “onde você trabalha? ”, eu falava IBPC, as pessoas achavam que eu trabalhava no Instituto do Café, no Instituto Brasileiro de Café, entendeu? Porque ele quis tirar um pouco dessa identidade do órgão. E ele tirando essa identidade do órgão, ele tirou muito a força do órgão. Porque o IPHAN tinha uma força muito grande dentro do Patrimônio, ele era um órgão muito conhecido e ele acabou sendo menos reconhecido em função de algumas coisas que foram acontecendo, entendeu?

DPM: E quais eram as principais influências assim, onde vocês iam buscar inspiração para se munir de... informação mesmo para fazer as obras na área de preservação e patrimônio? Tinha assim uma linha específica que vocês seguiam mais? Como era isso?

RT: Sim, nós seguíamos muito a Escola Italiana, até porque um dos arquitetos que trabalhou com a gente dentro da Pró-memória, dentro do IPHAN, na 6ª, na época era a 6ª CR – Sexta Coordenadoria Regional, que era o arquiteto Jayme Zettel, ele tinha uma formação da área italiana, então nós seguíamos a filosofia e teoria italiana principalmente relacionado à [Cesare] Brandi... Brandi é depois da década de 60 né, que ele escreveu, quer dizer, justamente a época que eu estava no Patrimônio, então nós seguíamos muito essa teoria italiana muito em função do Jayme Zettel que foi um ótimo, excelente arquiteto. E ele fazia reuniões conosco na Sexta Coordenadoria Regional, nós fazíamos reuniões, se não me engano, não me lembro mais se

eram semanais ou quinzenais, em que a gente discutia teoria. Isso era muito bom, muito bom, isso depois se acabou dentro do IPHAN, mas isso foi um período muito bom para gente.

DPM: Imagino! Devia ser um exercício maravilhoso para o dia a dia do trabalho, vocês formavam ali um grupo de pesquisa também né, no final das contas, e formação...

RT: Lógico! E com isso a gente aplicava isso nos nossos serviços né, nas nossas obras, nas nossas análises de tombamento... mas todo o grupo daquela época de arquitetos era mais formação na prática mesmo.

DPM: Você chegou a dar aula na Faculdade Santa Úrsula?

RT: Cheguei... mas eu fui monitora lá na Santa Úrsula, na área de topografia. Aí depois que eu me formei eu fui dar aula na Gama Filho, mas também em topografia. Porque naquela época, década de 70, não tinha nada de patrimônio nas faculdades, não existia obrigatoriedade dessa disciplina. A disciplina de técnicas retrospectivas, que é a que corresponde dentro da UFRJ à CRPC que é Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, só na década de 80 que ela começou, que se tornou obrigatória, antes disso não tinha.

DPM: E existia alguma disciplina sobre arquitetura eclética no currículo do curso de arquitetura? Você lembra?

RT: Ah, eu não lembro bem... tem mais de 40 anos né... realmente não lembro.

DPM: Era mesmo para a gente saber se já havia algum interesse nessa área nessa época né...

RT: É, na área de História e Teoria da Arquitetura deveria ter, lógico...

DPM: Então falando já mais especificamente da sua relação com o Departamento. Você comentou que entrou para o IPHAN quando a Pró-memória se juntou né, se tornou uma coisa só, isso mais ou menos na década de 80 que você falou...

RT: É, na década de 80 eu entrei para a Fundação Pró-memória, ela só se uniu, Fundação Pró-memória com IPHAN e aí surgiu o IBPC isso final da década de 80. E aí depois que eu fui fazer, foi uma parte que eu não falei, mas depois que eu fiz o mestrado, eu resolvi fazer prova, justamente por isso como, eu tinha falado, o IPHAN ficou muito congelado, acabou a Fundação, as obras diminuíram muito, então eu queria alguma coisa nova, queria continuar produzindo e aí eu fui, fiz concurso para a UFRJ, para dar aula na UFRJ. Aí eu comecei professora de lá, comecei...

DPM: O concurso foi quando mesmo?

RT: O concurso foi em 1996, eu tomei posse em fevereiro de 96, tá... foi quando eu fiz o... eu fiz concurso para topografia, eu era professora de topografia, mas como eu tinha essa experiência no IPHAN eu fui convidada para dar aula de Patrimônio no Departamento de História e Teoria e logo depois eu fui para o PROARQ, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, que aí nessa

época já tinha a área de História e Teoria e o link na área de Preservação. E aí foi que minha pesquisa realmente, desandou vamos dizer assim, começou a melhorar e evoluir em função do... da parte docente né, em função da universidade.

DPM: E falando da sua atividade como arquiteta do IPHAN, quando começou e como começou sua relação com o Departamento de Patrimônio. A sua relação começou com fiscal das obras ou tinha alguma relação antes?

RT: Quando eu comecei, quando eu estava no IPHAN, se não me engano cheguei a vir aqui uma ou duas vezes como funcionária do IPHAN como, vamos dizer, numa questão mesmo de fiscalização, de vistoria do prédio. Quando eu falei para você que eu tinha tirado esses dois anos de licença sem vencimento para trabalhar numa firma, numa firma de Belo Horizonte, a Coscarelli, e eu coordenava as obras aqui, eu coordenei a obra da Torre Norte aqui da Fiocruz. Eu era a coordenadora da obra, a obra era executada, foi executada pela Coscarelli, essa firma de Belo Horizonte. Tinha um arquiteto aqui que ficava diretamente na obra junto com o pessoal do Departamento de Patrimônio, do DPH da Fiocruz e eu fazia a coordenação da obra. Eu vinha, estava aqui pelo menos duas ou três vezes por semana eu estava aqui.

DPM: Então sua principal atuação nas obras daqui do Departamento foi como funcionária dessa empresa nesse período de dois anos?

RT: Sim, sim.

DPM: E as obras foram todas na Torre Norte.

RT: Na Torre Norte. Eu me lembro que na época nós discutimos algumas coisas, uma restauração das ameias lá do terraço, mas o foco foi a restauração da Torre Norte da Fiocruz, esse era o objetivo da obra. A licitação foi para isso e ela foi executada.

DPM: E você podia falar um pouquinho quais eram as impressões dessa obra de restauração, o que vocês encontraram, como foram tomadas as decisões, enfim, suas impressões um pouco desse trabalho.

RT: Sim. Essa obra era uma obra grande, importante porque a Torre estava num estado muito ruim de corrosão, a estrutura metálica da Torre estava toda corroída, nós tivemos que desmontar todos aqueles elementos decorativos em concreto e massa aquilo ali foi tudo desmontado, teve que ser refeito e.... para poder fazer toda aquela estrutura metálica, quer dizer, restaurar toda a estrutura metálica da Torre, restaurar aquela cúpula em cobre que tem... e foi uma obra bem grande. A fiscalização aqui do DPH era uma fiscalização bem presente, ela estava sempre acompanhando a obra o tempo todo...

DPM: Os funcionários estavam sempre...

RT: Os funcionários do DPH, eles acompanhavam direto, ficavam direto acompanhando a obra. Então foi uma troca grande entre nós da firma e os funcionários do DPH nessa... muitas coisas foram decididas na hora porque na hora que nós... por exemplo, a própria estrutura metálica, nós só conseguimos decidir exatamente o que fazer depois que nós descobrimos ela, porque ela estava toda recoberta com a parte de concreto. Somente depois que ela tornou aparente é que nós descobrimos o real estado dela. Então muitas decisões eram tomadas em conjunto, nós com os arquitetos do DPH. Foi uma obra bem, bem exaustiva, bem grande, mas foi boa.

DPM: O tempo de duração dessa obra foi de mais ou menos dois anos? Você lembra?

RT: Não lembro, não lembro. Mas eu acho que foi um pouco menos tá, porque eu não cheguei a fazer dois anos de licença.

DPM: Então como fiscal mesmo do IPHAN você pouco atuou aqui na... no DPH?

RT: Sim, eu vim algumas vezes... E aí depois eu voltei para o IPHAN e aí eu continuei vindo algumas vezes em coisas que solicitavam. Geralmente eu vinha junto com o Aguilera, porque como ele era o coordenador de obras eu trabalhava na... isso antes da firma tá... ele era o coordenador de obras e eu era vice a gente vinha toda vez que havia alguma demanda. E aí depois da... depois que eu trabalhei nessa firma eu vinha somente quando o DPH solicitava a presença. Mas nós dentro da 6ª CR, nós éramos divididos por área de fiscalização e de trabalho e a minha área era mais o Jardim Botânico. Então tinham fiscais específicos para determinadas áreas no Rio de Janeiro, porque era impossível a gente abarcar tudo né? Então por isso é que só vinha quando tinha realmente alguma... quando me requisitavam para alguma coisa, mas foi bem pouco. Durante o período da obra sim, era constante esse relacionamento.

DPM: Como era a relação do IPHAN enquanto instituição com o Departamento de Patrimônio? Você lembra se tinha... Era uma relação amistosa ou se tinha alguma tensão?

RT: Olha, eu não lembro. A minha relação era muito boa com o pessoal daqui, eu nunca tive nenhum problema com nenhum arquiteto, nem pela firma, nem pelo IPHAN... Com nenhum arquiteto ou com nenhum chefe de Departamento. Sempre a relação nossa foi boa, como é até hoje, entendeu? Mesmo eu não tendo muito contato... depois que eu fui para a universidade... nós temos aqui tanto a Inês [Andrade], que trabalha aí com vocês né, como a Carla [Coelho], foram minhas alunas, minhas orientandas dentro da universidade... fizeram concurso naquela época, me lembro que as duas fizeram concurso junto. A Cristina Coelho também, então... eu sempre tive... Cristina não foi minha orientanda, mas foi aluna minha também lá na universidade. Então eu sempre tive um relacionamento muito bom... O Renato da Gama-Rosa [Costa] também, não foi meu aluno, mas o relacionamento é bom, ele participa de bancas lá na UFRJ, banca de alunos meus, então nunca... sempre foi bom.

DPM: E aí você saiu do IPHAN imediatamente quando fez o concurso da URFJ né? Fez o concurso, passou e saiu.

RT: Sim, em 96.

DPM: Depois que você saiu do IPHAN e assumiu essa função na UFRJ você chegou a manter algum relacionamento com o Departamento de alguma consultoria para alguma obra, alguma questão ou não?

RT: Estou tentando me lembrar... (risos) ... olha, eu me lembro que uma vez a Cristina... nós conversamos sobre fazer um curso junto com a... só nesse sentido... Cristina Coelho... fazer um curso junto com o pessoal... com o José Aguiar, professor José Aguiar da Universidade de Lisboa. Eu me lembro que nessa época nós tivemos uma interação. Mas acabou o curso não saindo aqui na... não foi aqui. O curso foi lá na UFRJ mesmo, no nosso Departamento, mas à princípio ia ser até aqui na Fiocruz, mas acabou não acontecendo, não me lembro porque mais.

DPM: Você gostaria de destacar algum aspecto que não foi mencionado, de alguma obra, algum trabalho que você tenha feito especificamente aqui na instituição, aqui no Departamento ou em alguma outra área da Fiocruz?

RT: Não, não tem nada especial não.

DPM: A gente está finalizando já, você acha que sua experiência tanto como fiscal do IPHAN, tanto como sua atuação como coordenadora da obra pela empresa... esqueci o nome...

RT: Coscarelli.

DPM: Coscarelli... contribuiu de alguma maneira para sua atuação hoje? Para a função que você exerce hoje como professora da UFRJ?

RT: Sim. Eu dou uma disciplina que é Técnica de Conservação e Restauro e eu apresento coisas que foram realizadas aqui na obra, na Torre da Fiocruz. Então, é sinal que me serviu bastante né de... para ser aplicado agora dentro no meu trabalho. Isso a gente tá sempre aprendendo. E nessa área de Patrimônio, não existe norma, não existe regra, cada obra é um aprendizado, cada obra é uma coisa nova, em cada obra você está aprendendo. E o que você tem que fazer é pegar esse aprendizado e passar adiante, para os seus alunos, para outras pessoas. Eu tive um aluno também que trabalhou um bom tempo aqui na parte de conservação preventiva, o Rodrigo Reis né, ele foi se não me engano, ele começou como... ele era terceirizado, mas ele fez um trabalho grande aqui nessa área... que também nós aproveitamos muito entendeu esse trabalho. Ele levou o trabalho que era feito aqui, ele levou para nós lá, para apresentar então... sempre uma troca né? Sempre um aprendizado.

DPM: Então, para finalizar mesmo... (risos)... a gente queria assim, sobre a prática da preservação, se você poderia deixar registrado alguma recomendação ou algum pensamento para colaborar com a equipe do Departamento na preservação do seu acervo.

RT: Bom, eu acho que a única coisa que eu posso falar seria assim de uma forma geral... Eu acho que nós arquitetos temos, nós temos um defeito de um modo geral, nós arquitetos somos vaidosos, e o arquiteto na área de Patrimônio ele precisa deixar sua vaidade de lado e colocar como ponto mais importante aquilo que ele está trabalhando, o bem, o patrimônio pelo qual ele está fazendo alguma obra, algum projeto. O que importa é esse patrimônio, o valor efetivo é do edifício e não o que nós estamos fazendo ali. O que nós temos que executar, que projetar, ele tem que ficar inserido dentro daquele prédio, mas fazendo com que o prédio ele se valorize cada vez mais, ressaltando o valor desse prédio, entendeu? Então eu acho que dentro de Patrimônio é uma coisa que a gente tem que ser sempre... tem que ter sempre essa... essa ideia na cabeça entendeu? Que tudo o que nós fazemos na realidade em Patrimônio é um ato crítico. Nós fazemos uma análise crítica de um prédio, de um bem, para em cima dele executarmos as nossas alterações, as nossas intervenções. Então a gente tem que pensar que o que importa é aquele bem ele é que tem que permanecer brilhando e não nós... isso é a única coisa. Isso é de uma forma geral, não é para cá, mas de forma geral.

DPM: Tá ótimo! Muito obrigada. Queria agradecer a sua disponibilidade de vir aqui conversar com a gente e deixar essa mensagem no final.

RT: Nada... Eu espero que tenha sido proveitoso.

DPM: Foi ótimo! Obrigada.

RT: Obrigada vocês, eu que agradeço.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Geraldo Filizola**

Geraldo Filizola, Débora Paiva Monteiro e Sônia Nogueira  
(Março, 2018)

FILIZOLA, Geraldo (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 13 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Geraldo Filizola

**Local da entrevista:** Pavilhão do Relógio, Campus Fiocruz Mangueiras - RJ

**Data da entrevista:** 23 de março de 2018

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro e Sônia Nogueira

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 34 minutos e 19 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Geraldo Filizola em 23/03/2018.

DPM: Bom, hoje é a entrevista com.... me perdi... Geraldo Filizola – só para eu não errar o seu nome. Essa entrevista faz parte do projeto “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”. Os entrevistadores são Débora Paiva Monteiro e Sonia Aparecida Nogueira e a entrevista está sendo filmada por Gregório Albuquerque, no dia 23/03/2018.

Bom Geraldo, como eu tinha falado inicialmente a gente vai fazer um primeiro bloco de perguntas sobre seus dados pessoais e sobre sua formação para ficar tudo registrado. Então, em primeiro lugar eu gostaria que você dissesse qual seu nome completo, data e local de nascimento.

GF: Tá, meu nome é Geraldo Filizola, eu nasci em Curitiba, em 29/09/1949.

DPM: E qual é a sua formação acadêmica?

GF: Eu sou engenheiro civil, com especialidade em estruturas formado pela PUC em 1972 e desde essa época trabalhando com estruturas.

DPM: Tá, então você já mais ou menos respondeu o que eu ia perguntar em seguida né, você fez uma especialização em estruturas na própria PUC?

GF: Sim.

DPM: Você fez algum outro curso de especialização?

GF: Olha, recentemente em função da possibilidade de continuar dando aula eu fiz um curso na própria PUC também de Sustentabilidade em Projetos, tá. Mas foi uma situação que me permitiu continuar dando aula porque senão eu não poderia continuar dando aula uma vez que eu não tenho mestrado.



DPM: Entendi, para continuar o seu trabalho... Bom, na época que você se formou, em 72 né, como eram as perspectivas do campo de trabalho na área de engenharia estrutural?

GF: Olha, para engenharia estrutural eram bons, a expectativa era muito boa. A gente estava numa época no Brasil naquele momento que tinham muitas obras públicas, então quando eu me formei eu tinha trabalho, tive uma oferta de trabalho para mudar de local de trabalho para outra empresa, tá. Então nessa época, isso estava muito bom. Isso durou até mais ou menos 1979, 80 por aí... que daí começou uma crise braba no nosso setor.

DPM: Tá e no seu curso de formação, quando você estudava né, como era abordada a História das Técnicas de Construção e Materiais no curso de Engenharia? Existia essa matéria? Como era?

GF: Existia, mas... eu posso dizer hoje em dia que a formação era fraca, quer dizer, a gente tinha uma formação basicamente de Estrutura de Concreto e uma formação... quer dizer nessa área de Construção tá... não na área de Projetos e Estruturas tá... Na área de Construção era muito pouco, a gente tinha poucas informações e era uma coisa muito repetitiva, como é que era os acabamentos, isso e aquilo, então pra minha formação isso aí não ajudou nada, não teve nenhum acréscimo, vamos dizer, de conhecimento grande na minha formação na época.

DPM: E você identifica alguma mudança para a formação nos cursos de Engenharia hoje?

GF: Não, não vejo nenhuma melhora nesse aspecto, quer dizer, hoje em dia eu dou aula, eu acompanho uma turma na Faculdade de Arquitetura da PUC e a gente tenta dar uma informação maior nessa área de Construção, inclusive abrindo um pouco o campo falando de estrutura de madeira, estrutura metálica, estrutura de concreto tá... e curiosamente na PUC eu acompanho uma cadeira que fala de Revitalização, que era uma coisa que na minha época ninguém falava no assunto e eu só vim começar a trabalhar com restauração e revitalização por volta de 79, 80 por aí tá... não um pouquinho mais, talvez em 85, por aí, quando uma pessoa que eu conhecia voltou de um curso no exterior e daí começou-se a falar de restauração científica aqui no Brasil, foi uma turma que foi para Itália, voltou e daí teve uma... começou a se falar de restauração científica nessa área. Daí que eu comecei a trabalhar com restauração.

DPM: Então, era isso que eu ia perguntar, na verdade, como e quando surgiu seu interesse pela área de preservação. Então foi através dessa pessoa que... pode contar um pouquinho mais dessa história para gente?

GF: Posso, posso... essa pessoa eu conheci um pouco antes, ela se chama Silvia Puccioni, foi uma das pessoas que começou com essa ideia de restauração científica aqui no Brasil, foi uma das pessoas que mais deu ênfase a esse campo de trabalho, tá, eu a conhecia antes dela ir para a Itália. Quando ela voltou da Itália, ela começou a trabalhar no Ministério, na época era SPHAN

se não me engano tá, e ela começou então, por nos conhecer, a nos chamar para ajudá-la em desenvolver alguns projetos, quer dizer, a ideia global era ela que dava e a gente ajudava no desenvolvimento desse projeto. Daí com ela a gente trabalhou em projetos de [porte], de monumentos históricos importantes aqui no Brasil, como São Miguel das Missões, Casa França Brasil, o Museu Nacional de Belas Artes, foi todo um trabalho que a gente fez com a Silvia durante muito tempo.

DPM: E você chegou a fazer algum curso de capacitação na área específica de preservação?

GF: Não, não. Porque eu sempre coloco que eu sou um engenheiro estrutural, não me coloco como restaurador ou como uma pessoa dessa área de preservação, quer dizer, eu sou engenheiro estrutural que trabalha com pessoas que mexem com restauro, então eu participo com o meu conhecimento, com minha *expertise* de estruturas tá, não, não me considero restaurador, não dou palpites em relação a restauração tá.

DPM: Tá ótimo. Bom, e aí falando da sua atuação profissional a gente queria saber quando e porque foi criada a empresa CERNE Engenharia e se... você já falou isso um pouquinho antes... e se você chegou a ter alguma experiência anterior à criação da empresa – profissional eu digo?

GF: É, na realidade quando eu me formei em 72 eu fui trabalhar numa empresa chamada ECR – Sociedade Civil de Engenharia e Consultoria – eu entrei como estagiário em 72, um pouco antes de me formar, e fiquei nessa empresa – ERC – até por volta de 79, quando a empresa acabou... na realidade não acabou. Meu chefe, dono da empresa, começou a se interessar por outras coisas, era uma época em que a engenharia já estava... não estava indo muito bem, ele teve outros interesses e colocou uma situação que ou a gente fechava a empresa ou ele me vendia a empresa. Então nessa época eu já era sócio dele e acabamos assumindo a empresa, eu, meu irmão e meu pai assumimos a ECR Engenharia tá. Mais ou menos em 86, por aí, a gente fez uma sociedade com um pessoal de consultoria rodoviária, engenharia rodoviária, que é uma área muito afim com o que a gente fazia porque a gente trabalhava com pontes para este pessoal de consultoria rodoviária tá, e nessa época então nós fomos procurados por algumas pessoas que estavam saindo do escritório querendo uma sociedade. E a gente achou que era uma situação interessante e fizemos essa sociedade, ainda com o nome de ECR, e essa sociedade durou cerca de uns 2 anos. Por problemas internos a gente começou a perceber que se a gente continuasse sócio a gente ia se matar... então resolvemos abrir a sociedade. Como para eles era importante o nome e alguns atestados que eles já tinham como ECR a gente criou uma outra empresa chamada CERNE Engenharia e Projetos. E essa empresa ficou com os atestados de estrutura da ECR, então nessa época a gente iniciou a CERNE Engenharia e Projetos, por volta de 86 por aí, mas já com uma experiência e com alguns atestados de estruturas da ECR, tá.

DPM: Entendi. E quando e como começou sua aproximação especificamente com o Departamento de Patrimônio Histórico aqui da Casa de Oswaldo Cruz?

GF: Olha eu acredito que tenha sido por volta de 1990, por aí... acho que foi mais ou menos por aí né... Também foi através da Silvia Puccioni, a Silvia era do IPHAN e tinha o contato com a Fiocruz e nessa época estava se mexendo na Torre, na Torre... Norte. E a Silvia nos chamou para dar uma olhada aqui, para ver os problemas. Nessa época a Cristina Mello era a chefe do Departamento aqui na Fiocruz, por uma coincidência grande eu conhecia a Cristina anteriormente, quer dizer, eu fui colega dela de adolescência, digamos assim. Eu sabia que a Cristina tinha ido para a Itália e tinha voltado e que tinha sido chamada pelo Sergio Arouca para começar a fazer um trabalho de preservação aqui na Fiocruz. Então, retomamos o contato com a Cristina e aí começamos a trabalhar mais efetivamente com a Fiocruz e com DPH e com o Castelo propriamente dito.

DPM: E como era a relação com o DPH nesse início? E se você ao longo dos anos identificou alguma mudança nessa relação com o Departamento?

GF: Olha, isso é uma coisa complicada, tá. A relação era boa tá, quer dizer, existia uma mentalidade de se fazer preservação da maneira correta. Meu contato com a Cristina era muito bom. Nessa época então, quer dizer, ninguém conhecia exatamente... eu acredito que isso seja uma coisa real, quer dizer, ninguém conhecia exatamente como era o Castelo, quer dizer, como é que o Castelo era constituído: se ele tinha estrutura metálica, se ele era assim, se ele era assado, se ele era de concreto, se ele era de pedra... quer dizer, podia se ter uma ideia, mas não se tinha essa consciência real. E aí então a gente começou a desenvolver junto com o DPH e com o IPHAN, com a Silvia, um conhecimento um pouco maior do Castelo. Porque o Castelo tinha rachaduras em algumas estruturas, mas eram rachaduras tão evidentes que ficava difícil para um engenheiro estrutural acreditar que aquilo fosse uma rachadura que não tivesse levando tudo abaixo tá, então aí começou a se descobrir que existiam estruturas metálicas, envolvidas por argamassa e que o que dava problema era um problema nas argamassas e não propriamente na estrutura metálica. Mas se a argamassa estava com problemas certamente estava entrando alguma umidade, as estruturas metálicas podiam estar degradadas. E daí a gente tinha um paradoxo muito grande aqui no Castelo, que é, para você preservar o Castelo você tem que quebrar o que você tem que preservar para poder chegar na estrutura, tá, então isso é uma... é um problema complicado aqui na Fiocruz. Quer dizer, vocês têm estruturas metálicas envolvidas com argamassa e para você chegar na estrutura metálica que pode estar com problema, você tem que quebrar a argamassa que é a parte decorativa, vamos dizer, e que é extremamente

importante no Castelo, então é uma coisa meio paradoxal que a gente tem que resolver aqui no Castelo.

DPM: Bom, você já falou um pouquinho sobre as obras no Castelo, na Torre. Mas ao longo dos anos você participou de inúmeras obras aqui na Fiocruz né, você gostaria de destacar algum aspecto de alguma delas?

GF: Olha, eu acho que no Castelo aconteceram duas obras que eu acho que foram bastante importantes para gente, para o próprio Castelo. Uma foi a restauração... A Torre em si, é uma coisa engraçada, porque a Torre eu não tenho assim muita... A Torre é a Torre né. A bow-window foi a estrutura que mais, vamos dizer, me instigou. Porque a bow-window a gente chegava ali no Castelo e dizia “Caramba esse negócio não pode estar pendurado aqui para fora sem nada! ”. Isso ainda no início quando a gente não sabia como era. Daí a primeira investigação que a gente fez na bow-window a gente tinha uma fotografia e pensamos, “Bom, se a gente fosse fazer uma estrutura aqui, como seria? ”. E aí a estrutura mais simples era uma mão francesa, uma escora inclinada e uma peça horizontal. E daí gente falou... bom, desenhamos essa estrutura em cima de uma fotografia e pensamos: “Bom, se a gente furar aqui a gente acha alguma coisa”. A gente arrumou uma broca comprida, furamos nesse ponto e a broca penetrou e a partir de um certo ponto ela encontrou um vazio e depois encontrou alguma coisa resistente que era a estrutura metálica. Daí apenas com um pequeno furo a gente chegou à conclusão que tínhamos uma estrutura ali dentro tá, e daí foi feito um pequeno recorte e se descobriu que de fato tinha uma estrutura ali. Agora, em função, e aí a Sonia pode corrigir se eu estiver errado, em função de problemas de estruturas públicas, vamos dizer, o tempo aqui é muito devagar, ou era, não sei se isso já mudou. Então a gente descobriu uma coisa e daí até isso virar uma realidade em termos de reforço ou de atuação na estrutura, passava um tempo longo, um ano, dois anos, três anos, tá. Então eu tenho impressão que a gente alertou bastante para a bow-window logo no início do nosso trabalho, 91, por aí, e eu acho que a primeira reforma aconteceu algum tempo depois. Acho que a gente começou pela bow-window norte e depois foi a bow-window sul, não sei se tenho isso anotado aqui.

DPM: É, acho que foi... em 89... 89 ó! ... 99... e a sua em 2003, será que é isso?

GF: É, por aí. Quer dizer, eu tenho uma anotação aqui de projeto da bow-window em 2001, encerrada em 2001, julho de 2001 foi encerrada a obra da bow-window norte, que foi a primeira.

SN: Só uma informação, que é importante para os nossos registros né, nessa época a chefia era a Marcia Franqueira.

GF: Sim, era a Marcia, é. Isso... uma outra pergunta que foi feita, quer dizer, a evolução das mudanças aqui na Fiocruz,. Quer dizer, eu conheci a Cristina, depois conheci o Benedito [Tadeu de Oliveira], eu não sei se a Sonia [Nogueira] chegou a participar como chefe de departamento, não me lembro, tá

SN: Sim, dois anos.

GF: Então a Sonia, depois teve a Marcia [Franqueira], então teve uma série de pessoas que a gente conheceu como chefes de departamento e essas pessoas atuavam mais ou menos da mesma maneira, digamos assim, quer dizer com uma tentativa de preservar o Castelo, e as edificações aqui como um todo, não só o Castelo, a Cavalaria, a própria Torre do Relógio, a gente trabalhou em algumas dessas estruturas.

DPM: Então na sua opinião ao longo dos anos a relação com o Departamento não teve grandes alterações com as mudanças das chefias e reestrutura?

GF: Olha isso é difícil dizer porque você tem preferência pessoais tá, então por exemplo, com a Cristina eu me dava muito bem, a gente tinha uma relação boa, inclusive de intimidade, para poder dizer o que o outro estava pensando sem problema. Com as outras pessoas isso já era mais difícil. E as pessoas, cada uma tem as suas características, então essa relação variava. Quer dizer, eu sou o profissional e as pessoas me encaravam como profissional, mas sempre a relação que durava muito tempo, quer dizer, a gente trabalhou na Fiocruz durante muito tempo, a gente tinha contratos anuais que eram renovados em função do jurídico que tinha que dar um parecer para não haver concorrência. A gente começava a trabalhar no início do ano, o parecer do jurídico saía em julho, agosto, mas a gente já estava trabalhando desde o início do ano, mas não podia faturar nada porque o jurídico ainda não tinha dado o parecer. Então eram sempre relações meio na base da confiança e que acabavam funcionando. Eu acho que o nosso último trabalho de algum porte aqui foi em 2006 quando a gente fez um relatório sobre as varandas. E eu acho que foi o último trabalho que eu me lembre assim que a gente teve um contato mais efetivo com o Departamento.

DPM: Eu tenho aqui também registro da restauração do painel de azulejo do Pavilhão Arthur Neiva.

GF: Ah sim, isso foi lá na frente com a Bettina [Lourenço]. Trabalhamos lá também. Fizemos aqui o anexo da Cavalaria, que é um projeto absolutamente novo. Sempre que tinha alguma coisa do DPH que envolvia estruturas a gente era chamado, inclusive naquela tenda lá da Ciência em Cena, teve uma polêmica da tenda, a gente foi chamado na tenda. Então, sempre alguma coisa de estruturas a gente era chamado e.... fui chamado pelo Benedito, fui chamado pela Marcia, sempre a gente era chamado para dar algum parecer sobre as estruturas.

DPM: E quando... bom, essas obras todas que a gente está falando agora vocês trabalharam enquanto empresa né?

GF: Sim.

DPM: E quando você começou a atuar como consultor do DPH? Ou isso não teve...

GF: Não, sempre com a minha empresa, quer dizer a consultoria era por conta da empresa que era a CERNE Engenharia, eu nunca atuei assim como autônomo ou como consultor autônomo não, sempre como empresa.

DPM: E você pode destacar ou descrever alguma diferença entre a atuação né, de realizar as obras e como consultor para as obras?

GF: Olha o nosso trabalho é um trabalho de projeto tá, quer dizer, a gente tem pouca atuação como, vamos dizer, acompanhar a obra, acompanhamento de obras, esse tipo de coisa, a gente tem pouca atuação nesse sentido. Quando acontecia, quer dizer, eu me lembro lá embaixo no bondinho ali no Museu da Vida, ali a gente teve uma atuação um pouco maior nesse aspecto porque foi feito uma concorrência e uma empreiteira ganhou e foi uma coisa complicada a construção daquele pavilhão lá embaixo. Mas, eu não diria que a gente acompanhava obra, a gente era chamado quando eventualmente tinha algum problema na obra ou quando tinha alguma dúvida, então a gente era chamado. Mas um acompanhamento efetivo de obras, raras vezes, não me lembro. Quer dizer, lembro lá embaixo, que a gente inclusive colocou uma pessoa aqui, que era uma pessoa de confiança absoluta que acompanhou as obras de uma maneira geral.

DPM: Então na maior parte dos casos vocês trabalhavam com a autoria e realização dos projetos?

GF: Sim, sim. E você perguntou, teve outro... eu falei do Castelo e bow-window e teve também o que eu chamo de estanteria, um mezanino que tem em algum lugar lá do Castelo, na frente tá, que foi uma coisa também... eu diria, complicada, no aspecto que você não podia apoiar as coisas no solo, o IPHAN não permitia que você fizesse qualquer apoio no solo. Então o projeto previa um mezanino, eu acho que tinha dois pavimentos, não sei, dois pisos digamos assim, que era apoiado nas paredes e eventualmente pendurado em alguma coisa lá em cima, algumas vigas que a gente passava lá em cima. Então esse foi um projeto completamente novo, não era uma coisa de restaurar o Castelo, era uma coisa que estava sendo colocada dentro do Castelo, mas que tinha que obedecer também todos os critérios de restauração. Então essa foi uma outra obra que eu me lembro bem do desenvolvimento do projeto e algumas vezes que eu vim aqui acompanhar.

DPM: Você lembra mais ou menos a data dessa... se não lembrar não tem problema não...

GF: Por volta de 2006. Porque isso é um projeto que a gente já tem dados magnéticos, esse tipo de coisa, quer dizer, ao longo desse tempo todo, quer dizer, a gente começou em 72... tem muitos projetos lá no escritório que se perderam, porque a gente entrega os desenhos para o dono e sabe lá o que o dono faz. A partir de um certo ponto a gente começou a ficar com cópia de arquivo magnético, esse tipo de coisa. Então a gente tem um arquivo muito grande lá no escritório, mas dos projetos iniciais incompletos, porque às vezes a gente resgata um desenho, uma cópia, daí manda digitalizar, mas é difícil, isso é difícil. Da Fiocruz inclusive a gente, nessa primeira fase do Castelo a gente acabou desenhando pouco, de um modo geral os desenhos eram feitos aqui. Tinha uma equipe do DPH que faziam esses desenhos ou os desenhos mais importantes. Então a gente tem muito pouca coisa. Eu tenho coisa da bow-window, isso eu tenho já em arquivo digital, tenho coisas da estanteria. Mas do Castelo eu tenho muito poucos desenhos e são desenhos escaneados, coisas que a gente fez levantamento... pouca coisa.

DPM: Então, a partir de um determinado momento a empresa foi percebendo a necessidade também de construir seu próprio acervo?

GF: É, mas isso foi uma coisa engraçada porque a gente... a gente sempre teve o cuidado de guardar coisa, até porque é uma responsabilidade grande você trabalhar com cálculo estrutural, às vezes as coisas acontecem anos depois tá e você não tem mais a menor ideia do que foi feito, vamos dizer tá, então isso é importante. Recentemente aquele problema lá de Brasília por exemplo, o engenheiro que tinha trabalhado naquelas obras é um ícone da engenharia nacional vamos dizer, que é o Bruno Contarini, e algumas pessoas acusaram o Bruno de não ter projeto, de não ter isso, não ter aquilo, quer dizer, isso não tem pé nem cabeça, mas essa ideia existe, vamos dizer tá, e não tem tá. A maioria dos escritórios de engenharia, de projeto de engenharia, entregam o projeto ao cliente e daí perdem o controle sobre eles. Agora que existem os arquivos digitais que as pessoas estão ficando um pouco mais com isso. Mas principalmente, é uma coisa absolutamente estranha, porque projetos de estruturas você não aprova com ninguém. Você faz um prédio de 40 andares e ninguém aprova isso. A Prefeitura não aprova isso, ninguém aprova, quer dizer, você faz para o seu cliente, o teu cliente, hoje em dia, de maneira consciente contrata uma segunda pessoa para verificar o projeto e acabou. Quer dizer, se o cliente não guardar o desenho, se você não guardar o desenho não tem nenhum arquivo que tenha esse desenho. Então existem arquivos que se perdem de uma maneira absolutamente criminosa. Essas empresas todas de engenharia, SISAL [Construtora], essas mais antigas tá, os arquivos dessas empresas foram jogados fora. Então isso é uma pena, uma perda de memória monumental.

DPM: Certamente... importante né, guardar...

GF: Pois é, mas às vezes você não tem como guardar porque é um volume muito grande, então, como guardar isso? As empresas maiores às vezes faziam microfimes, mas mesmo isso se perde, porque a empresa é vendida, quem compra vê um monte de filme velho lá e joga tudo fora. É uma pena.

DPM: Sim. Bom, sobre especificamente o Pavilhão Mourisco, você identifica peculiaridades na solução estrutural adotada no projeto original do Pavilhão que contribuam para gerar patologias? Acho que você já falou um pouquinho disso...

GF: É, certamente o Pavilhão é um “H”, digamos assim, um “H” meio deformado e não tem nenhuma junta estrutural no Pavilhão. É comum hoje em dia, principalmente, hoje em dia já a coisa evoluiu um pouco. Mas algum tempo atrás era comum você dividir prédios, gerar separações entre as estruturas e o Pavilhão não tem isso, na época que foi feito, isso não era uma coisa que pudesse ter algum cuidado tá. Então tem uma patologia que existe no Pavilhão há muito tempo, desde a primeira vez que gente veio aqui isso foi detectado, que é uma fissura grande entre a perna aqui do lado sul e o núcleo central onde fica a torre de elevadores e tudo mais tá. Então provavelmente isso, foram deformações de temperatura que ocorrem, quer dizer, você tem no Rio de Janeiro uma temperatura de 40° no verão e à noite pode esfriar, então isso, os prédios trabalham, aumentam de volume, diminuem de volume e quando eles são muito rígidos eles, eles mesmos providenciam juntas de dilatação, que são rachaduras no fundo, que eles possam se acomodar melhor a essas variações de temperatura. Então isso existe, uma trinca conhecida, vamos dizer, nesse canto do prédio. A própria varanda lá cima é um “problemaço” porque você... a varanda é plana então você não tem escoamento de água, não tem nada, quer dizer, não tem escoamento de água é modo de dizer, quer dizer, foi previsto um escoamento de água mas com o tempo, isso tem 110 anos, alguma coisa assim, sempre tem alguma patologia que vai ocorrer de infiltração. Existe um entreteto em cima da biblioteca ou embaixo do pavimento térreo e esse entreteto ajuda muito a não acontecer nada lá embaixo, quer dizer, grandes vazamentos, mas é um entreteto de absoluta dificuldade de manutenção. É um entreteto que tem mais ou menos uns 60 cm de altura, eu entrei lá duas vezes, hoje em dia não entraria porque se entrasse não ia mais conseguir sair e numa certa época foi feito uma... o ar condicionado do Castelo ocupou parte deste entreteto. Então alguns locais são hoje em dia inacessíveis, então... não sei se continua assim Sonia, mas alguns locais são inacessíveis para a manutenção. Então isso... são patologias, eu diria, de gestação de um projeto que na época não havia essa preocupação, mas hoje em dia as pessoas são um pouco mais ligadas com isso e no Castelo a gente tem que conviver com isso, quer dizer, isso certamente exige um cuidado, uma manutenção maior, principalmente lá em cima nos pavilhões superiores.



DPM: Sonia, você tem alguma coisa a acrescentar? Porque a gente já está indo para o último bloquinho.

SN: Não... na verdade eu confeccionei, eu e Inês que fizemos o roteiro então, no momento não me ocorre nada.

DPM: Tá ótimo. Então na verdade o que eu queria era perguntar é se tem algum aspecto que não foi mencionado que você gostaria de destacar, ou alguma obra que a gente não falou ou alguma questão relacionada ao DPH que você queira chamar a atenção.

GF: Não, nada assim para destacar. Na realidade a partir de algum tempo a gente tem muito pouco contato com o DPH, então eu não sei como as coisas... às vezes a gente é chamado para dar algum preço, para fazer alguma coisa, mas o nosso contato tem sido muito pequeno. Então, não tem muita coisa a acrescentar não.

DPM: E, para finalizar, você poderia deixar registrado alguma recomendação ou pensamento para colaborar com a equipe do DPH em relação à preservação de seu acervo?

GF: Olha eu acho que eles, quer dizer, quando você tem um acervo como vocês tem aqui para preservar eu acho que o primeiro passo é ter um conhecimento profundo das coisas. Quer dizer, é mais ou menos, eu comparo, eu sempre comparei isso com você vai ao médico a primeira vez, ele vai fazer uma entrevista grande com você, quer dizer, se for um... dependendo se ele é alopata, homeopata vai ser uma coisa maior ainda tá... e isso no meu ponto de vista tem que estar desenhado de uma maneira muito clara e cada intervenção que se faz no prédio esse desenho vai crescendo. Quer dizer, você teve que quebrar um pedaço para fazer não sei o que, aí descobriu que aquela parede não é de pedra, é de tijolo tá, então vamos colocar isso no desenho tá. Descobriu que tem um perfil aqui que ninguém sabia, vamos colocar isso no desenho tá e isso vai criando um dossiê, vamos dizer, do paciente... e não estou falando só do Castelo, estou falando de uma maneira geral tá... esse problema a gente tinha também muito com a DIRAC [Diretoria de Administração do Campus] tá, a DIRAC também tem prédio que eles não sabem como é que são. Também a primeira vez que eu fui lá para falar sobre isso eu comentei isso, vamos fazer um dossiê do prédio. Prédio 26: vamos fazer um dossiê, resgata tudo o que vocês têm de planta, resgata o que vocês sabem do prédio e daí você vai acrescentando coisas nesse dossiê. Por exemplo, quando a gente trabalhou no mezanino da estanteria, a gente achava que todas as paredes do Castelo eram de granito, pedra de granito – não era, a gente achou que tinha que enfiar perfis na parede para poder apoiar esses perfis, e daí abria e.... “Não, mas essa aqui não é de granito, essa aqui é de tijolo, e aí como é que a gente faz? ”. Então esse tipo de coisa, eu acho que se você tem um dossiê do paciente você vai desenhando isso, quer dizer, cada parede com um corte, cada parede com o que você conseguiu entender. Eu me lembro que

quando a gente veio aqui a primeira vez, isso na época da Cristina Mello ainda, a gente visitou todos os cômodos do Castelo – tinha uma equipe fazendo isso tá – que era uma coisa muito simples. A gente tinha uma folha de papel quadriculada, quando a gente entrava, tinha um certo critério, entrou pela porta, parede da esquerda, parede da direita, parede da frente, parede da porta tá, teto e chão tá – e você numa folha quadriculada, você fazia um croqui muito simples, do que você estava vendo: tinha uma fissura, uma fissura muito fina, uma fissura maior, trinca no chão... e isso tudo gerou um bando de papel que no meu ponto de vista deveria ter sido passado para um desenho efetivo, que o nosso desenho era um croqui, confesso que não sei se isso feito, porque na época nosso contrato não era para fazer esses desenhos, era só para fazer levantamento tá, então talvez isso tenha sido um trabalho que se perdeu, talvez não, talvez esteja aí em algum lugar do... talvez a Sonia possa me informar... isso tudo foi tudo desenhado e não tem conhecimento, entende? Mas eu acho que a ideia de preservação, principalmente num acervo como esse é você conseguir tratar as tuas estruturas como coisas de longo prazo, quer dizer, não é você... o negócio tá ali há 120 anos, então, se você não tem informação, vamos começar a juntar essas informações. Eu acho que é isso, vamos dizer, o que vai permitir para as pessoas que vierem depois de você, continuarem preservando aquele prédio. Eu acho que basicamente é isso.

DPM: Tá ótimo. Então a gente queria agradecer muito a sua disponibilidade de vir aqui o seu tempo, de compartilhar com a gente as suas memórias...

GF: Estou à disposição. Eu tenho muito boas lembranças, do Castelo, do tempo que a gente conviveu aqui com todo mundo.

DPM: Tá bom, muito obrigada.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Silvia Puccioni**

Silvia Puccioni, Débora Paiva Monteiro e Sônia Aparecida Nogueira

(Dezembro, 2017)

PUCCIONI, Silvia (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 17 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Silvia Nunes de Oliveira Puccioni

**Local da entrevista:** Pavilhão Mourisco, sala 308, Campus Fiocruz Manguinhos - RJ

**Data da entrevista:** 06 de dezembro de 2017

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro e Sônia Aparecida Nogueira

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 48 minutos e 58 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Silvia Nunes de Oliveira Puccioni em 06/12/2017.

DPM: Vamos começar a entrevista do projeto de entrevistas “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”, hoje é dia 08 de dezembro de 2017, a entrevistada de hoje é Silvia Puccioni. Os entrevistadores são Debora Paiva Monteiro e Sônia Aparecida Nogueira. E a entrevista está sendo gravada por Gregório Albuquerque. A entrevista está sendo na sala 308 do Pavilhão Mourisco.

Tudo bom, Silvia? Primeiro, obrigada pela presença. Agradeço a sua disponibilidade de vir aqui conversar com a gente e como eu te expliquei, a gente vai fazer o primeiro bloco de perguntas sobre os seus dados pessoais, sua formação e depois entrar na sua experiência, na sua vivência com o Departamento de Patrimônio. Tá? Então, primeiro para eu deixar registrado, eu queria que você dissesse o seu nome completo, sua data e local do seu nascimento.

SP: Silvia Nunes de Oliveira Puccioni. Nasci 10 de janeiro de 55 no Humaitá.

DPM: E em relação a sua formação acadêmica. Como foi a sua trajetória? Assim, como foi a sua graduação? Depois você fez alguma especialização? Uma pós [graduação]?

SP: Eu fiz a graduação aqui no Brasil em engenharia civil, depois fui para Itália para fazer um doutoramento na área de concreto, estrutura de concreto pré-fabricado. Sou engenheira civil e o interessante é que eu fui fazer na época, fui para casa da minha vó em Roma e assim, só para explicar como que a vida as vezes muda 360 graus. Eu era especialista aqui no Brasil, eu trabalhei sempre, desde o primeiro ano de engenharia, na Ecisa [Engenharia e Comércio], trabalhava com controle tecnológico, materiais, com transportação de estruturas. Então eu lidava muito com a questão de estruturas modernas de concreto e materiais de construção. Então, eu fui

para Itália para fazer um doutoramento nessa área de estruturas pré-fabricadas, porque seria o futuro do Brasil na época, na década de 70, no final da década de 70. E indo para casa da minha vó, eu fui fazer um estágio, por coincidência, enquanto esperava a bolsa sair em setembro, foi em março de 79. Aí fui trabalhar numa empresa que fazia construções para comunidades mais carentes em Roma e essa empresa construía em concreto pré-fabricado, que era onde eu queria fazer o estágio, depois meus cursos, e ao mesmo tempo regenerava o centro histórico de Roma. Então, até então, eu não tinha nenhuma interação com essa área de patrimônio. E foi muito engraçado porque aí eu comecei a trabalhar nos canteiros de pré-fabricação, como eu já tinha bastante experiência com materiais, mandei muito bem em adequar a concretagem e toda a questão dos materiais da construção civil para exportação de estruturas, que eu tive muita experiência aqui no Brasil. Um belo dia essa mesma empresa tinha um dos canteiros que era uma regeneração de casas pobres ao lado do Coliseu e tinha um problema para resolver de uma grua, que eles tinham que implantar uma grua e tinham encontrado um piso de um templo romano no subsolo. Aí chamaram todo mundo, como eu lidava muito com concreto, com obras e lá na Itália, nessa época, uma engenheira de campo era, assim, uma novidade né, então, me chamaram para ir também para ajudar a resolver o problema da grua. E aí é o que eu falo, quando eu entrei naquele buraco que tinha aquele templo romano, aquele piso mosaico romano, não saí mais. Foi ali que eu mudei toda a minha questão com o patrimônio, com restauração. Aí um pouco buscando, porque minha mãe era escultora, fez arqueologia, então eu cresci um pouco ouvindo a história do Egito, Roma Antiga. Meu pai, enfim, a gente ouvia muito criança, as guerras púnicas, as guerras gregas, era o que a gente ouvia de contar as histórias para criança. Então eu entrei naquele buraco e não saí nunca mais das questões de patrimônio, porque eu mudei meus cursos todos. Eu falei “ah não, vou trabalhar com esse negócio de patrimônio que é bárbaro”. Imagina juntar engenharia com patrimônio, o que será isso? E aí eu fui para Universidade de Roma, porque na verdade eu fui em março para casa da minha vó para começar que era em Roma, em setembro eu começaria um curso em Milão, em Torino... em Turin. Que era onde tinha os núcleos mais avançados de pré-fabricação de estruturas de concreto. Então fui para Roma, para Universidade de Roma, em San Pietro in Vincoli. Disse, “não, eu quero fazer restauração de estruturas antigas, quero mexer com isso”, porque nessa empresa eu já ouvia falar um pouco que tinha algumas pessoas que faziam isso e aí, foi aí que eu fui buscar o Giorgio Croci que era um engenheiro da Universidade de Roma e foi assim, o meu mestre nesse, que é o meu primeiro mestre nesse campo de patrimônio.

DPM: Isso era... qual a data mesmo que você falou?

SP: 79

DPM: Tá.

SP: E fiquei lá até 83, 4 anos. Na verdade, a bolsa que eu ia assumir em Milão, não assumi a bolsa, desisti do curso. A empresa que eu trabalhava quis me contratar como engenheira e eu aceitei desde que me liberasse para eu fazer os cursos de restauração. E assim foi, fui fazendo as duas coisas e esse engenheiro Giorgio Croci, porque na verdade não existe o curso de restauração para engenheiros, imagina em 79, não existia. Então, como eu queria muito fazer essa questão de patrimônio, essa questão não de patrimônio, de estruturas antigas. Aí ele foi criando disciplinas tanto na área de engenharia quanto na área de arquitetura para montar um curso meio *ad hoc* para eu fazer. E assim foi feito, fiz o curso e depois voltei para o Brasil. Assim, também sem saber bem o que eu ia fazer, porque engenheiro de patrimônio, voltando para o Brasil, não sabia nem que existia restauração aqui no Brasil. Aí...

DPM: Nessa época você não conhecia, não tinha nenhum contato com esse campo aqui no Brasil? Você tinha feito sua faculdade aqui, tinha vivido aqui, mas não tinha...

SP: Tudo na área de engenharia civil pesada, eu inclusive, no final eu já era chefe de controle tecnológico de estruturas na Ecisa, que na época era a segunda maior empresa do Brasil, então eu viajava muito para fazer todos os trabalhos de controle de qualidade de estruturas né? De fabricação de estruturas, nem sabia o que que era patrimônio. Aí chegando aqui no Brasil, assim... a conjunção né então, de concreto passei para estruturas antigas sem saber bem como e nem por que. Mas chegando aqui no Brasil, minha mãe que era escultora da área de Belas Artes e tal, tinha uma amiga, Maria Eugênia, que era uma museóloga do IPHAN, então minha mãe comentou que eu tinha voltado da Itália com uma especialização em patrimônio e que, enfim, que era um curso diferente, que eu ainda não sabia bem o que eu ia fazer. E a Maria Eugenia, aí foi e comentou com o Glauco Campelo que era o Superintendente do IPHAN da Regional do Rio, lá no Paço [Imperial] no início das obras, isso em 83, nas obras do Paço Imperial. Aí o Glauco me chamou e eu meio assim sem saber se eu queria trabalhar com patrimônio ou com concreto. E acabei aceitando trabalhar para ver se eu ia gostar de trabalhar com patrimônio aqui no Brasil, até porque eu comecei, eu cheguei, então eu tinha feito muita experiência na Itália, com essa empresa eu fui trabalhar na Tchecoslováquia, na Hungria, então fiz um trabalho assim, bem legal, bem diversificado. E eu falei... será que aqui no Brasil tem um trabalho né?

DPM: É, eu justamente ia pedir isso. Para você falar um pouquinho mais da sua experiência do curso em Roma e no meio do curso, quais foram as experiências práticas que assim, que você adquiriu? Então, você já comentou que você foi a diversos países, tudo pela empresa que você estava...

SP: Na Itália trabalhando. É. Eu fazia o curso e ao mesmo tempo eu trabalhava na cooperativa, porque isso foi uma condição que eu coloquei, que eu trabalharia... porque na época eles queriam ter uma engenheira de campo que não era comum, era uma situação de vanguarda, ter começado os movimentos feministas, então nesse contexto era interessante ter uma engenheira de campo, eu fui sempre... e até hoje eu sempre digo, eu sou até hoje peão. Meu negócio é fazer então, a cooperativa fazia questão que eu continuasse lá até porque também eu tinha bastante experiência, eu contribuía bastante na execução das obras e mas... por outro lado, eu tinha entrado naquela história daquele piso romano e eu ia fazer aquilo ali que eu não sabia bem o que que era. Então, com isso eu pude contribuir com toda a parte de tecnologia de materiais começando a associar isso ao restauro. Por quê? Porque a maioria das pessoas que trabalham com restauro, elas não têm muita experiência em materiais, qualidade, como fazer, como... porque na verdade, para você consertar, você tem que saber fazer. Se não souber fazer é mais difícil você saber consertar. Então, como eu trabalhava muito com argamassas, com materiais diversos, resinas, eu sabia bem manipular. E isso... porque que para empresa tinha também uma vantagem financeira? Porque eles tinham uma série de problemas de concretagem nos edifícios, que com a experiência que eu tinha aqui no Brasil de concreto, de controle de qualidade, eu ajudava a melhorar as concretagens, que eles tinham menos mão de obra para consertar depois o concreto. E isso para eles era uma vantagem enorme, porque a mão de obra na Europa é muito cara. Então, foi meio que uma troca né? Eu queria ficar lá para aprender essa coisa de patrimônio, que era um setor da empresa e o outro setor era o de concreto, onde eu podia colaborar com a parte de materiais. E então, eu tive muita facilidade na parte de restauro, porque... exatamente por esse antecedente de materiais. E essa empresa, ela trabalhava muito com países da Europa do Leste. Por quê? Porque na época, a empresa que fazia concretagem, no trabalho do concreto pré-fabricado, era a cooperativa nova ligada ao Partido Comunista Italiano. Então, eu me interessei por causa do concreto e lucrei por causa da questão da regeneração dos edifícios antigos e eles que faziam muita assistência técnica aos países da Europa do Leste. Então, nas missões que eles iam, internacionais, eles sempre pediam para eu ir também e daí eu fui, comecei a trabalhar em várias coisas na Tchecoslováquia, na Hungria. Aí que foi bárbaro né? Conheci... comecei a conhecer essa coisa de patrimônio, na época, você imagina... no início dos anos 80, era uma coisa assim, fantástica. Principalmente eu vindo da América, então foi uma experiência, muito boa e por isso que eu fui trabalhar fora e ao mesmo tempo, voltava para os cursos em Roma. O Giorgio Croci que sempre foi o engenheiro que me orientou, um super engenheiro. Então me levava para o Coliseu para ver os trabalhos de consolidação. Eu ia para o escritório dele para ver os projetos como eram feitos e assim, então tive muita sorte sempre,

graças a Deus. Encontrei sempre grandes mestres que... depois no Brasil também, continuei com essa mesma sorte de ter grandes pessoas que me orientaram. Então, lá foi assim, foi uma experiência riquíssima, mas na verdade, eu fui assim, tendo uma boa... um sucesso muito grande, já tinha três empregos e decidi largar tudo e vir embora para o Brasil, porque eu disse “se eu continuar aqui, eu não volto mais para o Brasil”. E eu queria voltar para o Brasil. Então, aí um belo dia falei “não”, acabou, acabaram meus cursos, eu vou largar tudo e voltar para o Brasil, sem saber o que eu ia fazer.

DPM: Então para gente fechar a parte da sua formação. Chegando no Brasil, você entrou para o IPHAN e etc., mas falando da sua formação aqui, depois você foi fazer alguma...? Mestrado...?

SP: Sim. Várias coisas. Aí, cheguei aqui no Brasil, como eu estava falando, o Glauco me chamou para entrar na obra do Paço Imperial, que eles estavam lá precisando de um engenheiro para parte de consolidação, aí eu não sabia muito bem, entrei. Aí resolvi aceitar, em 83.

DPM: Isso foi em 83 e aí a sua... o seu contrato era como uma pessoa terceirizada para o IPHAN.

SP: Era. O contrato... como é que eles chamavam? Ah, era CLT. Não, era contrato assinado, mas não era funcionária. E aí entrei na regional, na obra do Paço, mas logo 3 meses depois, o Augusto Silva Telles, sabendo que tinha uma engenheira no IPHAN, entrou lá na obra do Paço, me chamou para DTC que era Diretoria de Tombamento e Conservação que era na área Central. Então, aí eu aceitei. E ali no Paço foi um trabalho muito legal também, porque aí eu comecei novamente a ter contato com a parte de arqueologia, então durante as obras do Paço, além de fazer a parte de consolidação e das estruturas, a equipe de arqueologia me chamou para ajudar a fazer interpretação de estruturas. Que eles iam fazendo as escavações e então eu olhava, como eu já tinha alguma experiência da Itália de mexer, não foi difícil trabalhar com isso, que aliás até hoje eu adoro. Depois eu conto. Aí fui para DTC. Na DTC, junto com o Augusto Silva Telles, eu comecei a ter que fazer trabalhos no Brasil todo e tive contato com outras técnicas fantásticas que eu também não tinha a menor noção do que que era, que eram as estruturas de terra crua, tipo taipa de pilão, adobe, moledo, pau a pique. Então também achei aquilo o máximo. E tudo assim, tentando sempre, como eu tinha essa origem nos materiais de construção, tentando manter e preservar, o que eu não sabia na época, que era... viria a ser depois a autenticidade, porque até então eu tinha feito um curso só de estruturas, não de preservação de patrimônio arquitetônico. Então, não entendia muito bem os conceitos de preservação de patrimônio, mas eu queria evitar de colocar concreto nas estruturas de terra, então eu já tinha isso por querer preservar os materiais. Aí vi que era, eu precisava fazer um curso de preservação de patrimônio arquitetônico para ter uma visão um pouco mais abrangente. Aí pedi ao Silva Telles e ele me



autorizou a fazer um curso na Bélgica. Em Leuven [um curso] de preservação de patrimônio arquitetônico também. Então fui para lá, fiz o curso de preservação de patrimônio arquitetônico [Recyclage sur la consolidation des structures, na Katholieke Universiteit]. Voltei, aí continuei o trabalho. Assim, trabalhava, quando eu me aposentei em 2014, mandei para o arquivo do IPHAN, 480 projetos, que eu sempre fui pilhada, hiperativa. Trabalhava muito, incluindo aí, aqui a Fiocruz. E não satisfeita, tendo que trabalhar com o patrimônio de terra, eu falei “não, eu preciso”... sempre tentando desenvolver técnicas para restaurar as casas de terra no interior de Goiás, de Minas, de São Paulo. Eu falei “não, eu preciso fazer uma formação na área de terra”, aí na época também, falei com o Silva Telles se eu podia fazer o CRAterre [Centre international de la construction en terre] que era um curso da Universidade de Grenoble na França, sobre consolidação de terra. Foi ótimo, ele autorizou, ele era ótimo, tudo que eu queria fazer, ele deixava. Acho que era para ter menos gente fazendo movimento do lado dele. Então eu fui para o CRAterre fazer curso de preservação de patrimônio de terra crua, maravilhoso. Voltei, aí não... uns anos depois eu vi que eu precisava ter um pouco mais da linguagem da preservação de patrimônio arquitetônico no Brasil. Aí fui fazer o mestrado novamente em patrimônio aqui na UFRJ, em arquitetura. Para trabalhar com a questão de metodologia de diagnóstico em patrimônio construído. E finalizando, depois disso tudo, tendo sido chamada para trabalhar na Serra da Capivara pela Niede Guidon, voltou a história da arqueologia. Aí é maravilhoso lá. Aí eu falei: “aí, eu preciso conhecer mais disso”. Aí fui fazer arqueologia e aí hoje sou engenheira e arqueóloga e o mestrado em patrimônio arquitetônico. É isso.

DPM: Maravilhoso. E aí você falou aí algumas vezes desses cursos de capacitação que você foi fazer e a impressão que me deu foi que essa busca por esses cursos foi sempre uma iniciativa pessoal sua. E aí eu queria saber assim, quando você começou no IPHAN, logo no início, como era... a equipe ela era instigada pelos superiores a fazerem cursos de capacitação ou as pessoas tinham, como você, mais uma iniciativa pessoal? Assim, como era essa coisa da capacitação da equipe que trabalhava na área de preservação como um todo?

SP: Olha, eu acho que é muito mais pessoal. Eu acho que assim, a instituição teve um período na década de 90 que tinha uma efervescência mais na formação, muitos cursos no ICCROM [International Centre for the Study of the Preservation and the Restoration of Cultural Property] que as pessoas eram incentivadas a fazer, no CECRE [Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia]. Bom, comecei a dar aula no CECRE desde 84, logo que cheguei no Brasil, as primeiras palestras eu dei na especialização lá da Bahia, comecei a montar um curso para engenheiros lá na Bahia. Então teve sempre o CECRE que por muito tempo o IPHAN tinha uma cota, inclusive até hoje o IPHAN paga uma

parte do curso. O IPHAN tinha disponível uma cota para os funcionários fazerem os cursos, então tinha uma efervescência maior que hoje, sim. Agora, essa coisa minha pessoal, é que sou... Como eu digo, eu sou inquieta, então estou o tempo todo procurando coisa.... Tanto você pode fazer uma carreira tranquila na instituição, como você pode inventar coisas né? E eu sou do tipo que estou sempre inventando coisas, então eu estou inventando técnicas de consolidação.

SN: Só uma curiosidade... Na Serra da Capivara, você ficou quanto tempo lá? Direto lá?

SP: Trabalhando?

SN: Trabalhando.

SP: Durante uns dois anos, mas ia e vinha.

SN: Ah, ia e vinha?

SP: É. Ia, ficava um tempo. Eu fiz um projeto lá grande junto com o pessoal da Serra da Capivara mais a Universidade Federal do Piauí. E a gente fez a consolidação da toca da entrada do Pajaú. Eu coordenei esse trabalho, mas lógico, eu não podia fazer sozinha, então tinha que ter entomologista, geólogo, geógrafo e uma equipe toda que eu chamei para gente trabalhar, mas todos esses trabalhos é sempre assim... porque eu morava no Rio, mas era isso. Aí tinha o lado de juntar essas viagens com os filhos crescendo, então... eu e o Ciro, meu marido, enfim, a gente era assim, um está chegando, o outro está saindo. O outro está vindo e o outro está indo, para sempre ter um em casa para olhar os garotos, mas a gente não se via quase nunca. Porque era de tempo, tipo assim... uma vez a gente foi a Manaus, porque tinha que fazer um trabalho eu e ele lá, mas era assim, eu ia de segunda a quarta, na quarta eu voltava. Ele ia na quarta para ficar até sexta e assim, porque sempre a gente combinava que sempre um dos dois tinha que estar em casa por causa dos meninos, mas foi essa pilha o tempo todo, entendeu? E assim, porque eu sempre curto... e curto até hoje, patrimônio, trabalhar, porque aí cada vez você vai ampliando mais né? Aí na arqueologia eu já fiquei doida para fazer antropologia, tanto que eu falei “para, para dá um tempo que agora a gente tá ficando mais idosa”, porque se não, vai... Mas é uma área muito legal.

DPM: Se não já tinha mais um curso aí no currículo...

SP: Ah, eu tenho vontade... pois é. Eu estou assim, ainda pensando se eu vou fazer porque é muito interessante. Muito bom.

DPM: Bom. E aí no IPHAN você começou como contratada como terceirizada e depois você se tornou funcionária...

SP: Funcionária. Com aquela questão da estabilidade, em 88, como eu já tinha mais de cinco anos, então eu fui incorporada como funcionária.

DPM: E aí, eu queria que você contasse, assim, para gente se você lembra, quando e como começou a sua aproximação aqui com o Departamento de Patrimônio na casa de Oswaldo Cruz? Como foi esse início, quais foram os primeiros projetos que você se envolveu? Como é que...

SP: Pois é. No início foi assim... o Ciro. Ciro Corrêa Lira, meu marido, ele era, na época, coordenador da arquitetura, do Departamento de Arquitetura da UFF, em Niterói. Onde estava Cristina Mello que era a arquiteta que foi chamada para cá, para trabalhar no início em 86... em 86. Então, a Cristina Mello, eu conhecia a Cristina, logo que ela veio para cá ela me chamou, então eu praticamente comecei junto, no início. Olhando todas essas questões de consolidação de materiais, de integrados e aí, nessa época... Porque quando eu entrei no IPHAN, logo depois que eu entrei em 83 no Paço Imperial, ainda no Paço Imperial, tinha um problema em São Miguel das Missões, onde eu conheci o meu primeiro mestre no IPHAN, que foi Fernando Machado Leal. E embora eu tivesse na obra do Paço, o Silva Telles me pediu para ir para São Miguel para ajudar a fazer a consolidação de São Miguel das Missões. E como eu já começava a ter que fazer muita coisa, eu não tinha, não dava tempo porque na Itália eu trabalhei... acabei trabalhando como calculista também para questão de restauro, mas aqui eu não tinha tempo, eu estava... já comecei logo viajando. Então eu chamei o Geraldo Filizola, que era um colega da época da ICISA, trabalhou comigo em Xerém, ele trabalhava num escritório de engenharia e eu na ICISA na execução... tinha conhecido ele, chamei Geraldo para trabalhar no IPHAN junto comigo, fazendo a parte de cálculo. Então passei para ele toda a bibliografia dos cursos que eu ia fazendo, eu ia passando para ele que era um engenheiro que hoje trabalha com patrimônio aqui também, com a parte de cálculo. E então, eu assim, quando eu precisava de alguma coisa de cálculo, eu sempre pedia ao Geraldo, que sempre foi um cara muito legal, porque ele as vezes, trabalhava até de graça. Eu falei "oh, vamos trabalhar de graça, é cidadania, o IPHAN está sem dinheiro, mas a gente precisa fazer isso". Então, aquelas coisas que a gente vai dando um jeito. E quando eu vim para cá, eu também chamei o Geraldo, porque eu cuidava da parte toda de consolidação de materiais, técnica de consolidação, quando precisava calcular uma viga de madeira ou uma viga metálica para substituir em algum lugar, eu pedia a ele para dar um apoio. Então, eu vim para cá e veio o Geraldo Filizola também que nesse, daí para frente, eu comecei a apoiar a Cristina [Mello], aqui através sempre do IPHAN, e às vezes o Geraldo na parte de cálculo. E então aí, a partir daí a gente trabalhou com várias questões de [mísulas] aqui no Castelo, as obras de impermeabilização da cobertura também foi bem interessante na época. Isso já um pouco mais, acho que década de 90. Então, a gente fez... criou algumas técnicas para não haver, para ver o deslocamento do revestimento e não romper tanto ao longo dela toda, que

enfim, facilitar algumas coisas do trabalho. Na Cavalaria, ao longo da Cavalaria... então, foi assim. Daí para frente, de 86 para frente, eu passei a apoiar sempre que me chamavam...

DPM: O seu trabalho era como consultora do IPHAN aqui nas obras?

SP: Sim.

DPM: Tá. E, você lembra, assim, como era a relação do IPHAN com o Departamento... o IPHAN instituição né... Com o Departamento de Patrimônio? Se você percebeu, se é que houve ao longo dos anos, se teve mudança na relação institucional.

SP: Olha. Sempre foi meio confusa essa relação, mas o IPHAN, eu falo o seguinte, o IPHAN se faz erra e se não faz, erra também. Então, o IPHAN, uma instituição em que as pessoas todas são abnegadas, são missionários, trabalham sem condições, sem dinheiro, sem nada. Se viram em mil e sempre está errado, entendeu? Então, assim, dizer que era uma boa relação, não era. Eu tive boa relação com a Cristina Mello, então eu estava muito aqui, até por conta da UFF, que ela era amiga do Ciro, então, eu estava sempre aqui. Agora, dizer que a relação aí com a regional, sempre foi meio conflituosa, mas porque o IPHAN está sempre errado e que não é verdade né? Na verdade, o IPHAN, se não fosse o IPHAN, nosso patrimônio não estaria como está hoje, o que se restou, o que está aí é por um trabalho de muita gente trabalhadora. Então assim, a relação sempre... uma relação conturbada, cada um querendo o melhor para o patrimônio.

DPM: E aí a sua relação acabava não sendo interferida por essas questões, também estabelecia uma relação... tinha uma relação pessoal né?

SP: É, sempre tive. Nunca tive relação conturbada com ninguém ao longo desses 30 anos, graças a Deus. Até porque, eu sempre falo, eu tive a sorte de não ser fiscal. Eu sempre fui uma pessoa de consultoria técnica entendeu? Então eu sempre tive a sorte de poder tratar só das questões técnicas, porque ser fiscal é a coisa mais difícil do mundo né? Porque você por um lado tem que preservar o patrimônio e por outro lado tem o direito do cidadão, então esse linear é muito difícil. Os colegas que são fiscais, realmente, não é uma coisa fácil.

DPM: Ficam com o trabalho pior né? Com a parte chata. E, falando aqui do patrimônio da Fiocruz como um todo. Como que você considera a importância da arquitetura eclética do pavilhão Mourisco no cenário da produção arquitetônica brasileira? Que que você... você tem alguma contribuição para falar sobre ele?

SP: Bom, não é muito a minha área né, isso? Agora, eu sempre achei fantástico isso aqui, eu acho que é um dos grandes exemplos, assim, do que eu rodei... tem uns núcleos urbanos muito interessantes de arquitetura eclética, tipo de Juiz de Fora, temos em Belém, temos aqui no Rio e também fora o Pavilhão, mas ele obviamente é um marco, é um marco da arquitetura eclética e

eu acho que é uma... e é reconhecido como um marco né... com a importância que ele tem. Agora, eu não sei te falar profundamente, porque isso é mais uma questão estilística.

DPM: E... de todas as obras que você acompanhou aqui na Fiocruz, você gostaria de destacar alguma, algum trabalho específico? Alguma questão que tenha te chamado mais a atenção?

SP: Olha, aqui nós tivemos muitos trabalhos, mas sempre assim... trabalhos, principalmente um que foi bem legal, bem interessante, a questão da impermeabilização da cobertura aqui do Palácio. Assim, tinham muitas outras questões... de rachaduras, de reintegração, de estrutura, de argamassa com perfis metálicos que são de difícil solução... quando retirar... não retirar. Consolidar do jeito que dá, isso é interessante. E agora uma obra bem legal foi essa cobertura aqui, porque quando a gente pegou essa... quando foi fazer a obra, essa eu acompanhei mesmo, se tirou cerca de 5 ou 6 outras camadas que eram superpostas e então nós resolvemos na época, eu me lembro que eu sugeri que se chamasse uma pessoa especialista em impermeabilização para que a gente removendo todas aquelas camadas, que desceu quase 50 centímetros de altura, a gente tentasse fazer uma impermeabilização que ela não tivesse aderido ao prédio. E para que com o sol, efeito da temperatura, ela pudesse flutuar sem romper, porque tinha muito problema de fissuração nas lajes de cima, então a gente fez uma impermeabilização flutuante para diminuir esses efeitos de deformação do sol na estrutura da sala do andar, lá do último andar. E aí o que que se fez, me lembro até hoje, eu estou falando isso porque eu me lembro do *bond breaker*, que foi o termo que o consultor da época da impermeabilização usou. Que é exatamente para quebrar tensões entre deformação externa de alongamento da estrutura com efeito de aquecimento solar e a estrutura do próprio edifício que não se alonga tanto, não se desloca tanto quanto a estrutura de cima. E aí o que que aconteceu? Foi feito uma laje, o que que era o tal do *bond breaker*, que era coisa, novidade, era uma camada de areia. Então foi feita uma primeira impermeabilização, uma camada de areia e uma segunda impermeabilização, de modo que essa impermeabilização de cima, ela racharia um pouco, mas essas rachaduras não passavam para de baixo, porque tinha essa camada de areia no meio, deve estar aí até hoje. Então, estava previsto o que? Que essas rachaduras iriam acontecer só ao longo dessa impermeabilização de cima, onde ela encontra as paredes do prédio, os rufos. E isso já tem... acho que a última impermeabilização aqui do Castelo tem quanto tempo? Acho que essa foi uma das últimas.

SN: É... essa... acho que foi em 88 né?

SP: Foi em 88? É essa até hoje?

SN: Inclusive, uma foi... uma primeira obra foi... tem os dois terraços. A primeira foi do quinto e em outro momento, acho que já entrando na década de 90, a do sétimo. Agora, eu não sei se

caberia aqui... depende da memória né... só uma informação, que eu estava pensando... falo depois da entrevista ou agora?

SP: Não, fala...

SN: Para você que participou desse momento, já tá em outro momento que tá precisando de outra grande intervenção...

SP: Pois é, mas depois de lá não teve mais nada?

SN: Igual àquela não.

SP: Então tem... foi em 88...

SN: Inclusive, lembra do material cerâmico que foi fabricado?

SP: Sim... lembro, lembro.

SN: Ainda são essas aqui... E exatamente isso é um dos pontos para serem estudados [inaudível], que também é outra questão... Que tipo de intervenção... é outra igual àquela, muita coisa já perdeu a validade [inaudível]. Se tiver que ter uma outra coisa, o orçamento [inaudível].

SP: Pois é, mas assim, tem trinta anos né? Praticamente... e essas obras normalmente duram 10 anos, quando muito, então, tudo por causa daquela dica daquele cara, que a partir daí eu passei a.... incorporei essa informação.

SN: Essa intervenção foi a tecnologia [inaudível].

SP: Isso... e aí os detalhes nos ralos também, super legais...

SN: E um dos grandes... entre tantos desafios, o caso da cobertura desse prédio... é porque, simplesmente, embaixo desse terraço, do quinto, tem as obras raras. Tem a biblioteca.

SP: É, exato.

SN: Aquela ornamentação toda de... né? E as obras raras da Fiocruz, a biblioteca de obras raras ainda é aqui.

SP: Aqui... lá em cima?

SN: Aliás, aqui, no terceiro. Só que tem no quarto, no quarto andar é de serviço né, então, as infiltrações chegam aqui ...

SP: É, não pode, é....

SN: [inaudível]

SP: Ah, com certeza... com certeza. Já era para ter sido feito, porque 30 anos sem refazer, Porque em geral essas obras são para durar 10 anos... você tem que tá sempre mantendo. É.... importante. Foi uma obra assim, que me lembro era um caos né, a década de 80... os telhados eram assim, completamente danificados. E depois assim, muito trabalho com elementos de argamassa e ferro. Muita coisa, na obra da Cavaliariça também.

SN: Mas antes você ... eu era bolsista nesse momento né, aí eu me lembro que minha primeira atribuição [inaudível] foi a Torre Norte.

SP: Ah, isso eu nem lembro, melhor ela falar.

SN: Você não lembra? A primeira foi a Torre Norte, com o [Geraldo] Filizola. [inaudível] Mas tudo com orientação sua e do Filizola.

SP: Exato, é. Sempre foi, é, enfim, várias coisas. Agora, tem que pegar os documentos, porque é tanta obra...

DPM: É, a gente não lembra de detalhes de tudo né? Impossível. E bom, a gente está já chegando no fim. Hoje em dia você ainda atua na área de consultoria e assessoria para Fiocruz, mas já não como funcionária do IPHAN né? Como prestadora de serviço, você já está...

SP: É.... Eu me aposentei, eu me aposentei em 2014.

DPM: Ah... tá.

SP: É, e a partir daí, meu marido que era do IPHAN também se aposentou em 2012, montou uma empresa de consultoria, aí eu me aposentei em 2014 e fui trabalhar com ele. E aí a gente continua atuando como consultores na área de patrimônio e aqui na Fiocruz também, a gente é convidado, que eu acho ótimo, adoro trabalhar aqui. Aí fiz um trabalho aqui com o Biotério, com consultoria para um projeto do Biotério...

SN: [inaudível]

SP: Em tratamento... do Pombal.

SN: É um projeto de tombamento aqui do Pombal. Um dos projetos recentes. Mais [uma intervenção no Pombal].

DPM: E você acha que tem alguma diferença na sua atuação como consultora e assessora de quando você era funcionária do IPHAN, e agora atuando de maneira independente? Autônoma, vamos dizer assim.

SP: Não. Não tem. Isso é um problema e é uma solução.

DPM: Hum, fale mais sobre isso. (risos)

SP: Não, porque o mercado é muito diferente né? O mercado privado então as questões são outras, mas é engraçado isso, isso é uma das coisas que eu me pego pensando, assim, a minha postura é de preservação do patrimônio, entendeu, em primeiro lugar, seja de que jeito for. Já abri mão de muito trabalho que eu via que não era legal, que as funções não eram as que eu acho corretas, então assim, é uma solução, você ser consultora e você poder também agora escolher como vai fazer, o que vai fazer, o jeito que você acha legal. Agora, muitas outras pessoas do mercado, às vezes não gostam, porque é uma postura muito rigorosa, digamos assim, eu continuo sendo uma pessoa rigorosa na questão de preservação do patrimônio acima de tudo.

Entendeu? Então, as vezes soluções, inclusive, se os trabalhos que eu me proponho a fazer, normalmente eu faço muito mais do que está previsto, porque eu acho legal, acho importante fazer bem feito. Uma das coisas também que no IPHAN, eu digo que eu me orgulho, foi de nunca, e continuo fazendo assim, nunca nenhum trabalho que eu fiz dentro do IPHAN deu mais problema. Nesses 30 e muitos anos de trabalho, consolidei a Igreja de Tiradentes, a Matriz de Santo Antônio nunca mais deu problema, a Matriz de lá... nunca mais nenhum problema, graças a Deus. E quando eu me aposentei, ainda o pessoal “mas como? E agora?”, eu falei não tem problema, eu tenho garantia estendida. Até 50 anos tá valendo. Então, assim, mas para isso, é o que eu sempre ensino na Bahia também, é assim, estudar o máximo para intervir o mínimo, com eficiência e segurança. Então, esse é o meu lema. Entendeu? Então, por quê? Porquê dessa maneira, você além de economizar dinheiro, você preserva a autenticidade dos edifícios, porque o tecido histórico se você substitui uma parede, retira a parede e depois faz outra, já não o é mais o material histórico, entendeu? Então essa questão da autenticidade, como eu venho da área de materiais, para mim é fundamental a preservação da autenticidade do patrimônio. Então não adianta você fazer uma coisa igual ao patrimônio, desmontar, como eu vi em muitas cidades mineiras, você desmancha uma casa e faz ela igualzinha com uma estrutura de concreto e tijolo furado, não é mais a casa de pau a pique, mas é igualzinha. Por fora é, entendeu? Mas não é essa o que eu considero preservação de patrimônio. Assim, mas é porque assim, o meu enfoque é de preservar os materiais originais, aí por isso que eu fui parar na arqueologia. E também... ah, agora eu trabalho muito com arqueologia também, interpretação das estruturas em contexto arqueológico. Agora, o VLT, minhas professoras lá do Museu Nacional sempre me chamando... o Valongo, toda a parte de interpretação das estruturas escavadas eu fiz, adoro. Ah, uma viagem. O máximo. Então, meu enfoque é esse entendeu? Então tem, assim, esse comportamento, assim, que eu continuo sendo uma pessoa do “IPHAN”.

DPM: É. Depois de 30 anos, não tinha como você...

SP: Não tinha né? Não, “peráí”, agora... vou... mudei.

DPM: Bom, a gente tem mais duas perguntinhas, assim, para finalizar. A primeira, é se você queria destacar algum aspecto que a gente não mencionou? Independente da relação com o patrimônio, com o Departamento de Patrimônio. Alguma questão da sua vida profissional, da sua atuação no IPHAN ou das obras daqui que você queira destacar, que a gente não tenha falado sobre.

SP: É um pouco isso que eu acabei de falar. O que eu quero destacar é isso, que essa questão sempre de preservação de autenticidade. Na minha atuação, eu sempre foquei muito na preservação dos materiais originais. Então, por exemplo, tem muitos exemplos, chegar as



cúpulas do Museu Nacional de Belas Artes, iam ser demolidas, as duas cúpulas menores e a cúpula maior. Isso em noventa e... não, final... já início de 2000. Chegou para mim, lá na DTC, aí já não era mais DTC era DEPAN, esse projeto para eu aprovar a demolição para reconstruir, porque realmente estava uma situação precária. E eu falei “não, não concordo que se faça, que se demola”, porque eu entendia aquelas cúpulas, na verdade não são cúpulas, são monumentos escultórico do Rodolfo Bernadelli em argamassa e aí, na época, o Silva Telles falou “ah, não...?”...e isso já contratado a obra, contratado tudo... “então vai lá e resolve”. Ah, mas eu não tive outra. Fui lá em 15 dias, refizemos e consolidamos a cúpula com os materiais, aí inventei... eu invento coisa, procuro inventar tudo que preserve a autenticidade dos materiais antigos. Então, assim, meu foco sempre foi esse. O meu enfoque na preservação de patrimônio é preservar a autenticidade.

DPM: Bom, a última pergunta... acho que você um pouco já respondeu, que na verdade é uma sugestão, se você podia deixar registrado aqui algum pensamento ou recomendação para equipe do Departamento Histórico para preservação do acervo da Fiocruz, mas acho que você já...

SP: ... falando um pouco isso, estudar o máximo para intervir o mínimo com eficiência e segurança. Isso é a minha síntese.

DPM: Maravilha. Então, muito obrigada pela sua presença, pela gentileza de estar aqui com a gente.

SP: Nada, foi um prazer, quando precisarem, estamos aí.

DPM: Obrigada.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Aldeli Memória**

Aldeli Memória, Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Elisabete Edelvita Chaves da Silva e Renato da Gama Rosa Costa

(Novembro, 2017)

MEMÓRIA, Aldeli (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 30 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Aldeli Maria Lobo Vianna Memória

**Local da entrevista:** Pavilhão Mourisco, sala 117, Campus Fiocruz Manguinhos - RJ

**Data da entrevista:** 06 de novembro de 2017

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Elisabete Edelvita Chaves da Silva e Renato da Gama Rosa Costa

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 horas 29 minutos e 42 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Aldeli Memória em 06/11/2017.

DPM: Entrevista com Aldeli Memória para o projeto “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”. A entrevista está sendo realizada no Pavilhão Mourisco, na sala 117, no dia 06 de novembro de 2017 por Débora Paiva Monteiro, Inês Andrade, Elizabeth Edelvita e Renato Gama Costa e está sendo filmada pelo Gregório Galvão de Albuquerque.

Primeiro eu queria te agradecer a presença...

AM: Prazer...

DPM: Por ter se disposto a vir aqui conversar com a gente um pouquinho. Então, como eu comentei com você a gente vai fazer um primeiro bloco de perguntas pessoais, só para ficar registrado o seu nome, a sua formação, tá? Então, primeiro eu queria que você falasse seu nome completo data e local de nascimento.

AM: Aldeli Maria Lobo Vianna Memória, 23 de abril de 1940, Rio de Janeiro.

DPM: E sua formação acadêmica? Como foi?

AM: Bom, foi diferente para onde eu vim afinal de contas terminar a minha profissão. Eu comecei como professora de História da Arte no curso de Museus, porque eu sou Museóloga.

DPM: Ah, então sua formação é na Museologia?

AM: É na Museologia. E primeiramente eu dei aula no curso de Museus, logo depois me convidaram para trabalhar... o curso de Museus era no Museu Histórico Nacional, então me convidaram para trabalhar no Museu, no Planejamento. Era a época da famosa criação do Ministério do Planejamento, ministro Beltrão. Me mandaram fazer um curso com ele de

Planejamento. Não existia Planejamento nesse país, foi a primeira vez... Logo em seguida foi criado o Ministério do Planejamento... Não me pergunte datas muito precisas que eu não vou saber...

DPM: Tudo bem, sem problemas...

AM: Mas com certeza isso foi antes de 70... porque logo em seguida... eu terminei esse curso e fui chamada para dirigir a Casa de Rui Barbosa. Porque eu já tinha, vamos dizer, esse padrão profissional de organizar as coisas, planejar, [pensar] a coisa para o futuro. E a Casa de Rui Barbosa tinha acabado de ser criada como Fundação. Foi a primeira Fundação Cultural. E havia um gestor da Fundação Getúlio Vargas, quer dizer, era um padrão completamente diferente do que o que nós estávamos acostumados e eu era a Diretora Técnica. Então, fechamos o museu e começamos a restaurar tudo. Você vê como a vida vai tendo a sua história muito clara, se delineando... depois você olha para trás, você sente que tudo nasceu junto... mas eu, o que eu era é museóloga. E conheci o professor Edson Motta nessa época, porque ele era o responsável por restauração no Brasil inteiro. Era assim... o que havia de melhor.

DPM: Então, seu interesse pela área de preservação de bens históricos surgiu a partir da ocupação desse cargo na Casa de Rui Barbosa?

AM: Ah eu acho que foi não só esse cargo, mas foi uma sorte especificamente que tenham me dado um museu para eu reformar completamente e criar uma política de gestão de museu e foi o que eu fiz. Então quer dizer, foi um museu propriamente dito... porque um museu pressupõe preservação. Então ali eu já estava tendo a preservação. Só que... stricto sensu, porque era acervo de museu... Eu lá comecei a pensar grande, maior, porque era casa, eu tinha que restaurar a casa de Rui Barbosa. Aí é que eu comecei a ter um outro tipo de visão sim. Porque fechamos tudo, entramos em obra e reformamos desde interiores até os jardins. Então foi a partir daí. Depois eu saio da Casa de Rui Barbosa... eu fiquei lá, se não me engano, até 75, e vou para dirigir, pouco tempo depois... criar de novo outro museu, o Ingá, o Palácio Ingá. Era um palácio de Niterói... então de novo... mas quando eu chego ele já está restaurado. Por quem? Pelo Ítalo Campofiorito. Ele tinha dado um suporte muito grande à restauração do museu porque ele era de lá. Então, eu fiquei muito pouco tempo lá. Foi um período político muito forte. E fizemos algumas exposições... e agora a coisa acontece de novo né? Enfim... por motivos diferentes, mas enfim... e de repente já não era tão adequado que eu permanecesse lá. Aí quando eu saí de lá eu disse: “Meu Deus, o que eu vou fazer?”. Aí o professor me chamou, o Edson Motta, “Vem pra cá!”. E eu fui! E a partir daí foi só restauração.

DPM: Entendi. E aí você chegou a fazer cursos complementares... sobre restauração?

AM: Fiz, muitos...

DPM: Você pode falar sobre isso?

AM: Posso. O professor me chamou porque ele tinha uma visão muito específica da restauração. Ele achava que o Brasil não tinha restaurador de papel, olha para onde nós vamos – papel! E não tinha restaurador de papel e ninguém queria restaurar papel. Porque? Porque não dava dinheiro. Então ele quis que eu fosse restaurar papel. Criou um curso dentro do Museu Nacional de Belas Artes, um curso assim, acho que de 40 horas aula, muito intenso. E foi um grupo muito pequeno... que eu me lembro, vou me lembrar, de três especificamente: o filho dele – meu amigo até hoje – o Edson, a Edna Duvivier... e nós três nos tornamos restauradores de papel. Só que... abrimos um atelier, ele nos ajudou a abrir um atelier – a mim e a Edna Duvivier – e nós, lá pelas tantas, não era o suficiente. E aí eu pedi a ele, “Professor eu quero ir para a Espanha fazer papel”, “Mas não dá para fazer papel na Espanha”. Ele disse, “Não, mas você não tem necessidade...”. Então vamos combinar o seguinte, eu vou, mas se o senhor me der uma indicação eu vou muito melhor, porque eu vou diretamente para as pessoas que eu tenho interesse e eu tenho filhos, então não posso ficar muito tempo. Eu tenho que passar no máximo 3 meses e nesses 3 meses focar no que eu não sei. Então foi isso que eu fiz. Então o curso que teoricamente era de 1 ano e meio, eu fui para lá e ele... o Vinhas, o Vinhas fez um curso para mim de 3 meses. E eu fui... trabalhei na Biblioteca Nacional... então foi muito interessante. E voltei com uma nova tecnologia para restauração em papel e também com máquinas e equipamentos. Nós compramos tudo o que eles usavam naquela época, trouxemos tudo. Então não foi mais o suficiente, quisemos entrar para fazer tela. Aí ele já estava... já estava ciente que não dava mais para segurar. Aí passamos para tela. Quando de repente surge... eu não lembro bem o que, surge um problema no Museu de Belas Artes - ele era diretor do Museu de Belas Artes.

DPM: Nessa época, junto com os cursos você estava atuando como professora de História da Arte...

AM: Não, eu parei de dar História da Arte em 70, que foi o ano que eu fui dirigir a Casa de Rui Barbosa, eu não conseguia...

DPM: Entendi. Já não deu mais para conciliar essas atividades.

AM: Não dava... no início deu, mas no fim daquele ano já não dava mais...

DPM: Entendi.

AM: Deixei de dar aula... só conferências quando me convidavam, aí eu ia dar conferências. Agora... onde é que eu estava? Aí teve um problema no museu e ele precisava de alguns diagnósticos, então me convidou. Bom, fiz os diagnósticos para ele. A partir daí ele me

convidou muito para consultoria, para ajudá-lo. E começou a ganhar confiança e me mandava assim para lugares, Outeiro da Glória, sabe... aquilo, ele não dava mais conta.

RGM: Você prestava serviço para o Museu...

AM: Eu não, trabalhava de graça. Eu tinha um atelier particular. Eu era assistente do professor informal, que dizer, era oficial informal. Porque? Ele dizia assim: “Se alguém lhe perguntar porque eu não vim e porque você está fazendo.... Você não precisa dizer nada, basta – por favor, ligue para o professor Edson. Então na verdade ele deu aval a mim de uma forma assim informal. E de vez em quando dava aula... Aí é que é engraçado... algumas aulas de papel no Chá das Belas Artes. Mas eu já não tinha muito tempo. E ele começou a ficar doente, foi a época que ele começou a ficar doente. Então, ele tinha duas pessoas de confiança além do filho, mas o filho não cobria – era eu e a Graci, uma assistente dele antiga. A Graci era uma pessoa extremamente importante para ele. E quando ele morreu foi para mim também, porque eu tinha que tirar dúvida, porque com quem eu ia tirar dúvida? Não tinha ninguém... Ela foi muito importante para mim também.

ECS: [Inaudível] professora Maria Luísa?

AM: Maria Luísa Salgado... era professora... trabalhava em restauração de papel. Eu inclusive fiz estágio com Maria Luísa. Ela não ficava no Museu, ela ficava lá no... onde a gente chamava o Patrimônio que era o Magistério da... lá no MEC, ali no primeiro andar. Fiz, acho que um ano e meio de estágio com ela, paralelamente estando com o professor no Belas Artes.

ECS: Ele publicou com ela...

AM: Ele publicou um livro de papel com ela. Quando eu cheguei – porque eu sou e uma geração muito mais nova – os livros já estavam publicados: o de papel, o de técnica –também que é muito bom e tem um terceiro que eu não estou recordando qual é, do professor Edson Motta. Mas o de papel foi feito com Maria Luísa.

Para chegar onde eu cheguei, de repente eu comecei a fazer tanta coisa com Patrimônio que eu fui chamada para o Patrimônio, então fui trabalhar... Entrou Darcy Ribeiro. Acontece que eu tenho um lado meu que... eu esqueci de falar isso... A questão da Belas Artes né? Eu sou muito ligada a artista plástico. Então... muito meus amigos... Por que? Porque eu restaurava para os artistas, eles mesmos me chamavam para restaurar as obras deles. Eles tinham confiança que eu não ia modificar nada. Tinha até um... Eles tinham certeza que eu não ia mexer em nada, não havia um toque meu fora do padrão estabelecido por eles – então trabalhei muito com artista plástico. Quando entrou o professor Darcy Ribeiro, foi governo Brizola... aí você já tem uma... é mais fácil para mim os fatos do que as datas – aí você já tem uma noção da data. O Scliar, Carlos Scliar foi parar no Conselho de Cultura e o Conselho tinha problemas mil com

preservação e não tinha... parece mentira, não tinha nenhuma restauradora. Restauradora no sentido de bens móveis que a gente já estava na época de elementos integrantes da arquitetura. Bem, aí me convidaram para o INEPAC. Foi aí que eu fui para o INEPAC.

[Inaudível]

AM: É para o estado. E comecei a trabalhar para – não só o estado – como eu trabalhei para o estado e também para área nacional toda, porque também não existia ninguém com a minha formação. Eu era uma formação que... estava fora... existia arquitetos, mas não tinha essa coisa da pintura, do gesso, da... isso é muito de museólogo, essa coisa de detalhes arquitetônicos né? Vamos dizer assim, as artes decorativas... isso é muito de museólogo, porque... quem vai se interessar por isso? Então... ferragens... tudo... eu me interessava por tudo isso. Então, a partir daí pronto, vim passando por todos esses museus do Rio de Janeiro e alguns fora, na Bahia também... Palácios lá na Bahia também fiz... com o maior prazer.

DPM: Bom, a gente tem um registro que você trabalhou diretamente para a Fundação Pró Memória... mas não? Essas suas atividades foram todas através do INEPAC?

AM: É... eles me consideravam... por exemplo... Primeiro monumento que me chamaram assim para eu ficar responsável – Colubandê – Darcy Ribeiro mais Colubandê – aí vai toda a confusão, porque Colubandê é um tombamento nacional e eu fico responsável por ele.

DPM: Entendi... mas isso tudo a convite com você funcionária do INEPAC?

AM: Tudo a convite... por eu ser funcionária...

DPM: Um nome de referência também né, na área?

AM: Exatamente... na área... me convidavam para... e eu aceitava. Claro que, sempre um depois do outro. Só a Casa França Brasil que entrou junto com o Colubandê, mas foi o mesmo grupo. O mesmo grupo fez sucesso no Colubandê, e em seguida a Casa França Brasil também tombada pela área federal, pelo SPHAN... Lá fui eu fazer trabalho lá. Com arquitetos da área federal. Nunca houve para mim, nem eles nunca consideraram... eles me consideravam uma técnica, não importava se eu... e eu também nunca fui paga além por isso... não... eu fazia o que tinha para ser feito. Porque o INEPAC também não tinha o que ser feito. O que você ia fazer no INEPAC? Era isso mesmo. E era isso que o Darcy queria. Por isso eu fui levada para lá. E era isso que o Scliar desejava. Enfim, era isso que todos eles queriam... uma pessoa que resolvesse os problemas que eles não conseguiam resolver. Sempre parava num ponto e não dava continuidade, na restauração, então comigo foi que começou a ser completo. E aí nós tivemos sorte, foi uma grande sorte, que... foi Ítalo [Campofiorito] que descobriu, nós... Rodrigo, chega Rodrigo [Otavio De Marco Meniconi], daí claro, Rodrigo naquela cabeça maravilhosa, também professor de História da Arte, da arquitetura, quer dizer... eu e Rodrigo ali, fomos naquela Casa

França Brasil, foi o casamento perfeito. Porque ele fazia as pesquisas todas na parte de arquitetura e eu com os elementos integrantes do monumento. Então foi o primeiro – eu acho – tenho certeza! – foi o primeiro projeto científico de restauração no Brasil, foi o da Casa França Brasil. E foi por conta de Rodrigo que eu vim parar aqui.

DPM: Então, isso que eu ia te perguntar agora mesmo. Como é que foi, como se deu a sua aproximação com o Departamento de Patrimônio aqui da Casa de Oswaldo Cruz? Você já deu a iniciação...

AM: Rodrigo me pediu... É... Pediram ao Rodrigo. Aí Rodrigo diz: “Aldeli, não tem nada a ver comigo, é para você, porque lá tem arquiteto...” - era o Benedito – “então, o que eu vou fazer lá?”.

DPM: Tinham convidado ele para que? Para que exatamente você chegou?

AM: Eles queriam que ele viesse para cá porque ele tinha uma formação da História da Arte, ele é professor, hoje em dia ele é professor da História da Arquitetura em Belo Horizonte e também dá aula de restauração. Então ele tem assim... é um restaurador completo nessa área de arquitetura. Então, chamaram ele por isso, porque ele... Benedito [de Oliveira] que foi colega dele, tinha sido colega dele, convidou. E ele me pediu, “vai lá resolver”. Mas não era ainda o Benedito, agora estou me lembrando... não foi o Bendito que me chamou, foi a Cristina Mello! Foi dureza a luta da Cristina aqui. Cristina Mello foi uma pessoa muito importante. Então com a Cristina eu fui fazer as primeiras coisas, assim, as primeiras sondagens. Então, aqui, era muito fantasia né? Porque nós íamos descobrindo tudo, porque eu não era assim uma *expert* nesse estilo. Então eu estudei muito para conseguir entender esse Castelo. Porque eu era... neoclássico... enfim, europeia né? Então, foi complicado... e ainda tem esses frisos... porque foi nessa sala que primeiramente nós começamos a fazer prospecção, foi exatamente nesta sala que a Cristina me trouxe para ver a pintura da parede, o que nós íamos fazer com esses azulejos, se nós íamos substituir, se nós íamos colocar um friso, se tinha friso ou se não tinha friso, porque parecia que tinha friso, mas eu fiz a prospecção e vi que tinha friso. Aí vimos que o friso tinha que ser meio... como e fosse... não podia ser muito marcante, tinha que ser como se fosse assim... uma suavidade muito grande, como se fosse uma aquarela. Então a tinta tinha que ser... para pintar... tinha que levar mais é... mais é....

ECS: Mais aguada?

AM: É... tinha que ser bem mais aguada para dar aquela leveza. Então foi feito assim. Resolvemos que não íamos tirar esses azulejos. Aliás, isso foi uma determinação que a gente tomou logo, que não ia mexer, não ia tirar nem um azulejo do Castelo inteiro. Porque os azulejos eram lindos e mereciam... merecia se ver o cuidado que tinha se tomado naquela época,



porque era todo azulejado, era uma beleza. Você vê que está perfeito. Então se obturou pequenas rupturas, partimos para a obturação. Aí veio a questão: como obturar? Bom, aí eu comecei... a Casa França Brasil – desde o Colubandê também - me forçou – aí vem a minha outra área – tive que fazer, tive que ir para a Itália, porque? Porque a Casa França Brasil e aqui me forçaram muito na tecnologia dos materiais. Foi então quando eu comecei a trabalhar em cima das argamassas, lá na Casa França Brasil, argamassas e tintas. Lá eu criei a tinta, que era uma tinta italiana. Rodrigo veio com essa ideia, ele estava lá no momento em que começou a se verificar que qualquer tinta – que naquela época era plástica, não existia acrílico – é... que se colocava no monumento, imediatamente era... uma coisa horrorosa! O monumento expulsava. E porque aquilo... começou a se pensar isso lá na Itália, porque isso acontecia? Eu em seguida fui para a Itália. Aí fui ter cursos lá. Só não me lembro... essa pesquisa é de uma pessoa muito importante que eu amo, mas que não vai sair o nome dela agora, ela tem um trabalho publicado sobre isso. Então ela fez um levantamento e descobriu que a parede respira. Para mim foi muito fácil porque eu já sabia que a tela respirava, muita gente vai contra esse meu pensar, inclusive o Edson Motta Filho, tem que ser... a tela tem que ser dura para não se mexer, nada disso Aldeli, você quer maciez em tudo!, não!, tem que ser firme... eu não, eu já quero que a tela tenha a flexibilidade natural da origem. Então eu trabalho para que a tela tenha primeiro, para que a tela volte ao que era né? Para depois eu começar a minha intervenção. Bom, aí eu disse, a parede é a mesma coisa, poxa, claro, evidente, não tem porque não ser. Então começou... então chegou-se à conclusão que nós tínhamos que trabalhar com cal e aí fizemos a tinta né, de lá. E aqui foi o mesmo sistema, só que aqui nós não fomos tão longe, porque aqui, quando entrou aqui, começou o acrílico, então eu já tinha avançado mais nos meus estudos. Porque eu tinha feito o seguinte, a tinta que eu fiz na Casa França Brasil foi a mesma que eu usava, então era uma [receita] acrílica de qualquer forma, então [não era nada mais, nada menos] do que uma tinta acrílica... só que misturada com cal, me dava uma abertura maior...

ECS: Vocês preparavam os tonéis...

AM: Preparava os tonéis, primeiro deixava a cal queimar, deixava ele chegar, a gente chegava naquela nata de cal, ficava dias aquilo queimando. Aí depois jogava essa água fora e eles tiravam – o que italiano chama de a flor da cal – então nós comprávamos... eu mandei trazer né – vocês ainda pegaram isso – aquela... as empresas mandavam aqui para mim da Europa, galões de acrílico porque nós não tínhamos. E a gente misturava aquilo. Então era... tinha que arranjar um ponto ideal porque você... um ponto entre o adesivo, que era o acrílico e a água de cal. Então nós fizemos aquela... aqui não foi preciso, mas nós utilizamos muito o acrílico, em outras funções porque aí as coisas foram... foram surgindo novas tecnologias, proteção... aí nós

partimos para muita coisa aqui que a Casa por exemplo não pegou, a Casa França Brasil chegou a pegar.

ECS: Aqui também nós temos uma questão com as argamassas nós temos um elemento que é o cimento também que né?

AM: Isso, aí já foi uma coisa que... você viveu isso. Porque a ideia é que em cima do cimento tinha tinta, tinha uma camada pictórica. E era uma camada pictórica que – inclusive muito bonita – mas, desbotada. E ficou aquela dúvida muito... havia uma corrente muito forte, inclusive no Patrimônio Nacional, que queria, me pediam que pintasse como camada de proteção. Eu disse: Não, eu não vou pintar, porque se eu pintar eu vou perder esse envelhecido e esse contraste entre o tijolinho e o... que o [inaudível] que em Alhambra tem né... inclusive nos arcos, aqui do lado naquela sala do lado eles usam muito isso, do tijolo e a faixa, então eu disse não, nós não vamos fazer isso, foi uma briga séria... o que nós vamos fazer é proteger. Nós protegemos e ao proteger toda aquela camada que ainda resta ela vai aparecer, que na hora que você dá uma cola em cima de um teste de tinta ela renasce e foi o que nós fizemos.

DPM: Só para eu entender uma questão burocrática. Institucionalmente a sua relação com o Departamento era de consultoria?

AM: Era, era...

DPM: Era isso? Você era contratada para algum... ou era uma consultoria mais informal... como se dava essa relação entende?

AM: Não, nunca foi uma... nunca foi uma colaboração do tipo assim... todo mundo me conhecia... O [Paulo] Gadelha... será que a gente pinta ou não pinta... se você quiser botar outro, bota todo ouro do mundo, se tiver que botar outro a gente arranja dinheiro para colocar ouro... era uma relação assim... mas não era uma relação... eu nunca fui contratada, nunca foi acho que nem oficializado. Eu sei que... quando por exemplo, na hora dos prêmios, me convidavam...

RGRC: Fazia parte da equipe...

AM: É, pois é, fazia parte da equipe.

DPM: E você continuava como funcionária do INEPAC então?

AM: Sempre.

DPM: Sempre. O INEPAC foi então o seu local...

AM: O meu local. E o INEPAC, eles me tratavam da mesma forma: “Ih, ligaram da UFRJ, dá um pulo lá, vai lá para resolver aquela fachada”. “Ih, Automóvel clube ligou, vai lá”. Quer dizer, isso não quer dizer que só trabalhava com essas grandes obras não. O INEPAC tinha os casinhos dele, que eram os casos mais... mais simples né, só para resolver fachada. O INEPAC nunca teve problema de obra. Eu fiz a Light, a fachada da Light... é louça, eu restaurei aquela louça

toda... com quem? Com o Antônio – Olha aí a Pró-memória. Porque eu puxava as pessoas, entendeu? Eu descobri que a Pró-memória... existia um... vamos dizer assim... isso foi muito pouco tempo, era uma maravilha, chamava ProDoc. Era um organismo do Pró-memória chamava ProDoc. Foi criado justamente... comecei a sentir um problema muito grande com organismos, com os micro-organismos, então... criaram o ProDoc para pesquisa biológica. E contrataram químicos, biólogos e etc, etc... Eu disse: “Ah meu Deus, é para mim!”. Então tudo eu chamava e colocava nas obras, poxa, maravilha. E que obras que eram, porque o ProDoc era do Pró-memória. Então as minhas obras também eram da Pró-memória. A Igreja da Glória, botei um químico lá. Porque eu queria saber porque cargas d’água aquele sal atingia assim, 1,5 cm fora da parede... o que é aquilo? O Antônio ia lá para... “É sal mesmo Antônio?”... Entendeu? Eu tô olhando, tô achando que é, mas será que é? Aí tinha um... a fachada da Light, aquela porcelana, era um horror, era marrom. Eu disse: “Não, nós vamos botar essa fachada branca”. Lá vem o Antônio. Vamos criar soluções inócuas para a porcelana, para louça, mas que ao mesmo tempo retire a ferrugem. E fizemos compressas e botamos um bolo de estagiários lá aplicando compressa naquela fachada, porque chupava tudo, uma maravilha. Então, quer dizer, a ligação era essa. E o Antônio também não recebia nada. Eu até conseguia às vezes alguma coisa para ele por causa do material. Aí pedia ao INEPAC. Aí o INEPAC, que não tinha dinheiro nenhum arranjava, não tem isso. Então, quer dizer... e era um prédio, Light era, tombamento também, federal.

RGRC: Agora, nesse meio tempo você nunca parou de ter o seu atelier...

AM: Nunca.

RGRC: ... Você tinha sempre o seu atelier ali na Dias da Rocha.

AM: Exatamente. Sempre. O meu atelier ele, desde que eu abri, em 79 se não me engano, eu nunca deixei de ter. Eu só fui fechar o atelier, como atelier independente eu creio que em... 2004... não... 2006, enfim, por aí, não tenho muita certeza. Depois ele foi para a Urca. Ele ficou lá na Urca. Ficou perto da Ana Letícia. Ana Letícia arranhou um apartamento térreo maravilhoso, os quadros entravam assim direto sabe? Era uma maravilha. Então eu sempre tive. O que proporcionou essa liberdade. Porque o que me garantia não era o meu salário do INEPAC, que era muito baixo, o que me garantia era meu atelier e nisso que eu me segurava. Então a parte da tarde, quando eu tinha livre, eu estava no atelier. E eu tinha gente, tinha muita gente que estava comigo no... aí é que estava... os alunos adoravam. Porque quem trabalhava comigo tinha certeza que assim que houvesse uma obra, eu colocaria numa obra porque o atelier estava fechado de manhã e a obra ia até as duas horas da tarde. Nunca a minha obra ficava até... nunca. Porque eu tinha o meu atelier. Então fazia o meu horário, o horário possível para mim. E

depois nós íamos para o atelier, agora lá também ficávamos até 8 da noite no atelier. Então é o atelier que deu, não só a mim, como ao pessoal que trabalhava comigo a possibilidade de fazer tudo o que foi feito.

DPM: Deixa eu te perguntar uma coisa, pelo o que você está contando, sendo uma funcionária do INEPAC, exercendo essas consultorias em obras a nível federal, você acha que a relação entre essas instituições responsáveis pela preservação, elas eram mais fluidas no momento em que foram criadas, ou que você estava atuante e mudou? Quer dizer, você acha que mudou? E se mudou, o que mudou na sua opinião?

AM: Mudou... mudou já no finalzinho. Começaram... é natural. Atritos. Então... A Casa França Brasil, por exemplo, aquilo ali foi uma... meu Deus do céu... parecia que tinha entrado um bando de escorpião lá dentro. Nunca deixaram aquela Casa [sozinha], ela hoje não tem nada a ver com o que ela era. Então cada hora mexiam nela de uma maneira diferente e sempre criavam um discurso diferente. Se você for ver, entrar na Casa França Brasil hoje, entrar na documentação, nem a história que é a restauração – eu tenho toda, um catatau desse tamanho – existe! Porque foi apagada, completamente apagada. Tinha disputa a tal ponto... muito engraçado... porque os presidentes da Casa em geral eram meus amigos... Sergio Lacerda já era meu amigo de antes, João Maurício, Wanderlei de Araujo Pinto, meu amigo desde que eu me entendo por gente, então aquilo era uma coisa que era... Mas veja bem, só pedia ao Darcy que pusesse gente no “top” deles. Mas eles não interferiam, mas a gente ficava brincando porque os arquitetos chegavam.... e queriam me matar. Teve uma vez que teve uma reunião... eles não gostavam de cor.. Você sabe disso né?... Então, aí... Tinham coisas tão ridículas... Aí chegava o Sergio lá... Eu queria botar azul no céu, por quê? Na verdade aquele azul do Grandjean de Montigny, ele botou um azul no céu para... era um céu meu Deus do céu! E eu fiz a prospecção e achei o azul. Então fui para reunião para decidir se haveria ou não azul no céu. Aí chega o Sergio Lacerda, dr. Lucio Costa, todo mundo de camisinha azul, era a turma do azul... (risos) que claramente foi derrotada! Porque... não era por cima. [Inaudível] Os ditos modernistas não permitiam [inaudível]. Então tinha... O bege... tinha um bege que ia mais para ocre... cortado! Então isso acontecia muito, eu já...

RGRC: Tinha que ser tudo branco...

AM: É! Chegou um ponto que já era divertido. Mas foi muito doído na época, porque... aqui não, aqui nós fizemos tudo. Aqui não houve esse problema. Aqui nós fizemos tudo... a turma foi muito unida, eles precisam né? E, e aqui eu sempre falei para o Gadelha, Gadelha isso aqui é uma maravilha trabalhar aqui, porque a gente consegue realizar. Porque tudo que na hora que tomávamos... ficávamos sem saber o que fazer, estudando, pesquisando, isso e aquilo, mas na

hora que fechava uma ideia, era aquela ideia. Aquilo estava fechado, porque já tinha sido muito estudado.

RGRC: E havia um respeito né?

AM: E havia respeito. E lá na com o pessoal da Pró-Memória e do IPHAN, num determinado momento virou política, então se votasse azul é porque eu era mais forte do que o arquiteto entendeu? E eu era museóloga, porque... Porque cargas d'água eu ia ser mais forte do que o Jayme Zettel. Então, então não podia, ele tinha que dar... vir dar a ordem dele e isso foi... aconteceu de uma forma tão grande que a pobre Casa França Brasil hoje em dia... na verdade eu acho que ela é como se fosse... em relação as cores dela... hoje em dia ela é carnavalesca, ela é ridícula, muito ridícula. O neoclássico... você foi atualmente? ... dá um pulo lá. Você leva um choque. Pintaram as colunas como quem pinta... pintaram todas as colunas. Umas tão... parecem que estão pegando fogo.

ECS: É marmorizada?

AM: Hã?

ECS: É marmorizada, uma escaiola?

AM: Foi... Porque eu, porque como nós não podíamos fazer todas, nós combinamos e eu consegui um apoio forte do Doutor Lucio... tem feito um altar lá, como se fosse uma basílica lá no fundo, então aquelas duas eu... aquelas quatro eu fiz. E fiz também a métopa, fiz tudo, então deixei um quadrado feito... e aí chegamos à conclusão, não vamos decapar, porque não vamos mistificar. Vamos deixá-la no estado que é num creme, então não faltava nada e deixamos essa como original. Mas mais tarde resolveram pintar tudo, inclusive essas quatro com aquelas labaredas que estão lá, estranhíssimo. Quer dizer, não combina com o neoclássico. Enquanto que na minha época, o problema era a cor, depois virou moda botar cor, então quer dizer, são coisas que não... inexplicáveis. Então acho que nesse sentido sim, houve depois uma, vamos dizer assim, uma questão de poder, uma luta de poder.

DPM: Disputas políticas?

AM: Disputas políticas pura e simplesmente.

DPM: Então, das obras que você acompanhou aqui nos bens da Fiocruz, quais que você gostaria de destacar... quais que você destaca como, enfim, que você tenha... Quer colocar alguma?

AM: O Castelo.

DPM: O Castelo né?

AM: O Castelo... eu tenho dois destaques no Castelo que eu, que eu amei muito as decisões que eu tomei, porque as vezes você toma uma decisão e você pensa... passam-se os anos e você pensa “meu Deus, será que eu tomei uma decisão errada?”. Mas não, eu tive problema na

decisão com relação a fachada, com a parte cimentada que eu gostei muito da solução e eu tive problema seríssimo com intervenção do IPHAN, se você ler meus laudos, a pintura interna ali do saguão, [isto é] do hall. Foi muito sério aquilo, inclusive o diretor do IPHAN é o meu amigo, irmão do meu tio.

DPM: Então descreve para gente como é que foi essa história?

AM: Foi muito dura. Foi muito feia. Foi feia, foi uma história feia. Chegou-se ao ponto do Diretor do IPHAN [Sabino Barroso] me ligar para eu parar de brigar, porque tinha uma figurinha que vinha aqui e dizia que eu não falava com ela. Para você ver até que ponto isso chegou. A Magaly [Oberlander].

ECS: Você cita nos relatórios... quer dizer, nós citamos, no caso, no relatório, a Magaly. Mas qual era o sobrenome? Eu lembro da Magaly do IPHAN.

AM: Magaly [Oberlander]. Quer dizer, uma maluquice, aí o Sabino... eu disse “Sabino, eu nunca deixaria de falar, eu falo com todo mundo, eu sou popular eu não tenho problema de falar com as pessoas”

RGRC: Mas a Magaly era do IPHAN?

AM: Do IPHAN. E eu é que botei ela lá, eu que botei porque ela teve problema... eu não disse que teve problema no Belas Artes? Então, no IPHAN não tinha ninguém. Eu peguei a Magaly e mandei para o IPHAN.

DPM: Mas a questão dela ia contra a sua concepção técnica ou...

AM: Concepção técnica. Concepção técnica. Ela, por exemplo, ela queria pintar esse saguão todo, queria que esse saguão fosse pintado. O que que aconteceu com esse saguão? Nas primeiras tomadas de prospecção eu vi essa sala aqui completa e vi o saguão, mas eu não subi, eu fiz só embaixo. E descobri, ... a história do ouro é engraçada por causa disso, ...aí na parte aqui de baixo, apareceu uma camada branca umas bolinhas douradas. Eu disse “meu Deus, será que esse saguão é branco e dourado? Olha que barato” enfim, e ficou nisso porque não íamos... não íamos mexer naquela área naquele momento. Ele ficou bem para o final. Passasse um tempo...e aí o que que acontece? Tinha que ser feita a prospecção nos outros pisos, e na hora que foi feita nenhuma batia com nenhuma, cada andar era uma coisa, então você não sabia. Se eu chegasse é assim, não sei, agora cada andar não podia ser de um jeito. Isso aí era uma coisa impossível. E por outro lado, a firma que estava interessada em pintar, aquela firma foi braba...

DPM: Você lembra qual era o nome da firma?

AM: Não sei...

IA: Coscarelli? Aresta?

AM: Aresta. Eles me peitaram, mas eles me peitaram... eles estavam com as costas quentes viu? Era a Magaly [Oberlander] e eu não sabia. Estou dizendo que quando... eles me peitaram e aí eu pensei “ele tá com as costas quentes, mas agora quem pode ser.... dar costas quentes pra esses rapazes? ”. Eles eram novinhos e eles tinham feito um trabalho excepcional no Castelinho do Flamengo. E por isso, eles foram chamados para cá. Mas eles me peitaram mesmo.

ECS: Década de 80.

AM: Hã?

ECS: Década de 80.

AM: Foi... aí eu pensei, eu não sabia da Magaly, eu não tinha ainda visto isso. Meu Deus, todo mundo lá na... CR [Coordenação regional], era CR, a Regional daqui... o meu amigo, qualquer coisa que eu tenha eu falo com o diretor. O diretor era meu amigo, o sub diretor era meu amigo... não está batendo. Mas eu sei que assim, de um dia para o outro, eles colocaram gente, eles demoliram tudo... de propósito. Era um cheiro de... dos gases. Uma coisa horrorosa. E aí chega a Magaly, chega de repente aí eu disse “Pronto”. Aí meu amigo me liga “porque você...” ... aí eu disse “Ah, perai”... isso é típico de uma pessoa que não é estável. Vê se você... eu vou chegar em algum lugar e vou falar para você ou para qualquer outra pessoa que fulano está virando a cara para mim. Não é uma coisa que faça parte... que seja técnica. Então, eu vou dizer uma coisa... aí também dei um basta, disse... não encontro mais a Magaly, agora só falarei no papel. E foi... aí eu lasquei... nunca mais voltou lá, aí ela se aposentou.

ECS: Se aposentou...

AM: Se aposentou, eu disse “mas que que isso?”. E nós não podíamos fazer outra coisa. E hoje [inaudível]... eu estive lá no ano passado no [inaudível]... e tive lá e passei uma semana sabe? Fiquei mesmo, eu tinha sonhos, eu nunca tinha... e viajei tanto e não tinha ido lá olhar. Aí quando eu cheguei lá, o meu prazer era imenso, porque não só era um lugar de sonho, que eu não tinha tido a oportunidade ainda, mas de saber que eu tinha feito tudo certinho. Que nada tinha saído fora do padrão, que o que a gente conseguiu... porque na verdade, essa empresa fez um decapê. E o que que ele mostrou? Ele mostrou a base da pintura, mas isso ficou melhor, muito melhor do que qualquer outra intervenção que se fizesse. Porque deu uma dignidade ao conjunto, ficou digno. Agora imagina, botar branco e o ouro. Aí o Gadelha “bota o ouro, eu arranjo o ouro na Alemanha... a quantidade de ouro que a gente quiser”, mas a Gadelha não tem nada a ver, mas não é porque... porque eu não queira ou porque eu acho que vocês não têm dinheiro para botar o ouro lá. É porque não tem. Porque nenhum outro andar tinha.

ECS: Não tem ouro?

AM: Não.

ECS: Não tem ouro?

AM: Não. Nunca teve. Quer dizer, teve, no de baixo, branco com as bolinhas douradas. Agora, o segundo e o terceiro...

ECS: Folha de ouro?

AM: Nunca teve.

ECS: Folha de ouro...

AM: Nunca teve...

ECS: ... no primeiro andar teve branco com as bolinhas douradas. As bolinhas eram purpurina ou folha de ouro?

AM: Folha de ouro. Não foi purpurina não. Isso eu tenho certeza, agora, para cima nada, nem folha de ouro, nem purpurina. Tinha uma coisa esquisita. Esverdeada, como se fosse uma... como que eu vou te dizer? Como se fosse uma...

IA: Uma patina de cobre?

AM: Isso... como se fosse uma... o termo certo... como se fosse uma oxidação de cobre. Mas não tinha tinta. Por isso que deu esse tom, assim meio... que você fica... mas se você prestar bem atenção, eu não sei se essa oxidação vem da... eu desconfio que sim... do produto que eles aplicaram... que oxidou entendeu? Porque são várias camadas de tinta... foi aquele produto...

ECS: Pintoff?

AM: Hã?

ECS: Pintoff?

AM: Pintoff! Pintoff em gel. É muito forte aquilo.

ECS: Quando você chegou aqui, qual era a feição do hall? Qual era a feição?

AM: Isso que eu quero me lembrar. Em baixo, não tinha esse... poxa, não tem foto?

ECS: Pode ser que tenha, mas ainda não...

AM: Ah, eu gostaria até de ver isso, porque eu quando prospectei eu vi o branco com as bolinhas douradas e eu tirei um pedaço desse tamanho assim... eu deixei aberto, aquilo ficou anos ali, até nós chegarmos ao... Só que... nesse nível, não fiz o outro nível. Então tinha que... antes de entrar a aquela empresa demolindo tudo, tinha que ter entrado a prospecção. Quer dizer, o que sempre nós fizemos, só que naquela ocasião não foi feito.

ECS: Era bem escuro na verdade. Mas assim, você falou de demolir tudo, em relação as balaustradas? Você chegou a trabalhar nas balaustradas também? Porque teve uma intervenção no hall e uma intervenção nas balaustradas mais ou menos no mesmo período.

AM: Balaustradas de onde?

IA: As varandas.



AM: Nós fizemos. Mas as balaustradas, elas estão dentro do esquema geral do cimento. Elas estão dentro do esquema geral do cimento. São a mesma... mesma lógica.

ECS: Mesma lógica, mas houve uma demolição também desses balaústres.

AM: Como?

ECS: Uma demolição desses balaústres.

AM: Não.

ECS: Não? Pelo estado de conservação...

AM: Não. Jamais. Os balaústres são perfeitos, nós só fizemos proteção. Uma aplicação de proteção e sem brilho, fosca.

IA: Teria também, no caso do balaústre... vocês verificaram se tinha alguma camada de pintura nele ou era realmente só o cimento?

AM: Eu verifiquei. Tinha... é essa camada que eu tô dizendo. Eu... nós tínhamos uma opção que poderíamos ter tomado também, eu gostava até, nós fizemos muito teste com essa opção, uma coisa que eu cismeí. Era... eu queria fazer... nessa camada de proteção, eu queria colocar um pouco de pigmento, como se fosse uma aguada, para ela... para ela não ficar tão no cimento, ela ficar... sabe, naquele meio tom. Mas isso... eu já não estava mais aqui e a coisa não aconteceu e pelo que eu soube, não conseguiram, tecnicamente, dar uma solução, pelo que eu soube foi isso, mas eu já não estava trabalhando mais aqui. Foi depois dessa questão da Magaly.

RGRC: Você acha que foi até quanto então... você lembra exatamente quando você deixou o IPHAN? Foi final de oitenta [inaudível]

AM: Foi. Eu acho que depois dessa questão da Magaly, mas eu não me lembro...

IA: 88...

AM: Foi? Não, muito mais adiante.

ECS: 92 / 94

AM: É, porque 88 não...

RGRC: 88 eu tinha acabado de chegar aqui.

AM: É....

ECS: Foi 92 / 94, não é isso?

AM: É.

DPM: E como é que deu seu... se deu o seu afastamento aqui do Departamento? E das consultorias...

AM: De repente pararam de me chamar. E ficaram só com a consultoria... a Magaly foi afastada, mas veio uma fulaninha que tinha trabalhado no esquema todo da Casa França Brasil, nessa

demolição da Casa França Brasil, veio ela substituir a Magaly. Quer dizer, foi uma questão política mesmo.

ECS: Que é a....?

AM: Era um nome índio...

RGRC: Yanara [Haas]?

AM: Yanara [Haas]. Que era ligada assim com o Jayme Zettel.

ECS: Agora, tem também uns documentos com um outro ator Júlio... Júlio Moraes... Júlio Moraes. Eu trabalhei com o Júlio Moraes Junior em São Paulo... é ele?

AM: Quem?

ECS: Esse... que trabalhou aqui também nesse período.

AM: Não, ele não trabalhou aqui.

ECS: Não? Júlio Moraes Junior

AM: Não. Que eu me lembre... eu fui até vinda da... quando entrou essa menina, a Yanara... eu falei com o Sabino [Barroso] “tá bom Sabino, vocês não querem mais que eu trabalhe lá, eu não vou mais para lá”. Desliguei, desliguei. Também não me chamaram mais... ficou por conta da Yanara. A Yanara que fazia a fiscalização daqui... vocês passaram... aí vocês já... eu falava com eles... aí eles passaram a ser fiscalizados.

RGRC: Exatamente.

ECS: No terceiro andar, uns panos mais lisos dos estuques, você observa que tem uma camada também de tinta...

AM: Ah, isso só vendo agora, porque eu não sei o que foi feito depois de mim. Eu vou.... porque veja bem, o tratamento que foi dado ao tijolinho, foi dado a todo os tijolinho, não era para haver nenhuma modificação. O tratamento que foi dado... agora, não tem sentido. O tratamento que foi dado ao cimento, foi dado a todo o cimento, não tem sentido você mudar o trato de um lugar para o outro, se não, você não está fazendo o trabalho científico. Você tem que manter o padrão. Você estuda, estuda e estuda para chegar a uma conclusão que vá dar solução para toda aquela área. Claro que a parte interna não tem nada a ver com a parte externa, até porque os agentes de degradação são diferentes. Agora, quando você está lidando com fachada, claro que a parte das varandas são mais protegidas, se resguardam mais, mas aí é natural. Mas o que você vai fazer, o processo que você vai atuar com elas é o mesmo, só que elas vão dar uma resposta melhor, porque elas ainda vão ter mais vestígios de tinta do que a área externa que é mais degradada. A diferença é essa.

DPM: Aldeli, você tinha dito que ia destacar duas questões em relação ao hall...

AM: Então, são essas...

DPM: O hall...

AM: E o cimento.

DPM: Ah, o cimento. Tá ótimo.

AM: Foram as duas partes que para mim foram... foram muito difíceis.

RGRC: Agora, nesse interim, também vieram a Márcia Franqueira e a Bettina [Lourenço]. E essa Bettina que foi pegando a sua forma de trabalhar, estudando...

AM: Foi. A Bettina foi o seguinte... o Benedito me pediu uma pessoa, me pediu uma arquiteta para colocar no meu lugar, para que ficasse aqui permanente, coisa que eu não queria. Aí a Bettina tinha trabalhado comigo na [Light]. Ela passou um tempinho muito rápido na Casa França Brasil, mas foi direto para [Light]. Então, eu gostei muito da Bettina, eu conheci a Bettina... aliás, eu não conhecia a Bettina, foi minha filha que conhecia a Bettina. Aí eu gostei muito do trabalho da Bettina lá na Light, achei ela muito responsável. Quanto a parte técnica, todas éramos iguais, porque tudo que se estava fazendo era muito novo. Então aí eu indiquei a Bettina, para que ela ficasse no meu lugar. E ela sempre se reportava a mim... nós trocávamos muito figurinha, e ela depois foi fazer, inclusive, uns trabalhos em argamassa. Ela se interessou muito por argamassa, que era uma área que eu me interessava muito, eu acho fundamental para restauração. Então, ela foi por um caminho muito interessante, mas depois ela saiu daqui, então eu... e eu também perdi o contato com a Bettina...

ECS: [inaudível]

AM: Hã?

ECS: Um caminho importante para gente. Fundamental para preservação...

AM: A preservação é argamassa...

ECS: Elementar né?

AM: É. Com certeza.

ECS: Você podia falar um pouco sobre os tijolinhos? Sobre a intervenção nos tijolinhos.

AM: Não teve. Eles estavam... olha, eles estavam perfeitos. É uma coisa impressionante. Os tijolinhos estavam muito bem. Você pegou?

RGRC: Mas lá na Cavalaria não teve uma intervenção?

AM: Ah, eu estou falando do Castelo.

RGRC: Ah, do Castelo... Não, do Castelo...

AM: Eu só estou me referindo ao Castelo...

RGRC: O Castelo sempre...

AM: Aí da Cavalaria vocês vão ter que me recordar, porque eu não me lembro. Não me lembro muito... o Castelo para mim é tão importante, que os outros prédios passaram por mim, assim,

batidos sabe? Tinha que fazer isso, eu vou lá faço, saio... a minha fixação era aqui, aqui eu sei tudo. Nos outros é mais uma coisa assim *en passant*. Sabe, até porque... eu sei que eu fiz uma coisa interessante lá na Cavalaria, mas eu não me lembro o que que foi. Mas eu tenho certeza que eu fiz um trabalho interessante lá, porque alguém me disse, mas eu não me recordo.

RGRC: Tá certo.

AM: Fiquei muito ligada ao Castelo.

RGRC: E a própria Ana Paula [Memória]?

AM: A própria Ana Paula trabalhou, trabalhou principalmente nos azulejos. Muito... trabalhou muito tempo aqui nos azulejos... foi muito bom... ela gostava muito daqui.

[inaudível]

ECS: Ana Paula o que?

RGRC: Memória.

AM: Memória. Minha filha. E depois... com essas questões políticas, ela nunca mais quis ouvir falar em restauração. Não quis saber mais. Não dava... não deu. Teve um período que não dava mais para trabalhar. Agora, eu estou sabendo que está voltando a ter de novo. E essa reforma, por exemplo... eu fiz a reforma do Municipal, foi lá que começou a briga. E um amigo meu, que era o substituto do...

ECS: Em que ano?

AM: Ih... Municipal...

ECS: Final da década de 90?

AM: Pode ser.

ECS: Final da década de 90?

AM: Pode ser.

ECS: Não... início.

AM: Início. Eu fiz o Municipal, eu restaurei toda a cúpula, restaurei aquele... proscênio. Não, restaurei o pano de boca... foi o Edson ...

ECS: Foi o Edson Motta.

AM: ... que depois, mais tarde, restaurou. Agora, ninguém me ouviu com relação aquele marrom que botaram lá. Não era marrom. Cismaram que não podia ser aquela cor rosada, porque aquilo era cor de bordel. Então... foi... ali já foi... foi igual ali estava a Casa de França Brasil, já... os estertores e o teatro era rosa bordel. Então, eu nunca tinha ouvido essa palavra assim... bordel. O Ítalo falou... eu disse “ô Ítalo, você não é da época do bordel, que história é essa de bordel?”, mas enfim, criaram aquela cor marrom. Impuseram. Mas a menina veio e botou na cor certa. E tem mais, a...[inaudível]

RGRC: Patrícia

AM: ... a do teatro, branquinha, como é que era o nome dela... ela fez exatamente tudo que precisava ser feito.

RGRC: Acho que era Patrícia.

AM: Não... não é uma menina do teatro que foi diretora...

DPM: Carla Camurati?

AM: Carla Camurati, ela fez tudo como deveria ser feito, uma pessoa que não tinha nada a ver com coisa nenhuma, chegou lá com mãos de ferro e fez tudo da cabeça dela, estudando lá, fez tudo o que deveria ser feito. Inclusive, os assentos também. Se ali era rosê, meio rosado, não era cor de rosa, mas era rosê, os assentos não deveriam ser vermelhos, deviam ser naquela cor que ela colocou agora, que é um rosado meio goiaba, uma coisa assim. Quer dizer, é... uma pura questão de nexo, mas o Teatro Municipal agora está todo certinho, por causa da Carla [Camurati].

ECS: E da Regina Pontin.

AM: Hã?

ECS: E da Regina Pontin.

AM: Ah... e da Regina Pontin [de Mattos], mas a Regina estava lá naquela época, mas ninguém ouvia.

RGRC: Era uma turma boa, porque era a Regina, que era colega...

ECS: Edson Motta também...

RGRC: E eram todos amigos e colegas da Itália. Regina, Rodrigo Meniconi, Benedito...

AM: Isso mesmo... era uma turma boa, muito boa. Mas ninguém ouvia a Regina, porque ela estava começando... ela era muito amiga da... e ela tinha... botou o tal do marrom, ela botou o tal do marrom. Entendeu? Claro que tinha que botar, disseram que tinha que botar, ela botou. Saiu o tal do marrom.

DPM: Então, vocês têm mais alguma pergunta assim, específica, sobre alguma obra? Alguma intervenção? Porque a gente já vai se encaminhar para a conclusão...

RGRC: Aldeli, eu tenho uma curiosidade em relação ao seu "Memória". Veio do seu marido?

AM: É do meu marido.

RGRC: Quem era o seu marido?

AM: Meu marido era procurador de justiça. Eu sou separada dele, mas sou muito ligada a família, tanto que, hoje, quem eu tenho de parente, porque os meus já morreram todos, são meus sobrinhos, filhos do Maurício Memória e a mãe deles é da família do Carlos.

RGRC: Carlos Memória.

AM: Não! Carlos Chagas.

RGRC: Ah tá.

AM: É engraçado, daí... então, [inaudível] e as meninas... então essa coisa assim, que eu quando vim para cá não tinha...

RGRC: Nem sabia...

AM: Não me dei conta e de repente o Maurício me fala “como você vai a Fiocruz? Que que você vai fazer lá”, eu tenho que acompanhar... a mulher dele, porque tinha que vir aqui... “ai meu Deus, esqueci que ela é Chagas”. Aí juntou tudo, mas isso muitos anos depois. Entendeu?

RGRC: Entendi.

AM: E a família é muito chegada, porque esse ramo do Chagas era por conta do Doutor Chagas, por isso que as meninas faziam... e não tem quase... as meninas faziam muita questão dos Memória por isso, só o nome Memória. É direto do Chagas. Entendeu? Porque Dona Na já vem... porque minha colega de faculdade morreu no Mello Franco... e ali a família é toda... toda parentada... primo casa com primo. A família da Dona Na e Doutor Carlinhos era... também não sobrou ninguém, sobraram os Memória. Mas meu marido como foi filho de uma outra mulher, nunca se deu bem com os irmãos e eu não, eu sempre me dei bem com todo mundo... eu sempre me dei bem com os Memória. Inclusive a Tatiana... a Tatiana Memória, Chagas Memória foi quem... é tudo junto, você vai ver que tudo vai fechar no mesmo ponto... foi herdeira do Darcy Ribeiro, para gerenciar toda a vida dele. Ela que abriu a cinemateca... nós somos as duas Memória, a Tatiana e eu...

DPM: Ela que cuida do acervo dele também, não é?

AM: É. Tatiana...

[inaudível]

DPM: Ah, ela faleceu?

AM: Faleceu. E ela é mãe dos meus sobrinhos. Porque meu cunhado teve umas 8 ou 10 mulheres, eu até perdi a conta, mas ele era uma pessoa excelente, ele acompanhava a Tatiana... já separado ele acompanhava a Tatiana nas festividades do Doutor Carlinhos

RGRC: Porque eu sempre achei que tivesse algum parentesco com o Arquimedes Memória.

AM: Ah, claro, sim. Tio. Porque... o pai da Ana Paula ... ele é da segunda mulher do [inaudível] Alonso. Ele era muito velhinho, o pai da... o pai dos meninos... do Maurício. Então, o meu sogro era muito velhinho, então ficou uma diferença de idade muito grande. O próprio Maurício é 15 anos mais velho do que o meu marido. Então... por uma dessas coisas do destino... inexplicável para gente... inexplicável... a gente sempre se dava muito bem, porque ele era muito engraçado, em tudo que era coisa de família ele ficava do meu lado, buzinando, falando besteira, então a

gente sempre ficou muito amigo por isso. E os meninos também, os meninos me amam. Agora está um lá... os filhos da Tatiana... está um lá... está morando em Miami. Mas a gente se corresponde. Eu as vezes fico de intermediária entre eles e a.... porque eu não sou parente direta deles... e as primas, que são primas verdadeiras, as Chagas. Mas é a mesma família, só existe uma. E o Thales também.

RGRC: Thales, pois é.

AM: E o Thales já é da nossa... é mais velho que eu, mas já é da nossa geração. Excelente professor, História da Arte. Que coisa gozada né?

RGRC: Estava no sangue mesmo. Perfeito.

AM: Impressionante. Bem para o outro lado.

ECS: Mas eu acho que não é o outro lado... Porque assim, só a História da Arte mesmo para fundamentar e entender as nossas práticas...

AM: É verdade...

ECS: ... então é por isso, acho que veio no caminho.

AM: Você não tem como...

ECS: E a museologia também. Quer dizer, você sai do objeto para o bem integrado tá...

DPM: Vou aproveitar... vou aproveitar o seu gancho. Queria te perguntar, na sua opinião qual é a importância da arquitetura eclética do Pavilhão Mourisco para História da Arte e da Arquitetura brasileira?

AM: Ah, eu acho muito importante. Importantíssimo, mas foi relegada ao último plano. Como... sempre, porque... sempre porque é diferente, é renegado. O barroco, que veio com aquele... a exorbitância foi considerada um estilo completamente fora daqueles padrões... clássicos né? Agora, o eclético veio... o que que é o eclético? É o prosseguimento do neoclássico com outros elementos, então é natural que ele vá por aí. A História da Arte sempre tem essa linha... dizem... [Heinrich] Wölfflin... conhece os conceitos de Wölfflin né? Você... Wölfflin diz sempre que você sempre vai ter uma arte arcaica e em seguida você vai buscando uma arte altamente equilibrada que é a clássica e você tem de seguir para o barroco, e você vai mudar o nome, vai ser Rococó, vai ser isso, vai ser aquilo, mas é a mesma coisa. É sempre um prosseguimento, você tem... a história é cíclica. Então eu acho que... e tem mais, eu acho muito inventivo, eu acho maravilhosa. Chega em Nova York, aquilo é o auge né... tem aquelas coisas muito doidas que eu... engraçado, e no caso do Arde cor dos Estados Unidos era de um profundo mal gosto... eu achava, hoje em dia já acho fantástico. Eu vejo aquelas coisas... meu Deus do céu, como são criativos. Quer dizer, a gente... até isso a gente vai absorvendo, tem que absorver porque faz parte da cidade. Essa cidade é uma cidade eclética. Copacabana, aqueles prédios todos ali...

RGRC: Do Lido...

AM: Do Lido... aquilo é muito... tem uma fisionomia muito própria, característica do bairro né. Então você vai tendo uns bairros, você vai tendo as características de cada um, eu acho que... o Centro da cidade também... você pegando... hoje mesmo eu estava vindo, estavam limpando né, quer dizer, prédios da orla, comecei a descobrir um monte de Arde Cor ali que eu não tinha nunca visto. Uns prediozinhos pequeninhos assim, estreitos, assim, mas todos eles ó... impressionante, porque no meio da sujeira você não percebe, mas agora começaram a limpar, você começa já a destacar. E é muito importante. Agora, não deram nenhum valor durante muito tempo. Eram execrados. E aí o valor do INEPAC. Porque o INEPAC... quase que eu me esqueço disso... fomos nós do INEPAC que nos apaixonamos por ecléticos... começamos a tombar os ecléticos. Então, nós salvamos muita coisa.

RGRC: Esse pioneirismo do INEPAC é uma coisa a ser estudada.

AM: É... eu acho. É preciso. Você sabe o INEPAC...

RGRC: Esse pioneirismo do INEPAC em muitas ações... a gente tem que estudar isso.

AM: Tem. E tem mais muita coisa precisa ser estudada profundamente, porque muita coisa foi feita no INEPAC de boa, não foi destacada. Inclusive a Casa da Pedra, aquela lá de...

RGRC: Saquarema.

AM: É... então, tem coisa no INEPAC fantástica e que de uma certa forma, eles não... eles nunca fizeram um projeto... eles tinham um *feeling* mas eles não tinham o saber para embasar aquele *feeling*, então precisa ser estudado para ser embasado, para pegar aquela coisa...

RGRC: Ser valorizado.

AM: Ser valorizado.

RGRC: O Gustavo está tão para baixo...

AM: Nem me fale né, que tristeza...

RGRC: Eu acho que isso valorizaria né, a atuação do INEPAC na...

AM: Nem sei quem está lá agora.

RGRC: E até no Modernismo também, eles tombaram a Igreja do São Daniel o profeta aqui no Niemeyer.

AM: Foi?

RGRC: Foi o primeiro tombamento modernista do Estado.

AM: Ai meu Deus do céu...

RGRC: E está aqui no Manguinhos.

AM: Aqui em Manguinhos? Que beleza.

DPM: E a senhora ficou no INEPAC até mais ou menos quando? A senhora lembra?



RGRC: Quando é que você se aposentou, Aldeli?

AM: Tem algumas coisas a gente não pode contar... porque faz parte dos segredos de ofício. Mas eu, em defesa de um determinado patrimônio, eu era, como é que se diz... eu era a representante do partido da Justiça, então as obras que eram roubadas, perdidas e enfim... eu atuava junto a Justiça. E [a Fazenda] Colubandê, eu era apaixonada pelo Colubandê... então eu achei todas. Então, eu achei, fui lá, fotografei... o processo seguiu seu rumo, ganhamos e eu tinha que buscar as obras, recebi ordem de não ir buscar. Então, eu fui... e tirei férias. Eu fui, contei para o Diretor do INEPAC que eu tinha ido, claro que não tinha mais nada lá, e contei para o Diretor [Jorge Czajkowski] que eu tinha ido e tirei férias, quando voltei eu estava demitida. Então, aí eu não tive problema... porque eu era museóloga... eu fui para os museus. Então, e... eu passei a restaurar todas as obras dos museus, fazia as exposições, maravilhosas... fiz do Palácio Laranjeiras, aí eu passei para os Palácios.

RGRC: Exatamente por isso...

AM: É, por isso. Coisas que você, você não... você não... é esse país que nós estamos vivendo hoje, nada a mais nada a menos. Uma das... uma das razões... Você não viu o que aconteceu lá com aquele rapaz... do Ministro da Cultura? Aquele prédio lá em Salvador. O Geddel [Vieira Lima].

RGRC: Sim... pois é... lá também...

AM: Pois é, então são essas coisas... chegou um momento no Rio de Janeiro que não se pôde mais trabalhar, para mim foi muito difícil trabalhar, porque eu trabalhava de outra maneira, eu estava habituada a ter muita liberdade e depois isso não aconteceu mais, foi um período. E eu estava mal habituada, então não deu mais para mim. Não queria mais trabalhar em patrimônio de jeito nenhum, nenhum. Porque não dava. Mas os museus me satisfizeram muito, eu estava lá com todas as minhas amigas também. Eu sou museóloga né, e elas não tinha restauradora. Sempre faltando restaurador e então, com isso pudemos fazer belas exposições que, do contrário, o governo do Estado nunca pagou restauração, e teria que pagar, não teria como apresentar aquelas obras. Então foi muito bom. Taí, isso aí foi outra fase... e me aposentei assim. E também me aposentei e continuei trabalhando até em Petrópolis, naquele Palácio do, no Palácio...

IA: Itaboraí?

AM: Itaboraí. Fiz muita exposição lá no Itaboraí. Gosto muito de lá, fiquei muito tempo trabalhando lá. E acervo do Santos Dumont. Elas me pediam para restaurar as cartas de Santos Dumont, o que eu podia fazer, eu fazia.

RGRC: E o ateliê você fechou?

AM: Eu fechei em 2004 na Urca, mas eu continuei trabalhando em casa. Ficou muito pesado ateliê na Urca, em casa, que eu tenho uma casa grande, até... até 2016, mais ou menos.

RGRC: Até ano passado.

AM: É... e por um desses acasos da vida, meus últimos trabalhos até agora... porque eu não parei de trabalhar não, mas depende, eu escolho hoje. Os meus últimos trabalhos, foram trabalhos monumentais... painéis de 5 metros, 2,5 x 5 metros, são monstruosos. Por isso eu não posso trabalhar em casa, eu tenho que trabalhar no local, então foi muito bom. E eu continuo tendo o mesmo grupo de restauradores que trabalham comigo. E também trabalho com o Museu Nacional de Belas Artes, trabalho em outros lugares, continua a mesma coisa.

ECS: Você tem um acervo sobre... sobre essa história? Você tem um acervo pessoal sobre o seu trabalho... sobre as suas...?

AM: Tenho... tenho pastas. Tenho pastas de tudo.

RGRC: Você não pretende fazer uma... uma Memória?

AM: Não sei fazer... por exemplo, uma coisa linda que eu deveria ter tido... aqui a Fiocruz teve uma boa exposição... mas... a restauração da... duas restaurações maravilhosas... a da fachada da Light, essa que eu contei. Deveria sair dali alguma coisa, mas eu não sei escrever... eu sei o que estou contando para vocês... mas eu não sei, eu sou uma pessoa mais da prática. Teria que alguém pegar, que aí teria... outro dia veio uma menina que trabalha muito comigo a muito tempo, que de repente... um quadro, que é meu quadro, a Primeira Missa no Brasil, do Portinari... que durante mais de 20 anos é meu, passou comigo, eu restaurei... e ele ficou comigo, porque o dono só tinha confiança, até que ele foi doado para o Museu Nacional de Belas Artes, que eu tinha proposto, aí quando chegou lá, a Beth, que tinha trabalhado comigo nele...

ECS: Beth Grilo?

AM: Beth Grilo. Ela disse “meu Deus, tem tudo” ... porque foi rasgado, foi isso aquilo, ela não lembrava mais, eu não lembrava o que que eu tinha feito no quadro. Aí ela foi lá em casa, apanhou uma parte da documentação e levou para o Museu, com fotografia e tudo. Muito bom, fiquei muito feliz, quer dizer, o Museu passou a ter... era do banco, era de um banco, que eu era... museóloga responsável... curadoria, na época não se usava esse termo, mas eu estive na curadoria [inaudível]. Especialmente por Portinari, tinha um excelente [acervo] do Portinari.

IA: A gente poderia reproduzir algum material... [que fosse para gente assim... tem que ver com você...] a respeito lá da Fiocruz? Seria possível o seu material... a reprodução?

AM: Claro. Eu não sei o que que eu tenho da Fiocruz, mas devo ter muita coisa. Eu tenho de tudo, eu tenho do [Fazenda Colubandê], eu tenho as pastas todas.

[inaudível]

AM: É... só ir lá em casa. Que as pastas estão lá. Até o Palácio do... até o Palácio... até o Palácio do Fernando, meu Deus...

RGRC: Brocoió [Palácio de Brocoió]

AM: Hã? Brocoió nunca fui. Eles me prometeram...

IA: Parque Guinle?

AM: Hã?

RGRC: Parque Guinle?

AM: É... do Parque Guinle. Até eu tenho todo o [domingo], eu restaurei todo o acervo. Agora, Brocoió, eles toda hora me prometiam “vou levar você”.

RGRC: Eu me lembro dessa história de Brocoió.

AM: Aí... é... o Diretor lá do acervo dizia “vou levar você a Brocoió de helicóptero”, “ai meu Deus, eu vou porque eu tenho muita vontade”... nunca fui, nunca fui para Brocoió.

IA: A gente pode finalizar com uma última pergunta. A sua experiência, tanto tempo, a senhora deixaria alguma recomendação para nós, da equipe do DPH? De pessoas... da antiga geração, da nova geração, enfim...sobre a preservação?

AM: A recomendação é que eu estou muito feliz de saber, soube agora né... uma tentativa que todos os órgãos que eu trabalhei... de ter um Departamento de Manutenção, de Conservação. Eu fiquei sabendo... essa, que era a grande recomendação, já soube que já tem. Então, eu estou muito feliz, está de parabéns, é só continuar como está mesmo. Não tenho nada a acrescentar.

DPM: E algum aspecto que a gente não tocou, a senhora quer fazer mais algum comentário?

AM: Não... eu acho que nós...

DPM: Destacar alguma questão...

AM: Não, eu acho que nós conversamos de tudo.

DPM: Abarcamos bastante coisa né?

AM: Bastante coisa, até a política... da minha época, nessa área né? Porque acaba que tudo é envolvido né?

DPM: Sim...

AM: Os caminhos também vão sendo traçados, e a facilidade de execução.

DPM: Então está ótimo. A gente queria muito te agradecer pela sua disponibilidade, pela divisão das suas memórias... Muito obrigada!

AM: Foi um prazer.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Yanara Costa Haas**

Yanara Costa Haas, Inês Andrade e Elisabete Edelvita Chaves da Silva  
(Maio, 2018)

HAAS, Yanara (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 34 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Yanara Costa Haas

**Local da entrevista:** Pavilhão do Relógio

**Data da entrevista:** 11 de maio de 2018

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Inês El-Jaick Andrade e Elisabete Edelvita Chaves da Silva

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Tarcísio Pereira Bastos

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 1 hora, 45 minutos e 37 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Yanara Costa Haas em 11/05/2018.

IA: Hoje, dia 11/05/2018, entrevista com Yanara Costa Haas. Obrigada Yanara pela presença, pela entrevista. Vamos começar! O projeto de entrevistas dirigidas “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz”. Os entrevistadores hoje são Inês Andrade e Elisabete Edelvita [Chaves da Silva]. Primeira pergunta é: qual o seu nome completo, data e local de nascimento?

YCH: Sim. Yanara Costa Haas, sou carioca, aqui do Rio de Janeiro mesmo. Nasci em 18/09/1964.

IA: E a formação acadêmica?

YCH: Sou arquiteta e urbanista pela Universidade Santa Úrsula. Tenho pós-graduação em Restauro de Elementos Pétreos Pedras pela UNESCO, em Veneza. Tenho mestrado [em Arquitetura] pela UFRJ e curso, atualmente, uma segunda pós-graduação em Docência do Ensino Superior.

IA: E o doutorado?

YCH: Fui doutoranda, que tá... interrompido meu processo. O mestrado e o doutorado em gestão do patrimônio cultural. Todos direcionados ao restauro e conservação do patrimônio edificado.

IA: Como surgiu seu interesse pela arquitetura?

YCH: A Arquitetura surgiu de repente. Na verdade, meu processo de inscrição de vestibular, descoberta da minha carreira, foi apenas por uma influência da colega ao lado que iria cursar Arquitetura. Não era a carreira que eu queria. Eu não via futuro no que queria. Na hora da

inscrição, eu falei que a História era algo que eu gostava muito. Gostava de Arte. Talvez, a Arquitetura de casasse com a História e com a Arte. Deu certo e muito certo. Ao entrar para a Faculdade de Arquitetura, no segundo semestre, eu já me identifiquei com as cadeiras de História da Arquitetura e História da Preservação. Daí em diante a paixão só cresceu.

IA: E o desenho? Você desenhava?

YCH: Muito pouco. A parte de desenho em mão livre eu não tinha nenhum e não tenho até hoje. Meu desenho é técnico. Aliás, no trato da Conservação e Restauo, principalmente, do patrimônio edificado, o que menos a gente faz é o desenho. É muito mais uma prática e procedimentos de restauração técnica e tecnológica do o próprio desenho.

IA: Qual era a carreira que inicialmente você pensou em seguir e desistiu?

YCH: História.

IA: Você realizou uma especialização pela UNESCO/ICCROM em 1991, específica sobre Conservação de Pedras. Como surgiu seu interesse pela área de patrimônio?

YCH: A minha área de patrimônio começou pela faculdade. Rumando pela área de História da Arquitetura, eu encontrei uns professores que me abraçaram na faculdade e me indicaram como estagiária do projeto que se iniciava de restauo. Entrei na equipe de projetos da Casa França-Brasil. Nessa equipe, a gente tinha um entrelace de vários órgãos: o INEPAC [Instituto Estadual do Patrimônio Cultural], que é o órgão de patrimônio do Estado [do Rio de Janeiro]; da Fundação Roberto Marinho, que trazia os patrocinadores; do Iphan que na época se chamava Fundação Nacional Pró-Memória; e tinham pequenas empresas que eram contratadas para elaborar esse projeto. Esse projeto foi elaborado dentro do escritório de obra. A Casa França-Brasil tinha um barracão instalado, uma obra inicialmente tocada pela Pró-Memória com funcionários dela, que eram as obras de emergência. Então, no barracão paralelo com o pessoal de obra existia um pequeno escritório de projeto para a futura Casa França-Brasil.

IA: Você começou como estagiaria nesta obra? E mais adiante?

YCH: Como estagiária nesta obra. Nessa obra eu fiquei cinco anos: de estágio, autônoma já formada e como funcionária da Pró-Memória.

IA: Você pode citar alguns nomes desses profissionais lá da universidade que foram responsáveis pelo seu ingresso?

YCH: Sim. Os professores da cadeira de História da Arquitetura: o Francisco Veríssimo, a falecida professora Ângela Maria, Sandra Alvim... Foram os principais. Professores de História que me direcionaram... O professor Francisco Veríssimo foi o que mais me direcionou para carreira do patrimônio. Ele me indicou que eu entrasse para o estágio, que eu persistisse nessa área. Fui monitora da cadeira dele. Foi dali que... Ele foi meu maior mentor.

IA: Como era o panorama do campo da preservação naquele momento que você cursou a pós em Veneza?

YCH: O panorama era caótico porque em 1990, com a ascensão do governo [Fernando] Collor, a Fundação Nacional Pró-Memória, o Iphan, foram todos desmantelados. Ele cortou o quadro de funcionários radicalmente. Eu fui uma delas. Eu saí pela política Collor, em 1990. Ao sair, eu estava no processo de aprovação do curso. Eu ganhei uma bolsa porque era funcionária do Iphan [do Pró-Memória]. Em 1991, eu embarquei. Não era mais funcionária, mas todo curso eu fiz em nome do Iphan. O quadro na época no Brasil era extremamente caótico e muito se perdeu nesse período Collor, que transformou os órgãos de patrimônio em algo que delegou o poder zero.

IA: No caso, tinham outros brasileiros fazendo esse curso lá?

YCH: Não. Esse curso específico de Veneza é feito a cada dois anos. Na minha época, ele [o curso] recebeu 22 participantes de 22 países diferentes. Foi uma experiência extremamente rica. Ele era focado em restauro dos elementos pétreos. Ele era 80% pedra [cantaria] e 20 % argamassas de pedra. Argamassas de pedra constituinte. A gente teve abertura de conhecimento de trabalhar com argamassas de cal, argamassas de adobe, apesar de ser de terra a gente também trabalhou... E, essencialmente, pedras de cantaria em suas variedades e origens.

IA: Ser do Iphan auxiliou na seleção. E os recursos foram seus ou... [patrocinados]?

YCH: Não. Eu ganhei uma bolsa.

ECS: E o tempo do curso?

YCH: O curso em si durou três meses. Eu fiquei mais tempo por minha conta, viajando pela Europa. Tive duas propostas de trabalho. Uma na Ilha de Páscoa e uma em Portugal, em Lisboa. Nenhuma das duas foi efetivamente avante. O tempo e o horário eu não tinha como me dedicar. Acabei retornando ao Brasil no final de 1991 desempregada.

IA: Como foi sua experiência no curso?

YCH: Essa experiência foi fantástica. O governo Collor só durou por quatro anos, efetivamente no final de 1994, aqueles demitidos foram anistiados. Nós voltamos ao quadro do Iphan. Ao [retornar], eu volto com conhecimento, uma competência maior. Quando eu voltei do curso eu estava desempregada, mas, no ano de 1992, 1993 e 1994, eu não deixei de trabalhar para o patrimônio. Entre 1992 e 1993, eu fui autônoma trabalhando na Biblioteca Nacional, no restauro da fachada. Eu fui na altura do projeto. Em 1994, a Fundação Roberto Marinho entra na Biblioteca Nacional para gerenciar esta obra e me contrata para que eu cuide também das obras. Então, eu trabalhei três anos na Biblioteca, dois como autônoma, prestado serviço, e um pela Fundação Roberto Marinho. De forma alguma, eu fiquei fora da área. Não perdi o contato.

Quando eu retorno em 1994 para o Iphan, eu volto com aquele conhecimento, a bagagem do curso e com três anos de uma obra belíssima que foi feita na Biblioteca Nacional.

IA: Ainda sobre o curso, você lembra o nome dos professores que ministravam as aulas?

YCH: Com certeza. A linha mestra chama-se Lorenzo [Lazzarini].

IA: Seu orientador?

YCH: É. Ele na época era um dos poucos. Tinham muitos. Ippolito Massari era uma das figuras mais respeitadas nesse curso. Ambos são os autores mais significativos no ramo. Um é geólogo e o outro é químico, mas todos trabalham com elemento pétreo. O professor Lorenzo [Lazzarini] tem orientações em vários lugares do mundo. Foi fantástico conhecer a metodologia que ele empreendeu em todos os lugares. Graças as metodologias que a gente aprendeu com ele, e eu, particularmente, pude absorver, foi o meu mestrado no Brasil.

IA: O curso dava um aporte teórico sobre a Teoria da Restauração?

YCH: Não, não dava aporte sobre isso.

IA: O trabalho de Cesare Brandi, quando você teve contato pela primeira vez?

YCH: Na Itália, na medida que você faz um curso de laboratório, um curso prático, com algumas aulas teóricas, expositivas, ali você... Por estar na Itália, em Veneza... as pessoas citam [Cesare] Brandi, citam a Teoria de Restauro de Brandi e citam as outras, [John] Ruskin, por que sim, por que não. O tempo todo a discussão do curso trabalhava com as teorias. Foi um primeiro contato, mas eu desconhecia. Eu ouvi falar...

IA: E [Paolo] Marconi? Alguma coisa?

YCH: Muito pouco. Quando eu voltei, estudei por conta própria, antes de entrar para o mestrado. As universidades na minha época não ministravam nenhuma disciplina ligada a restauro ou educação patrimonial. Eu aprendi efetivamente no campo, na prática.

ECS: O curso era assim pela formação dos professores? Um era geólogo, outro químico...

YCH: Lá em Veneza, sim. Talvez, por isso. O curso da Unesco, neste caso, era muito mais prático. Eles ofertaram. As nossas aulas eram nos laboratórios da Universidade de Veneza. É um casarão a parte onde funciona os laboratórios de análise de materiais pétreos. Era um curso prático com uma bagagem teórica muito boa. Teórica não de Teoria do restauro, mas sim teoria tecnologia na conservação de pedras, que se entremeava com as categorias de restauro. Vamos fazer, por que não. Por que valorar isso ou não valorar. Tivemos muitas aulas de Química do Restauro que foi de extrema dificuldade para mim. Nós, como arquitetos, na formação, esquecemos a Química na escola. Entrar na Itália, o curso dado em inglês, num laboratório com 22 países tentando falar inglês. O japonês falando inglês, o emita falando inglês, a italiana, a francesa, o canadense também... Cada inglês de uma forma. Todos nos tentando entender



Química em inglês. O professor dando aulas. Vasco Fassina, professor de Química, efetivamente de Restauro, dizendo formas e falando *Amonio by carbonate...* Na medida que eu pensava o que era aquilo, ele apagava o quadro e eu não conseguia entender as reações. Isso foi um grande provocador profissional ao chegar em casa. Eu tinha duas vertentes: eu tinha que estudar as teorias. O que eles estavam falando de [Cesare] Brandi, estudar [John] Ruskin, ler [Camillo] Boito... Eu li todos os teóricos e [tive que] aplicar de novo na tecnologia, na química. Eu tive que reestudar a Química do tempo do Ensino Médio. Isso foi um grande provocador para minha carreira. Entrei para Biblioteca [Nacional] e pude empreender esse conhecimento nos elementos pétreos [de lá]. Foi um trabalho que eu fiz questão que chamassem o professor Mário Mendonça. No Brasil, esse curso foi, digamos, assistido por pouquíssimos brasileiros. O primeiro [a frequentar] foi o professor Mário Mendonça, que já era professor na Bahia. Tinha o seu laboratóriozinho de elementos pétreos. Em seguida, fui eu [em] dois ou três anos depois. Em seguida, foi o Frederico Almeida, que era arquiteto e superintendente em Pernambuco. Agora, muito recentemente, foi Catherine [Gallois] que é quem a gente está passando nosso legado. [É] quem a gente “passa o cetro” para que ela continue o trabalho da gente. O Fred [Frederico Almeida] já aposentou. O professor Mário Mendonça também já saiu do Iphan e da universidade. Eu estou em processo de aposentadoria. Ficou Catherine do Iphan e da área de patrimônio, ao menos que tenha ido algum autônomo. Da área institucional ou acadêmica, eu não conheço nenhum outro brasileiro que tenha voltado e esteja ministrado aulas neste curso. Pode ter acontecido. Eu não sei.

IA: Você lembra da estrutura do laboratório? Quais eram os testes e equipamentos que vocês utilizavam?

YCH: Vários equipamentos de ponta. O que mais me chamou a atenção foi que eles já estavam trabalhando em 1991, com o *laser*, experimentando o *laser*. Era, extremamente, caro. Era uma caneta a *laser*, onde o *laser* fazia a remoção das camadas pictóricas ou de sujidades sobre as pedras. Foram feitos alguns testes em lócus. Esse laboratório era área de *campus* dele. Tinha muitos elementos pétreos que estavam em aberto para que a gente fizesse os experimentos e estudos. Fizemos a prática num laboratório apenas demonstrativo. Nosso trabalho foi em campo.

IA: Você ainda rem contato com algum desses alunos?

YCH: Tenho com dois. A última eu perdi, a Smeth [inaudível], era a turca de Istambul. Por questões políticas e geográficas do mundo, eu tive contato com ela. Ela era do Laboratório Químico em Pedras, em Istambul (laboratório federal). Não era nem de universidade. Era do governo. Ela levou esse conhecimento para lá. Ate hoje eu tenho contato com a Judith [inaudível], que é uma americana, de Nova Iorque, que trabalha no [inaudível] Resert. Toda

parte de restauro ela trabalha lá. São os contatos que eu tenho. Agora, coincidentemente, com o trabalho em Veneza, o curso acontecia numa ilha chamada *San Servolo*. Talvez, aconteça até hoje, cursos de mão de obra de restauro, de mestres. Nessa época, o Iphan tinha feito uma inscrição para mandar pra *San Servolo* alguns candidatos brasileiros que trabalhavam nas nossas obras. Então, paralelamente, foi a Márcia Braga e o Gilson Antunes, se não me engano. É um sobrenome conhecido. Gilson é restaurador de madeira de santos [divindades]. A Márcia Braga foi para o curso de pedras. Nessa ilha de *San Servolo* era [tinha] um curso prático de mão de obra. Foi paralelo ao nosso, foi contemporâneo ao nosso curso de Veneza. Nós nos encontramos por uma vez. Mantive esse contato com o Gilson e a Márcia até hoje.

IA: O Gilson é carioca?

YCH: Gilson é carioca. Mora em Paraty [RJ]. A esposa dele...

ECS: Eu conheço.

YCH: Tô tentando me lembrar o nome da esposa dele. Eles fazem restauro de altares todos daquela região. Ele apareceu nesse programa da *Globo*, esse “O Brasil que eu quero”. Ele falou de Paraty. De vez em quando eu ainda tenho contato com ele.

ECS: Você saindo da faculdade ingressou, imediatamente, na Fundação Nacional Pró-Memória, em 1987, por conta desse trabalho que você estava desenvolvendo...

YCH: Isso.

IA: Com quais profissionais você trabalhou nesse período de 1987 e 1990? Você citou alguns, pode tentar lembrar?

YCH: Olha, Cristina Figueiredo e Jayme Zettel. Jayme Zettel foi meu tutor, orientador, em todo esse processo de formação desde o estágio até a minha formatura, até o ingresso em 1990, até a demissão. Ele foi um grande mentor do meu conhecimento. Desde 1985, 1986, até...

IA: Você lembra de Aldeli Memória?

YCH: Aldeli Memória trabalhou na Casa França-Brasil. Nós trabalhamos num processo contemporâneo. Ela era do INEPAC. Ela estava trabalhando, na época, numa empresa própria [Aldeli Memória Preservação e Restauração LTDA]. Ela fez os restauros dos elementos de madeiras, elementos pictóricos das colunas da Casa França-Brasil, todos os entablamentos... Ela fez um belíssimo trabalho!

IA: Como foi que sua experiência na Biblioteca Nacional e na Fundação Roberto Marinho? Como elas contribuíram para sua trajetória?

YCH: Elas contribuíram nesse sentido, eu mais contribuí do que trouxe. Eu tinha sido demitida do Iphan, tinha acabado de chegar com um conhecimento muito avante o tempo em que no Brasil ainda não existia. Não tínhamos ninguém quem fizesse. Além da Escola de Belas Artes,

não existe [existia] arquiteto com formação em restauro, em técnicas de restauro. Normalmente, os alunos de Belas Artes é que aprendem o trabalho e a lidar com os elementos pétreos, madeiras, seja qual for, com a pintura... O arquiteto não tinha essa formação. A gente chega como protagonista desse conhecimento. Entro na Biblioteca Nacional para fazer o projeto de restauro da fachada e encontro as argamassas. Estudo essas argamassas. Entendo que está acontecendo com aquelas argamassas. Foi um trabalho diferente. Faço as propostas de projetos para as argamassas e para os elementos pétreos de contorno da Biblioteca, as balaustradas, a escadaria principal de acesso e os elementos pétreos soltos pela fachada. Nesse momento, a gente consegue contribuir com aquilo que a gente aprendeu. Me marcou muito a participação do professor Mário Mendonça, nesse final de processo, na época da Fundação Roberto Marinho. A gente chama Mário Mendonça para dar o seu parecer final sobre as propostas que eu estava fazendo com relação aos elementos pétreos. Sempre é bom escutar uma pessoa que sabe, que tem tranquilidade. Foi perfeito, foi ótimo! Juntou o conhecimento com a prática que ele já tinha. A serenidade com o conhecimento que ele tinha. Foi uma excelente experiência!

IA: Você foi contratada pela Fundação Pró-Memória?

YCH: É.

ECS: Lembro quem executou a obra foi a [inaudível]...

YCH: O Banco Real pagou a obra. O gerenciador...

ECS: O Wallace Caldas era a Obra Prima [Arquitetura e Restauro] [inaudível]...

YCH: Exato. Nós tivemos várias empresas trabalhando lá. A gente tinha não só o restauro arquitetônico como o restauro artístico. Não foi só o elemento de fachada que tinha sido a minha primeira proposta. Foi só aquele arcabouço externo. O projeto que eu fiz com a Biblioteca durante dois anos foi de restauro de fachada. Quando a Fundação Roberto Marinho entra no terceiro ano do meu trabalho lá, para gerenciar, captar verbas e fazer as obras, eles procuram mais um elemento para dar sentido ao patrocinador. Cria alguma coisa a mais. Eles elegeram o *hall* central que vai da cúpula até o solo com a escadaria principal de acesso, onde aqueles elementos todos eu já tinha estudado. Eu encontrei um arquivo na biblioteca, num armário fechado, os álbuns de construção da biblioteca. Quase ninguém mexeu naquele arquivo, numa sala de arquivo. Eu fui encontrando imagens em preto e branco. Descobri que naquele saguão, as fotografias mostravam umas gregas desenhadas, uns elementos coloridos, as colunatas... A gente olhava a biblioteca e [ela] estava com cores lisas, soturnas inclusive. Eu cheguei a falar: “Essa não é a pintura original. Em algum momento deve-se propor uma prospecção pictórica”. [Em] vários elementos, eu tinha feito mais ou menos, razoável. A Fundação Roberto Marinho

acha isso interessante, desenvolve, rapidamente, um projeto e agrega à essa obra do arcabouço arquitetônico de fachadas. Foi uma obra muito grande.

ECS: Foi um momento de valorização daquele patrimônio que mudou completamente. Mudança da feição, da inserção de cores, de pinturas... Eu acompanhei essa obra.

YCH: Exatamente. O que diz essa pesquisa que a gente fez que diz as sucessões políticas brasileiras. Elas têm uma marca na feição arquitetônica e urbanística da cidade. A gente tem essa influência. Nessa época, a gente teve. O arquiteto da Biblioteca [Nacional] e eu tivemos a possibilidade de fazer uma rápida pesquisa e uma compreensão da sucessão de cores da [Avenida] Rio Branco (da Avenida Central). A construção da Avenida Central, maior parte das fachadas, desde a Rio Branco, 46, sede da Superintendência do Iphan, Rio, desde o [número] 46 até a Biblioteca Nacional, e depois, o Tribunal da Justiça Federal, em seguida, todos são construídos nessa década, de 1920 (de 1904 a 1919/20 no máximo). Eles têm a construção daqueles prédios palacianos institucionais. Todos têm quase a mesma forma técnica, tecnologia e material. Todos em torno dos tons de bege e ocre. Todos com esquadrias ou na madeira envernizada ou pintadas em tons brancos ou coloridos até verde. A maior parte fica com a madeira aparente porque era a valorização da madeira brasileira nessa década inicial. Em seguida, esses prédios vão ficando esmaecidos, porque as técnicas das argamassas pigmentadas foram sendo lavadas, foram ficando claras. A madeira exposta perde muito se não tiver uma boa conservação. Foram ficando “russas”. A sucessão dos prédios foi sendo pintados. Essas pinturas passam por um momento de “brasilidade”. Na época de Vargas, apesar da Ditadura, ele implementou uma marca de “brasilidade” em todos. Aquele “espírito brasileiro”, ele implementou em muita gente. Ele fez refletir isso nessa arquitetura da Avenida Central. Quando todos esses prédios absorvem janelas verdes, fachadas em ocre mais amarelos. Ele faz um verde e amarelo em vários desses prédios, exceto, o Belas Artes que continua num tom ocre acinzentado porque ele é único. Vai ficando marrom. Isso também na parte interna. A Biblioteca [Nacional] reflete isso. Quando a gente entra nos anos 1960/70, a gente tem uma Ditadura, onde a austeridade e o momento de seriedade para o governo militar, manter tudo em cinza, quanto mais neutro melhor.

ECS: Ou branco também né?!

YCH: Branco ou cinza. Os prédios da [Avenida] Rio Branco passam a ser cinzas. A parte interna da Biblioteca perde toda aquela “brasilidade” até porque dizem que “é “cafona” ter tanta pintura colorida. Eles unificam por fora o prédio em tom cinza. Pintam as janelas que tavam em verde, mais ou menos, num tom de marrom. Lá dentro, todo aquele saguão, eles pegam uma cor mais ou menos, tons laranja e rosa. Os forros todos decorados passam a ser brancos como um

todo. Ficam só os elementos de ornatos fitomórficos todos. Ficam todos pintados em branco. As colunas passam a ter um tom de rosa ou laranja com a base e o capitel em tom dourado. Enfim, o que acontece é que as cores passam a ser unificadas. Não há nada de que tenha “festividade”, inclusive, em sua fachada. Dali em diante acaba essa fase da Ditadura Militar. Os prédios precisam ter suas manutenções e conservação. É quando entram o nosso trabalho com o patrimônio. A gente entra com a tecnologia de restauro, com esse resgate do que é original, soma [Cesare] Brandi com todas as intervenções históricas, conta todas elas. A gente começa a trabalhar com as prospecções, que revelaram que essa foi a história da maior parte dos prédios institucionais da Avenida Rio Branco. Eles passaram por essas cores, inclusive, o da Biblioteca Nacional. Hoje, não está com a cor original. Não se chegou ao tom original, não se conseguiu ver na época obter um tom de bege claro com a argamassa boa. Não tínhamos tecnologia. Nós paramos no tempo da “brasilidade de Vargas”. Ele ficou em verde e amarelo. São tons de ocre com uma base cinza esverdeada. Essa foi a temporalidade. Nós paramos ali. Eles estão fazendo uma nova restauração. Não sei qual é o princípio desse restauro...

IA: Quando você volta para o Iphan?

YCH: Em 1995.

IA: Esse ingresso é como servidora, não?

YCH: Exatamente. Eu volto para o mesmo quadro, no mesmo cargo que eu estou: técnico de preservação arquitetônica. Não fico numa obra apenas como fiquei na Casa França-Brasil e, depois, fiquei na Biblioteca Nacional. Eu entro numa formação gerencial da superintendência do Rio de Janeiro que tinha sido recém distribuída pelo Cyro Ilídio Corrêa. Onde ele espelhava a administração central do Iphan no Rio de Janeiro. Então, ele [Cyro] dividiu a administração do Rio em área de conservação e área de proteção. Digamos [que é] a divisão técnica, né?! Fora a parte administrativa que também era um “espelho” de recursos humanos, financeiros, enfim... A parte técnica, ele dividiu entre proteção, que tratava dos territórios em torno dos tombamentos, estudos e toda parte urbana, e a parte técnica [conservação]. Nos éramos da parte de tecnologia, de obras [conservação]. Entrei nessa área. Ele era superintendente da obra da Biblioteca Nacional e me viu lá trabalhando para Fundação Roberto Marinho. Quando ele soube que eu estava sendo anistiada e voltando ao Iphan, ele foi pessoalmente me convidar para integrar a equipe dele da área técnica. Quando eu volto em 1995 já volto no primeiro dia. Ele senta comigo e me passa uma lista. [Ele me diz]: “Olha, nós temos trezentos e oitenta monumentos tombados mais várias cidades históricas. Vocês são doze arquitetos nesta sala. Eles já têm os trabalhos deles e você vai ficar com... tá tá tá tá tá”... E fez uma lista em torno de vinte monumentos que estavam em atividade. Atividades, assim, em obras ou numa solicitação de

consultoria. Estourou um piso e vai lá visitar e tal. Ou processos, projetos, solicitações de análises de projetos. Eu tinha vinte demandas logo de tacada, entre elas, a Fiocruz.

IA: Ahhhhhhh!!!

YCH: Entre elas, a Fiocruz, foi uma das solicitações [inaudível]. Eu desde 1995 até sair da superintendência, em 2008, a minha atividade foi exatamente essa: atender os trezentos e oitenta monumentos do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro. Indo às cidades históricas, ou não; verificando os conjuntos urbanos muito mais pelo arcabouço arquitetônico. Essa é a minha especialidade e, muito menos, pelo entorno. Assim, eu tive essa atividade até 2008.

IA: Esse grupo de edificações era fixa? Outros técnicos tinham suas atribuições? Determinadas edificações, você entrava em contato, tipo com a Fiocruz?

YCH: É isso. Só que acontece o seguinte: ao longo dos anos, eu tendo aqueles vinte, cinco não tinham mais demanda e o colega estava com muito mais em demanda. Esse troca-troca, ao final de tantos anos, acaba que você passou por todos os monumentos. Eu passei pelos trezentos e oitenta monumentos do Rio de Janeiro.

IA: Você pode falar um pouquinho dos outros técnicos? Dos outros doze? Pode lembrar?

YCH: Com certeza! Lucia Basto que hoje é superintendente de patrimônio da Fundação Roberto Marinho. Ela é superintendente há mais de vinte anos. Fortunado Ferraz, colega de grande atividade, de grande energia, grande conhecimento, grande curioso, grande devotado as causas do patrimônio, das técnicas de resolução do patrimônio. Luiz Augusto Pinho, colega que muito devotou a vida ali dentro da superintendência nessa área de chefia. Vilma da Rocha, trabalhou intensamente durante muitos anos. Meise [Paes], esqueci o sobrenome. Na área de obras... A Joice Carolina [Moreira Kurrels Pena] não era da área de obras. Ela era da área de tombamento, mas em alguns momentos ela nos ajudou porque estávamos afogados com trabalho. Quem mais que eu posso lembrar que trabalhou em obra direto?! Assim de cabeça...

IA: Ana Cláudia Girão?

YCH: [Ana] Cláudia Girão, quando eu cheguei, ela estava saindo para área de proteção. Peguei alguns legados, com muita alegria, da professora de azulejos, Dora Alcântara. Alguns legados de Magaly [Oberlander] que era a orientadora de todo restauro artístico, na época. Depois, que a Dona Magaly [Oberlander] estava aposentando... A Lílian Jansen também estava em processo de aposentadora. Essas pessoas deixaram legados para gente. Cláudia Girão deixou um grande legado. Existem pessoas que deixam legados, marcas da gente, que deixam legados nas obras, na documentação, nos estudos de entornos, nos estudos históricos daqueles monumentos.

IA: Outros nomes: José Aguilera...

YCH: José Aguilera não era do Iphan – 6ª Regional [Rio de Janeiro], onde eu estava lotada. O Iphan tinha uma área central. O Iphan ficava em Brasília. Cada estado tem a sua superintendência. No Rio de Janeiro, como tinha sido sede do governo e sede original do Iphan, tinha um grupo de consultores e técnicos, onde ficavam José Aguilera, Adalgisa Bessa, Sílvia Puccioni... Onde ficavam alguns técnicos dando assessoria ao Brasil inteiro em nome da administração central de Brasília. Eles ficavam sediados no Rio de Janeiro. Eles viajavam o Brasil inteiro. Eu tive a grande honra de ter trabalhado com o [José] Aguilera, de ter consultado o Aguilera, tido a orientação dele em alguns trabalhos. Peguei alguns legados de alguns trabalhos dele.

IA: Era sempre em parcerias?

YCH: Era em parceria. [inaudível] Uma pessoa que muito marcou era o nosso chefe da divisão técnica, Dr. Teodoro [Joels]. Brilhante administrador de tantos técnicos com muita energia. Ele dosava as energias. Ele tinha uma capacidade de gestão dos trabalhos e das intensidades. Era ele que filtrava o perfil do técnico para qual momento, para qual serviço. Se aqui na Fiocruz, um colega fosse fiscal de vocês e surgisse um problema com pedra, eu teria que vir junto. Ele fazia esses filtros, depurava todo esse trabalhava e passava para a superintendência, que era o Cyro Corrêa [Lyra] que fazia esse fechamento em nome da superintendência, junto aos prédios, edificações e bens tombados, aos responsáveis pelos bens tombados. O Dr. Teodoro [Joels] foi de grande valia e grande orientação na minha vida.

IA: E a Rosina Trevisan?

YCH: A Rosina [Trevisan], quando eu comecei a trabalhar, ela também estava em fase de transferência para a Academia [Universidade]. Ela trabalhou comigo na Casa França-Brasil, quando eu era estagiária. Foi um período em que ela trabalhou numa empresa, fora do Iphan. Ela já não era do Iphan. Ele trabalhou numa empresa chamada [Construtora] Coscarelli, que fez alguns serviços muitos bons na Casa França-Brasil, administrados pela Rosina. O que eu conheço da Rosina é que ela não é mais do Iphan. Ela é professora da Academia, foi minha orientadora no mestrado e no doutorado.

IA: O último nome que eu tenho aqui, não sei se você vai lembrar: Sandra Branco...

YCH: A Sandra Branco era da área central. Ela trabalhava no grupo do [José] Aguilera. Com a Sandra Branco eu jamais tive parceria. Apenas uma colega de trabalho. Parcerias de trabalho não calhou de eu ter algum trabalho com ela.

IA: A capacitação da equipe era uma preocupação era direcionada pela instituição ou dependia dos interesses pessoais? Teve incentivo à capacitação interna?

YCH: Olha, não havia uma política de capacitação. Recentemente é que todo governo federal fez um retrabalho de organização e entendeu que educação e capacitação de seus funcionários, seja em qual ministério ou instituição, venha a ser necessária. Esse trabalho de capacitação não aconteceria com tanta clareza. Como a gente não teve “Escola de Patrimônio”, cada técnico mostrava interesse por uma área. Cada técnico por conta própria ia buscar aprofundar e se especializar naquilo. O Fortunato Ferraz começou a trabalhar na área de descupinização. [Quer] entender o processo dessa praga dentro do patrimônio. Suas facetas e seu ajuste, não só dentro do prédio. Dentro da construção, como nos elementos móveis e imóveis, e nos entornos. Porque os cupins de solo “fazem a festa” em relação a todo patrimônio. Ele se dedicou muito a essa área. Por exemplo, Ana Lúcia Gonçalves, se dedicou a área de iluminação. Ela começou a se especializar. Se interessou. Trabalha a parte de iluminação. Ela fez um trabalho de modificação radical do princípio de conservação das edificações de iluminação. Nós já trabalhamos a partir de 1995 em diante. As prefeituras estavam despertando para as iluminações eventuais e monumentais de grande risco, completamente. Num contexto que não se coadunava com o patrimônio. As igrejinhas tinham grande iluminação. Os patrimônios com grande iluminação. As cidades com iluminação. Baixou a iluminação fantasmagórica. A Ana Lucia se dedicou muito a tentar conceituar isso. A partir daí as empresas de iluminação, cenográficas, começaram a surgir e tentar trabalhar até aqui na cúpula. A iluminação trouxe mais um elemento da preservação estudada pela gente.

IA: Lembrei de mais dois nomes: Jorge Sahione e José [Simões de Belmont] Pessôa...

YCH: Jorge Sahione, um químico que se dedicou, quando eu entrei, a um trabalho dedicado à biblioteca que tinha encontrado o acervo da Ordem Terceira da Penitência. O projeto da Ordem Terceira da Penitência foi muito importante dentro da superintendência. Ele se radicou na Ordem Terceira para tentar salvar a biblioteca que estava degradada. Depois, ele pediu licença e saiu. Não tive contato efetivo com ele. Ele está fora do Iphan. Não sei se aposentou em outra carreira. José [Simões de Belmont] Pessôa. Pessôa foi um superintendente da área central. Era um dos consultores. Como ele não era técnico de preservação, ele era da área de entorno e estudos de tombamentos. [Era] um grande pesquisador. Ele era da área central como consultor dessas questões. Depois, com o tempo, ele veio a ser superintendente no Rio de Janeiro. Foi meu superintendente, no qual agradeço toda confiança. Delegou e devotou todos os meus trabalhos. Ele assinou embaixo tudo que eu propunha. Às vezes, eu chegava com algumas dúvidas. Ele olhava e dizia: “A técnica é você. Você decide. A gente confia e assina embaixo”. Só tenho a agradecer pela confiança do trabalho que ele me deu, José Pessôa.



IA: Agora, vamos entrar na Fiocruz. Como começou sua aproximação com o Departamento de Patrimônio da COC?

YCH: Esse trabalho dentro da superintendência, ele era demandado pelo patrimônio tombado, por um responsável. Em geral, a gente sempre solicitava a formalização de uma ida de um técnico, a vinda de um, a visita, uma consultoria de um técnico. A gente precisava de uma formalização que já apontasse um objetivo dessa visita. Foi numa dessas formalizações que nós fomos chamados para ver e avaliar o projeto de intervenção e procedimento das ameias e torreões daqui do Castelo Mourisco. Na faculdade, eu já tinha acompanhado como aluna, tinha feito uma visita às obras de 1986 aqui. Eu já conhecia mais ou menos a estrutura, o trabalho e tal. Em 1995 me chamaram para esse trabalho. Foi quando se discutiu a questão da limpeza de pichação. A cidade começou a ser assolada por pichações em elementos [arquitetônicos]. Em argamassa e pintura você até dá um jeito. Em fachadas pintadas você dá um jeito. Fachadas com argamassa pigmentada, você não tem o que fazer, assim como, em elementos pétreos. A Fiocruz já estava numa pesquisa um pouco mais avançada do que a equipe do Iphan com relação ao tratamento de preservação das fachadas restauradas, prolongamento dos tratamentos e evitando questões de pichação, fazendo testes nas pedras. Eu pude participar porque já vinha com aquele curso, com aquela capacitação que eu consegui.

IA: Você teve alguma participação na restauração dos painéis ornamentais do *hall*?

YCH: Não, apenas assisti a decapagem. Eu ainda era...

IA: Temos registros de outras obras: obra de restauração da Bow-window Norte, em 2002.

YCH: Também.

IA: Da Bow-window Sul, em 2003...

YCH: A Sul. Escolha de pisos, das cerâmicas, dos elementos de velatura das fachadas, as estanterias de dentro do [Castelo] Mourisco, segundo e terceiro andar. Nesse meio tempo, nós entramos no projeto do Museu da Vida. Quando chega o macroprojeto, a gente agrega um colega que é a Ana Lúcia Gonçalves para trabalhar comigo, uma vez que o Museu da Vida faria inserções em algumas edificações histórica tombadas, como também, no *campus*. Aqui no Pavilhão do Relógio, na Cavalaria, na Tenda, no Pombal... Aquele Biotério?

IA: Na proximidade da Tenda, né?!

YCH: O Biotério é uma belíssima construção. O Pombal...

IA: O Pombal. De tombado, nós temos...

YCH: Posso pegar minha “cola”? Eu sou uma pessoa organizada. Eu tenho todas as minhas agendas, protocolos de documentação, vários cadernos de trabalhos. Eu colocava: quem chamou, qual o bem tombado, fazia a pesquisa. Tenho muitos cadernos na minha vida inteira de

trabalho de cada bem tombado em cada vez que eu era chamada. Qual era o processo, qual era a questão?! Os meus caderninhos de protocolo mostrando a entrada e saída dos documentos via Protocolo. A minha “cola” me diz o seguinte: a minha fiscalização aqui começa em junho de 1995, quando se solicita a Análise das Fiscalizações da Obra de Restauração das Ameias, Beirais e Torrões do 5º pavimento do Castelo Mourisco, e também, da proteção dos grafites das fachadas. O Benedito Tadeu de Oliveira quem fez o pedido.

IA: Era o chefe do departamento.

YCH: Era o chefe daqui... Nessa época, acabamos vendo os beirais, as amostras de cerâmica, as entonações e um produto da empresa [inaudível], que era anti-grafite. Esse teste de anti-grafite de 1992 feito aqui, também, foi feito na Casa do Relógio em 1993. Eu condenei esse trabalho, porque a gente entendia que a tecnologia que era avançada para essas velaturas anti-grafites poderiam vir a causar no futuro uma falta de “respiração” do que estava por baixo. Como se fosse uma “plastificação”. A gente não tinha elementos suficientes para dizer se aquele produto tinha respiração. A pedra, a fachada, o tijolo, [se] eles iam ter ainda essa respiração natural. São elementos orgânicos. Eles precisam ter umidade e uma secura natural. Isso, talvez, criasse um impedimento técnico, um impedimento físico. A gente não sabia o comportamento desse material, como era algo novo, ao longo dos anos (15 a 20 anos). Quinze a vinte anos para um patrimônio de duzentos [anos], não significa nada. Você pode estar criando um dano irreversível. Então, o resultado inicial visual não era bom. Ele amarelecia. Como a gente não tinha esse conhecimento futuro, o que a gente tinha eram pesquisas de países na Europa numa condição de temperatura, umidade relativa e geográfica diferenciada. Onde as temperaturas e amplitudes eram completamente diferentes. Onde esses “filmes” trabalhavam bem no frio, e a gente não tem frio [no Rio de Janeiro]; no congelamento, e a gente não tem congelamento, [aqui a gente] não tem neve... A gente optou em não trabalhar com isso.

IA: Qual foi a opção?

YCH: A opção foi não passar. Já tinham passado em alguns. Estavam em processo de observação e eu condenei. Ficou condenado nesse caso.

ECS: E no caso do grafite?

YCH: No caso do grafite, também. Porque você tira... É muito difícil retirar o “grafitismo”, essas pichações. Grafite é obra de arte. Nesse caso é pichação. As pichações, você até ameniza ou retira. As tecnologias que a gente tinha nessa época eram muito pequenas. Eu trouxe algumas coisas da Itália. A que a gente mais achava interessantes eram as “decapantes” e não os solventes. Você solver uma tinta de pichação significa que você está dando entrada dela no material. Você tinha que criar um sistema que aquela pichação virasse um “filme” e decapasse.

Você vinha com emplastos. Todo um trabalho. Ninguém queria esse trabalho. Todo mundo queria aceitar as empresas que tavam vindo de fora para o Brasil para limpar pichação rapidamente.

IA: O que aconteceu com essas empresas? Elas se perpetuaram aqui ou [saíram]?

YCH: Graças a Deus, não! Eu fui uma das mais odiadas, nessa época, porque eu fui chamada para quatro ou cinco testes de empresas diferenciadas. Me lembro de um caso engraçado. Não lembro o nome das empresas. Uma delas, eu estava trabalhando na Superintendência, toca o telefone e alguém falando assim: “Tem uma empresa que vai remover a pichação do Museu da República na fachada, na frente, e o produto é ácido em cima da pedra”. Eu desci e entrei no metrô. Quando eu saio do metrô, eu vejo uma caminhonete, tipo van prateada, três pessoas vestidas como [inaudível], com produtos e produtos, com uma mangueira enorme vindo do caminhão; uma outra vindo de dentro do Museu preparados para a fachada. [Estavam] esperando eu chegar para dar o “OK”. Eu falei: “Não, de forma alguma. Pare tudo”. [Perguntei]: “Qual é o produto?” Fui ver a química do produto. Graças a Deus eu tive que ser empurrada pra Química. Fui ver a química do produto. [Disse]: “Esse produto não. Como é que é? Como são os passos?” [Responderam]: “Primeiro, a gente joga o produto. A gente tem um minuto para o produto agir. Ele vai decapar. A gente vai pegar um pedaço da pichação e vai decapar. A gente tem que vir com o jateamento com um outro produto e vir rapidamente tirando”. [Indaguei]: “Por que você tem um minuto de ação de um produto químico e, depois, vir rapidamente com água? Em que pressão? Em que temperatura?” Tudo errado. Uma pressão altíssima, uma temperatura que não tinha que entrar. Eu já falei: “Não, temperatura e pressão sai. Você pode jogar água corrente. Pega o baldinho e vai jogando”. [Responderam]: “Então, tá”. Eles resolveram recolher tudo. Pegaram os baldinhos. [Perguntei]: “O produto vocês vão tirar como?” [Disseram]: “A gente tem uma escova de aço em que a gente escova o produto em cima da pichação. A gente tira com a água e, depois, aplica o protetivo. Eu falei: “Bom, me explica por que vocês tem que tirar o produto em um minuto?” [Responderam]: “Porque ele decapa”. Eu falei: “Não tô entendendo. Vamos fazer uma coisa? O teste vai ser feito”. Eu virei na estação de metrô [Catete], tem um pedacinho com pedra e falei: “O teste é lá e não aqui. Porque prédio tombado não é campo de prova. Campo de prova é em outro local. Vamos fazer”. [Disseram]: “Ah, mas vai ter que levar tudo”. [Eu disse]: “Vamos lá para fora”. O problema é que o produto ele era corrosivo. Na “hora H”, a água não chegou com balde. Tudo falhou. O cara passou o produto e o produto começou a corroer tudo em volta. Como se fosse um ácido. Ia ficar amarelo (corrosão). E por si só, o teste foi negado.

IA: Ainda está lá a testemunha?

YCH: Nem lembro. Tem muitos anos. Ao longo de muitos anos, eu fiquei como a pessoa que deveria atestar ou não os produtos a serem aplicados para remoção de pichação e proteção de fachadas para não ter outra pichação. Daqui eu já vinha com o conhecimento de que o produto protetivo da velatura não ia ser bom para o arcabouço arquitetônico construtivo. A retirada de pichação, a gente tinha outros métodos que eu tinha trazido da Itália muito mais caseiros, artesanais e eficientes do que produtos mirabolantes de empresas do exterior. Durante muito tempo na minha mão, eu fiquei com muitas solicitações de aprovação dos produtos. Até que eu percebi que eu não sou a Anvisa, que eu não sou uma empresa testadora de empresa de produtos, que eu não tinha um laboratório por trás.

IA: Você sentia falta de um laboratório?

YCH: Sim. Isso é uma questão que só veio a ser trabalhada dos anos 2000 para cá, quando o Iphan começa a fazer termos de cooperação com laboratórios. É quando a gente vê que não dá mais para trabalhar sozinho, que não dá mais para trabalhar com a nossa experiência e o empirismo que tá por trás do que poder vir a acontecer. Demandava o conhecimento do próprio técnico. Muitos técnicos [diziam]: “Fulano, você entende disso? Não, eu entendo. Então, me leva”. Era uma carga muito grande, uma responsabilidade muito grande. A gente não tinha isso como um procedimento único. Como se faz para retirar as camadas pictóricas em cima de sete camadas de pintura. Você não tem isso. Não tem um manual de tecnologia para execução disso. A gente sentiu falta, um peso muito grande, uma responsabilidade muito grande, delegada, diante de uma coisa que a gente não tinha “perna” para fazer. No caso dessas empresas de pichação, a gente parou. Negava todos pelo mesmo argumento. O argumento não passou a ser “quebrar” o produto. O argumento [era]: “não sei o que vai ser do seu produto no futuro. Não sei como ele vai se comportar dentro de vinte ou trinta anos. Então, tá negado. Vamos trabalhar por aqui”. Foi assim que a gente conseguiu.

IA: Você estava falando da Ana Lúcia Gonçalves que venho acompanhando você...

YCH: Ela veio acompanhando com o olhar para as questões de entorno do *campus*. Uma vez que o Projeto do Museu da Vida propunha construção [e] alteração de alguns canteiros, [de] algumas áreas urbanizadas, intervenção em alguns pavilhões, no próprio Pombal e a colocação da Tenda. Isso é uma interferência. A Tenda como veio da Eco-92, era uma tenda [inaudível] azul, branca. Ela era militar, verde... Não me lembro bem. Era uma tenda muito grande. A gente não era contra o Museu da Vida. Aliás era um trabalho belíssimo educacional de primeiríssima linha. A gente queria apenas poder fazer com que tudo fluísse, mostrando que esse patrimônio, que esse *campus*, tinha como receber esse trabalho do espaço Museu da Vida. Falando do Museu da Vida, mantendo no mesmo patamar seu patrimônio edificado e seu espaço de *campus*.

IA: A Cavalaria foi objeto de estudo?

YCH: Exatamente, chega o Projeto da Cavalaria.

ECS: E as pichações?

YCH: As pichações aqui começaram a ser trabalhadas no método que a gente tinha em pequenos emplastos localizados. A gente fazia testes. Por exemplo: o que era volátil, o álcool. “Vamos tentar fazer o emplasto para ver se ele”... Nada que fosse muito solvente. Tudo que a gente tentasse fazer era decapante. Foram várias fórmulas que a gente foi somando. Existem fórmulas que eu trouxe da Itália. De cabeça eu não vou lembrar. A gente tinha o auxílio de algumas pessoas da Escola de Belas Artes que trabalhavam com tinta [e] davam alguns auxílios. A gente encontrou no mercado um produto decapante parecido com o *tíner*, uma espécie de *tíner*, que a gente colocava CMC Carbox para espessar. Não tô conseguindo lembrar o nome, mas a gente encontrou no mercado...

ECS: *Pintoff*?

YCH: *Pintoff*... Tinha um outro produto. Agora de cabeça eu não lembro. [Era um produto] que já vinha composto, a gente colocava e dava um sucesso tremendo. Muitas vezes, a gente trocava essas grandes empresas que faziam o trabalho em cinco minutos por um *Pintoff* com CMC que ia levar um mês. Era uma briga enorme porque isso aumenta o custo. Isso aumenta o tempo de obra. A gente nunca era querido nas obras por conta da correção técnica e tecnológica da preservação. Em paralelo, a gente fez um “trabalho de formiguinha” com muitos responsáveis por monumentos, conscientizando que o trabalho de restauro e de conservação é um trabalho minucioso, calmo e lento. Ele tem uma durabilidade muito maior do que um trabalho pontual e rápido. Isso a gente fez durante muito tempo um “corpo a corpo”, “trabalho de formiguinha” mesmo. Fazer conscientização dos proprietários dos casarões da rua do Catete, daquelas irmandades das igrejas principais do centro do Rio, as mais históricas. A gente foi fazendo sempre fazendo um “trabalho de formiguinha” no sentido geral da conservação e preservação. “Ah, o telhado tem que ser trocado”. Você chegava lá. “Tem projeto? Olharam o telhado? Não, mas vamos trocar tudo por telha metálica, porque são peças grandes”... “Não, o senhor não entendeu”. Esse trabalho de conscientização do que é o patrimônio, esclarecimento da importância de cada elemento construtivo na história da técnica e no contexto edificado. Esse foi um trabalho que a gente passou a fazer de tempos em tempos. A gente conseguiu render bons frutos. Aqui [Fiocruz] a gente não precisou fazer trabalho nenhum. Aqui o trabalho veio ao contrário. A equipe que aqui se encontrava já tinha essa consciência como técnicos formados como nós. Já traziam propostas de conservação, restauro [e] procedimentos. Traziam procedimentos até mais avançados do que a gente conseguia. A Fiocruz sempre deu

instrumental à equipe técnica, sempre subsidiou a equipe técnica não só de capacitação como orçamentária. Com a possibilidade de se ter equipamentos e instrumentos de qualidade para que se fizesse monitoramento e fiscalização das obras. Isso é “anos luz” à frente o que o Iphan pode fazer. O Iphan não tem instrumentos. Eu não ando com um medidor de *mícron's* na pintura metálica. Eu não tenho. Isso foi difícil. Até hoje o Iphan não consegue ter. Já falando da Fiocruz, o meu trabalho aqui dentro, não gosto até hoje, aqui na Fiocruz e em algumas outras instituições em que a gente faz esse trabalho, eu não gosto de ser chamada, “a fiscalizadora”, “a fiscal”. Eu prefiro ser chamada de “mediadora”. Fiscal é aquele interventor. Eu fiz esses trabalhos, que eu comentei com vocês e até outros. A Cavaliariça em si foi um trabalho de muito orgulho para mim. Acho que a gente chegou... Não sei se ainda tá lá...

IA: Já tiramos a estrutura toda.

YCH: Aquela estrutura, para você ter ideia, foi um ganho. Você viu o projeto original? Em relação [a esse projeto], o que foi feito na Cavaliariça foi um ganho absurdo. Foi um sucesso. Era uma caixa onde eles escondiam o piso, as paredes, as janelas, o teto e as baias com caixas. Você entrava e não percebia o monumento. Eu tive que fazer todo um trabalho de convencimento dos autores do projeto de que um monumento tinha que fazer parte daquela exposição. O monumento também tinha “vida” como o Museu da Vida. Não cabia ele fazer um piso elevado por cima daquele belíssimo piso. Ele poderia mostrar que aquela Cavaliariça tinha uma função, qual era função daquilo, o que eles tavam propondo... Consegui deixar as baias sem cobertura, parte do piso em vidro translúcidos...

ECS: E as janelas?

YCH: As janelas que estavam, as calhas... Para que as pessoas pudessem entender, deixei muita azulejaria de fora. Consegui tirar o teto. Ali foi um ganho excepcional em relação à proposta de projeto cenográfico dentro de um bem tombado. Foi um grande sucesso! A gente conseguiu isso porque a gente teve apoio da Casa [COC]. O Iphan foi o interventor. Não sei... Acho que eu fui uma “mediadora” dessas questões. Aqui pela Fiocruz e em outros locais eu não me senti “fiscal”: “Faça ou não faça”, “tá certo ou tá errado”... Não foi isso. Eu me senti uma “mediadora”, uma “parceira” desses trabalhos que eu fiz aqui. Não só passei meu conhecimento e pude empreender muita coisa boa aqui como recebi muito conhecimento da equipe que sempre foi muito bem capacitada.

IA: O período que você trabalhou efetivamente com a Fiocruz foi 1995 até... [2008]?

YCH: Até 2008, quando eu saio da Superintendência e me radico onde estou até hoje no Sítio Roberto Burle Marx nos últimos 10 anos.

IA: A relação sempre foi boa ao longe desse tempo. Mudou de alguma maneira? Você percebeu alguma alteração?

YCH: Não, não. Mesmo mudando a equipe, eu sempre percebi na equipe Fiocruz de patrimônio histórico a necessidade e obrigatoriedade da capacitação da equipe. Um trabalho que sempre foi um passo avante do Iphan. Outra questão muita bem trabalhada são as estruturas que vocês entrelaçam o trabalho [do grupo], os instrumentais e os equipamentos que vocês ganharam [instalaram] pela Casa e os instrumentais administrativos. Apesar de todas as dificuldades de trabalhar com a [Lei] 8.666, a gente sabe a dificuldade de trabalhar [com ela] no serviço público. A gente sabe a dificuldade de trabalhar com a [Lei] 8.666 em bens tombados. Em bens tombados é um grande entrave. A Fiocruz sempre aceitou entrelaçar o bem tombado na [Lei] 8.666 com instrumentos próprios. Sempre tentou trabalhar, seja em estação, seja em edital, seja em orçamento, seja na empresa contratada, a licitação, a escolha da empresa, as formas de escolhas... Foram trabalhos feitos que muito preconizaram um bom trabalho no patrimônio do Rio de Janeiro. Para o Iphan foi uma excelente parceira. O sonho de consumo da gente era ter alguém que pudesse fazer o trabalho perfeito com início, meio e fim. Dificilmente a gente conseguia isso em monumentos isolados, numa casa isolada, o dono da casa da rua do Catete... [O dono] não faz uma pesquisa histórica, não faz uma prospecção. Ele contrata o ‘Manoel’ com a empresinha de instalação para trocar o quadro de luz e o cara arranca tudo, moderniza. Até que chega uma pessoa e diz: “Você tem que fazer uma solicitação oficial, tem que fazer um projeto. A gente tem que analisar. Tem coisas aqui que envolvem e se entrelaçam com seu trabalho”. E ele não aceita porque vai custar mais caro. O empreiteiro vai cobrar mais caro. A obra que tem que ser feita em três dias vai ser feita em cinco meses. A gente teve essa antipatia do grande público. Em algumas instituições, especialmente aqui [Fiocruz], a gente tinha parceria.

IA: Essa parceria era apenas nas obras, no dia a dia, na conservação de azulejos?

YCH: Qualquer trabalho que denotava uma intervenção técnica. Eu me senti privilegiada de ser chamada para dar opinião. Sempre dei opinião, sempre tive junto...

ECS: O trabalho sempre transcorreu com essa participação?

YCH: Parceria e cumplicidade do Iphan. Evidentemente, às vezes, a gente dizia que não...

IA: Isso era de uma forma sistemática?

YCH: Sistemática. Sempre no padrão do Iphan. O Iphan exige que isso seja primeiro formalizado numa solicitação de vinda do técnico. Seu tivesse que ver a reforma do banheiro, da azulejaria, da parte de cerâmica, pia cerâmica... Eu vinha uma primeira vez, já me mostravam o projeto. A empresa, a pessoa pegava o currículo da restauradora e tal. Daí a gente traçava um plano, o tempo de obra, os meses. Então, [eu dizia]: “Vou vir aqui de 15 em 15 [dias], toda

semana... Eu venho essa semana duas vezes e na semana que vem eu venho uma”. A gente sistematizava aquele trabalho. Nesse meio tempo, [alguém] dizia: “Aconteceu um negócio lá em cima. Vamos ver”. A gente sempre se dispôs a essa parceria e essa cumplicidade. A Fiocruz, no meu caso, sempre nos participou de tudo; inclusive, dos problemas no *campus*, das interferências com a Prefeitura [PCRJ], uma série de outros problemas no Pavilhão Evandro Chagas, no Hospital Carlos Chagas... Não estão no escopo.

IA: O tombamento provisório que o Hospital Carlos Chagas estaria. E o Evandro Chagas é aqui perto, é mais para lá...

YCH: Tem um outro pavilhão, o Cardoso Fontes. Também fui ao Cardoso Fontes.

ECS: Tá totalmente modificado.

IA: É aqui atrás.

YCH: O Hospital Carlos Chagas, isso foi em 1998. Além da estanterias do terceiro andar e da Cavalaria, no Pavilhão do Relógio a gente fez um anexo dos sanitários, o estacionamento no [Hospital] Carlos Chagas. Eu contava com a parceria da Ana Lúcia [Gonçalves] para verificar essas questões do *campus*. O trabalho essencial quando a técnica me enviava era muito mais [relacionado] ao patrimônio edificado e muito menos essas intervenções do *campus*.

IA: Vocês compreendiam as áreas de entorno, como área verde do Edgard Jacinto [inaudível]...?

YCH: Não lembro. Quem tinha isso em mãos era a área de proteção onde a Ana Lúcia [Gonçalves] trabalhava. Não me lembro mesmo. Quando chegou o projeto do Museu da Vida foi uma grande discussão. Nós tínhamos reuniões semanais do corpo técnico. A gente trazia todos os problemas para todo mundo analisar e deliberar inclusive. Se eu me sentisse insegura em deliberar uma coisa, o grupo...

IA: Pode explicar um pouco essas reuniões?

YCH: A gente teve essas reuniões durante dez bons anos. Eram semanais. O corpo técnico se reunia para [deliberar]. A cada dois a três meses, uma pessoa era responsável em sair pelas salas e [perguntava]: “Tem algum assunto? Tem alguma dúvida? Quer trazer algum trabalho, algum problema”?

IA: Do Iphan?

YCH: Dentro da 6ª Regional [Iphan – Rio], dentro da Divisão Técnica.

IA: Sim.

YCH: Essa pessoa organizava a sala, o horário e avisava: “Dia tal, hora tal, fulano vai falar sobre tal assunto, sicrano tal assunto”... Às vezes, era apenas para discutir e deliberar. O parecer não era do técnico. Era corroborado pela equipe técnica, que era corroborado pelo chefe da divisão, pelo superintendente que era o Cyro [Corrêa Lyra]. O que as pessoas falam: “É da



cabeça do técnico”. Não, nunca foi tão aleatório. A cabeça do técnico é eu chegar aqui e falar com você: “Isso aqui está bem feito. Isso aqui está mal feito. Isso é diferente”. Outra coisa é uma grande intervenção conceitual. Vai tirar a azulejaria daqui, vai botar de [inaudível]. Isso é uma intervenção conceitual. Se eu não conseguir entrar num acordo com vocês, essa intervenção conceitual ia para uma reunião, que era deliberada ou não pela comissão técnica. Isso foi bárbaro! Eu tive um grande privilégio. Não sei como nos últimos dez anos, o Iphan está fazendo lá. Ou se está fazendo ainda. Não sei. Como eu me radiquei no Sítio Burle Marx, muito trabalho, eu não tenho mais a vivência da Superintendência.

ECS: Até 2008, você pode dizer que o Iphan abarcava essas funções e conseguia [preservar] monumentos nacionais com a escassez cada vez maior de técnicos?

YCH: Isso. A demanda que daqui vinha era uma demanda completa, “redondinha”. Era uma demanda muito bem estruturada. Concordando ou não, era uma demanda bem estruturada. O caso da Cavalaria foi exemplar. O Museu da Vida, no *campus*, a gente conseguiu fazer uma intervenção muito interessante. Eu não me lembro exatamente qual foi. Em 2005, vocês começaram a trabalhar no Manual de Conservação e Manutenção [Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados]. Esse trabalho eu peguei antes da “boneca”. A gente teve uma participação. O Iphan teve participação direta nisso. Para gente era admirável, era “anos luz”, era tudo que a gente queria para o Iphan montar como um todo. Tenho, hoje, o orgulho de falar que a área central do Iphan em Brasília conseguiu montar vários manuais técnicos. A atual direção do Iphan – Brasília conseguiu fazer um apanhado geral. A gente tem muitos manuais técnicos. Hoje, a gente tem uma série de formas de intervenção. Todas elas padronizadas. O Departamento de Patrimônio Material, DEPAM, do Iphan – Brasília tem um diretor excepcional e uma equipe de peso, que foi para o Brasil inteiro. Hoje, [a instituição] tem uma produção muito mais direcionada, muito mais organizada do que antes. A gente dizia: “Qual o seu conhecimento sobre o assunto? Por que eu vou acreditar em você?” Quantas vezes eu fui desafiada?! Quantas pessoas chegaram para mim: “Você é muito novinha? O que você sabe disso? O que você sabe do assunto?” Você precisa fazer um trabalho de convencimento. Hoje, o Iphan já tem uma produção muito mais consistente, tem roteiros, tem uma série de formulários, relatórios... que você pode consultar e trabalhar, além de normativas. O que antes era uma necessidade e chegar ao proprietário e falar: “Primeiro, o senhor tem que mandar uma carta”. [E ele]: “E agora, o que eu faço?” [Nós]: “O senhor manda o projeto”. Hoje, não. Você pega toda a normativa e fala: “O senhor vai na normativa tal e tem tudo lá”. Não é mais pelo técnico. Aqui, o trabalho nesses locais, o Quinino, a Casa de Chá... Como ficou a Casa de Chá? Até eu sair não conseguiram [concluir]...

IA: Eles fizeram uma intervenção no telhado para cobertura do quiosque, da Casa de Chá mesmo. Está fechada até hoje porque tem alguns problemas.

YCH: Nos últimos anos em que eu pude estar por aqui, nas instituições como um todo, a gente começou a trabalhar e pensar um pouco mais na capacitação e nas pesquisas. Dignificando a Fiocruz como uma entidade de pesquisa e educação, vocês começaram a trabalhar com cursos livres e eu tive a honra de participar, trazer um pouco da minha experiência, participar de alguns cursos, avaliar alguns trabalhos de pós-graduação. O que é muito bom. Uma verdadeira parceria. Muito mais do que uma fiscalização técnica, intervenção. Além da educação, nós trabalhamos com parceria. Criamos alguns termos de compromisso técnico. Onde nós, o Iphan e outros órgãos, a gente troca informações e trabalhos entre si. Foram extremamente profícuos. No meu estar Fiocruz, eu passei por essas etapas que vem desde o trabalho em parceria, obra, consultoria, mediadora nas obras, ao trabalho de parceria na educação, como também um trabalho de parceria de conhecimento, de produção de conhecimento, termos de compromisso para produção de conhecimento, além dos cursos em si. Esse trabalho corou extremamente bem. Foi um trabalho bem completo apesar de não estar mais aqui trabalhando diretamente com vocês.

IA: Sobre duas obras, a Bow-window Norte e Sul, o [José] Aguilera participou também?

YCH: Foi.

IA: Você gostaria de destacar alguma coisa?

YCH: Foi uma obra bem difícil. Por sorte a Fiocruz já tinha preconizado o trabalho com instrumental de monitoramento das obras. O que o [José] Aguilera discutiu, e eu rendi todas as minhas homenagens, foi o princípio dos trabalhos, ...o crescimento do trabalho. Criou tantos pontos de investigação e aceitação da obra, que acaba que você inviabiliza o andar da obra. Quando de tratou de conceituação, o [José] Aguilera trabalhou bem. Ele mudou um pouco o perfil, facilitou e o trabalho ficou ótimo.

IA: E as obras dos banheiros em 2005? Uma série de banheiros do Pavilhão Mourisco sofreram intervenção...

YCH: Esse caso me marcou muito. O único caso que eu vi de restauro de cerâmica. Cerâmica não, porcelana. Em geral, os banheiros são modernizados. As próprias cerâmicas e porcelanas são abandonadas. Em alguns casos sim... eles foram modernizados. Foi uma modernização boa, estava necessitando, mas teve um exemplar que ficou bom.

ECS: No primeiro andar...

YCH: E ficou bom. Nós fizemos a meia cana. Teve uma restauradora que fez o rodapé em meia cana. A [inaudível] fez um trabalho bem interessante. Gostei muito desse resultado quando vi.

ECS: Como você vê a questão do uso? A gente está num patrimônio que tem uma fruição. Tem várias pessoas que utilizam esse espaço em seu dia a dia para pesquisa, para visitação, principalmente o Pavilhão Mourisco, que tem um auto fluxo de pessoas, diariamente, com a preservação como objeto, como no caso do banheiro, as pias... É um elemento arquitetônicos que está ali, está sendo usado e pode ser musealizado. Como nós somos finitos, os objetos também, os elementos para se preservar...

YCH: Viva a Teoria de [John] Ruskin [inaudível].

ECS: Como você vê esse impasse?

YCH: Eu não vejo impasse. Eu vejo, como o Cyro [Corrêa Lyra] preconizou e lançou um belíssimo livro, o monumento sem ocupação está fadado a arruinar.   ruína certa. Monumento vazio   ruína certa. Vamos parar com a história que tem que fechar, tem que segurar, porque ninguém pode usufruir daquilo. Tem que usufruir sim. O que a gente tem que entrelaçar e unir: formas de usufruto. O fluxo   grande, por exemplo, a estanteria, a biblioteca, a coleção entomológica. Está lá ainda?

IA: Sim.

YCH: A coleção é pesquisada no local?

IA: Sim.

YCH: Qual é a quantidade de fluxo? É um pesquisador ao mês? Se tem cinco você ainda aguenta. Se você tem vinte por dia, você não aguenta mais. São casos e casos. São questões que você precisa ir pontualmente ir desatando n . Quer mudar o curso daquilo ali, os banheiros? As obras dos banheiros nos andares de cima foram normais. São o de baixo, do primeiro pavimento, ficou musealizado porque é utilizado pelos funcionários e não pelo grande público. Pelo menos foi [isso que foi] posto na época. E aí? Sim, se concorda. No Sítio Burle Marx, vou dar um exemplo, vocês podem até transpor para cá. O Sítio Burle Marx   uma obra que tem uma coleção botânica viva. A gente tem acervo museológico, bibliográfico, arquivístico, arquitetônico e paisagístico. O maior acervo que a gente tem é o botânico, a planta em si. Ela nasce, vive e morre. Ela é viva. Um excessivo fluxo de visitantes não pode acontecer l . Não pode. E se ele existe tem que ser compartimentado e organizado. Tanto   que a maior reclamação   que o sítio não é aberto 100% do tempo para visitação como o Jardim Botânico [JBRJ]. E não vai ser. Dentro do Sítio Burle Marx existem espécies que Burle Marx trouxe de outros lugares que não tem na origem mais. São no Sítio tem. Você não pode deixar perder. Tem uma responsabilidade sobre um acervo vivo. O que você faz? Você desata esse n  de quantidade de visitação. Você trabalha esses fluxos, os roteiros, a quantidade de pessoas. Tudo   passível de

um ajuste. O que não é necessário fazer é musealizar, é congelar, é tirar o público daqui. Ele só existe porque tem esse sentido: o público usufruir dele. Acho importantíssimo isso.

IA: No período que trabalhou como fiscal de edificações tombadas na cidade toda do Rio de Janeiro quais foram seus maiores desafios?

YCH: Desafios? Nem tantos. Desafios do dia a dia. Eu tenho esse trabalho como paixão, como desafio. Por ser uma grande paixão, todos os trabalhos me encantavam. O mais estridente dentro do meu coração foi o do Cristo Redentor, pela simbologia, pelo material, pelo meu conhecimento específico. Trabalhar com a pedra-sabão em um dos poucos monumentos de pedra-sabão no Rio de Janeiro. Só ele. Na tecnologia moderna de execução, que foi feito o Cristo [Redentor], que é diferente de você pegar um ‘Profeta’ de Congonhas [MG], feito em pedra-sabão. São opostos. No Rio de Janeiro, muito me marcou esse trabalho do Cristo Redentor, que eu tive oportunidade de fazer três vezes ao longo das chamadas da Fundação Roberto Marinho. [A Fundação] sempre foi a pessoa que solicitou ao Iphan participação desde os trabalhos de prognósticos, de novos projetos, da capela, lavagem da estátua, substituição de algumas peças, das argamassas... Esse foi um trabalho dos mais emocionantes.

IA: Você recebeu em 1997/2007 o título de “Benfeitor Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”. Você guarda isso com um grande carinho...?

YCH: Com um grande carinho. Não sei se eu expus isso. Eu tenho outros dois grandes carinhos: primeiro a Igreja de Santa Rita [de Cássia] [Centro], onde em 1995, quando eu voltei e vim trabalhar com vocês aqui [Fiocruz], a Igreja de Santa Rita estava passando por um pequeno processo de restauração no telhado. Na época, estava na moda inserir uma película de plástico grosso entre o caibro e a telha para evitar que, se a telha quebrasse, a chuva entrasse e continuasse encharcando, infiltrando a capela. Tava-se usando uma película de plástico. Metade do telhado da nave colocaram aquele plástico. Isso foi em 1993, 1994. Em 1995, quando eu volto, mês de maio, mês de Santa Rita, dia 22 comemora o dia da santa... Em seguida da festa, dois ou três dias depois, a obra desse telhado já tinha acontecido nesse pedaço do telhado. Algumas semanas [depois], desaba o telhado, o forro, quebra toda a lateral, de um altar lateral, e vem desabando. Vem tudo abaixo. Justamente, onde não tinha mais infiltração. A gente chegou à conclusão que o plástico ressecou o madeiramento que estava úmido. Toda a [área] que não pegava mais umidade, a umidade inchou a madeira. Quando não tem mais a umidade, ela ressecou. Quando ela ressecou, ela retraiu e saiu do engastamento da parede e veio puxando com telhado e com tudo. Quebrou boa parte da igreja. Eu tive a grande paixão de trabalhar durante cinco anos nessa reforma junto com o pároco [Pedro Nunes de Almeida]. Ele só fez essa obra

com dinheiro dos fiéis e com alguns patrocinadores anônimos. Eu acho que eu sei quem são. A gente vê pela televisão quem são os grandes devotos de Santa Rita [de Cássia]...

IA: Manoel Carlos....

YCH: Manoel Carlos foi um; uma senhora Amaral, a esposa do Ricardo Amaral; uma *socialite* também devota demais de Santa Rita e [o cantor] Roberto Carlos. O Padre Pedro [Almeida] não me disse. Eu que cheguei à conclusão. Eu fiz cinco anos. A grande demanda financeira foi de churrasco, de quermesse e do Padre Pedro. Foi um trabalho que eu fiz com ele. Ele dizia: “Já juntei 150 mil. O que a gente vai fazer agora?” Eu falei: “Agora, a gente vai trabalhar no forro da sacristia”. Ele contratava as empresas. [Eu disse]: “Vou de dar três empresas. O senhor escolhe qual delas. Todas são muito bem cotadas”. Eu tive essa grande alegria. Esse projeto foi praticamente popular. Foi candidato ao Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade e ganhou. No palco, o Padre Pedro fez. Eu não podia ganhar nada, pois sou funcionária do Iphan. É um prêmio do Iphan. O Padre Pedro me fez partícipe informal desse prêmio que muito me emocionou. O segundo foi a Igreja Nossa Senhora da Glória. Desde que eu voltei em 1995, o Provedor Mauro Viegas me levou à igreja e me fez dez solicitações, dez cartas. Cada uma era uma intervenção, da pia batismal à infiltração num pedaço do piso da sacristia. Eu tracei com ele um grande plano para a igreja. Foi uma grande alegria ter conseguido fazer prognósticos, projetos, trabalhos... Nós temos dois livros publicados com as histórias das obras. Eu me empenhei durante dez anos com ele ali até a gente conseguir trocar a argamassa das fachadas, fazer um trabalho de evitar a infiltração ascendente e descendente, trabalhar toda a cobertura. A gente chegou num grau ideal de conservação da igreja naquele período. Ele me premiou com a ordem “Benemérita Imperial da Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro”. Guardo com muito carinho isso.

IA: Por que decidiu sair da área de conservação?

YCH: Bom, motivos profissionais e motivos pessoais. A cidade do Rio de Janeiro, em 2005, estava se transformando numa urbes impraticável de se locomover. Eu moro distante do Centro. Eu moro na Zona Oeste. Eu tinha um filho de três anos e pais doentes. Os dois ao mesmo tempo. Em estado grave os dois. Eu precisava me dedicar aos meus pais. Filho a gente deixa. Filho se cria. Eu me lembrei que o Sítio Roberto Burle Marx era perto de onde eu morava. Era [é] uma unidade do Iphan. Eu fui fazer uma visita e descobri que o Sítio Roberto Burle Marx, além do acervo botânico e paisagístico, que as pessoas sabem que existe, tem um patrimônio edificado de extrema importância. Ele é primeiro um grande abrigo das coleções museológicas e artísticas Burle Marx. Burle Marx era um artista plástico. Ele deixou no Sítio obras que ele fez: desenhos, pinturas, esculturas... Ele deixou muito material que conta a história. São reflexos daquele

artista. Todo mundo sabe que o paisagismo moderno é lançado por Burle Marx. Ele “quebra” o paradigma do jardim formal, inglês e francês, e lança a nova conceituação mundial de paisagismo. Quando você entra nas edificações e encontra a vida dele ali, o sapato, os óculos, as obras, a roupa, a mês que ele trabalha, a palheta, as tintas... Você compreende esse universo melhor do que qualquer coisa. O Iphan não conseguia empreender nenhum tipo de preservação ali no local, além da botânica e da paisagística. Não havia verba, não havia nada. Eu me candidatei a pedir a transferência e poder fazer um trabalho, buscar patrocinadores, trabalhar as “cascas” arquitetônicas, o ateliê de pintura, a casa onde ele morava, a capela, o ateliê... A capela é de 1680. Tem isso. Uma capela de 1680 e uma casa moderna, que foi premiada em 1966, pelo IAB, pelo caráter de modernidade: ferro, concreto, aço... Você vai da capelinha à modernidade nos anos 1960/70 no Brasil. Na arquitetura, você tem essa “leitura” toda. Achei um grande desafio. Achei que eu precisava sair daquele trabalho que estava se tornando difícil para mim, porque meu tempo estava curto. A minha vida estava difícil. Acabei me transferindo para o Sítio e fiquei há 25 anos na minha casa, onde eu implementei, nesses últimos dez anos, um trabalho de início, meio e fim com muita alegria e muito prazer. Eu fiz todo um diagnóstico, prognóstico, todo um projeto. Discuti projeto micros, macros, intervenções pontuais, intervenções macros, de infraestrutura, de piso, de sensibilidade, de sustentabilidade, conservação preventiva em parceria com a Casa [COC], com a Fundação Oswaldo Cruz... Trabalho de conservação preventiva, de avaliação interna dos locais, onde estão as pinturas, os livros, medidas de temperatura e umidade relativa, amplitude... Foi um trabalho belíssimo! Eu consegui fazer no Sítio Burle Marx até agora, sei que tem muito mais a se fazer, de ter o prazer profissional, de fazer início, meio e fim. Ver o seu trabalho bem terminado, bem acabado. É um grande prazer! Conquistei alguns patrocínios. A partir dessa visibilidade, o Iphan voltou a olhar para o Sítio com muita atenção, com muito carinho, com a entrada dessa nossa diretoria em 2012, a Claudia Storino. O Iphan se vira para o Sítio, entende sua preciosidade, e nunca mais deixou de nos subsidiar em todos os termos: orçamentário, capacitação, profissionais... Sempre temos conosco muita cumplicidade e suporte da área central do Iphan dentro do Sítio Burle Marx. É um trabalho que me deu muito prazer. Eu sinto falta de “rodar” pelo Rio de Janeiro, de estar em todos os locais, de estar conhecendo novas tecnologias... Eu pude fazer um trabalho no Sítio Burle Marx que hoje está culminando à candidatura de Patrimônio da Humanidade. Entre outros. Todo o contexto que não é só o meu. Não é só isso. Isso é uma “gotinha” que está na candidatura como Patrimônio da Humanidade.

IA: É no escritório técnico dentro do Sítio [Burle Marx] que você trabalha? Podemos chamar assim?

YCH: Olha só. A gente não tem uma estruturação de cargos, organização na casa. O Sítio Burle Marx é uma ponta muito distante da área central. Essa ponta trabalha apenas com a direção, divisão técnica e divisão administrativa. Você trabalha na administração. Não existem subdivisões. Existem pessoas que são dedicadas ao RH [Recursos Humanos], ao financeiro, pessoas que fazem editais e licitações dentro da área da administração que tem uma chefe. Na [divisão] técnica tem um chefe, que é um biólogo, em que tem pessoas que trabalham com ele. Desde a pessoa que trabalha na biblioteca, que cuida dos livros de Burle Marx aos estagiários de Botânica [e] os paisagistas. E a minha área que é técnica, que eu comecei a autodenominar de “área de conservação”. Na verdade, “área de arquitetura”.

IA: Na área de arquitetura, além de você tem outras [pessoas]?

YCH: Tem os estagiários. Dentro do Iphan dizem que é um privilégio você ter um arquiteto na ponta. Os arquitetos ficam na área central dando suporte aos “bens de ponta”. O Sítio é um privilegiado que tem uma arquiteta própria há dez anos. A diretora também é arquiteta, apesar de não atuar como arquiteta. É uma arquiteta brilhante que fez um belíssimo trabalho na Ordem Terceira da Penitência em um grande restauro que teve lá. Ela foi a grande coordenadora de projeto de obra lá. Ela veio com um conhecimento muito bom. Para o Sítio Burle Marx a minha área é eu a equipe. Como a gente trabalha num sítio com muita pouca gente, ninguém é só isso ou só aquilo, todo mundo se ajuda, todo mundo faz tudo. Eu tive a extrema cumplicidade do meu chefe. Sempre tive, sempre tenho. Os meus estagiários trabalham com ele e os dele trabalham comigo. O pessoal da biblioteca ajuda. Palestras de outra área eu vou lá e ajudo. Todo mundo ajuda todas as áreas. Todo mundo faz tudo. É uma casa pequena e não existem subdivisões. Existe uma equipe muito harmoniosa.

IA: Nesses 10 anos, o que você considera sua maior paixão no Sítio Burle Marx?

YCH: “Caramba”! É implementar o projeto de conservação preventiva. Com todo cabedal fechado que ele tem. Desde os gerenciamentos dos riscos aos projetos de segurança: todo controle ambiental das áreas que tem acervo de papel (dependendo das bases), de pintura, de todo controle de chaves. Nós temos muitas portas, muitas chaves. O controle de segurança. O monitoramento digital. Nós temos um sistema de câmeras que está sendo modificado por um sistema IP totalmente digital. Me deixa muito feliz que o Sítio, no momento em que eu saio, vai ter manuais de manutenção [e] orientações de conservação. O cuidado e o olhar sempre [voltado] para o local da biblioteca, [medição da] temperatura, [da] umidade, [do] que tem naquele local, [se] abre janela ou fecha janela, [o] horário tem sol, [se] põe cortinas... Todos esses pequenos cuidados. Esse é meu maior prazer. Ver que eu tô deixando tudo planejado,

tudo organizado pra que, no futuro, alguém possa tocar avante, mantendo aquela preciosidade do jeito que está. Esse é meu maior trabalho que eu tenho lá pelo menos agora.

IA: Gostaria de destacar algum aspecto que não foi mencionado?

YCH: Do meu trabalho, não.

ECS: Hoje, você considera que o estado de conservação do Sítio Burle Marx está ótimo?

YCH: Ótimo!

ECS: Fica mais viável você implantar planos de conservação preventiva. A gente estava falando se um Brasil da década de 1990 que era a [fase] da restauração.

YCH: Exatamente. Você intervinha na peça no último grau de vida da peça. A gente conseguiu fazer [isso]. Quando eu entrei em 2008, eu fiz um Plano de Conservação do Patrimônio Edificado. Entrava água em todos os prédios. São dez edificações. Eu consegui verba. A cada ano eu fazia um prédio, uma impermeabilização... O invólucro arquitetônico que abriga coleções eu consegui trabalhar. No momento em que a Claudia Storino entra em 2012, ela fala assim: “Vou prestar atenção no acervo”. A gente contratou uma empresa para fazer a conferência de todo o acervo museológico. Tudo que tinha, com o estado de conservação. A gente dividiu entre o “urgente”, “médio” e... Fomos lá de 2000... Estamos em 2018. O acervo já foi praticamente todo conservado e restaurado. A gente está deixando os espaços arquitetônicos muito bem estruturados. A coleção num estado ótimo. Uma ou outra coisa ainda não deu para fazer. As tantas toalhas de mesa que ele [Burle Marx] pintou. Nós temos sete ou oito toalhas de mesa enorme de cinco metros. Todas restauradas e limpas. Antes eram dobradas. Encontramos numas gavetas. Abrimos e elas estão em forma de rolo. Uma forma de preservação num ambiente onde tem um controle de temperatura e umidade. Todos os desenhos dele estavam numa mapoteca guardados com [papel] glassine. O glassine estava muito bem feito. Foi um projeto da [?], que fez uma organização. Colocou em envelopes de glassine todos os desenhos. Só que ela colocou em grupos. O [papel] glassine depois de dez anos já estava entrando em processo de degradação porque os desenhos estavam misturados. Então, eu fiz um segundo projeto de digitalização de um por um e de um novo invólucro. A gente “botou” [colocou] um papel que não é mais aquele, uma base não ácida. Um trabalho de melhorias dessa forma, desses desenhos. A gente limpou os desenhos, restaurou alguns...

ECS: Não era mais aquele momento...

YCH: Não, não era. As pinturas todas aos poucos foram sendo... Ele tem coleção de conchas, de arte popular, do Vale do Jequitinhonha... Essa não teve como entrar em processo de restauro. Tem 60% íntegra. A gente tem Coleção Pré-Asteca. Três estantes da Coleção Pré-Asteca dele. Raríssimas, raríssimas no mundo. Já tem o diagnóstico. Estamos em contato com o laboratório



do Iphan em Recife. Também vai nos ajudar em algumas coisas, em alguns desenhos... Assim, a gente tá conseguindo. Já troquei toda a iluminação do Sítio, inclusive, das vitrines. Troquei pra LED. Consegui trocar tudo que poderia está criando um problema de conservação e proteção. Fizemos uma reforma de infraestrutura elétrica, SPDA, telefonia... Está acabando agora. A infraestrutura do Sítio, as edificações, a coleção... Nós estamos 90% com um bom quadro. Já dá para deixar uma orientação daqui avante. O BNDES tá lá agora para o patrocínio. Está fazendo um estudo de requalificação do museu, da casa. Não é um museu. A casa do Burle Marx é que abriga. Está como ele deixou. A gente deixou assim. Foi a opção do Iphan, quando ele morreu, deixar a casa como ele deixou: os móveis, as roupas... Está daquele jeito. Ela não é visitável diretamente. Você entra em alguns ambientes apenas até um certo pedaço. Você não transita muito pela casa. O BNDES está com uma equipe no Sítio fazendo um estudo dessa requalificação da visitação. Vai ser um estudo que vai começar. Ainda não começou. Até da visitação como um todo. Isso tudo se soma ao trabalho da candidatura [Patrimônio da Humanidade] que vai acontecer lá. Isso é lá avante.

IA: E quando você se aposentar?

YCH: Pois é. Eu não posso falar sobre isso não.

IA: Você poderia deixar registrado alguma recomendação [ou] pensamento para colaborar com a equipe do DPH na preservação de seu acervo?

YCH: Olha, a equipe tem que continuar competente, qualificada, entusiasmada e comprometida como sempre foi. Apenas manter aquilo que vocês têm, que já é excepcional em relação ao quadro nacional e até ao quadro mundial. Em outros lugares no mundo que preconizavam alguns trabalhos, hoje, não tem condições de tocar isso avante. Vocês aqui, dentro do quadro da crise brasileira, ainda conseguem manter, principalmente, pelos vieses de educação, capacitação, parcerias que vocês fazem muito bem feito. Então, continuem exatamente neste processo desde sempre. [Vocês] sempre foram assim, continuem desse jeito, que já é bom demais. Agradecer. É um grande prazer, um grande aprendizado, uma grande parceria. Menos intervenção, menos fiscalização. Muito mais parceria, muito mais mediação, troca de conhecimentos com vocês. Obrigada mesmo de coração!

IA: Nós é que agradecemos.

\*\*\*\*\*

---

## **Depoimento: Odaléa Sabino Alves**

Odaléa Sabino Alves, Débora Paiva Monteiro e Sônia Nogueira  
(Abril, 2018)

ALVES, Odaléa Sabino (depoimento, 2018). Rio de Janeiro, DPH/COC/Fiocruz, 2018. 07 pp.

A coletânea de depoimentos está vinculada a pesquisa “Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Manguinhos, Fiocruz-RJ” coordenado pelo DPH/COC/Fiocruz e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**Nome do entrevistado:** Odaléa Sabino Alves

**Local da entrevista:** Pavilhão do Relógio, Campus Fiocruz Manguinhos - RJ

**Data da entrevista:** 06 de abril de 2018

**Nome do Projeto:** Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz

**Entrevistadores:** Débora Paiva Monteiro e Sônia Nogueira

**Câmera:** Gregório G. de Albuquerque

**Transcrição:** Débora Paiva Monteiro

**Revisão:** Inês El-Jaick Andrade

**Duração:** 14 minutos e 52 segundos

\* O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Odaléa Sabino Alves em 06/04/2018.

DPM: Hoje a entrevista é com a Odaléa Sabino Alves para o projeto “Narrativas e trajetória do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz da Fiocruz”. Odaléa, a gente quer agradecer muito a sua presença e a sua disponibilidade de conversar com a gente. Então vamos começar falando sobre seus dados pessoais. Queria que você falasse seu nome completo, a data e o local do seu nascimento.

OSA: Odaléa Sabino Alves. O nascimento foi dia 22/11/51.

DPM: E onde você nasceu?

OSA: Aqui no Rio.

DPM: Rio de Janeiro mesmo... Só complementando, que eu esqueci de falar na introdução. A entrevista está sendo gravada por Gregório Albuquerque e os entrevistadores somos eu, Débora Paiva Monteiro e Sonia Nogueira.

Como e quando você ingressou no trabalho aqui na Fiocruz?

OSA: Há 35 anos atrás eu entrei por uma Companhia chamada Behive [Consultoria e serviços Ltda], em 1984.

DPM: Aí você era contratada da empresa e veio trabalhar aqui?

OSA: Na Fiocruz.

DPM: Você chegou a atuar na equipe de limpeza de outros prédios da Fiocruz sem ser o Castelo?

OSA: No passado sim.

DPM: Quais foram os prédios que você trabalhou? Você lembra?

OSA: Trabalhei no hospital, no INE, trabalhei lá atrás no.... Pavilhão de Cursos Arthur Neiva.

DPM: E como é que é a rotina do seu trabalho hoje em dia?

OSA: Hoje está um pouco mais maleável do que era no passado. Porque no passado era uma só por andar e agora somos duas.

DPM: E como é sua rotina? Você chega... me conta como é o dia a dia.

OSA: Chego às 7h, bato ponto, venho para o térreo do Castelo, mudo de roupa e começo a fazer a faxina no máximo 7h5. Aí vou até às 9h, que é quando eu paro para tomar café.

DPM: Entendi. E você é responsável por um andar específico sempre, todos os dias?

OSA: Sempre.

DPM: Qual é o andar que você trabalha?

OSA: Térreo do Castelo, do lado esquerdo.

DPM: E você já trabalhou em outros andares do Castelo?

OSA: Quando é necessário a gente sobe para fazer mutirão nos outros andares.

DPM: Entendi. E me conta uma coisa, o que o Pavilhão Mourisco representa para você?

OSA: O Pavilhão Mourisco para mim representa tudo, porque foi ali que eu vim ter a minha segunda assinatura na minha carteira. E criei meus três filhos dentro desse Pavilhão, ganhando... com o meu suor, dentro desse Pavilhão Mourisco.

DPM: E o tempo todo que você trabalhou no Pavilhão Mourisco você sempre trabalhou no andar térreo?

OSA: Sempre.

DPM: E só fazendo mutirão nos outros andares quando houve necessidade?

OSA: Exato.

DPM: Entendi. E com o Departamento de Patrimônio Histórico? Como foi seu primeiro contato com a equipe do Departamento, quem você lembra que integrava, que fazia parte da equipe?

OSA: Eu faço parte da equipe do DPH desde quando ele começou, quando ele surgiu. Eu vi o DPH praticamente nascer, com Sonia [Nogueira], Benedito [Tadeu de Oliveira], Zezé [Maria José Benassury] como secretária, Marli [Navarro de Albuquerque]... tem muitos que eu já não lembro mais tanto o nome porque eu não tenho mais contato. Mas a Sonia e a Zezé e o Benedito eu continuo tendo contato, toda vez que vem eles me procuram.

DPM: E você percebeu muitas mudanças ao longo do tempo na equipe? O que você acha que mudou?

OSA: A equipe do DPH mudou muito. Dos antigos do DPH agora, praticamente só tem a Sonia [Nogueira]. Sonia e Renato da Gama-Rosa [Costa]. Por sinal eu chamava os dois de “tatuzinho”. Porque eles começaram a desenvolver esse trabalho de pesquisa para restauração, eles se

vestiam com os macacões, colocavam umas coisas na cabeça, ficavam que nem tatu pelos buracos. Então eu apelidei os dois de “tatuzinho” e somos particulares até hoje.

DPM: E me conta uma coisa. Qual é para você o maior desafio de trabalhar e atuar no Pavilhão Mourisco e por que? O que você acha que é mais difícil ou que... enfim....

OSA: Já foi bem mais difícil. Agora é bem mais fácil porque o difícil é a convivência com o dia a dia, do dia a dia com certas pessoas. Mas a gente tem que superar isso e seguir em frente. Porque nem todos são uma Sonia [Nogueira], não são um Renato [da Gama-Rosa Costa]... então tem sempre uma divergência, mas a gente consegue ultrapassar isso.

DPM: Então para você o maior desafio é a relação com as pessoas? O trabalho com o Pavilhão em si, por conta do prédio...de alguma característica do prédio ou do trabalho não representa nenhuma dificuldade ou...

OSA: Tranquilo. Tranquilo. Não, não representa não.

DPM: E ao longo do tempo que você trabalha aqui na Fiocruz e especificamente no Pavilhão Mourisco, você tem algum fato que você gostaria de destacar, algum fato marcante, alguma curiosidade que tenha acontecido ao longo desses anos que você tenha acompanhado?

OSA: A pichação do Castelo...

DPM: Me conta como foi essa história.

OSA: Nós chegamos para trabalhar de manhã e a Bettina [Lourenço]... que eu esqueci também de mencionar, foi uma que ajudou na limpeza das torres, então nós chegamos e foi aquele alvoroço porque ninguém conseguia imaginar como a pessoa conseguiu chegar lá em cima para pichar aquela parte do Castelo.

DPM: A pichação esta[va] aonde?

OSA: Na torre.

DPM: Em uma das torres?

OSA: Isso.

DPM: E aí vocês chegaram de manhã e quem foi a primeira pessoa que identificou a pichação, você lembra?

OSA: Ah, não lembro.

DPM: Você chegou já estava...

OSA: Já estava o burburinho.

DPM: O circo já estava armado! (risos)

OSA: Isso.

DPM: E como foi o processo de limpeza dessa pichação, você lembra?

OSA: Olha, eu sei que eles deram o material para gente, agora não lembro especificamente... foi um mutirão... e eles deram o material já pronto para que a gente limpasse. Aí eu não lembro qual foi esse material.

DPM: E quem ficou responsável foi o pessoal da limpeza acompanhado do pessoal do DPH?

OSA: DPH, sim.

DPM: Você lembra quem do DPH estava acompanhado essa limpeza?

OSA: Bettina me lembro bem... acho que você estava também né Sonia?

SN: É, todo mundo, Marcos [José de Araújo Pinheiro]...

OSA: É, todos, todos... e o Marcos também...

SN: E a gente ajudou a limpar também... foi um mutirão.

OSA: E o outro fato também muito marcante aqui foi os 100 anos da Fiocruz também, foi muito, muito, muito impactante, foi muito bonito. E me lembro também, não sei se você se lembra Sonia que teve uma época que a nota de 50 reais era a cara do Oswaldo Cruz. Você se lembra disso?

SN: Não, não lembro.

OSA: Eu lembro. Tanto que a primeira nota, 000, foi no final do Regime Militar, ficou para o coronel Fernando de Souza Machado essa nota de 50 reais com a cara de Oswaldo Cruz. Inclusive eu tinha uma só que... quando eu fui roubava levaram a minha notinha. Então, se vocês procurarem com um colecionador ele deve ter essa nota. Você esqueceu disso Soninha?

SN: Eu... acho que eu nem sabia. (risos)

DPM: Você lembra qual foi o ano da pichação?

SN: Acho que 93... estava chegando da maternidade...

OSA: Eu não me lembro bem não, porque eu fui meia...

SN: É noventa e pouco...

OSA: Fui meio burrinha porque eu podia ter pego, porque... eu podia ter pego porque eu tenho vários recortes de jornal com coisas que eu fiz aqui dentro da Fiocruz. Inclusive se procurar... como é que fala, essa outra coisa de filmagem que tem aqui na Fiocruz? Eles têm várias coisas minhas. Já estive no Bom Dia Rio, estive na posse do dr. Gadelha com a Ana Bittencourt, fui à redação da Globo várias vezes... então tem muita coisa gravada sobre mim lá do outro lado, na expansão.

DPM: Ah, bacana! Bom a gente já está quase terminando... (risos) ... queria que você falasse um pouquinho quais são seus sonhos e inspirações atualmente.

OSA: Minha casa própria. Meu sonho agora no momento é ter minha casinha própria para mim terminar minha velhice numa boa... por que aluguel nunca é bom né? Esse só é o meu sonho... e ver minha filha formada.

DPM: E você já está perto de se aposentar aqui?

OSA: Já me aposentei. Mas como eu pago aluguel, eu só ganho por salário mínimo que é 900 e pouco, então não deu para mim pendurar a bolsinha e cuidar dos bisnetos.

DPM: E bom, para finalizar mesmo Odaléa eu queria que você, se tiver alguma recomendação, pensamento, alguma ideia para colaborar com a equipe do Departamento de Patrimônio na preservação do acervo da Fiocruz, o que você diria?

OSA: Agora mudou muito, porque no passado a Bettina [Lourenço], o Renato [da Gama-Rosa Costa], o Marcos [José de Araújo Pinheiro], eles ensinavam a gente de um jeito e hoje a Beth [Elisabete Edelvita Chaves da Silva] vem com outros materiais, que agora a gente não pode fazer aquilo, não pode fazer isso... então o que eu aprendi no passado ficou... porque agora a Beth quer que a gente pense a frente e ela dá um outro material para gente trabalhar.

SN: A Beth é uma nova funcionária do DPH que tem perfil de restauradora mesmo.

DPM: Entendi, então agora, a partir da chegada dessa nova funcionária as orientações para a limpeza são diferentes?

OSA: São completamente diferentes. Não é mais aquela antiga que a gente fazia.

DPM: E mais alguma coisa que você gostaria de deixar registrado que a gente não tocou no assunto, não perguntou?

OSA: Eu gostaria muito de agradecer à Sonia, o Renato, que são as pessoas que estão mais comigo agora porque recentemente eu tive uma perda e tive um apoio muito grande deles na minha vida então... para esse povo do DPH, principalmente a Sonia, Renato eu só tenho a agradecer.

DPM: Tá bom Odaléa, muito obrigada pela sua disponibilidade, pelas suas memórias, por dividir aqui com a gente.

\*\*\*\*\*

### 3. Registro fotográfico dos depoimentos



Entrevista Aldeli Memória - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Yanara Haas- Foto de Gregório Galvão de Albuquerque





Entrevista Rosina Trevisan - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Silvia Puccioni- Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Márcia Franqueira - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Mônica Félix - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Cristina Mello - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Renato da Gama-Rosa Costa - Foto de Inês Andrade



Entrevista Geraldo Filizola - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Odálea Sabino - Foto de Gregório Galvão de Albuquerque



Entrevista Marcos José Pinheiro - Foto de Bruno Veiga

#### 4. Termo de autorização de uso de imagem e voz

Por meio deste instrumento particular, autorizo, de forma irrevogável e irretroatável, a Fundação Oswaldo Cruz, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei no 5.019, de 07 de Junho de 1966, modificada pelo decreto no 4.725/03, integrante da Administração Federal Indireta, sediada na Avenida Brasil, no 4.365, Maguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o no 33.781.055/0001-35, doravante denominada simplesmente “FIOCRUZ”, a utilizar minha imagem e som de voz, fixados nesta data durante minha participação como entrevistada para a pesquisa *‘Gestão de sítios históricos do patrimônio cultural da saúde: reflexões e desafios do conjunto arquitetônico histórico do campus Maguinhos Fiocruz-RJ’* organizado pela Casa de Oswaldo Cruz, na íntegra ou em partes, para os específicos fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Fiocruz, em todo território nacional e no exterior, através de qualquer meio, inclusive, mas não limitado a, cópias de vídeo e DVD, internet, televisão em canal aberto, canais por assinatura e via satélites, emissoras de rádio, inclusive a inserção em banco de imagens da instituição.

A presente autorização é concedida gratuitamente, sem quaisquer ônus para a FIOCRUZ, conforme definido acima.

Rio de Janeiro, de de 2018.

---

Assinatura

Nome Completo:

Nacionalidade:

Endereço:

Identidade: